

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

BALANÇOS-GERAIS DA UNIÃO

EXERCÍCIO DE 1984


RELATÓRIO

PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL



Digitized by the Internet Archive
in 2022 with funding from
Memoria Estatistica do Brasil



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

BALANÇOS-GERAIS DA UNIÃO
EXERCÍCIO DE 1984

RELATÓRIO

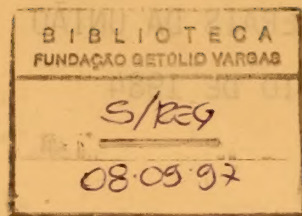
PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A
SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO



RELATÓRIO
PARTE I
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
PARTE II
A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A
SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

MINISTRO-CHEFE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ANTONIO DELFIM NETTO

SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO-SECIN

FERNANDO DE OLIVEIRA

SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Secretário de Administração Financeira
DIMAS MOREIRA

Secretário de Contabilidade
JOSÉ AUGUSTO TAVEIRA FILHO
(substituto do Secretário-Central)

Secretário de Auditoria
ATALIBA ALMEIDA FILHO

Secretário de Normas e Desenvolvimento
ANTÔNIO SANTOS DE OLIVEIRA

Secretário de Processamento de Dados
FERNANDO MEJDALANI NEVES

Diretor de Apoio Administrativo
SÉRGIO AUGUSTO DE LIMA RODRIGUES

PRESIDENTE DA REPUBLICA

JOAO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

MINISTRO-CHEFE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ANTONIO DELFIN NETTO

SECRETARIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO-SEITA

FERNANDO DE OLIVEIRA

SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

SECRETARIO DE ADMINISTRACAO E FISCALIA

EDUARDO MOURA

SECRETARIO DE CONSUMIDORES

JOSE AUGUSTO TAVARES FILHO

SECRETARIO DE CONTABILIDADE

ANTONIO DE ANDRADE

ANTONIO ALBERTO FILHO

SECRETARIO DE RECURSOS E ADMINISTRACAO

ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA

SECRETARIO DE FISCALIZACAO DE IMPOSTOS

FERNANDO ALBUQUERQUE NETTO

SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS

ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA

DELEGADO-REGIONAL DE AUDITORIA

Rio de Janeiro: IRAN DE ABREU MARTINS

DELEGADOS-REGIONAIS DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Acre: ANTONIO ANASTÁCIO GUIMARÃES

Alagoas: SÉRGIO SEBASTIÃO MARQUES DA MOTA

Amazonas: MÁRIO QUEIROZ DE MACÊDO

Bahia: MARIA LUIZA PROTÁSIO SANTOS

Ceará: MARIA CLEIDE FELÍCIO DE MENEZES

Espírito Santo: MARIA DO CARMO CUNHA DE ALBUQUERQUE

Goiás: WALDYR DIVINO PORTO LIMA

Maranhão: ADNEY MARQUES MACIEL

Mato Grosso: ELAIR PADILHA DA SILVA MIRANDA

Minas Gerais: JUDITE FRANKLIN VIDAL

Pará: SALIM TUFY LHEIS

Paraíba: MARCELO XAVIER

Paraná: CÉZAR AUGUSTO INCOT

Pernambuco: JOSÉ WANDERLEY PINHEIRO

Piauí: MÁRIO RODRIGUES DE AZEVEDO

Rio Grande do Norte: CELY CHAVES DE MOURA

Rio Grande do Sul: VALTER LUIZ SASSEN

Rio de Janeiro: GERALDO DE CASTRO

Santa Catarina: DJALMA CARLOS BERTONCINI

São Paulo: OSWALDO CEVOLI FILHO

Sergipe: ANABOR DA SILVA SOUZA

DELEGADO REGIONAL DE AUDITORIA
Rio de Janeiro: 1944

DELEGADO REGIONAL DE CONTABILIDADE E FINANCAS
Acer: Antonio Amadorio Fernandes

Alagoas: Ezequiel Fernandes Mendes da Silva

Amazonas: Mario Coutinho de Macedo

Bahia: Maria Luiza Probst de Castro

Ceara: Maria Luiza Probst de Castro

Esprito Santo: Maria Luiza Probst de Castro

Goiara: Maria Luiza Probst de Castro

Maranhao: Antonio Amadorio Fernandes

Mato Grosso: Maria Luiza Probst de Castro

Mineira: Maria Luiza Probst de Castro

Paria: Maria Luiza Probst de Castro

Pernambuco: Antonio Amadorio Fernandes

Piaui: Maria Luiza Probst de Castro

Rio de Janeiro: Antonio Amadorio Fernandes

Rio Grande do Norte: Maria Luiza Probst de Castro

Rio Parana: Maria Luiza Probst de Castro

Rio Grande do Sul: Maria Luiza Probst de Castro

Sao Paulo: Antonio Amadorio Fernandes

Santa Catarina: Maria Luiza Probst de Castro

Sao Paulo: Antonio Amadorio Fernandes

Sergipe: Maria Luiza Probst de Castro

PODER EXECUTIVO

SECRETÁRIOS DE CONTROLE INTERNO E AUTORIDADES EQUIVALENTES

Aeronáutica: TABIRA DE BRAZ COUTINHO

Agricultura: JOSÉ DANIEL DE ALENCAR

Comunicações: JORGE HELMO DOMINGUES SOARES

DASP/PR: HAMILTON FAVILLA

Educação e Cultura: MARCOS VINICIUS MENDES BASTOS

Exército: MÁRIO SILVA O'REILLY SOUSA

Fazenda: MANOEL FRANCISCO CANCELLA

Indústria e do Comércio: EVALDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Interior: LUIZ MILITINO DE VASCONCELOS

Justiça: HAROLDO MATEU VENÂNCIO

Marinha: GERALDO DE SOUZA VIEIRA

Minas e Energia: CIRO AKIO MIKAMI (em exercício)

Previdência e Assistência Social: ZELY PINHEIRO DIAS PEREIRA

Relações Exteriores: ALCIDES DA COSTA GUIMARÃES FILHO

Saúde: ULYSSES CÉSAR DE MELO

SEPLAN/PR: SUMIE BUTUEM

SNI/PR: NELSON BARCELOS DA VEIGA FILHO

Trabalho: JOSÉ CARLOS ANTÔNIO

Transportes: JOSÉ XAVIER DE SÁ

BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO

EXERCÍCIO DE 1984

RELATÓRIO

APRESENTADO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO-
-CHEFE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA, PROFESSOR ANTONIO DELFIM NETTO, PELO SECRE-
TÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO, FERNANDO DE OLIVEIRA.

PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A
SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL



I N D I C E

Páginas

Apresentação.....	1
-------------------	---

PARTE I ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Governo João Baptista de Oliveira Figueiredo e o Novo Sistema de Controle Interno.....	5
1980.....	7
1981.....	11
1982.....	12
1983.....	14
Lides Administrativas - 1984.....	16
Instruções Normativas.....	17
Portarias.....	19
Ofícios-Circulares.....	21
Legislação Editada em 1984 com a colaboração da SECIN/SEPLAN/PR.....	31
Cursos, Palestras e Treinamentos.....	38
Acompanhamento Físico-Financeiro Integrado-AFFIN.....	42
Contabilidade.....	46
Auditoria.....	52
Processamento de Dados.....	65
Comissão de Coordenação do Controle Interno-INTERCON..	69
Delegação do México.....	72
Reminiscência.....	74
Agradecimentos.....	79
Anexos:	
Lei nº 7.214, de 15/08/84	83
Decreto-Lei nº 2.169, de 29/10/84.....	85
Decreto-Lei nº 2.191, de 26/12/84.....	89



Decreto nº 89.304, de 17/01/84.....	92
Decreto nº 89.893, de 02/07/84.....	95
Decreto nº 89.950, de 10/07/84.....	96
Decreto nº 89.979, de 18/07/84.....	99
Decreto nº 90.313, de 16/10/84.....	102
Resolução SECIN/Nº 1, de 15/08/84.....	104
Instrução Normativa SECIN/Nº 1, de 17/01/84.....	113
Instrução Normativa SECIN/Nº 2, de 02/02/84.....	116
Instrução Normativa SECIN/Nº 3, de 27/02/84.....	129
Adendo à IN/SECIN/Nº 6, de 10/12/82.....	130

PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

A Autorização e a Execução do Orçamento.....	133
Introdução.....	133
Receitas e Despesas do Tesouro:	
Confronto Previsão/Realização.....	134
Créditos Suplementares Autorizados.....	134
Créditos Suplementares Abertos.....	136
Créditos Especiais.....	137
Créditos Especiais Autorizados no Último	
Trimestre de 1984.....	141
Créditos Extraordinários.....	142
Despesa Autorizada (Final).....	142
A Execução da Receita Orçamentária.....	143
Composição da Receita Orçamentária.....	143
A Arrecadação Regional.....	147
Unidades Federativas (ordem alfabética)	
Arrecadação.....	149
Unidades Federativas mais Expressivas.....	150
Principais Unidades Federativas - Confronto 1984/1983..	150
Receitas Comparadas - 1983/1984.....	153
Receita Tributária.....	154
Análise dos Principais Tributos.....	155



Elenco de Taxas.....	158
Receita de Contribuições.....	158
Receita Patrimonial.....	161
Receita Agropecuária.....	161
Receita Industrial.....	162
Receita de Serviços.....	163
Transferências Correntes.....	165
Outras Receitas Correntes.....	165
Receitas de Capital.....	166
Imposto Territorial Rural.....	167
FINSOCIAL.....	168
Incentivos Fiscais.....	170
Balanco Orçamentário.....	172
Execução da Despesa.....	172
Despesa por Poder.....	173
Desdobramento da Despesa.....	174
Despesa por Função.....	176
Despesas de Pessoal.....	178
Resultado da Execução Orçamentária.....	180
Poupança do Setor Público.....	180
Administração Indireta - Fluxo dos Balanços.....	181
Fundos Especiais Autônomos.....	181
Entidades - Alterações.....	182
Dispêndios Públicos - Setorização.....	183
Quadros Demonstrativos:	
Receita Orçamentária 1981/1994.....	184
Receita Orçamentária - Por Unidade Federativa-1984..	185
Despesa por Órgãos, Segundo sua Natureza - 1984....	186
Despesa por Funções, Segundo a Categoria	
Econômica - 1984.....	187
Despesa da União - Orçamento Econômico-1981/1984...	188
Despesa da União - Ministérios/Órgãos - 1981/1984..	189
Despesa por Unidade da Federação - 1984.....	190
Dívida Ativa da União - 1984.....	191
Balanco Financeiro.....	192



Operações Orçamentárias.....	192
Operações Extraorçamentárias.....	193
Interligação - Sistemas Contábeis.....	195
Saldo do Exercício Anterior (1983).....	195
Saldo para o Exercício Seguinte (1985).....	196
Dívida Flutuante - LTN's.....	197
Agentes Financeiros.....	197
Demonstrativo das Contas "Receita e Despesa" da	
União no Banco do Brasil S.A.....	198
Balanco Patrimonial.....	199
Ativo e Passivo.....	199
Financeiro.....	200
Disponível.....	200
Vinculado.....	201
Realizável.....	201
Exigibilidade.....	202
Restos a Pagar - Análise.....	203
Pendentes - Credores.....	203
Permanente.....	204
Créditos.....	204
Dívida Ativa da União - Comentário.....	205
Valores.....	206
Diversos.....	206
Saldo Patrimonial.....	207
Resultado Financeiro.....	208
Superávit Financeiro - Visão Esquemática.....	209
Resultado Patrimonial.....	210
Balanco de Compensação.....	214
Ativo Compensado.....	214
Passivo Compensado.....	215
Resumo dos Superávits.....	216
Patrimônio Líquido - Evolução 1980/1984.....	217
Gráficos - Explicação Necessária.....	219
Gráficos:	
Receitas Correntes - Evolução no Período 1980/1984.	220



Receita Tributária - Composição e Evolução	
1982, 1983 e 1984.....	221
Receita Tributária - Discriminação por Tributos....	222
Receita Tributária - Evolução 1980/1984.....	223
Receita Patrimonial - Evolução 1980/1984.....	224
Receita Industrial - Evolução 1980/1984.....	225
Receita Arrecadada - Segundo as Regiões.....	226
Receita Arrecadada - Por Unidade da Federação.....	227
Despesa Realizada - Orçamento e Créditos Adicionais	228
Despesa Orçamentária Realizada -	
Evolução 1980/1984.....	229
Despesa Orçamentária Realizada - Por Funções.....	230
Despesa Realizada - Por Beneficiário.....	231

APÊNDICE

MATÉRIA PRODUZIDA POR FONTES DA ÁREA ECONÔMICO-FINANCEIRA

Apêndice:

Desempenho das Autoridades Monetárias.....	233
Programação Financeira do Tesouro Nacional.....	244
Administração Tributária.....	253
Mercado Segurador.....	268
Sistema Nacional de Seguros Privados.....	290
O Desempenho da Economia Brasileira.....	297
Agradecimento Final.....	304



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROFESSOR ANTONIO DELFIM NETTO
DD. MINISTRO DE ESTADO-CHEFE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Honra-me colocar em mãos de Vossa Excelência o
presente

RELATÓRIO

no qual a Secretaria-Central de Controle Interno retrata as
atividades técnico-administrativas desenvolvidas durante o
exercício financeiro de 1984.

Esta narrativa é parte dos Balanços-Gerais da
União/1984, assim estruturados:

1º VOLUME - RELATÓRIO

PARTE I - *Atividades Administrativas*

PARTE II - *A Execução do Orçamento e a Situação da
Administração Financeira Federal*

2º VOLUME - BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARTE I - *Administração Direta*

PARTE II - *Autarquias, Fundos Especiais Autônomos,
Empresas Públicas e Fundações*

3º VOLUME - RECEITA E DESPESA

PARTE I - *Receita Orçamentária Previsão e Realização*

PARTE II - *Despesa Orçamentária Autorizada*

PARTE III - *Despesa Orçamentária Realizada*



O 2º Volume abriga os Balanços-Gerais propriamente ditos e deste modo organizados:

PARTE I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, a demonstrar as receitas e as despesas autorizadas, colocadas em confronto com as respectivamente realizadas e definindo o resultado obtido;

BALANÇO FINANCEIRO, a exhibir as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extraorçamentários e as disponibilidades financeiras;

BALANÇO PATRIMONIAL, a condensar o Ativo e Passivo Financeiros, o Ativo e Passivo Permanentes e o Saldo Patrimonial; e

BALANÇO DE COMPENSAÇÃO, a expor as contas de ordem representativas de direitos e obrigações assumidos pela Administração Federal e de cujos atos e fatos é passível de afetação o patrimônio público.

PARTE II - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(Autarquias, Fundos Especiais Autônomos, Empresas Públicas e Fundações Subvencionadas)

Aqui são reproduzidos os Balanços Financeiros e Patrimoniais das entidades componentes da administração indireta, salvo as sociedades de economia mista.



O 3º e último Volume encerra a Receita Orçamentária, prevista e arrecadada e, também, a Despesa Orçamentária, autorizada e realizada, inclusive os compromissos do exercício a liquidar (Restos a Pagar) e as dotações não objeto de empenho (Créditos não Utilizados).



PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS



O GOVERNO JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

E O NOVO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O Colégio Eleitoral, composto de 686 delegados, estará elegendo no dia 15 de janeiro de 1985 o novo Presidente que dirigirá os destinos do Brasil a partir de 15 de março, quando se encerrará o mandato do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, cumprido entre 15/03/79 e 15/03/85.

Consideramos de nosso dever funcional deixar aqui registrado, nesta derradeira oportunidade, e em face desse evento, o retrato, embora sucinto, dos atos e fatos ligados ao Sistema de Controle Interno, ocorridos durante esta administração. Nossa intenção é dúplice, no caso:

- a) *recordar as atividades desenvolvidas em nosso campo no período de 1980 a 1984; e*
- b) *permitir a nosso sucessor recolher visão razoável para a tomada de decisões, sem precisar recorrer a instrumentos antigos, guardados, todavia, em nossos arquivos.*

A HISTÓRIA DO CONTROLE INTERNO

Cada qual molda as coisas a seu gosto, ainda que o produto seja louvado por uns e execrado por outros. As notas musicais escolhidas por um Chopin, um Strauss, um Verdi

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

ou um Carlos Gomes são as mesmas de que se utilizam outros compositores menos famosos. As tintas usadas por um Goya, um Rubens, um Modigliani, um El Greco, um Pedro Américo ou um Benedito Calixto são iguais às utilizadas por um borra-tintas qualquer. A diferença é que alguns artistas da música e da pintura continuam eternos mercê da grandiosidade das obras que lhes perpetuam o nome. Quando Leonardo da Vinci pintou a "Última Ceia" ou Michelângelo a "Mona Lisa", por exemplo, jamais poderiam supor continuasse o Mundo de Hoje a lhes cultuar a memória.

Os ingredientes utilizados podem sepultar ou eternizar a obra e seu autor: depende de como ele se lança ao trabalho, fazendo-o não apenas com técnica e maestria, e empregando amor e dedicação, ou se o faz para desvencilhar-se displacentemente da tarefa encomendada. A diferença, contudo, não será percebida por ele, senão pela sensibilidade dos observadores que virão depois.

As leis, por si mesmas — como as notas musicais e as tintas — são frias, dependentes de conjunto e harmonia. Filiam-se a quem as respeite, execute ou as faça cumprir. Alguém já disse que a lei é um mínimo de moral exigido pela convivência social. Podemos fazer dela, portanto, o instrumento ideal para realizar nossa aspiração, que se confundirá com a do legislador — sob honradez, caráter e lealdade — , de bem servir à comunidade. E de servir além do mínimo imposto por ela, inter-pretando ou adivinhando-lhe, mais do que as simples palavras contidas, a vontade e a intenção, dentro da teleologia (ou estudo da finalidade), a fim de que a Moral não seja fragmentada , mas, cultuada em sua inteireza.

Tivemos em mente esses princípios éticos quando nos lançamos ao trabalho: cumprir a lei com entusiasmo e extrair-lhe das entrelinhas o verdadeiro significado. Assim, edificamos até agora, com nossa equipe, o novo Sistema de Controle Interno, em substituição ao sistema de Inspetorias-Gerais de



Finanças, sob nossa direção também construído a partir dos idos de 1967.

O novo perfil do Controle Interno começou na gestão do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, através do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979. Seus frutos começaram a ser colhidos a partir de 1980. Os relatórios por nós apresentados a partir dessa época destacaram e analisaram cada um dos eventos produzidos, agora sumariamente rememorados, em ordem cronológica.

1980

Os principais instrumentos normativos produzidos em 1980 foram os seguintes:

Decreto nº 84.362, de 31/12/79

Dispõe sobre a estrutura de controle interno aplicável a recursos de qualquer natureza, estabelece novos instrumentos de fiscalização e acompanhamento da despesa pública e dá outras providências

Portaria nº 01, de 08/01/80, da SECIN

Delega competência aos Secretários de Controle Interno e autoridades equivalentes ao antigo cargo de Inspetor-Geral de Finanças dos Ministérios Cíveis e Órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para executar a atividade de auditoria contábil e produzir as operações de contabilidade analítica até que a Secretaria-Central de Controle Interno disponha de estrutura para assumir os encargos fixados pelo Decreto nº 84.362/79



Portaria nº 02, de 23/01/80, da SECIN

Constitui seis Grupos de Trabalho visando a implementar as medidas do Decreto nº 84.362/79, nos seguintes campos:

- I - Situação das atuais ISF's e Núcleos
- II - Situação das atuais áreas de auditoria
- III - Auditoria Contábil e Física
- IV - Acompanhamento Físico-Financeiro
- V - Processamento de Dados
- VI - Nova estruturação das Secretarias de Controle Interno

Portaria nº 03, de 24/01/80, da SECIN

Constitui Grupo de Trabalho, nos moldes da Portaria nº 02/80, para o campo de

- VII - Plano de Contas, Normas e Manuais de Administração Financeira e de Contabilidade

Portaria nº 07, de 21/02/80, da SECIN

Constitui Grupo de Trabalho, nos moldes das Portarias nºs 02 e 03/80, para o campo de

- VIII - Processamento de Dados

Portaria nº 08, de 06/03/80, da SECIN

Constitui Grupo de Trabalho, nos moldes das Portarias nºs 02, 03 e 07/80, para o campo de

- IX - Plano de Contas, Normas e Manuais de Administração Financeira e de Contabilidade para 1981 e levantamento e consolidação do Balanço - Geral da União/1980

b) determina o encaminhamento dos trabalhos



produzidos pelos GT's VII e VIII ao Grupo ora instituído

c) revoga as Portarias nºs 03 e 07/80

Instrução Normativa nº 001, de 09/04/80, da SECIN

Atualiza o Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta

Instrução Normativa nº 002, de 10/04/80, da SECIN

- 1) complementa e atualiza normas para descentralização, movimentação e utilização de créditos orçamentários e adicionais
- 2) aprova modelos de balancetes e demonstrativos e estabelece normas para remessa à SECIN dos elementos necessários à prestação de contas do exercício financeiro

Portaria nº 09, de 29/04/80, da SECIN

- 1) constitui Grupo de Trabalho, nos moldes da Portaria nº 08/80, para o campo de
X - Implementação das Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças (DECOF's) e Delegacias-Regionais de Auditoria (DERAU's) - Identificação de custos
- 2) determina o encaminhamento da matéria produzida pelos GT's I e II à Coordenação do Grupo ora criado
- 3) derroga a Portaria nº 02/80, no aspecto dos GT's I e II, cujas tarefas já foram cumpridas

Portaria nº 140, de 23/09/80, do Ministro-Chefe da SEPLAN

Delega competência ao Secretário-Central de Controle Interno para atualizar a matéria dos artigos 111 a 113 da Lei nº 4.320/64, inclusive seus quadros e anexos.

Decreto nº 85.233, de 06/10/80

Dispõe sobre o Grupo-Atividades Específicas de Controle Interno e dá outras providências

Decreto nº 85.234, de 06/10/80

Aprova o Regulamento do Órgão Central e dos Órgãos Setoriais dos Sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria e dá outras providências

Lei nº 6.856, de 18/11/80

Fixa os valores de retribuição do Grupo-Atividades Específicas de Controle Interno, autoriza a estruturação de cargos e funções de órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno e dá outras providências

Decreto-Lei nº 1.815, de 09/12/80

Dispõe sobre apuração de resultados do exercício financeiro e dá outras providências

Instrução Normativa nº 003, de 18/12/80, da SECIN

Disciplina, com apoio no Decreto-Lei nº 1.815/80, as figuras de:

- a) apuração de resultados do exercício
- b) restos a pagar

Siglas das Unidades da Secretaria-Central de Controle Interno e das Secretarias de Controle Interno

Vide páginas 244 e 245 do Relatório das Atividades Administrativas anexo aos Balanços-Gerais da União/1980

1981

Foram os seguintes os principais instrumentos editados:

Portaria nº 008, de 20/01/81, do Ministro-Chefe da SEPLAN/PR

Expede o Regimento Interno da Secretaria-Central de Controle Interno

Instrução Normativa nº 001, de 02/02/81, da SECIN

Disciplina a composição dos processos de tomada e prestação-de-contas relativamente a 1980

Instrução Normativa nº 002, de 12/02/81, da SECIN

Atualiza o Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta

Instrução Normativa nº 003, de 23/02/81, da SECIN

Disciplina a figura de "Despesas de Exercícios Anteriores"

Instrução Normativa nº 004, de 03/09/81, da SECIN

Atualiza o formulário "Demonstrativo da Despesa Autorizada"

Instrução Normativa nº 005, de 26/10/81, da SECIN

Delega competência a Secretários de Controle Interno e autoridades de atribuição equivalente para inscreverem Restos a Pagar de 1981

Portaria nº 148, de 04/11/81, do Ministro-Chefe da SEPLAN/PR

Fixa prazos de entrega de documentos à Secretaria de Controle Interno da SEPLAN, com vistas aos Balanços-Ge-

rais da União/1981

Portaria nº 198, de 23/12/81, do Ministro-Chefe da SEPLAN

Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Controle Interno da SEPLAN

1982

Os instrumentos de maior relevo expedidos são:

Instrução Normativa nº 001, de 08/01/82, da SECIN

Disciplina a composição dos processos de prestação e tomada-de-contas a partir do exercício financeiro de 1981

Decreto nº 86.863, de 19/01/82

- 01) Cria e inclui na Tabela Permanente da SEPLAN funções de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100
- 02) Cria no Quadro Permanente da SEPLAN funções de confiança do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, código DAI-110

Instrução Normativa nº 003, de 27/05/82, da SECIN

Delega competência a Secretários de Controle Interno e autoridades de atribuição equivalente para reconhecer "Despesas de Exercícios Anteriores" classificadas nos elementos e sub-elementos que especifica

Instrução Normativa nº 004, de 30/08/82, da SECIN

- 1) Expede Normas Gerais de Administração Orçamentária e Financeira



- 2) Elimina, no resultado final dos cálculos, as frações de Cruzeiro

Portaria nº 162, de 28/09/82, do Ministro-Chefe da SEPLAN

- 1) Implementa as Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças nos Estados
- 2) Estabelece que os serviços de contabilidade analítica nos Territórios do Amapá e de Roraima competem à DECOF's no Pará e Amazonas, respectivamente
- 3) Jurisdiciona às DECOF's de Goiás e São Paulo, correspondentemente, os trabalhos de contabilidade analítica nos Estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul

Instrução Normativa nº 005, de 08/11/82, da SECIN

Adita a IN/004/82 para dar nova redação ao item 97 e aprova o modelo "Continuação do Empenho nº ..."

Portaria nº 003, de 22/11/82, da SECIN

Institui Representação da SECIN nos Territórios do Amapá e de Rondônia, cujos trabalhos continuam vinculados às DECOF's Pará e Amazonas

Portaria nº 233, de 24/11/82, do Ministro-Chefe da SEPLAN

- 1) Implementa as DERAU's com sede no Distrito Federal e nas Capitais dos Estados: Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, cujas áreas de jurisdição se definem no Anexo à Portaria
- 2) Considera desativadas as atuais Divisões de Auditoria dos Ministérios Cíveis, do DASP e da própria SEPLAN

Decreto-Lei nº 1.970, de 29/11/82

Elimina as frações de Cruzeiro no resultado final dos cálculos das operações de natureza orçamentária, financeira e contábil da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal

Instrução Normativa nº 006, de 10/12/82, da SECIN

Consolida a codificação das unidades gestoras jurisdicionadas aos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, para uso em programas de processamento de dados a partir de 1983

Instrução Normativa nº 007, de 23/12/82, da SECIN

Delega competência a Secretários de Controle Interno e autoridades de atribuição equivalente para procederem à inscrição de Restos a Pagar de 1982

1983

São estes os instrumentos mais expressivos:

Instrução Normativa nº 001, de 17/01/83, da SECIN

Atualiza o "Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta"

Instrução Normativa nº 002, de 29/03/83, da SECIN

Edita novo Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta consolidando alterações e aperfeiçoamentos

Instrução Normativa nº 003, de 29/06/83, da SECIN

Aprova adequações ao Plano consolidado objeto da IN/002/83-SECIN



Ofício-Circular nº 19, de 08/03/83, da SECIN

Comunica que a Secretaria-Central de Controle Interno se instalou em 07/03/83 no Edifício INTERCON, situado no SRTVS-Lote 8, CEP 70.330, em Brasília/DF

Ofício-Circular nº 23, de 27/04/83, da SECIN

Atualiza o Manual de Instrução DAPRO/SECIN nº 1/82, para adequar o processamento de dados ao Plano de Contas Único

Instrução Normativa nº 004, de 15/07/83, da SECIN

Disciplina a concessão, liberação de recursos e prestação-de-contas de subvenções sociais e auxílios financeiros

Instrução Normativa nº 005, de 03/08/83, da SECIN

Regula a elaboração e o destino de documentos contábeis ligados ao novo Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta

Ofício-Circular nº 41, de 22/08/83, da SECIN

Comunica a aprovação, pelo Tribunal de Contas da União, de dilação de prazo para apresentar os exames auditoriais de tomadas e prestações-de-contas de órgãos e entidades da Administração Federal, referentes a 1982 e exercícios anteriores

Instrução Normativa nº 006, de 31/10/83, da SECIN

Dispõe sobre a distribuição de exemplares dos Balanços-Gerais da União (157 conjuntos)

Instrução Normativa nº 007, de 31/10/83, da SECIN

Altera prazos de entrega de balancetes mensais e demonstrativos à SECIN



Instrução Normativa nº 008, de 02/12/83, da SECIN

Delega competência a Secretários de Controle Interno e autoridades de equivalente atribuição para inscreverem, em Restos a Pagar, despesas empenhadas e não pagas

LIDES ADMINISTRATIVAS - 1984

As medidas legais, regulamentares e regimentais produzidas em 1984 — importante é observar — tiveram por escopo a complementaridade das providências impostas pela estruturação institucional da área de controle.

Consideramos que o instrumental obtido em 1984, aliado aos trabalhos anteriores efetivados, terá constituído o coroamento de todo o arcabouço legal do aparelho controlador, sem embargo dos preciosos subsídios julgados aconselháveis em 1985 e dentro da normal concepção dinamizadora do serviço público.

As lides administrativas de maior relevância, institucionalizadas no ano recém-findo, podem ser emolduradas nos instrumentos a seguir identificados.



INSTRUÇÕES NORMATIVAS

IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 001, DE 17/01/84

- 1) Implementa o acompanhamento físico-financeiro de programas de trabalho, previsto na Portaria GM-008/81;
- 2) Aprova os modelos das Fichas de Cadastramento/Programação (F.1) e de Acompanhamento (F.2);
- 3) Estabelece o fluxo de documentos que produzirão as informações necessárias à implementação do Sistema AFFIN, consoante Anexo I;
- 4) Determina:
 - a) no 1º semestre, o acompanhamento dos projetos e atividades da administração direta;
 - b) a partir do 2º semestre, o acompanhamento também dos projetos e atividades da administração indireta, exclusive as sociedades de economia mista;
- 5) Recomenda aos Ministérios Militares e Órgãos da Presidência da República seja o Sistema AFFIN desenvolvido através de unidades de sua própria estrutura.



IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002, DE 02/02/84

Disciplina a composição dos processos de toma-da-de-contas e prestação-de-contas da Administração Federal, relativamente aos exercícios financeiros de 1983 e seguintes

IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 003, DE 27/02/84

- a) altera redação do item 63 da Instrução Normativa SECIN/
/SEPLAN/PR/Nº 004, de 30.08.82;
- b) aprova a "Guia Financeira", cujo modelo anexa, e fixa da
ta-termo de 01.04.84 a partir da qual esse documento pas-
sará a ser uniformemente exigido pelas Delegacias-Regio -
nais de Contabilidade e Finanças

PORTARIAS

Excluídas as Portarias de abrangência funcional, relativas a designação, dispensa, localização ou substituição de servidores, foram expedidas as seguintes Portarias, de interesse geral:

PORTARIA Nº 100, DE 13 DE JUNHO DE 1984

Delega competência aos Delegados Regionais de Contabilidade e Finanças da Secretaria-Central de Controle Interno para designar e dispensar os ocupantes de funções compreendidas nos Grupos-Direção e Assistência Intermediárias

PORTARIA Nº 102, DE 19 DE JUNHO DE 1984

Delega competência às autoridades nomeadas para, observada a disciplina das Instruções Normativas SECIN/SEPLAN/PR/Nºs 003, de 18 de dezembro de 1980 e 004, de 30 de agosto de 1982, autorizarem a inscrição, em Restos a Pagar, de despesas empenhadas e não pagas no próprio exercício, assim como os respectivos cancelamentos

PORTARIA Nº 117, DE 11 DE SETEMBRO DE 1984

Constitui Grupo-de-Trabalho com a incumbência de, no prazo de 90 dias, planejar e propor o treinamento a aplicar aos servidores das áreas de administração financeira, contabilidade, auditoria e processamento de dados, com vistas a aprimorar os serviços integrados ao Sistema de Controle Interno



PORTARIA Nº 122, DE 11 DE OUTUBRO DE 1984

Inclui no Grupo-de-Trabalho constituído pela Portaria nº 117, de 11 de setembro de 1984, os membros que identifica

PORTARIA Nº 128, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1984

Delega competência ao Secretário de Controle Interno do Ministério dos Transportes para reconhecer "Despesas de Exercícios Anteriores" (elemento 3.1.9.2) em decorrência do encerramento da gestão do Fundo da Marinha Mercante pela extinta autarquia federal Superintendência da Marinha Mercante (SUNAMAM)

OFÍCIOS-CIRCULARES**CIRC/Nº 001, DE 02/01/84**

DESTINATÁRIOS: Unidades da SECIN, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: Atualização do esquema de Classificação da Receita

Transmite, sob cópia, a Portaria SOF/SEPLAN/PR nº 032/83, publicada no DOU de 15/12/83, sobre o assunto

CIRC/Nº 002, DE 02/01/84

DESTINATÁRIOS: Unidades da SECIN, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: Resolução nº 213/83-TCU

Transmite, sob cópia, a Resolução nº 213/83, de 07/12/83, publicada no DOU de 22/11/83, do Tribunal de Contas da União, alterando artigos da Resolução nº 206/80, dispondo sobre o exercício da auditoria financeira e orçamentária e o julgamento das contas dos responsáveis por bens e valores públicos

CIRC/Nº 003, DE 05/01/84

DESTINATÁRIOS: Unidades da SECIN

ASSUNTO: DSI - Preenchimento "FIS"

Por solicitação da Divisão de Segurança e Informações da SEPLAN/PR, recomenda a observância de critérios mais rigorosos no preenchimento da "Ficha de Indicação de Servidor"

CIRC/Nº 004, DE 05/01/84

DESTINATÁRIOS: Unidades da SECIN

ASSUNTO: Pessoal - Petições

Recomenda sejam as petições, requerimentos e outros expedientes de interesse pessoal encaminhados através da

chefia a que esteja diretamente subordinado o requerente

CIRC/Nº 005, DE 16/01/84

DESTINATÁRIOS: Unidades da SECIN, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: Decreto nº 89.265, de 29/12/83

Transmite, sob cópia, o Decreto referenciado, que estabelece normas de execução orçamentária e define a programação financeira para o exercício financeiro de 1984

CIRC/Nº 006, DE 03/02/84

DESTINATÁRIOS: Unidades da SECIN, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: IN/SECIN/Nº 002/84

Oferece cópia da IN/Nº 002, de 02 de fevereiro de 1984, que disciplina a composição de processos de tomada-de-contas e prestação-de-contas dos exercícios de 1983 e subsequentes

CIRC/Nº 007, DE 20/02/84

DESTINATÁRIOS: Unidades da SECIN

ASSUNTO: Administração Direta - Benefícios a servidores -
Uniformidade de Procedimentos

Encaminha formulário denominado "Benefícios a Servidores", a ser preenchido pelas unidades orçamentárias e administrativas, o qual permitirá identificar e uniformizar despesas realizadas a título de "auxílio-alimentação", "auxílio-transporte", "auxílio-saúde", "auxílio-moradia" e outras

CIRC/Nº 008, DE 27/02/84

DESTINATÁRIOS: Unidades da SECIN, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: Fundos de Investimentos - IN/SECIN/Nº 002/84

Recomenda sejam as prestações-de-contas dos fundos de investimentos apresentadas à SECIN até 90 dias após



término do exercício financeiro fixado, a fim de serem presentes, depois de auditadas, ao Tribunal de Contas da União, dentro dos 90 dias subseqüentes, isto é, 180 dias da data de encerramento do respectivo exercício financeiro

CIRC/Nº 009, DE 27/02/84

DESTINATÁRIOS: Unidades da SECIN, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: IN/SECIN/Nº 003/84 - Cria Guia Financeira e dá nova redação ao item 63 da IN/004/82

Oferece exemplar da Instrução Normativa nº 003 , de 27 de fevereiro de 1984, assim resumida:

- a) dá nova redação ao item 63 da IN/SECIN/Nº 4/82;
- b) aprova "Guia Financeira", a ser preenchida pela unidade gestora sempre que houver emissão de cheque bancário;
- c) recomenda seja esse formulário exigido pelas DECOF's, uniformemente, a partir de 01/04/84.

CIRC/Nº 010, DE 21/03/84

DESTINATÁRIOS: DECOF's e Ciset's

ASSUNTO: Processo Seletivo

Encaminha, sob cópia, para conhecimento dos servidores interessados, o Parecer nº 173/84, de 02/03/84, da SEPEC/DASP, que esclarece dúvidas levantadas pela SECIN e encaminhadas à SEPEC através do OF.DP/SEPLAN/PR/Nº 0032, de 15/01/84

CIRC/Nº 011, DE 12/04/84

DESTINATÁRIOS: DECOF's e Ciset's

ASSUNTO: IN/SECIN/Nº 004/82 - Item 97

Prontifica-se a SECIN a receber das unidades orçamentárias localizadas no Distrito Federal a 1ª via das Notas



Orçamentárias e a 4ª via das Notas Financeiras, para encaminhá-las, via malote, às DECOF's nos Estados, a fim de eliminar os atuais atrasos reclamados

CIRC/Nº 012, DE 14/05/84

DESTINATÁRIOS: Todos

ASSUNTO: Balanços-Gerais da União/1983

Oferece um conjunto dos Balanços-Gerais da União-Exercício de 1983, em três volumes

CIRC/Nº 013, DE 23/05/84

DESTINATÁRIOS: Unidades da SECIN e Ciset's

ASSUNTO: Plano de Contas Único (atualização)

Oferece, em forma de anexo, as adequações ao Plano de Contas Único, com validade a partir das operações de janeiro de 1984 e decorrentes, em grande parte, da implantação, pela Secretaria da Receita Federal, do projeto SIFF-Sistema de Informação do Fluxo de Receitas Federais, que objetiva aprimorar o fluxo da arrecadação

CIRC/Nº 014, DE 29/05/84

DESTINATÁRIOS: Todos

ASSUNTO: Manual de Instrução (atualização)

Em decorrência da atualização do Plano de Contas Único, especificada através do OF.CIRC/Nº 013/84, encaminha as páginas de números 91 e 92, em substituição às de igual número do Manual de Instrução nº 001/82 da DAPRO/SECIN

CIRC/Nº 015, DE 12/06/84

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Designação de Funções



Autoriza a prática de atos de designação e dispensa de funções, de acordo com o Regimento Interno da SECIN, aprovado pela Portaria Ministerial nº 008, de 20/01/81

CIRC/Nº 016, DE 04/07/84

DESTINATÁRIOS: Unidades da SECIN

ASSUNTO: Bilhetes de Passagens Aéreas

Em face da necessidade de se operacionalizarem as orientações constantes do MEMO/CIRC/Nº 001, de 17/01/83, do DA/SEPLAN, faz recomendações com vistas ao eficaz controle de deslocamentos de servidores da SECIN

CIRC/Nº 017, DE 09/07/84

DESTINATÁRIOS: Unidades da SECIN

ASSUNTO: Grupo-CI-1800 - Atividades Específicas de Controle Interno

Encaminha, sob cópia, o Parecer da Consultoria Jurídica do DASP, CJ/Nº 16/84, aprovado pelo Sr. Diretor-Geral do DASP em 03/07/84, que trata da escolaridade e processo seletivo para ingresso de servidores no Grupo-CI-1800-Atividades Específicas de Controle Interno

CIRC/Nº 017, DE 09/07/84

DESTINATÁRIOS: DERAU's

ASSUNTO: CNPS - Resoluções Normativas nºs 04 e 05/84

Anexa, sob cópia, os ofícios-circulares nºs 247 e 248/84, do Conselho Nacional de Política Salarial, transcrevendo suas Resoluções Normativas nºs 04 e 05/84, de 14/06/84 e o ofício nº 436, de 09/07/84, dirigido pela SECIN em resposta àquele Órgão



CIRC/Nº 019, DE 27/07/84

DESTINATÁRIOS: Todos

ASSUNTO: DECOF/MA - Novo endereço

Comunica novo endereço da Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças no Estado do Maranhão

CIRC/Nº 020, DE 16/08/84

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Treinamento

Solicita a indicação de servidor, de escolaridade de nível superior, com experiência em área de administração financeira, contabilidade ou processamento de dados, que possa transmitir seus conhecimentos na monitoria de cursos de treinamento, ou através da elaboração de monografias, apostilas e estudos técnicos

CIRC/Nº 021, DE 17/08/84

DESTINATÁRIOS: Ciset's e DECOF's

ASSUNTO: Arquivo (documentos)

Comunica que os processos de despesas poderão ser devolvidos pelas DECOF's aos órgãos de origem quando aprovadas as contas dos respectivos gestores

CIRC/Nº 022, DE 17/08/84

DESTINATÁRIOS: Todos

ASSUNTO: Correção Monetária (ajuste de)

Balanço de Sociedade de Economia Mista

Retransmite colaboração recebida da Ciset/Minter, consubstanciada em seu ofício nº 519, de 06/08/84, sobre consulta formulada à Secretaria da Receita Federal quanto a procedimentos a adotar no cálculo da correção monetária do ativo per-



manente em valor suficiente para compensar a correção das contas do patrimônio líquido

CIRC/Nº 023, DE 29/08/84

DESTINATÁRIOS: DECOF's

ASSUNTO: Processo Seletivo (item II)

Encaminha, sob cópia, a programação para desenvolvimento do processo seletivo às categorias funcionais de Técnico de Controle Interno e Assistente de Controle Interno

CIRC/Nº 024, DE 29/08/84

DESTINATÁRIOS: Unidades da SECIN e Ciset/SEPLAN

ASSUNTO: Legislação Básica

Remete a cada unidade uma coleção da obra em epígrafe, de autoria de José Daniel de Alencar

CIRC/Nº 025, DE 31/08/84

DESTINATÁRIOS: Ciset's

ASSUNTO: Grupo CI-1800

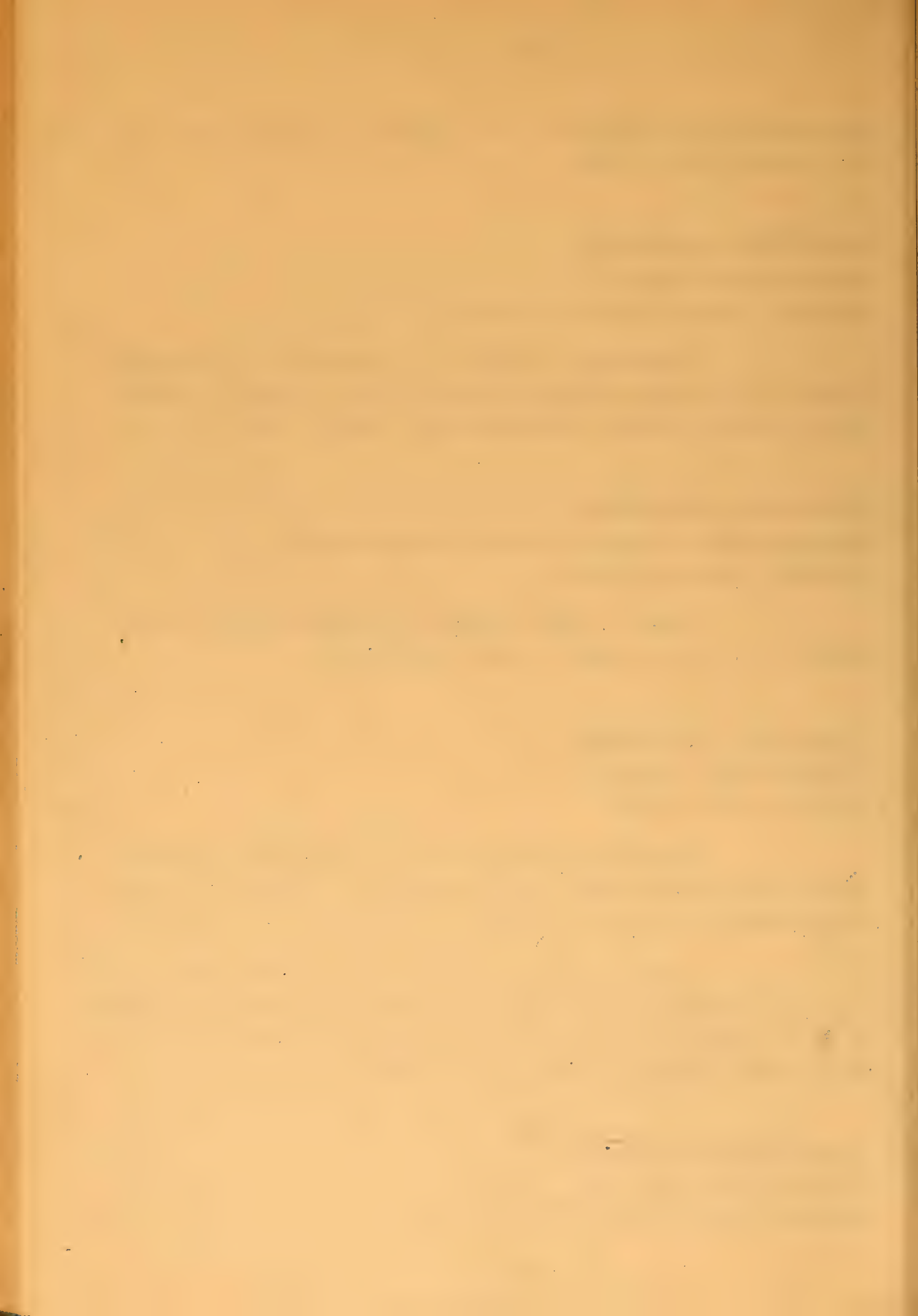
Encaminha cópia do Parecer COLEPE/DASP nº 769/84, esclarecendo dúvidas sobre o aproveitamento dos servidores que ingressaram em órgãos de controle interno após 31 de dezembro de 1979.

Remete, também, cópia do Ofício SECIN/SEPLAN nº 498, de 14/08/84, dirigido ao Departamento de Pessoal da SEPLAN e no qual sugere ser oportuna a realização de processo seletivo de ascensão funcional, o mais breve possível

CIRC/Nº 026, DE 13/09/84

DESTINATÁRIOS: Diversos

ASSUNTO: Abertura de Créditos Adicionais



Oferece o resumo dos créditos adicionais abertos

CIRC/Nº 027, DE 17/09/84

DESTINATÁRIOS: Diversos

ASSUNTO: Abertura de Créditos Adicionais

Oferece o resumo dos créditos adicionais abertos

CIRC/Nº 028 - NÃO FOI EXPEDIDO

CIRC/Nº 029, DE 04/10/84

DESTINATÁRIOS: Todos

ASSUNTO: Departamento de Imprensa Nacional - Serviços Gráficos

Sugere e recomenda a todos os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, a utilização do parque gráfico da Imprensa Nacional, à vista dos excelentes trabalhos que tem produzido e dos preços cobrados, bastante inferiores aos do setor privado

CIRC/Nº 030, DE 05/10/84

DESTINATÁRIOS: Todos

ASSUNTO: Bens Imóveis da União (atualização e registros)

Para atualizar o registro contábil dos bens imóveis da União, solicita aos responsáveis por sua administração e controle que procedam a seu inventário em 30/09/84

CIRC/Nº 031, DE 17/10/84

DESTINATÁRIOS: Todos

ASSUNTO: Decreto nº 90.313, de 16/10/84

Exercício Financeiro - Encerramento

Esclarece pontos principais do Decreto nº 90.313/84, que tem por objetivo possibilitar ao Excelentíssimo Senhor

Presidente da República apresentar ao Congresso Nacional, ainda dentro de seu mandato, até 15 de março de 1985, as Contas referentes ao exercício financeiro de 1984

CIRC/Nº 032, DE 13/11/84

DESTINATÁRIOS: DERAU/RJ e DECOF's

ASSUNTO: Processo Seletivo

Encaminha Boletim de Serviço Especial, que trata da homologação das inscrições dos candidatos concorrentes ao processo seletivo para primeira composição do Grupo-CI-1800 (FA SE I), para ciência dos interessados

CIRC/Nº 033, DE 16/11/84

DESTINATÁRIOS: Unidades da SECIN, Ciset's e Órgãos

ASSUNTO: Coeficiente de Atualização Monetária

Retransmite colaboração da Ciset/Minter, consubstanciada em quadro atualizado dos Valores de Referência de que trata o Decreto nº 90.395, de 06/11/84

CIRC/Nº 034, DE 27/11/84

DESTINATÁRIOS: Todos

ASSUNTO: Festividades Natalinas - 1984

Recomenda que as despesas ligadas a festividades natalinas em 1984 obedeçam às mesmas instruções e recomendações contidas na Portaria nº 220, de 10/11/82, do Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República

CIRC/Nº 035, DE 03/12/84

DESTINATÁRIOS: Todos

ASSUNTO: Classificação de Material Permanente

Para efeito de orientação uniforme no tratamento



de classificação de material permanente, oferece cópia do ofício nº 776/84, dirigido à Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças no Estado de Goiás .

CIRC/Nº 036, DE 12/12/84

DESTINATÁRIOS: Unidades da SECIN

ASSUNTO: Substituto eventual

Encaminha, sob cópia, processo com inteiro teor opinativo sobre o instituto da substituição eventual, para divulgação entre os servidores das diversas unidades

CIRC/Nº 037, DE 26/12/84

DESTINATÁRIOS: DECOF's e DERAU/RJ

ASSUNTO: Pessoal - Requisições

Objetiva regularizar a situação de servidores pertencentes a outros órgãos e entidades que não puderam ser aproveitados no processo seletivo à primeira composição do Grupo-CI-1800-Atividades Específicas de Controle Interno



LEGISLAÇÃO EDITADA EM 1984 COM A COLABORAÇÃO DA SECIN/SEPLAN/PR

DECRETO Nº 89.304, DE 17 DE JANEIRO DE 1984

Cria Núcleo de Secretaria de Controle Interno nos Gabinetes da Presidência da República

A estrutura, competência e lotação das unidades integrantes do Núcleo de Secretaria de Controle Interno foram estabelecidas em ato conjunto dos Ministros de Estado-Chefes dos Gabinetes Militar e Civil, consubstanciado na Portaria nº 02-GM/GC, de 30 de abril de 1984

DECRETO Nº 89.893, DE 02 DE JULHO DE 1984

Altera dispositivo do Decreto nº 79.391, de 14 de março de 1977, que dispõe sobre requisição e compra de passagens aéreas por órgãos e entidades da Administração Federal e Fundações sob supervisão ministerial

DECRETO Nº 89.950, DE 10 DE JULHO DE 1984

Modifica a estrutura da Secretaria-Central de Controle Interno da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e dá outras providências

DECRETO Nº 89.979, DE 18 DE JULHO DE 1984

Simplifica procedimentos de controle de recursos orçamentário-financeiros e dá outras providências

Os pontos principais do Decreto são os seguintes:

Art. 1º — As despesas e receitas orçamentárias realizadas por órgão da administração direta federal terão seus documentos comprobatórios arquivados, nos termos do artigo 78, § 5º, do Decreto-Lei nº 200, de 25/02/67, pelo serviço de contabilidade analítica do sistema de controle interno

Art. 2º — As despesas realizadas por Estados, Municípios, Distrito Federal, Territórios, instituições públicas e privadas e, ainda, entidades investidas do poder de arrecadar contribuição parafiscal, quando decorrentes de recursos orçamentários ou transferências da União, inclusive subvenções econômicas e sociais, através de convênio ou outro instrumento delegatório de competência, terão seus documentos comprobatórios arquivados pelos respectivos serviços de contabilidade

Art. 3º — O sistema de auditoria, no âmbito do Poder Executivo, procederá a exame técnico e de mérito das operações realizadas por quem houver aplicado dinheiros públicos, quer através do orçamento, quer mediante transferências, quer, ainda, à conta de quaisquer valores sobre os quais a União tenha o poder de disposição, inclusive nos aspectos físicos e financeiros, qualquer que seja o instrumento concessivo

LEI Nº 7.214, DE 15 DE AGOSTO DE 1984

Extingue a fração do Cruzeiro denominada Centavo e dá outras providências

Regulamentada pela Resolução nº 945, de 21 de agosto de 1984, do Banco Central do Brasil, a Lei nº 7.214/84 veio ampliar o estatuído no Decreto-Lei nº 1970, de 29 de novembro de 1982, que eliminou as frações de Cruzeiro nas operações de natureza orçamentária, financeira e contábil da União. Esta-

dos, Municípios e Distrito Federal. A eliminação de centavos representa o coroamento do esforço realizado pela SECIN a partir da IN-004, de 30 de agosto de 1982

DECRETO Nº 90.313, DE 16 DE OUTUBRO DE 1984

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais ao orçamento, disciplina operações orçamentário-financeiras e dá outras providências

O Decreto nº 90.313, de 16 de outubro de 1984, foi o instrumento destinado a viabilizar a apresentação das Contas referentes ao exercício de 1984 ao Congresso Nacional antes de findar o mandato do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo, a 15 de março próximo.

Publicado no DOU de 17 de outubro, fixou prazos sincrônicos para o encerramento das operações orçamentário-financeiras de 1984, através dos seguintes pontos básicos:

- I - até 10 de novembro poderiam dar entrada na SEPLAN/PR os eventuais pedidos de abertura de créditos suplementares e especiais. Nessa mesma data se encerrariam as solicitações de remanejamento (ou transposição) de dotações orçamentárias, quer compensatoriamente, quer em virtude de recursos derivados do excesso de arrecadação (art. 1º e § único)*
- II - foram admitidos os procedimentos de suplenção automática de recursos vinculados a programas especiais, sempre que houvesse o correspondente excesso de receita (§ 2º do art. 1º). A emissão de empenhos, contudo, mesmo nessa hipótese, não poderia ultrapassar o dia 19 de dezembro*

III - nenhum expediente concessório de créditos adicionais ou de reformulação orçamentária (decretos e portarias da Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF/SEPLAN) deveria ser publicado após 30 de novembro (art. 2º)

IV - as notas orçamentárias (NO's) tiveram no ano de 1984, sua emissão condicionada aos seguintes prazos:

- a) de destaque, até 07 de dezembro
- b) de provisão, até 11 de dezembro
- c) de empenho, até 19 de dezembro (art. 3º, I, III e V)

V - as notas financeiras (NF's) poderiam ser emitidas, em 1984, nos seguintes prazos:

- a) de repasse, até 11 de dezembro
- b) de sub-repasse, até 13 de dezembro
- c) de ordens bancárias de pagamento, até 27 de dezembro (art. 3º, II, IV e VI)

VI - os cheques bancários, em 1984, seriam extraídos até 27 de dezembro (art. 3º, VI).

As Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças-DECOF's, assim como as Unidades de Contabilidade Analítica dos Ministérios Militares e Órgãos da Presidência da República e dos Poderes Legislativo e Judiciário, deveriam receber até o dia útil subsequente a cada prazo fixado, para os registros contábeis, os documentos enumerados nos itens IV, V e VI, supra.

As despesas empenhadas e não pagas deveriam ser relacionadas e submetidas às autoridades delegadas na forma da Portaria SECIN nº 102, de 19 de junho de 1984, para autorizarem a respectiva inscrição em Restos a Pagar. As Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças subordinadas à Secretaria-Central de Controle Interno deveriam entregar a segunda via dessa relação, até 08 de janeiro de 1985, às Secretarias de Controle Interno -



CISSET's dos Ministérios Civis e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

O inventário dos bens e valores em poder de almoxarifados cabia ser entregue à respectiva Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças, ou unidade de contabilidade analítica semelhante, até 31 de dezembro de 1984.

Às Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças da Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN (nos Estados) e, bem assim, as correspondentes unidades de contabilidade analítica, cabia apresentar os balancetes de dezembro (mês 12) à SECIN e às Unidades de Contabilidade Setorial dos respectivos Ministérios e Órgãos, até 21 de janeiro de 1985.

As Secretarias de Controle Interno e Órgãos equivalentes dos Ministérios Militares e da Presidência da República assim como dos Poderes Legislativo e Judiciário, deveriam apresentar até 25 de janeiro de 1985, seus balancetes setoriais (mês 12) à SECIN.

Os organismos referidos no inciso anterior deveriam entregar também à SECIN o balanço de encerramento (mês 13), acompanhado dos balanços das entidades da administração indireta (autarquias, empresas públicas, fundações subvencionadas e fundos especiais autônomos) devidamente incorporados, até 31 de janeiro de 1985.

Forçoso é registrar, contudo, a inobservância que afrontou os prazos de publicação, limitada a 30 de novembro de 1984, de editos relativos a créditos adicionais. Basta dizer que inúmeros casos ocorreram até final de dezembro, numa clara desobediência ao artigo 2º do Decreto nº 90.313/84. Conseqüentemente os prazos de emissão de notas orçamentárias de destaque, provisão e empenho e, bem assim, as notas financeiras de repasse e sub-repasse, refletiram, em cadeia, esses retardamentos.

Diante disso, caberia indagar: quanto tempo demo-

rará ainda para que certas áreas, autoridades e pessoas se compenetrem de que o cumprimento de leis e regulamentos é obrigação a todos imposta coercitivamente? Ou será que já se acostumaram à impunidade?

Em consequência, é de nosso dever advertir que a Secretaria-Central de Controle Interno não poderá ser responsabilizada pelo eventual atraso na apresentação dos Balanços-Gerais da União/1984, cuja entrega — se rigorosamente cumpridas fossem todas as datas fixadas no Decreto nº 90.313/84 —, desejariamos fazer ainda no período do Governo João Baptista de Oliveira Figueiredo (até 15 de março de 1985, portanto), embora a Constituição nos obrigue a fazê-lo até 30 de abril.

DECRETO-LEI Nº 2.169, DE 29 DE OUTUBRO DE 1984

Altera o Decreto-Lei nº 1.928, de 18 de fevereiro de 1982, que dispõe sobre o pagamento prioritário de débitos decorrentes de compromissos em moeda estrangeira, assumidos pela Administração Pública

É de nosso dever ressaltar que tanto o Decreto-Lei nº 1.928, de 18 de fevereiro de 1982, quanto o Decreto-Lei nº 2.169, de 29 de outubro de 1984, que parcialmente o modificou, não contaram, em nenhum momento de sua idealização ou elaboração, com o concurso da Secretaria-Central de Controle Interno, que deles tomou conhecimento através do Diário Oficial.

DECRETO-LEI Nº 2.191, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1984

Altera o Decreto-Lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências

Cabe a especial menção de que este instrumento le



gal concedeu a Gratificação de Controle Interno aos funcionários incluídos na categoria funcional (Grupo-CI-1800-Atividades Específicas de Controle Interno) privativa da Secretaria-Central de Controle Interno, das Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Civis e Órgãos equivalentes da Presidência da República e dos Ministérios Militares. As bases de concessão desse benefício serão de até 80% sobre o valor do vencimento ou salário de referência do servidor, segundo critério estabelecido em Ato do Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Em nome de todos os dirigentes do Sistema de Controle Interno, do maior ao menor grau de hierarquia, a Secretaria-Central de Controle Interno deixa aqui consignado, aos Senhores Ministro Antônio Delfim Netto e Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, o mais emocionado agradecimento dos Técnicos, Assistentes e Auxiliares de Controle Interno, pela concessão dessa mercê, ansiosamente aguardada e propiciadora de uma remuneração mais adequada aos trabalhos técnicos que a nosso pessoal cabe executar. Haverá agora maior entusiasmo nos ramos de administração orçamentária e financeira, de acompanhamento físico-financeiro, de contabilidade analítica, sintética e geral, de auditoria contábil e de programas, e, ainda, das atividades de apoio, inclusive processamento de dados.

O responsável por este relatório sentir-se-á sumamente gratificado se os benefícios do Decreto-Lei nº 2.191/84 puderem apagar a triste memória daquela marmita contendo apenas um pouco de arroz e farinha. Esse terá sido, talvez, o símbolo de nossa luta.

CURSOS, PALESTRAS E TREINAMENTOS

DATA: 02 a 12 de janeiro

LOCAL: SECIN

TEMA: Aula inaugural, Treinamento e Aperfeiçoamento de Auditores (5ª Turma)

EXPOSITOR: Antônio Santos de Oliveira

DATA: 18 a 20 de janeiro

LOCAL: DECOF/ES

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira, Walter Guarizo e Mauro Romão de Siqueira

DATA: 30 de janeiro a 03 de fevereiro

LOCAL: CENTRECON - Itaipava/RJ

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira e Walter Guarizo

DATA: 06 a 17 de fevereiro

LOCAL: SECIN

TEMA: Aula inaugural, Treinamento e Aperfeiçoamento de Auditores (6ª Turma)

EXPOSITOR: Antônio Santos de Oliveira

DATA: 13 a 14 de fevereiro

LOCAL: DECOF/PA

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira e Walter Guarizo

DATA: 15 a 16 de fevereiro

LOCAL: DECOF/PB

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira e Walter Guarizo



DATA: 20 e 21 de fevereiro

LOCAL: DECOF/MT

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Walter Guarizo e Maria da Conceição C.Lima

DATA: 27 a 29 de fevereiro

LOCAL: CENTRECON/RJ

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira, Walter Guarizo e Mauro Romão de Siqueira

DATA: 12 a 14 de março

LOCAL: DECOF/SC

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira, Walter Guarizo e Mauro Romão de Siqueira

DATA: 26 a 28 de março

LOCAL: SECIN

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira, Walter Guarizo e Maria da Conceição C.Lima

DATA: 28 de maio a 01 de junho

LOCAL: CENTRECON/RJ

TEMA: Auditoria nas Empresas

EXPOSITOR: Antônio Santos de Oliveira

DATA: 30 e 31 de maio

LOCAL: Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

TEMA: Modelo de Controle Interno Federal: apresentação aos dirigentes daquela administração estadual

EXPOSITORES: Sumie Butuem, Fernando Mejdalani Neves e Fernando de Oliveira

DATA: 18 a 20 de junho

LOCAL: FURNAS/CENTRECON/Itaipava/RJ

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira, Walter Guarizo e Mauro Romão de Siqueira

DATA: 09 a 13 de julho

LOCAL: CENTRECON/RJ

EVENTO: Execução Orçamentária e Financeira

EXPOSITORES: Sumie Butuem, Adaly Gonçalves Carvalhal e Fernando de Oliveira

DATA: 07 a 08 de agosto

LOCAL: SECIN

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira, Walter Guarizo e Maria da Conceição C.Lima

DATA: 13 a 16 de agosto

LOCAL: NESAF/SP

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira, Walter Guarizo e Mauro Romão de Siqueira

DATA: 04 a 05 de setembro

LOCAL: SECIN

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira, Walter Guarizo e Maria da Conceição C.Lima

DATA: 24 a 26 de setembro

LOCAL: NESAF/MG

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira, Walter Guarizo e Mauro Romão de Siqueira



DATA: 26 a 28 de setembro

LOCAL: NESAF/RS

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira e Walter Guarizo

DATA: 10 de outubro

LOCAL: FUNCEP/Brasília/DF

TEMA: Principais Aspectos da Auditoria Tributária (Curso de Especialização de Auditoria-FUNCEP/UnB)

EXPOSITOR: Antônio Santos de Oliveira

DATA: 15 a 17 de outubro

LOCAL: NESAF/CE

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira e Walter Guarizo

DATA: 17 a 19 de outubro

LOCAL: NESAF/AM

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira e Walter Guarizo

DATA: 22 a 25 de outubro

LOCAL: CENTRO DE CONVENÇÕES/Brasília/DF

TEMA: I SIAP - Seminário sobre Sistemas de Informações da Administração Pública

EXPOSITOR: Fernando Mejdalani Neves

DATA: 30 de outubro a 01 de novembro

LOCAL: CENTRECON/RJ

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira e Walter Guarizo

DATA: 27 e 29 de novembro

LOCAL: CENDEC/SEPLAN

TEMA: Acompanhamento Físico-Financeiro

EXPOSITORES: Dimas Moreira e Walter Guarizo



ACOMPANHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO

INTEGRADO - AFFIN

A implantação do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro Integrado-AFFIN teve seu marco inicial inaugurado em reunião realizada no auditório da SEPLAN/PR, em 05 de janeiro de 1984, presidida pelo Sr. Ministro Interino do Planejamento.

Nessa ocasião foram levadas ao conhecimento dos Ministérios e Órgãos da Presidência da República, através dos Srs. Secretários-Gerais, Secretários de Controle Interno e autoridades de atribuição equivalente, as medidas necessárias à obtenção do acompanhamento físico-financeiro de projetos/atividades no âmbito da administração pública.

Publicada a Instrução Normativa SECIN nº 001, de 17 de janeiro de 1984, tornou-se imperiosa sua uniforme interpretação entre as unidades gestoras da administração direta e indireta, o que foi conseguido através de sucessivas reuniões com os usuários do programa, no auditório da SECIN.

Ainda no primeiro semestre de 1984 foram cadastrados alguns projetos executados pelas unidades da administração direta, previamente selecionados pelos Ministros de Estado, iniciando-se de imediato seu acompanhamento a nível físico e financeiro. Tal iniciativa proporcionou o envolvimento de todos os órgãos de planejamento, programação, execução e controle. Por outro lado, cursos rápidos de treinamento foram desenvolvidos, na Capital Federal e em alguns Estados, visando a familiarizar gestores e controladores aos procedimentos expostos nos manuais distribuídos e minuciosamente explicados.

A partir do segundo semestre mais alguns projetos executados por unidades da administração indireta passaram a

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

PHILIP H. KUTNER

Professor of Economics and Statistics
Department of Economics
University of Chicago
Chicago, Illinois 60637

His research interests are in econometrics and
the application of statistical methods to
economic problems.

He has published numerous articles in
econometric journals and books.

His most recent work has been in
the area of time series analysis.

He is also interested in the
theory of econometrics.

He has been a member of the
American Economic Association.

He is also a member of the
National Academy of Sciences.

He is currently working on a
book on econometrics.

ser acompanhados, atingindo o que se planejara para o primeiro ano de implantação. Desta forma, no ano de 1984 foram acompanhados 66 projetos, assim distribuídos:

Ministério da Agricultura.....	17
Ministério da Educação e Cultura.....	10
Ministério da Indústria e do Comércio.....	02
Ministério do Interior.....	14
Ministério da Justiça.....	08
Ministério das Minas e Energia.....	05
Ministério das Relações Exteriores.....	02
Secretaria de Planejamento/PR.....	01
Ministério dos Transportes.....	<u>07</u>
	<u>66</u>

Tais projetos envolveram recursos da ordem de 63,5 bilhões de cruzeiros, aplicados em diversos Estados. Alguns deles se revestem de grande significado econômico, como a execução da "Cabeça de Montante da Eclusa Superior do Tucuruí", a cargo da PORTOBRÁS e o evento intitulado "Padronização e Classificação de Produtos de Origem Vegetal", executado pelas Delegacias Federais de Agricultura nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Vale destacar o acompanhamento de um projeto de ínfima representação econômica, mas, de imenso alcance social, a cargo da Secretaria de Documentação e Informática do Ministério da Justiça, no valor de 276,2 milhões de cruzeiros e destinado a restaurar, conservar e encadernar documentos daquele órgão, mediante a utilização de mão-de-obra de deficientes físicos. Vale ainda ressaltar, neste caso particular, que as metas previstas para o ano foram atingidas e até largamente ultrapassadas. Embora a amostra seja pequena, fica a certeza de que os deficientes físicos podem contribuir poderosamente para a realização de tarefas compatíveis. Oxalá possam outros setores públicos e privados mirar-se nesse admirável exemplo e aproveitar a



útil mão-de-obra dos organicamente menos dotados.

De um modo geral, entretanto, observou-se que o desempenho dos executores deixou muito a desejar, tendo sido detectadas, como causas principais dos desvios, as seguintes anomalias:

- a) recursos federais não recebidos pelos órgãos responsáveis pela execução, ou recebidos com atraso;*
- b) reajustamentos de preços;*
- c) alteração dos projetos em face de programação inconsistente;*

Algumas distorções observadas no desempenho dos executores foram objeto de relatório e troca de correspondência, notadamente no Ministério da Agricultura, onde remédios corretivos foram sugeridos, algumas decisões administrativas tomadas e até mesmo solicitadas providências às autoridades competentes no sentido da adoção de medidas disciplinares.

Como todo veículo de controle, o AFFIN também encontrou relutância em sua adoção, principalmente porque exige programação seriamente detalhada e um cronograma financeiro bem definido no momento do cadastro. Disto resulta evidenciado que as unidades orçamentárias, ao elaborar suas propostas anuais, o fazem sem um planejamento ao menos razoável. Chega-se assim à conclusão de que os executores, em sua grande maioria, não dispõem da imprescindível e minuciosa programação para aplicar os recursos financeiros por eles mesmos estimados e solicitados. De futuro, há que se doutrinar os elementos envolvidos na elaboração das propostas orçamentárias, com a finalidade de tornar mais confiáveis as informações destinadas a subsidiar os pedidos de recursos.

Ainda no decorrer de 1984, foram realizados tra-

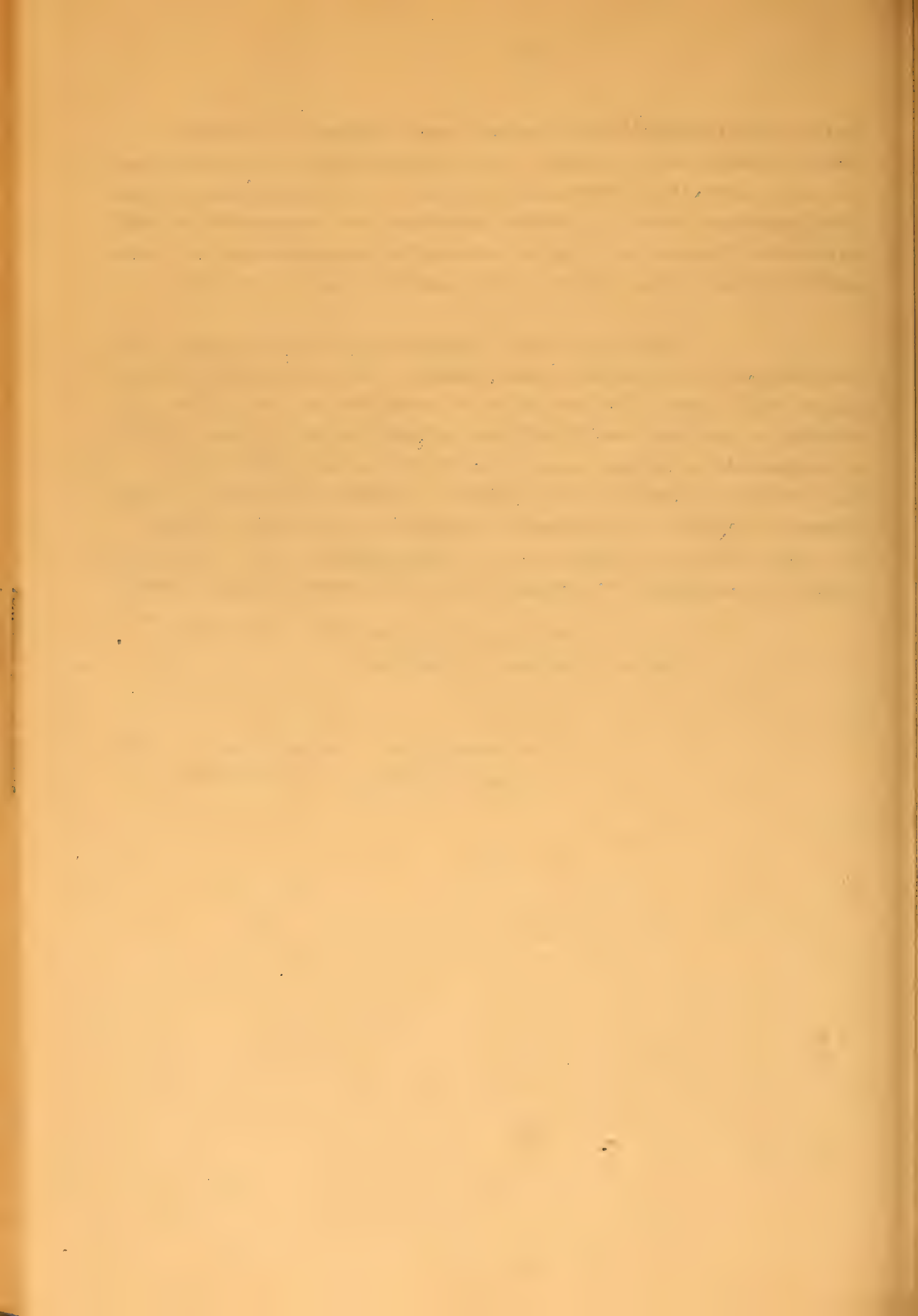


balhos de elaboração de programa para tratamento eletrônico de dados gerados pelo sistema, o que possibilitará um acompanhamento mais operativo e abrangente do que o até então desenvolvido pelo processo manual. A plena integração da Secretaria de Administração Financeira e da Secretaria de Processamento de Dados permitirá seja esse desejo implantado já a partir de 1985.

Cumpre, por fim, registrar que o interesse despertado pelo Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro Integrado foi o ponto alto em todas as ocasiões em que se lhe fez menção, o que nos leva à certeza de que, feitos alguns ajustes, e estimulada a mudança paulatina de vícios de improvisação já arraigados na administração pública, teremos em breve o acompanhamento de toda a programação inserida no Orçamento Federal. De resto, bastaria lembrar que o acompanhamento de programas constitui exigência do artigo 71, II, da Constituição, "verbis":

"O Poder Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

- I -*
- II - acompanhar a execução de programas de trabalho e a do orçamento."*



CONTABILIDADE

A Secretaria de Contabilidade do órgão-central está envolvida, desde 1983, num grande esforço de reformulação e aprimoramento dos procedimentos ligados à Contabilidade Pública, cujas metas principais assim se delineiam:

- a) manual de escrituração;*
- b) histórico-padrão;*
- c) plano de contas único para as entidades da administração indireta (autarquias, fundos e fundações subvencionadas);*
- d) curso de contabilidade;*
- e) depuração dos balanços dos ministérios e órgãos;*
- f) atualização dos registros de bens móveis imóveis;*
- g) análise dos balancetes da administração direta;*
- h) análise dos balancetes da administração indireta;*
- i) plano de contas (atualização); e*
- j) contabilidade de custos.*

Alguns objetivos puderam ser alcançados já em 1984. Outros, em face de sua complexidade, estão em fase de estudos ou início de implementação.

MANUAL DE ESCRITURAÇÃO

A partir de dados levantados pela Secretaria de Contabilidade, foi solicitada à Secretaria de Processamento de Dados a elaboração de programa capaz de permitir seu processamento e armazenamento. Os usuários desse benefício serão os setores interessados nos lançamentos previstos no Plano de Contas Único e relativos aos atos e fatos ocorridos nas unidades gestoras.

Essa tarefa encontra-se praticamente ultimada e será divulgada no decorrer de 1985.

HISTÓRICO-PADRÃO

Este objetivo foi plenamente conquistado e entregue à Secretaria de Processamento de Dados, que o absorveu. Será implantado ao novo sistema a vigorar em 1985.

PLANO DE CONTAS ÚNICO (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)

Outras prioridades causaram o retardamento deste propósito, que entretanto, será atingido em 1985.

CURSO DE CONTABILIDADE

O treinamento do pessoal em exercício nas áreas de controle interno, objeto da Portaria SECIN/Nº 117, de 11 de setembro de 1984, abrangerá o setor de contabilidade. Ressalte-se que o titular da Secretaria de Contabilidade participou das reuniões estruturadoras do aperfeiçoamento funcional a que serão submetidos os Técnicos, Assistentes e Auxiliares de Controle Interno.



DEPURAÇÃO DOS BALANÇOS
DOS MINISTÉRIOS E ÓRGÃOS

O início deste propósito foi objeto do Ofício-Circular CREDE/SECIN/Nº 025, de 22 de outubro de 1984, que transmitiu instruções às Secretarias de Controle Interno e Delegacias-Regionais de Finanças visando a sanear diversas contas, com a baixa de registros não mais justificáveis. Essa profilaxia permitirá obter melhor atualização dos atos e fatos que devam estar contabilizados. Essas instruções já produziram resultados satisfatórios e abrangeram as seguintes contas:

- a) 2.02.04 - BANCOS-DEPÓSITOS E CAUÇÕES;
- b) 2.03.04 - OUTRAS ENTIDADES-DEVEDORAS;
- c) 2.03.05 - DIVERSOS RESPONSÁVEIS;
- d) 2.04.01 - DESPESAS A REGULARIZAR;
- e) 2.05.01 - RESTOS A PAGAR;
- f) 2.05.03 - DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS;
- g) 2.05.04 - BENS DE AUSENTES;
- h) 2.05.05 - CONSIGNAÇÕES;
- i) 2.05.06 - ENCARGOS SOCIAIS;
- j) 2.05.07 - VALORES EM TRÂNSITO;
- l) 2.05.12 - OUTRAS ENTIDADES-CREDORAS;
- m) 3.02.03 - RESPONSÁVEIS POR DANOS;
- n) 4.01.01 - VALORES COM TERCEIROS;
- o) 4.01.02 - VALORES DE TERCEIROS; E
- p) 4.01.03 - VALORES E OBRIGAÇÕES.

ATUALIZAÇÃO DE BENS
MÓVEIS E IMÓVEIS

A atualização dos registros dos bens imóveis da União foi promovida no exercício de 1984, com a expedição do Ofício SECIN/Nº 627, de 09 de outubro, dirigido ao Diretor do Serviço do Patrimônio da União e, também, do Ofício-Circular -

SECIN/Nº 030, de 05 de outubro, endereçado às Secretarias de Controle Interno, Órgãos de igual atribuição dos Ministérios Militares e da Presidência da República e Delegacias Regionais de Contabilidade e Finanças. Esses instrumentos objetivaram, em linhas gerais, o levantamento de inventários a cargo dos diversos setores envolvidos, para ulterior contraste com os elementos contábeis. Desse confronto resultarão os necessários ajustamentos.

Novo ofício deverá ser proximamente enviado ao Serviço do Patrimônio da União propondo outras medidas de regularização definitiva dos registros de bens imóveis da União.

ANÁLISE DOS BALANCETES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Para a conquista desta meta foi elaborado estudo voltado à implantação de Cadastro dos órgãos e entidades da administração federal, a cargo das Secretarias de Controle Interno setoriais. Prevê-se o fornecimento de informações e análise de situações econômico-financeiras e contábeis evidenciadas nos balancetes e balanços anuais. Esse trabalho será proposto pela Secretaria de Contabilidade ao titular da SECIN no decorrer de janeiro de 1985.

PLANO DE CONTAS (ATUALIZAÇÃO)

O Plano de Contas Único sofreu, no exercício de 1984, algumas alterações de ordem técnica introduzidas por via do Ofício-Circular SECIN/Nº 013, de 23 de maio. Afiguram-se aconselháveis novos aprimoramentos, segundo a ótica de alguns Delegados-Regionais e técnicos da Secretaria de Contabilidade, cuja concretização está em fase de acabamento. Esses novos aperfeiçoamentos deverão estar presentes a partir de 1985.

Por outro lado, deverá ser implantada em 1985 a atualização automática do Plano de Contas Único, mediante processamento de dados, em estudo conjunto pela Secretaria de Contabilidade e Secretaria de Processamento de Dados.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Recomendada pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em seu artigo 99, a contabilidade de custos dos chamados serviços industriais até hoje não pôde ser adotada. Os estudos a esse respeito já elaborados não permitem, contudo, antever o prazo-termo para a realização desse importantíssimo segmento da contabilidade. No próximo exercício de 1985 outras diligências prosseguirão, visando a obter os elementos necessários a tal objetivo. Observe-se, todavia, que a contabilidade de custos depende fundamentalmente da cooperação da engenharia de produção, que deve fornecer os passos percorridos pelo produto, durante a fase de sua elaboração, assim, como as matérias primas e mão-de-obra empregadas, além de outros dados. A contabilidade, nesse caso, terá a incumbência de formular todos os lançamentos úteis e relacionados ao custo final da produção, artigo por artigo, item a item, caso a caso.

OUTRAS ATIVIDADES

A Secretaria de Contabilidade do órgão-central participou de eventos diretamente ligados a matéria de seu interesse, como, por exemplo:

- a) reunião para implantação do Sistema Integrado de Fluxo Financeiro-SIFF - módulos I e II, presentes a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil, o Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO, a Comissão de Programação Financeira e a SECIN, com vistas ao aper-

feiçãoamento do processo de arrecadação e processamento de receitas da União;

- b) reunião realizada no Banco Central do Brasil, para avaliar os instrumentos e fluxos de informações implementados pela Circular nº 775/183, que cuidou da alocação, segundo as Unidades Federativas, da arrecadação do antigo Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) concentrada até então no Distrito Federal. A correção da anomalia atende às observações feitas em nossos relatórios anteriores, em que estranhávamos figurasse tal receita exclusivamente em Brasília-DF, a dano dos Estados realmente arrecadadores. Essa reunião contou com a presença da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda, do Banco Central do Brasil, do Banco do Brasil, da Secretaria da Receita Federal e da SECIN; e*
- c) reunião levada a efeito na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para estudo de medidas tendentes a conciliar os registros de inscrição e cobrança da Dívida Ativa, a cargo daquela Procuradoria, com os valores expressos nos Balanços-Gerais da União.*

PROCESSAMENTO DE DADOS

INSTALAÇÃO DE TERMINAL

A exemplo do equipamento instalado no Tribunal de Contas da União, que permitirá o acesso ao computador central localizado na SECIN, a fim de colher informações sobre operações ali registradas, também a Secretaria de Contabilidade teve instalado o terminal, que vem facilitando os serviços de consultas e críticas dos balancetes e demonstrações a incorporar.

AUDITORIA

A Delegacia-Regional de Auditoria no Distrito Federal, por força do Decreto nº 89.950, de 10.07.84, foi extinta e teve suas atribuições absorvidas pela Secretaria de Auditoria, que passou a ser o órgão de planejamento, a nível nacional, do sistema de auditoria e de execução dos trabalhos até então desenvolvidos por aquela Delegacia-Regional.

Consoante o mencionado Decreto, a estrutura organizacional da Secretaria de Auditoria passou a compor-se assim:

- a) Divisão de Planejamento de Auditoria;*
- b) Divisão de Execução de Auditoria Contábil;*
- c) Divisão de Execução de Auditoria de Programas;*
- d) Divisão de Execução de Auditoria de Recursos Externos; e*
- e) Seção de Controle e Registro de Responsáveis.*

AUDITORIA CONTÁBIL

As atividades desenvolvidas pela Divisão de Execução de Auditoria Contábil, no exercício, estiveram voltadas ao planejamento e à execução dos trabalhos de auditoria de tomadas e prestações-de-contas de órgãos da administração direta, entidades da administração indireta, fundos especiais autônomos, fundações — mantidas ou supervisionadas — e serviços sociais autônomos, além de trabalhos de auditoria em tomada-de-contas e

peciais e outros exercícios da espécie, conforme definidos regimentalmente.

Em decorrência da execução desses trabalhos, observou-se que, não obstante as medidas de controle implantadas de forma a coibir a ocorrência de abusos no trato do dinheiro do contribuinte, alguns gestores persistem em denegrir a administração pública federal — quer direta ou indireta —, através de sucessivos desmandos, invertendo a ordem natural dos valores. Aos olhos do leigo, muitas vezes mal e levianamente informado, parece que, se não há convivência geral, pelo menos implícita fica evidenciada certa omissão dos homens públicos incumbidos de apurar e punir esses inimigos da Pátria. Alguns fatos, que reputamos dos mais significativos, porque testemunhas do esforço do Controle Interno, aí estão para ser apreciados e julgados na esfera competente:

- *empréstimos concedidos a empregados, com prazos de resgate em até 36 meses, sem nenhuma incidência de encargos financeiros, caracterizando-se como atividades atípicas às reais finalidades da empresa, em frontal desobediência à legislação em vigor;*
- *cessão de residências situadas no Setor Habitacional Individual - na Península Sul, em Brasília-DF, a diretores de empresa não enquadrada no permissivo legal vigente;*
- *concessão de empréstimos de financiamentos a empregados e diretores, para compra de microcomputadores, sem que, no entanto, à vista da documentação comprobatória existente, ficasse claro que os objetivos da operação seriam úteis à atividade-fim da empresa;*
- *registros de operações contábeis que não evi -*

denciaram, com segurança absoluta, tal ou qual fato administrativo. Em alguns casos, verificou-se até a ausência da necessária comprovação documental daqueles registros, muitas vezes dificultada pela insuficiência de elementos oferecidos a exame, ensejando, assim, concluir-se que as demonstrações financeiras não refletiam adequadamente a situação econômico-financeira da empresa, na data do encerramento de suas atividades sociais relativas ao período examinado;

- convênio celebrado, objetivando a contratação de pessoal para exercer atividades em outra instituição, verificando-se que, além da taxa de administração estipulada, constavam, das faturas apresentadas a cobrança, despesas com pessoal e encargos previdenciários e fiscais não especificados no termo do Convênio. A entidade auditada, instada a se manifestar sobre o fato — principalmente a respeito da admissão local de trabalho e funções técnicas exercidas por esse contingente de pessoal —, se absteve de informar, com presteza, sobre o assunto. Ainda, como fato relevante, fora detectada a ocorrência de despesas — salários e encargos — não cobertas pela vigência estipulada no mencionado instrumento. Observou-se, também, que, não obstante o continuado déficit operacional apurado pela entidade, esta vem despendendo grandes quantias de recursos com o pagamento de cominações legais cabíveis em recolhimentos, efetuados com atraso, de encargos sociais e fiscais. Há casos em que ficaram caracterizados pagamentos de diárias a servidores graduados, de órgãos da administração direta, em deslocamentos ao exterior, sem que, até o final dos exames, a entidade auditada — administração indireta — houvesse logrado êxito nos procedi-

mentos de cobrança encetados junto a devedores . Constatou-se, de outra feita, a existência de contratos de locação de unidades residenciais temporárias, localizadas em "apart hotel", celebrados com pessoas jurídicas e físicas sem a prévia autorização ministerial. Verificou-se a existência de aeronave, de propriedade dessa mesma entidade, em uso pelo ministério a que se vincula , mas cujos custos de manutenção e despesas com o refrigério de passageiros correram por conta da entidade. Em que pese a diretoria anterior haver decidido pela venda (alienação) dessa aeronave , a atual diretoria — responsável pelas contas em lide — houve por bem decidir em contrário, ou seja, não vender o referido bem. Finalizando as informações com relação a essa entidade (instituição financeira), observou-se a concessão de empréstimos de financiamento a certa instituição em processo semi-falimentar, sem as devidas garantias de cobertura dos respectivos créditos;

- elevada quantidade de mercadorias em estoque (arroz e feijão), sem estar devidamente inventariada;
- compra de grande quantidade de arroz beneficiado, longo, tipo 2, e recebimento, no lugar deste, de igual quantidade do mesmo produto, só que de qualidade inferior àquele, e, o que é pior, por preço acima do inicialmente contratado;
- compra de óleo de soja, sem licitação;
- compra de elevada quantidade de feijão do Estoque Regulador do Governo Federal, a preço de custo , para atendimento a programas sociais, e que fora repassada, pelo mesmo preço, à iniciativa priva-

da, para, logo após, ser adquirido feijão de mesma qualidade, por preço muito mais elevado, da mesma empresa para a qual havia sido vendido o feijão anterior;

- compra de grande quantidade de leite em pó, desnatado, em sacos, considerada imprópria para o consumo humano, em razão do elevado teor de umidade apresentado, de acordo com o Laudo expedido pelo Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura;
- desaparecimento de elevada quantidade comprada de leite em pó, acontecido no percurso pelo qual era transportada, sem que providências efetivas tivessem sido tomadas até o término dos trabalhos de auditoria;
- compra de grande quantidade de arroz, com pagamento antecipado, observando-se na operação, as seguintes impropriedades:
 - . falta de licitação;
 - . falta de emissão do pedido de compra;
 - . atraso na entrega do produto;
 - . não apresentação do cronograma de recebimento da mercadoria;
 - . entrega do produto fora de especificação e sem condições de comercialização; e
 - . não localização da competente guia de pagamento.
- existência de grande quantidade de mercadorias estocadas (feijão, arroz e leite em pó), infestada de insetos e com embalagens danificadas apresentando odor estranho e encontrando-se em mau estado de conservação, sem condições, portanto, de

comercialização para consumo humano;

- *compra de mercadorias, em cujos pedidos de compra observou-se a ausência dos seguintes dados:*
 - . *número e data do pedido;*
 - . *quantidade;*
 - . *preço de custo das mercadorias;*
 - . *assinatura do responsável pelas compras; e*
 - . *prazo previsto para o recebimento da mercadoria.*

- *outras impropriedades apuradas, consideradas de grande gravidade por ferirem absurdamente disposições legais instituídas com a finalidade de disciplinar e controlar o fluxo de caixa e a capacidade de endividamento das empresas estatais, se caracterizaram, em suma, pela prática irrefreável em extrapolar valores consignados a certas rubricas do Programa de Dispêndios Globais estabelecido pela SEST, a cada uma dessas Entidades, notadamente na rubrica "Investimentos". Exemplo:*

EMPRESA "A"

O exame da execução do Orçamento SEST-PDG, especificamente no que tange à realização de Investimentos no exercício, revelou-nos que o teto fixado fora suplantado em Cr\$ 336.833,4 milhões, contrariando, assim, as disposições contidas no artigo 8º da Portaria nº 118, de 11 de agosto de 1983, do Senhor Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, bem como aquelas contidas no Decreto-Lei nº 2.037, de 28/06/83;

EMPRESA "B"

Muito embora a empresa tenha solicitado à SEST a inclusão no limite de Investimentos a ser realizado no exercício examinado, da importância de mais de Cr\$12.284,6 milhões,

aquela Secretaria não anuía, o que se constatou à época da auditoria. Dessa forma, o teto estipulado sofreu variação para mais, na importância retro, contrariando os dispositivos legais antes mencionados;

EMPRESAS "A" e "D"

Ignorando totalmente as diretrizes governamentais específicas, tais empresas, como as outras duas anteriores, extrapolaram os seus limites de Investimentos determinados para o exercício examinado, respectivamente nos valores de Cr\$20.479,7 e Cr\$45.499,4 milhões;

AUDITORIA DE CONVÊNIOS

À Divisão de Execução de Auditoria de Programas coube, no decorrer do exercício, o trabalho de proceder ao levantamento geral dos processos de prestações-de-contas relacionados a Convênios, Subvenções Sociais, Auxílios Financeiros e outros afins, arquivados e em fase de arquivamento, objetivando, através de análise, o estabelecimento de medidas de controle visando aos procedimentos auditoriais que se fizessem necessários a cada caso, levando-se em conta, principalmente, a idade dos processos e o volume de recursos aplicados e comprovados em cada um.

Para tanto, como primeiro passo, respeitada a natureza dos recursos envolvidos, optou-se por classificar esses processos por Unidades da Federação a fim de facilitar ao máximo o planejamento dos trabalhos de auditoria pertinentes, destacando-se, por ser de interesse direto da SEPLAN, aqueles processos relacionados a convênios firmados pela SUBIN e SAFEM.

No entanto, a análise proposta e o conseqüente acompanhamento desses processos ficaram, em parte, prejudicados pela ausência das últimas prestações-de-contas que obriga-

toriamente deveriam compor o elo necessário ao conhecimento dos recursos inicialmente repassados e aplicados e os saldos remanescentes que, somados a novas transferências porventura ocorridas, se constituiriam em mais outras parcelas a aplicar, as quais, por sua vez, como aquelas outras, em época que outrora se fizera oportuna, já deveriam ter sido objeto de procedimentos auditoriais cabíveis, visando, através de controles adequados a cada caso, à competente baixa de responsabilidades.

Ainda assim, em que pesem todos esses percalços, foi estabelecido um ponto de partida aos exames de auditoria dos processos catalogados, notadamente naqueles compreendidos em convênios estabelecidos à conta dos recursos do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste-POLONORDESTE, aplicados nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Como consequência desses levantamentos, foram concretamente iniciados os trabalhos no Distrito Federal, já ao final do exercício onde se realizaram 23 auditorias de convênios. A Delegacia-Regional de Auditoria no Estado do Rio de Janeiro, a seu turno, executou mais 13 trabalhos da espécie, representados por prestações-de-contas de convênios beneficiando entidades fluminenses.

Desses exames, salientamos como ocorrências mais significativas:

- *o executor do convênio repassara, a certo beneficiário, parcelas de recursos para aplicação em objetivos ali definidos, sem que, o beneficiário, até a época da auditoria, houvesse apresentado à entidade executora (mera repassadora, no caso) a competente prestação-de-contas atestatória das aplicações efetuadas, no valor de Cr\$2.400.000, conforme exigido em termo de acordo celebrado. Ressalte-se que*

foram encontradas, apenas, diversas cópias de correspondência trocada entre as partes. Tal fato ocorrera no exercício de 1981. O prazo de apresentação da prestação-de-contas, na totalidade dos recursos aplicados pelo executor, esgotara-se em 30 de junho/83; e

- *omissão quanto a pagamento de amortizações - (Cr\$45.000.000) e encargos financeiros devidos pela entidade executora, contrariando cláusulas definidoras de prazos acordados para a efetivação de ressarcimento dos recursos utilizados.*

AUDITORIA DE RECURSOS EXTERNOS

A Divisão de Execução de Auditoria de Recursos Externos tem como competência orientar, controlar e fiscalizar os programas financiados com recursos externos nas áreas de cooperação técnica (convênios) e econômica (contratos de empréstimos).

Esta modalidade de auditoria iniciou-se em fevereiro, com prioridade àqueles trabalhos cujos relatórios deveriam ser remetidos ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, até 30 de abril. Em seguida, a atenção se concentrou nos trabalhos de auditoria em contratos de empréstimos externos voltados a financiamentos inerentes às áreas de transportes, desenvolvimento regional, desenvolvimento urbano e outras, os quais impunham prazos de entrega dos relatórios, de junho a setembro, àquelas instituições financeiras internacionais.

Finalmente, entre os meses de outubro a dezembro, atualizaram-se os trabalhos de auditoria em projetos de cooperação técnica internacional (convênios), a partir de um mi-

nucioso levantamento dos processos da espécie, e que estavam pendentes de solução desde a transferência do sistema de controle interno, e por via de decorrência a atividade de auditoria, para a Secretaria-Central de Controle Interno.

De modo geral, em todos esses trabalhos de auditoria voltados a contratos de empréstimos externos e a convênios de cooperação técnica internacional foram detectadas inúmeras impropriedades, sobre as quais, em correspondência dirigida a quem de direito, foram solicitados esclarecimentos sobre as providências que se impunham à solução de cada caso. No entanto, pela análise das respostas a essas interpelações, algumas das anomalias permaneceram pendentes de saneamento, e serão objeto de atenção redobrada, os próximos exames auditoriais, no sentido de resolvê-las em definitivo:

- *utilização de recursos em despesas não incluídas nos projetos;*
- *atraso na execução de projetos, ocorrendo maior incidência da comissão de compromissos, sabidamente gravosa;*
- *aplicação de recursos do projeto no mercado financeiro (open market), infringindo disposições contratuais e normas legais pertinentes, sendo que, em muitos casos, os rendimentos auferidos nessas operações tiveram destinações inadequadas;*
- *transferências de recursos sem a devida comprovação dos gastos;*
- *falsificação de guia de importação;*
- *movimentação e incorporação de bens móveis em desacordo com a legislação vigente;*

- *desvio de bens móveis para utilização contrária aos objetivos do projeto;*
- *cobrança indevida de taxas de intermediação;*
- *aprovação de refinanciamento acima dos limites estabelecidos;*
- *remanejamento dos recursos do projeto sem a pré via autorização do Banco financiador;*
- *divergências nas demonstrações financeiras;*
- *inexistência de cobrança de caução em contratos de obras; e*
- *falhas de escrituração nos controles internos dos projetos.*

Os Anexos I e II demonstram o quantitativo de auditorias realizadas versus despesas incorridas para fazer face a deslocamentos de servidores, no estrito cumprimento das missões relacionadas àqueles trabalhos. Releva notar que os dispêndios caracterizados pelas diárias e passagens aéreas concedidas, muito embora modestos — pois foram administrados de forma austera, como, aliás, está a exigir o momento nacional —, em quase nada contribuíram para que a eficiência dos trabalhos ficasse prejudicada.

Derradeiramente, cabe registrar que, dos 25 órgãos ou entidades cujas prestações-de-contas estão pendentes, 11 foram recebidas fora de prazo e serão auditadas ainda no mês de janeiro de 1985. Os 12 restantes permanecem omissos, inobstante nossos continuados esforços no sentido de que a entrega desse material se efetive.

DEMONSTRATIVO DAS AUDITORIAS
REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 1984

Anexo I

ESPECIFICAÇÕES	TOMADAS DE CONTAS	PRESTAÇÕES DE CONTAS	TOTAL
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA..	876	--	876
FUNDOS ESPECIAIS AUTÔNOMOS.....	--	51	51
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO IN- DIRETA:			
Autarquias.....	--	127	127
Empresas Públicas.....	--	29	29
Sociedades de Econ.Mista....	--	196	196
FUNDAÇÕES SUBVENCIONADAS.....	--	55	55
SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS.....	--	126	126
Subtotal (I).....	876	584	1.460
ESPECIAIS.....	245	--	245
CONVÊNIOS.....	--	107	107
CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNI- CA INTERNACIONAL.....	--	63	63
CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS EXTER- NOS.....	--	60	60
Subtotal (II).....	245	230	475
TOTAL (I + II)	1.121	814	1.935

Fontes: SAUDI, DERAU/RJ e DECOF's nos Estados do Amazonas, Ba-
hia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, São Paulo
e Rio Grande do Sul.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS
DURANTE O EXERCÍCIO DE 1984

Anexo II

UNIDADES	DIÁRIAS	PASSAGENS	TOTAL
SAUDI.....	179.347.180	97.417.282	276.764.462
DERAU/RJ.....	5.711.834	1.818.716	7.530.550
DECOF/AM.....	3.437.951	1.747.032	5.184.983
DECOF/BA.....	2.064.637	765.474	2.830.111
DECOF/CE.....	4.158.518	884.353	5.042.871
DECOF/MG.....	12.731.464	601.765	13.333.229
DECOF/PA.....	994.529	1.208.164	2.202.693
DECOF/PE.....	7.359.058	122.348	7.481.406
DECOF/SP.....	5.135.322	1.750.587	6.885.909
DECOF/RS.....	7.394.045	492.200	7.886.245
TOTAL (Parcial)..	228.334.538	106.507.921	335.142.459

Fonte: SAUDI/DIAPA, DERAU/RJ e DECOF's nos Estados do Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul.

PROCESSAMENTO DE DADOS

O ano de 1984 caracterizou-se, em relação à Secretaria de Processamento de Dados-DAPRO, principalmente, pela decisão tomada a nível de Secretaria-Central de Controle Interno, quanto ao modelo de processamento a ser implantado nas Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças-DECOF's.

Até então, cada DECOF era equipada com um Mini-computador COBRA/400 responsável por todas as etapas de processamento de dados da DECOF, modelo que, além de oneroso, apresentava também problemas técnicos quanto à capacidade física dos equipamentos.

Através de um estudo, baseado em performance / custo, optou-se então pelo modelo de Centros Regionais de Operação, já em plena implantação, que consiste em eleger 5 (cinco) DECOF's (POLOS), dotadas de equipamento com maior capacidade de armazenamento e processamento, as quais, além de executar os serviços da própria DECOF onde o Centro Regional de Operação está sediado, produzirão também os serviços das DECOF's geograficamente próximas.

Nas demais DECOF's (SATÉLITES) estarão instalados Microcomputadores capazes de registrar todas as informações de entrada e, através de teleprocessamento, transmitir a seu respectivo Centro Regional de Operação os dados para processamento e por via disso receber, também por teleprocessamento, os resultados obtidos.

Em resumo, o modelo em implantação pela Secretaria-Central de Controle Interno possibilitará centralizar em 5 DECOF's todo o processamento, mantendo, porém, distribuídas em todas as DECOF's as informações.

A escolha das DECOF's-POLO, sede dos Centros-Regionais de Operação, ocorreu em função exclusiva da localização geográfica e do volume de processamento nelas existentes, obtendo-se assim menor número de documentos transmitidos via teleprocessamento a menores distâncias, com visível economia de recursos.

O Centro Regional de Operação sediado em Brasília, além das DECOF's a ele ligadas será o responsável por todos os trabalhos de consolidação, e, igualmente, pela execução de outros sistemas.

CENTROS REGIONAIS DE OPERAÇÃO

Os Centros Regionais de Operação se desdobram deste modo:

CENTRO REGIONAL DE OPERAÇÃO	DECOF's USUÁRIAS
BRASILIA	BAHIA (**)
	GOIÁS (**)
	MATO GROSSO (**)
	ACRE (**)
RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO (*)
	MINAS GERAIS (**)
	ESPÍRITO SANTO (**)
SÃO PAULO	SÃO PAULO (*)
	PARANÁ (**)
	SANTA CATARINA (**)
	RIO G. DO SUL (**)
PARÁ	PARÁ (*)
	AMAZONAS (**)
	MARANHÃO (**)
	PIAUÍ (**) (**)

 PERNAMBUCO

 PERNAMBUCO (*)
 CEARÁ (**)
 RIO G. DO NORTE (**)
 PARAÍBA (**)
 ALAGOAS (**)
 SERGIPE (**)

(*) Atendimento Local

(**) Atendimento Remoto

Cabe recordar que as operações do Estado de Mato Grosso do Sul são cuidadas pela DECOF-São Paulo, as de Rondônia pela DECOF-Goiás e as dos Territórios do Amapá e Roraima, respectivamente, pelas DECOF's-Pará e Amazonas.

DESENVOLVIMENTO

A Secretaria de Processamento de Dados-DAPRO realizou durante o exercício de 1984 o desenvolvimento de dois sistemas distintos:

- 1) *o Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro -AFFIN, elaborado com intuito de possibilitar à Secretaria de Administração Financeira-SAFIN o acompanhamento, por meio do processamento eletrônico de dados, da execução dos projetos da Administração Direta em todo o Território Nacional, permitindo inclusive consultas, em tempo real, às informações sobre a evolução de cada programa cadastrado.*
- 2) *o Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária-CEO, desenvolvido com vistas a possibilitar uma utilização mais racional da nova sistemática operacional (teleprocessamento) a implementar já no início de 1985.*

EQUIPAMENTOS

Foram adquiridos de COBRA-Computadores e Sistemas Brasileiros S.A. 22 (vinte e dois) microcomputadores COBRA 210, dos quais 19 instalados nas DECOF's/SATÉLITES e 3 na DAPRO em Brasília-DF.

Foi adquirida, também, do mesmo fabricante, a expansão do COBRA-530 para COBRA-540 aumentando desta forma a configuração do equipamento instalado na DAPRO em Brasília para 1 megabyte de memória principal e 240 megabytes de memória em disco.

Nas DECOF's/SEDE dos Centros Regionais de Operação serão instalados equipamentos COBRA-530.

Quanto aos COBRA-400, serão devolvidos ao fabricante como parte do pagamento dos equipamentos adquiridos.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO
DO CONTROLE INTERNO-INTERCON

A Comissão de Coordenação de Controle Interno-INTERCON realizou sua sessão inaugural a 26 de outubro de 1984, à 15:00 horas, no Gabinete do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, situado no 4º andar do Palácio do Planalto, na Capital Federal.

Registre-se haver sido sua estrutura objeto da Resolução nº 001, de 15 de agosto de 1984 (DOU de 20/08/84), baixada pelo Secretário-Central de Controle Interno, em virtude da competência atribuída pelo artigo 20 do Decreto nº 85.234, de 06 de outubro de 1980.

O Professor Antônio Delfim Netto, Presidente do Colegiado, proferiu na ocasião palavras de reconhecimento e de estímulo aos órgãos de Controle Interno estruturados a partir do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979. Afiançou que o Presidente João Figueiredo e o próprio país desejam colher os frutos do difícil trabalho a que se lançam os controladores, acompanhando, orientando e fiscalizando os responsáveis por dinheiros, bens e outros valores públicos.

Estiveram presente, nessa oportunidade, as seguintes autoridades titulares de unidades de Controle Interno:

SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO (SEPLAN)

Fernando de Oliveira (Vice-presidente da INTERCON)

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Tabira de Braz Coutinho (Maj Brig)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

José Daniel de Alencar

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Jorge Helmo Domingues Soares

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO/DASP

Hamilton Favilla

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Marcos Vinicius Mendes Bastos

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Pedro Luiz de Araújo Braga (Gen Div)

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Manoel Francisco Cancellia

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Evaldo José de Oliveira

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Luiz Militino de Vasconcelos

MINISTÉRIO DA MARINHA

Geraldo Souza Vieira (Contra-Almirante)

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Ciro Akio Mikami (em exercício)

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Zely Pinheiro Dias Pereira

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Evandro Brandão Campello (em exercício)

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/SEPLAN

Sumie Butuem (2º substituto da Presidência)

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES/SNI

Nelson Barcelos da Veiga Filho (Cel)

MINISTÉRIO DO TRABALHO

José Carlos Antônio

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

José Xavier de Sá

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Itamar Costa Barros (Cel)

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL/CSN

Edgardo Rounald de Almeida Cardoso (Ten Cel)

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS/EMFA

Luiz Geraldo Mateus Figueira (Cel)

Estiveram ausentes Haroldo Mateu Venâncio, do Ministério da Justiça, e Alcides da Costa Guimarães Filho, do Ministério das Relações Exteriores, este último por motivo de viagem ao exterior.

DELEGAÇÃO DO MÉXICO

A Secretaria-Central de Controle Interno foi honrada com a visita, em 17 de julho, dos representantes do Governo do México, Dr. Raul Bemoldes, Sub-secretário de Planejamento, e Dr^a Carmen Lúcia Garcia, Tesoureira-Geral.

A Delegação mexicana foi recebida pelo titular da SECIN, que deu boas-vindas aos ilustres visitantes e lhes ofereceu, em visão panorâmica, a estrutura da Administração Federal do Brasil, o funcionamento dos Controles Interno e Externo dentro da competência constitucional, a estrutura dos Órgãos Central e Setoriais de Controle no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, e, ainda, as atividades da Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria.

Estavam presentes, pelo lado brasileiro, o titular da Secretaria de Controle Interno da SEPLAN/PR, Dr^a Sumie Butuem, que discorreu sobre a visão setorial da SEPLAN, o Orçamento Programa e Econômico, os Encargos Gerais da União, a Reserva de Contingência e os segmentos da contabilidade analítica sintética e geral; o Dr. Walter Guarizo, representando o titular da Secretaria de Administração Financeira/SECIN, que abordou o Acompanhamento Físico-Financeiro Integrado; o Dr. Fernando Mejdalani Neves, titular da Secretaria de Processamento de Dados/SECIN, que analisou o sistema de processamento de dados adotado nos órgãos central e setoriais; o Dr. Ataliba Almeida Filho, titular da Secretaria de Auditoria/SECIN, que mostrou as atividades de auditoria junto à administração direta (tomada-de-contas) e administração indireta (prestação-de-contas), inclusive quanto a prazos; e, ainda, o Cel. Nelson Barcelos da Veiga Filho, titular da Secretaria de Controle Interno do SNI/PR, que enalteceu, em calorosa mensagem de confraternização, a amizade

mexicano-brasileira.

Os visitantes fizeram excelente exposição sobre a Administração Pública do México e agradeceram a boa acolhida de nossa equipe.

Registre-se, nesta oportunidade, nosso agradeci -
mento ao Embaixador Alcides da Costa Guimarães Filho, titular da Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Ex_{teriores}, pela presteza em nos oferecer, por empréstimo, uma bandeira do México, que foi por nós respeitosamente colocada, nesse evento, ao lado da bandeira do Brasil.



REMINISCÊNCIA

Poucas pessoas, acreditamos, nos negariam tradição ou autoridade moral para registrar alguns momentos de angústia e reflexão.

Tivemos oportunidade, já nos idos de 1967, de construir o Sistema de Controle Interno, definido na Constituição promulgada a 24 de janeiro de 1967. Essa tarefa foi iniciada no Rio de Janeiro, sob a gestão do Presidente Arthur da Costa e Silva, quando titular do Ministério da Fazenda o Prof. Antônio Delfim Netto, que nos confiou o cargo de Inspetor-Geral de Finanças daquela Pasta.

A Reforma Administrativa, iniciada com o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro do mesmo ano, fornecia os pilares desse novo arcabouço. Detivemo-nos no exame da matéria — novidade absoluta no campo da administração pública federal, estadual e municipal. Levantamos sobre essas colunas as lajes da Administração Financeira, da Contabilidade e da Auditoria. Estava presente, é claro, o trabalho de uma leal equipe. Estruturaram-se, também, as Inspetorias-Gerais de Finanças setoriais, localizadas em cada Ministério Civil, cabendo à IGF-Fazenda, cumulativamente, o papel de órgão central normativo e de órgão setorial fazendário. Acabava de ser demolido, por via de consequência, o vetusto templo da Contadoria Geral da República, que tantos e tão assinalados serviços prestou. Quis o Destino que o antigo aluno e funcionário chefiado por Francisco D'Auria, glória e júbilo da Contabilidade Pública, fosse o demolidor da obra que o Mestre, como Contador Geral da República, nos idos de 1930, ajudara a dignificar. Mas, a Reforma queria assim. O Tempo nos fez algoz por fatalidade.

Começavam as IGF's a funcionar.

Timidamente, passo a passo, o novo Sistema começou a crescer. Em 1979, nossas "meninas", como alcunhávamos carinhosamente as Inspetorias Gerais de Finanças, a essa altura já com 12 anos de experiência e madura conduta nas árduas lides do Controle Interno, sofriam profunda alteração organizacional e administrativa.

Operava-se a primeira e grande reestruturação do Sistema de Controle Interno.

Surgia o Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, já na gestão do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo.

As Inspetorias-Gerais de Finanças passaram a denominar-se Secretarias de Controle Interno, com jurisdição no Distrito Federal. Perderam a área de Auditoria, unificada em o novo órgão central. Perderam também as Inspetorias-Seccionais de Finanças ou Núcleos de Contabilidade Analítica que funcionavam nas capitais de Estado. Ganharam uma Secretaria de Processamento de Dados.

Ao contrário do que se propala, a Secretaria-Central de Controle Interno não veio do Ministério da Fazenda. Foi criada especialmente junto à SEPLAN/PR a fim de atender à função de órgão central, distinto do papel setorial. Tanto isso é verdade que a SEPLAN/PR mantém, hoje, uma Secretaria de Controle Interno cuidando das operações específicas da própria Pasta.

A antiga anomalia, representada pela sobreposição das figuras de órgão central e órgão setorial, sob a mesma chefia, desapareceu.

A Exposição-de-Motivos esclarecedora do plano

da reforma teve oportunidade de justificar que o Sistema de Controle Interno, ao lado do Sistema de Planejamento e Orçamento, também localizado na SEPLAN, constituiria o ponto ideal para avaliar, por via da troca de informações, se os recursos alocados a cada Órgão estariam sendo utilizados segundo a diretriz do planejamento.

Mais: o Sistema de Auditoria centralizado eliminaria as pressões que muitas áreas exerciam sobre as antigas Divisões de Auditoria. Muitos relatórios e certificados auditórios eram elaborados sob o signo do medo, da intimidação, por parte daqueles que detinham, ainda que parcialmente, o poder de mandar e pensavam, por isso, ter o direito de aplicar recursos públicos a seu talante, sem a ninguém prestar contas. A área de auditoria do setor público, inusitada, não estava nem está assimilada por certos gestores, que nela vêem apenas um inimigo a mais.

O enfraquecimento das Inspetorias-Gerais de Finanças, segundo nossa visão pessoal, era assustador. Seria bem melhor não trabalhar, ou fingir que certos deslizes não eram notados, porquanto isso representava, em última análise, a segurança do emprego do auditor. Muitos casos houve em que o Auditor, pretendendo ser realista e oferecendo relatório independente e corajoso, via seu ideal ferido, lesado. E passava a cumprir passivamente sua tarefa, ante o pouco ou nenhum prestígio que lhe transmitiam os superiores, igualmente amedrontados com as ameaças dos "poderosos". O resultado dessa desídia foi avassalador: ninguém examinava seriamente as operações realizadas, preferindo emitir certificado de regularidade a fim de ficar em paz, senão com a consciência, pelos menos com os olhos evidentes ou sub-reptícios.

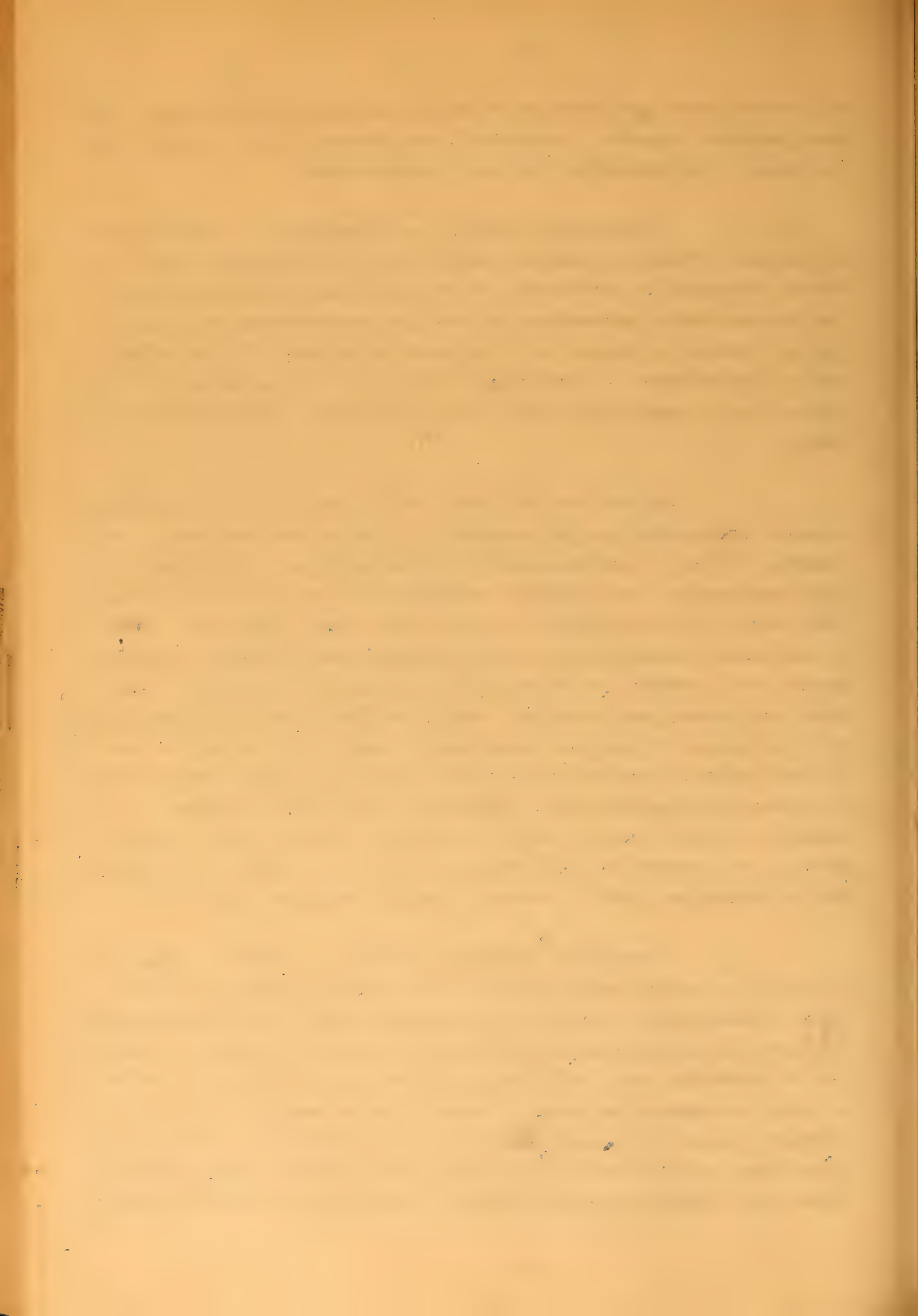
Jamais afirmariamos que a auditoria unificada na Secretaria-Central, a partir de 1983 (contas de 1982 e exercícios anteriores, em atraso), passou a ser absolutamente isenta, imune a injunções. Muitos colegas da área auditorial para

cá vieram ainda estigmatizados pelas perseguições sofridas em seus antigos lugares e custaram a se livrar — se é que já se livraram — do pesadelo que isso representava.

Continuam, todavia, as pressões — ostensivas ou veladas. Toda vez que um auditor inicia seu mister entra o órgão examinado em polvorosa. E se ele fizer certas perguntas, ler determinados documentos ou avaliar comportamentos gestoriais, começam a chover as intercessões, através de telefonemas ou recadinhos — jamais por escrito! — na tentativa de evitar que o examinador exare seu juízo final em processo formado.

Dinheiros públicos, de conseguinte, são criminosamente esbanjados em publicidade do tipo autopromocional, em compras feitas a estabelecimentos revendedores (varejistas) e não fabricantes, em produtos recebidos sem qualquer especificação prévia ou de qualidade — por falar nisso, onde foi parar o excelente laboratório do antigo Departamento Federal de Compras? — e, também, na substituição de bens de consumo duráveis (veículos, por exemplo), sem plausível justificativa quanto à alienação de carros novos para a aquisição de outros ainda mais novos, como se esses bens tivessem chegado à exaustão ou fosse antieconômica sua manutenção. Por quê a volúpia de comprar o supérfluo, em lugar de aplicar recursos na atividade-fim, no projeto ou atividade que tenha por objeto a sociedade? A propósito, qual é, mesmo, o significado de "status"?

Convênios, ajustes, acordos — quanta mentira oficial! — estão constituindo a tônica da aplicação de dotações orçamentárias. Folhas de pagamento estão sendo engordadas em favor de privilegiados servidores à custa do imponente rótulo de "convênio para melhorar as condições de vida de", como se isso realmente estivesse a beneficiar a população carente, sofrida, assim dita pomposamente no instrumento de celebração da entrega de recursos financeiros, tão escassos, sem qualquer resultado físico concreto, visível, honesto. Quem está realmen



te motivado para demonstrar, através de acompanhamento físico-financeiro, se o programa está sendo bem cumprido?

Há instituições que se especializaram em viver totalmente à custa de convênios firmados com o Governo Federal. E seu descaramento é tal que até contas mensais de luz são debitadas ao "convênio", como se um único projeto fosse o responsável pelo consumo de energia elétrica de todo o edifício.

O Secretário-Central de Controle Interno declara-se frustrado ante a generalizada prática de abusos contra o erário, sem que os orçamentívoros sejam pelo menos advertidos.

A mentalidade brasileira, digamo-lo sem reboços, não está ainda preparada, coletivamente, para enfrentar as coisas com seriedade. A prevalecer a galhofa, o "jeitinho", a impunidade, melhor será eliminar os controles. Destruam-se, por inconvenientes e perturbadoras, as repartições incumbidas da fiscalização de dinheiros e outros valores públicos, ao invés de mantê-las artificialmente vivas.

Ou, então, vamos todos fortalecer o Controle Institucional, Interno e Externo, o qual, inobstante indesejável para alguns, faz parte do organograma de todas as nações civilizadas. Somente as pessoas educadas são capazes de entender que o Controle, em suas múltiplas facetas, é muito mais o processo de orientação, ajuda e aconselhamento e muito menos a vontade de punir.

Parece ser este o melhor caminho a trilhar, ainda porque é a Constituição que assim o exige.

AGRADECIMENTOS

Deseja a Secretaria-Central de Controle Interno, por nosso intermédio, externar agradecimentos a quantos permitiram, por qualquer meio, pudessem os trabalhos do órgão central ser realizados satisfatoriamente. Merecem relevo, neste particular, as autoridades:

- a) do DASP, por haver conduzido a feliz termo as reivindicações do pessoal integrante do Sistema de Controle Interno, inclusive no aspecto do Grupo-CI-1800-Atividades Específicas de Controle Interno;
- b) das Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Cíveis, Órgãos da Presidência da República e Unidades de igual atribuição dos Ministérios Militares, assim como dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo fraterno entendimento havido;
- c) do Departamento de Pessoal da SEPLAN/PR, que atendeu, com zelosa atenção, aos imensos encargos relativos a nossos servidores, em todo o Brasil;
- d) do Departamento de Administração da SEPLAN/PR, que permitiu nada faltasse ao Edifício INTERCON e às 23 Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças e de Auditoria disseminadas pelas Unidades Federativas; e
- e) Ministro Ernane Galvêas, titular da Pasta da Fazenda, por haver permitido que nossa Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças no



Estado do Maranhão pudesse estar hoje instalada em local mais adequado.

Queremos, por igual, estender nossa gratidão aos companheiros de trabalho da SECIN, que sempre se desdobraram na busca do melhor possível em prol do Sistema de Controle Interno. Bem sabemos, por havermos pessoalmente testemunhado o sacrifício, quanto eles se empenharam para assegurar a qualidade e presteza dos encargos atribuídos a cada um. Bem mereceram, por isso, o prêmio representado pelo Decreto-Lei nº 2.191/84. Tenham a certeza, todos, de que a gratificação de controle interno foi legitimamente conquistada e significou a recompensa pelo muito que fizeram e continuarão a fazer.

Nestes quase seis anos de presença na SEPLAN, Senhor Ministro Delfim Netto, dedicamo-nos, todos, à progressiva e difícil implementação do novo Sistema de Controle Interno. Ele exige, confessamos, alguns retoques e aprimoramentos. Já se encontra, porém, no rumo adequado. Basta que o timoneiro oriente a bússola às exigências do novo tempo que se avizinha e consiga concluir aquilo que nós não pudemos ou não soubemos fazer.

Foi para nós imensa honra haver conduzido esse barco até aqui, por águas geralmente calmas, mas, por vezes, arrostando alguns temporais — já dissipados.

Paga-se um preço muito alto pela honestidade, rótulo pelo qual são identificados e louvados os íntegros, probos. Não é fácil ser controlador quando parte dos gestores de dinheiros públicos escapa das malhas da lisura e envereda por tortuosos e escusos caminhos reveladores da indevida aplicação dos impostos penosamente recolhidos, muitas vezes, pelos contribuintes. É preciso servir, e não servir-se. É preciso instalar na consciência de cada um, ainda que a ferrete, a obrigação de ser correito, liso, puro — não com seus próprios bens, dos quais disporá a seu talante —, senão com os recursos do Erário, a cuja irreprochável aplicação se escravizará.

Pena é que certas criaturas estejam mais presas a cargos do que a encargos. De nossa parte, diz-nos a consciência haver^{mos} cumprido, até o limite das forças, os deveres e obrigações a que nos atávamos. Com devoção e lealdade tentamos superar nossas humanas e incontáveis deficiências pessoais.

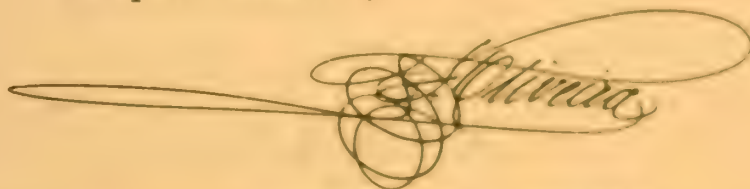
Talvez tenhamos sido polêmicos no embate de certas posições ou discussões. É porque trazemos, inato, indelevelmente marcado, o axioma segundo o qual "somente os peixes mortos se deixam levar pela correnteza".

Aceite Vossa Excelência, Senhor Ministro Delfim Netto, na derradeira mensagem de seu fiel servidor, o reconhecimento muito sincero por todas as atenções a nós dispensadas, em caráter pessoal, graças às quais nada faltou ao Sistema de Controle Interno, quer em recursos institucionais, humanos e materiais, quer na abonadora receptividade com que sempre nos acolheu — até nas horas mais ásperas.

Ao Novo Governo da República, com os votos de que Deus o ilumine, duas breves sugestões:

- a) *crie-se uma Comissão Central de Orçamento junto à Presidência da República, a fim de coordenar, selecionar e liberar despesas públicas dotadas a Ministérios e órgãos e, ainda, evitar gastos repetitivos;*
- b) *crie-se uma Comissão Central de Compras, também junto à Presidência, a fim de padronizar, especificar, adquirir e inspecionar qualitativa e quantitativamente as materiais permanentes e de consumo, salvo os perecíveis e de destinados aos organismos de segurança nacional.*

Respeitosamente,



FERNANDO DE OLIVEIRA

Secretário-Central de Controle Interno



A N E X O S

LEI Nº 7.214, DE 15 DE AGOSTO DE 1984

Extingue a fração do cruzeiro denominada centavo e dá outras providências

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A unidade do sistema monetário brasileiro é o "Cruzeiro".

§ 1º - Fica extinta a fração do cruzeiro denominada "Centavo".

§ 2º - As importâncias em dinheiro escrever - se-ão precedidas do símbolo Cr\$.

Art. 2º - As parcelas referentes a centavos atualmente consignadas, quer na escrituração pública, quer na particular, ficarão desprezadas para todos os efeitos legais.

Parágrafo único - Nas instituições financeiras em que a soma das parcelas desprezadas ultrapassar o valor do salário mínimo, o total apurado será recolhido ao Banco do Brasil S.A., a crédito do Tesouro Nacional, consoante o disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 1.755, de 31 de dezembro de 1977.

Art. 3º - O Conselho Monetário Nacional baixará as normas necessárias à aplicação da presente lei.

Art. 4º - Ao Banco Central do Brasil incumbirá dar curso aos procedimentos de recolhimento e descaracterização das moedas divisionárias.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 15 de agosto de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ernane Galvêas

Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 2.169, DE 29 DE OUTUBRO DE 1984

Altera o Decreto-Lei nº 1928, de 18 de fevereiro de 1982, que dispõe sobre o pagamento prioritário de débitos decorrentes de compromissos em moeda estrangeira, assumidos pela Administração Pública.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º - O caput do artigo 1º e os artigos 2º e 3º do Decreto-lei nº 1.928, de 18 de fevereiro de 1982, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - O pagamento, nos respectivos vencimentos, dos débitos decorrentes de compromissos em moeda estrangeira, que contarem ou não com a garantia do Tesouro Nacional, por fiança ou aval, outorgada diretamente ou concedida por intermédio de instituição financeira oficial, terá prioridade absoluta nos cronogramas financeiros de desembolso dos órgãos da administração pública direta, das entidades de administração indireta e suas subsidiárias e das demais entidades sob controle acionário direto ou indireto da União ou de suas autarquias, bem como das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, que hajam assumido tais compromissos.

"Art. 2º - O pagamento, pelo Banco do Brasil S/A., à ordem do Tesouro Nacional, de compromisso em moeda estrangeira, não saldado pelos devedores nas datas contratuais de vencimento, importará na indisponibilidade dos recursos existentes, ou que venham a ingressar, nas contas dos órgãos ou entidades devedoras abertas em quais-

PLATE 1

quer instituições financeiras, até o quanto baste para compensar o valor equivalente, em moeda nacional, à data do efetivo pagamento, do principal, juros e demais despesas financeiras.

§ 1º Ao Ministro da Fazenda caberá expedir as instruções para aplicação do disposto neste artigo.

§ 2º Caberá ao Banco do Brasil S.A., na data em que efetuar o pagamento:

- a) comunicar o fato ao Banco Central do Brasil;
- b) notificar o órgão ou entidade devedora para, no prazo de 30 dias, efetuar o ressarcimento.

§ 3º Caberá ao Banco Central do Brasil:

- a) expedir às instituições financeiras as ordens necessárias à execução do disposto neste artigo;
- b) promover incontinenti a transferência dos recursos tornados indisponíveis, até o montante suficiente para a liquidação do débito.

§ 4º Caso o órgão ou entidade devedora não providencie a liquidação do débito no prazo fixado na notificação a que se refere o item b do § 2º, será automaticamente debitada multa de 10% sobre o saldo do principal e acessórios.

§ 5º Os pagamentos ou créditos para amortização do débito serão imputados na seguinte ordem:

- a) na multa;

b) nos juros e despesas financeiras;

c) no principal.

§ 6º A conversão, em moeda nacional, dos valores a que se refere este artigo, será feita com base na taxa de câmbio, para venda, vigente na data da notificação feita pelo Banco do Brasil S.A.

§ 7º A partir da data da notificação, e até seu efetivo pagamento, o débito será corrigido monetariamente, segundo a variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, e vencerá juros à taxa de 1% (hum por cento) ao mês.

§ 8º O débito inscrito como Dívida Ativa da União, na forma deste Decreto-lei, ficará sujeito ao encargo de que tratam o artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.569, de 08 de agosto de 1977, e o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.645, de 11 de dezembro de 1978.

§ 9º Os valores recolhidos após a inscrição dos débitos como Dívida Ativa da União serão aplicados pelo Banco do Brasil S.A. na liquidação de eventuais responsabilidades do Tesouro Nacional junto àquele Banco, desde que resultantes de pagamentos efetuados no Exterior na forma deste Decreto-lei.

Art. 3º Dentro de 90 (noventa) dias do vencimento do prazo a que se refere o item b do § 2º do artigo anterior, o Banco do Brasil S.A.:

I - enviará à Procuradoria da Fazenda Nacional, para fins de apuração, inscrição e cobrança da Dívida Ativa da União, de acordo com a legislação pertinente, demonstrativo do débito, com

a indicação da data do pagamento efetuado à ordem do Tesouro Nacional e da taxa de conversão, em moeda nacional, do valor do débito em moeda estrangeira; os nomes e respectivas qualificações dos componentes da diretoria da entidade devedora, em exercício na data do inadimplimento, e bem assim a cópia do contrato financeiro respectivo;

II - remeterá ao Tribunal de Contas da União, à Secretaria-Geral do Ministério da Fazenda e à Secretaria-Central de Controle Interno, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, cópia do demonstrativo a que alude o item anterior".

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de outubro de 1984, 163º da Independência e 96º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ernane Galvêas

DECRETO-LEI Nº 2.191 , DE 26 DE DEZEMBRO DE 1984

Altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o Anexo II do Decreto - lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, na forma do anexo a este Decreto-lei.

Art. 2º - Somente se concederá a Gratificação aos funcionários no efetivo exercício dos respectivos cargos.

Parágrafo Único - Considerar-se-ão como de efetivo exercício, para os fins deste artigo, exclusivamente, os afastamentos em virtude de:

- a) férias;
- b) casamento;
- c) luto;
- d) licença para tratamento de saúde, à gestante ou em decorrência de acidente em serviço;
- e) licença especial;
- f) deslocamento em objeto de serviço;
- g) requisição para órgãos integrantes da Presidência da República;
- h) investidura, na Administração Direta e Autárquica da União ou do Distrito Federal, em cargos em comissão ou Funções de confiança do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores (DAS-100 e LT-DAS-100), de funções de nível superior do Grupo - -Direção e Assistência Intermediária (DAI-110).

Art. 3º - A Gratificação de Controle Interno, sobre a qual incidirá o desconto previdenciário, será incorporada aos proventos do funcionário que a tenha percebido na data da aposentadoria.

Parágrafo Único - O valor a ser incorporado será o correspondente à média dos percentuais atribuídos ao funcionário nos doze meses imediatamente anteriores à inativação.

Art. 4º - Aos funcionários já aposentados a incorporação da Gratificação de Controle Interno, far-se-á na razão da metade do percentual máximo atribuído à categoria funcional em que ocorreu a aposentadoria.

Art. 5º - A concessão da Gratificação de Controle Interno não exclui a percepção, cumulativa, de outras gratificações a que façam jus legalmente os funcionários alcançados por este Decreto-lei, inclusive a Gratificação de Nível Superior, observado o limite fixado no artigo 1º do Decreto-lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto-lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento da União.

Art. 7º - Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 26 de dezembro de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Delfim Netto

A N E X O

(Art. 1º do Decreto-lei nº 2.191, de 26 de dezembro de 1984)

ANEXO II

(Art. 6º, III, do Decreto-lei nº 1341, de 22 de agosto de 1974)

DENOMINAÇÕES DAS GRATIFICAÇÕES E INDENIZAÇÕES	DEFINIÇÃO	BASES DE CONCESSÃO
GRATIFICAÇÃO DE CONTROLE INTERNO	Gratificação devida aos funcionários incluídos na categoria funcional (Grupo-CI - 1800-Atividades Específicas de Controle Interno) privativa da Secretaria Central de Controle Interno, das Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Civis e Órgãos equivalentes da Presidência da República e dos Ministérios Militares.	Até 80% (oitenta por cento) calculados sobre o valor do vencimento ou salário da referência do servidor, segundo critério estabelecido em Ato do Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

DECRETO Nº 89.304, DE 17 DE JANEIRO DE 1984

Cria Núcleo de Secretaria de Controle Interno nos Gabinetes da Presidência da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º - É criado nos Gabinetes da Presidência da República e incluído na Tabela Permanente a que se refere o Decreto nº 85.795, de 09 de março de 1981, o Núcleo de Secretaria de Controle Interno, subordinado aos Ministros de Estado-Chefes dos Gabinetes Militar e Civil.

Art. 2º - Compete ao Núcleo de Secretaria de Controle Interno, no âmbito dos Gabinetes da Presidência da República e da Consultoria Geral da República:

- I - superintender a execução das atividades relacionadas com os sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria;
- II - realizar a contabilidade analítica e a contabilidade sintética; e
- III - exercer os trabalhos de auditoria contábil e de auditoria de programas.

Art. 3º - O Núcleo de Secretaria de Controle Interno tem por titular um Chefe, com prerrogativas e vantagens de Subchefe de Gabinete da Presidência da República, - Oficial Superior das Forças Armadas, com o posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra e o Curso Superior de Guerra Naval, ou equivalente, se militar, coadjuvado por Adjunto.

Parágrafo único. O Adjunto é do posto de Capitão-de-Corveta ou Capitão-Tenente, ou equivalente, se militar.

Art. 4º - Cabe ao Chefe do Núcleo de Secretaria de Controle Interno:

- I - desempenhar funções de orientação, coordenação e controle financeiro, nos termos da legislação específica em vigor, bem como realizar estudos para a formulação e aprimoramento de diretrizes da administração;
- II - elaborar o rol anual dos responsáveis por dinheiros, valores e outros bens públicos e, trimestralmente, as alterações havidas no período, assim como outros elementos e informações estabelecidos na legislação pertinente, para controle e remessa ao Tribunal de Contas da União;
- III - fornecer ao Órgão Central dos Sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria os elementos necessários à prestação de contas do exercício financeiro, nos prazos e condições estabelecidos;
- IV - colaborar na formulação da programação financeira de desembolso e do cronograma decorrente;
- V - fornecer, quando solicitado, aos Ministros de Estado Chefes dos Gabinetes Militar e Civil e ao Consultor-Geral da República os dados referentes ao acompanhamento físico e financeiro da execução orçamentária, por projetos e atividades; e
- VI - executar outros serviços pertinentes aos assuntos de sua competência.

Art. 5º - A estrutura, a competência e lotação das unidades integrantes do Núcleo de Secretaria de Controle Interno serão estabelecidas em ato conjunto dos Ministros de Estado Chefes dos Gabinetes Militar e Civil.

Art. 6º - Fica transferida da Diretoria Administrativa para o Núcleo de Secretaria de Controle Interno uma função de confiança de Adjunto, Código LT-DAS-101.3.

Art. 7º - Aplica-se o disposto nos artigos 52, 53 e 54 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 83.500, de 28 de maio de 1979, ao Chefe do Núcleo de Secretaria de Controle Interno e ao seu Adjunto.

Art. 8º - As despesas com a execução deste Decreto serão atendidas à conta dos recursos orçamentários próprios dos Gabinetes da Presidência da República.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de janeiro de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Rubem Ludwig

Leitão de Abreu

DECRETO Nº 89.893, DE 02 DE JULHO DE 1984

Altera dispositivo do Decreto nº 79.391, de 14 de março de 1977, que dispõe sobre requisição e compra de passagens aéreas por órgãos e entidades da Administração Federal e Fundações sob supervisão ministerial.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º - O parágrafo único do artigo 5º do Decreto nº 79.391, de 14 de março de 1977, alterado pelo Decreto nº 84.363, de 3 de janeiro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O pagamento das faturas será efetuado, impreterivelmente, até o mês seguinte ao de sua apresentação."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 02 de julho de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Délío Jardim Mattos
Delfim Netto

DECRETO Nº 89.950, DE 10 DE JULHO DE 1984

Modifica a estrutura da Secretaria-Central de Controle Interno da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º - A estrutura básica da Secretaria-Central de Controle Interno, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, de que tratam o artigo 12 do Decreto nº. 84.362, de 31 de dezembro de 1979, e o artigo 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 85.234, de 06 de outubro de 1980, fica alterada na forma deste Decreto.

Art. 2º - A Secretaria de Auditoria é o órgão de planejamento, a nível nacional, do sistema de auditoria e de execução dos trabalhos atualmente a cargo da Delegacia Regional de Auditoria no Distrito Federal, que fica extinta, e tem a seguinte constituição:

- I - Divisão de Planejamento de Auditoria -
-PLAUD;
- II - Divisão de Execução de Auditoria Contábil-
-EXAUC;
- III - Divisão de Execução de Auditoria de Programas-EXAUP;
- IV - Divisão de Execução de Auditoria de Recursos Externos-EXPRES; e
- V - Seção de Controle e Registro de Responsáveis-SEREG.

§ 1º - A Divisão de Execução de Auditoria Contábil exercerá sua atividade exclusivamente sobre os serviços de contabilidade estranhos à competência das Delegacias Regionais de Contabilidade e Finanças.

§ 2º - Os balancetes e demonstrativos elaborados pelas Delegacias Regionais de Contabilidade e Finanças constituem os instrumentos básicos através dos quais a auditoria exercitará, nas próprias unidades orçamentárias ou administrativas, diretamente, os procedimentos a seu cargo.

Art. 3º - Ficam extintas, na Tabela Permanente da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a que se refere o anexo I do Decreto nº 86.863, de 19 de janeiro de 1982, as seguintes funções de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - LT-DAS-100:

a) Na Secretaria de Auditoria

- 2 (duas) de Coordenador, LT-DAS-101.3;

b) Na Delegacia Regional de Auditoria no Distrito Federal

- 1 (uma) de Delegado-Regional, LT-DAS-101.3; e
- 3 (três) de Diretor de Divisão, LT-DAS-101.2.

Parágrafo único. Ficam também extintas, no Quadro Permanente da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, de que trata o Anexo II do Decreto nº 86.863, de 19 de janeiro de 1982, as seguintes funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias - DAI-110:

Na Delegacia Regional de Auditoria no Distrito Federal

- a) 1 (uma) de Chefe, DAI-111.1-NM;
- b) 1 (uma) de Secretário Administrativo, DAI-111.3-NM;

- c) 3 (três) de Secretário Administrativo, DAI-111.3-NM;
- d) 1 (uma) de Assistente, DAI-112.3-NS; e
- e) 3 (três) de Assistente, DAI-112.2-NS.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Delfim Netto

DECRETO Nº 89.979, DE 18 DE JULHO DE 1984

Simplifica procedimentos de controle de recursos orçamentário-financeiros e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista os objetivos do Programa Nacional de Desburocratização,

D E C R E T A :

Art. 1º - As despesas e receitas orçamentárias realizadas por órgão da administração direta federal terão seus documentos comprobatórios arquivados, nos termos do artigo 78, § 5º, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, pelo serviço de contabilidade analítica do sistema de controle interno.

§ 1º - As despesas e receitas de qualquer natureza realizadas por autarquia, fundo especial autônomo, empresa pública, fundação e outras entidades vinculadas à administração indireta federal, quer à conta de recursos próprios, quer à conta de transferências do orçamento, ou, ainda, à conta de quaisquer recursos sobre os quais a União tenha o poder de disposição, terão seus documentos comprobatórios arquivados pelos respectivos serviços de contabilidade.

§ 2º - Os serviços de contabilidade manterão em boa ordem os documentos comprobatórios de todas as receitas e despesas realizadas, os quais ficarão à disposição das autoridades de controle interno e de controle externo, no próprio lugar onde se tenham escriturado as operações.

Art. 2º - As despesas realizadas por Estados, Municípios, Distrito Federal, Territórios, instituições públicas

e privadas e, ainda, entidades investidas do poder de arrecadar contribuição parafiscal, quando decorrentes de recursos orçamentários ou transferências da União, inclusive subvenções econômicas e sociais, através de convênio ou outro instrumento delegatário de competência, terão seus documentos comprobatórios arquivados pelos respectivos serviços de contabilidade.

§ 1º - Os órgãos e entidades referidos neste artigo, em prazos e condições estabelecidos nos instrumentos de aplicação de recursos, remeterão ao órgão-central do sistema de controle interno, para fins de exame e auditoria, a demonstração contábil dos valores recebidos e pagos.

§ 2º - Salvo exigência em contrário, formulada por autoridade do sistema de auditoria, a documentação dos órgãos e entidades de que trata este artigo permanecerá no próprio lugar das operações, à disposição da auditoria, cujo exame suprirá qualquer outro que se caracterize como de controle interno.

Art. 3º - O sistema de auditoria, no âmbito do Poder Executivo, procederá a exame técnico e de mérito das operações realizadas por quem houver aplicado dinheiros públicos, quer através do orçamento, quer mediante transferências, quer, ainda, à conta de quaisquer valores sobre os quais a União tenha o poder de disposição, inclusive nos aspectos físicos e financeiros, qualquer que seja o instrumento concessivo.

§ 1º - Para os fins deste Decreto, auditoria interna é a realizada pelo sistema de auditoria do Poder Executivo e, auditoria externa, a realizada pelo Tribunal de Contas da União.

§ 2º - O órgão Central do sistema de controle interno, além das atribuições que lhe são inerentes, diligenciará no sentido de ser obtida, por via da padronização de procedimentos, a simplificação das prestação e tomadas de contas de quem haja aplicado recursos do orçamento ou dele transferidos.

Art. 4º - O disposto neste Decreto não se aplica à transferência de parcelas ou quotas-partes de recursos tributários arrecadados pela União e destinados aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, cujo tratamento continua a se reger pelos Decretos-leis nº 1.805 e 1.833, de 01 de outubro e 23 de dezembro de 1980, respectivamente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 18 de julho de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Delfim Netto

DECRETO Nº 90.313, DE 16 DE OUTUBRO DE 1984

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais ao orçamento, disciplina operações orçamentário-financeiras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º - É fixado em até 10 de novembro o prazo para recepção, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, de pedidos de abertura de créditos adicionais ao Orçamento Geral da União.

§ 1º - Aplica-se o disposto neste artigo a remanejamento de dotações orçamentárias de qualquer natureza ou origem, seja por via da compensação de créditos, seja através do excesso de arrecadação.

§ 2º - É permitida a suplementação automática derivada do excesso de arrecadação, quando decorrente de recursos vinculados a programas especiais de trabalho.

Art. 2º - É fixada em 30 de novembro a data-termo para publicação de atos dos quais resulte abertura de créditos suplementares e especiais ou remanejamento de dotações.

Art. 3º - As operações orçamentário-financeiras da União encerram-se, impreterivelmente, dentro do seguinte cronograma:

I - emissão de notas orçamentárias de destaque, até o 5º dia útil de dezembro;

II - emissão de notas financeiras de repasse até o 7º dia útil de dezembro;

III - emissão de notas orçamentárias de provisão , até o 7º dia útil de dezembro;

IV - emissão de notas financeiras de sub-repasse, até o 9º dia útil de dezembro;

V - emissão de notas orçamentárias de empenho , até o 13º dia útil de dezembro; e

VI - emissão de cheques bancários e de notas financeiras de ordem de pagamento, até o 18º dia útil de dezembro.

Parágrafo único - A Secretaria-Central de Controle Interno estabelecerá medidas complementares que julgue imprescindíveis à elaboração e apresentação das Contas do Presidente da República.

Art. 4º - Os Balanços-Gerais da União relativos ao exercício financeiro de 1984 serão entregues ao Congresso Nacional, excepcionalmente, até 14 de março de 1985.

Art. 5º - Responderão administrativamente pela inobservância das normas aqui fixadas aqueles que lhe derem causa, mediante representação da autoridade competente.

Art. 6º - Eventuais pleitos inadiáveis, exhaustivamente justificados pelos Ministérios e Órgãos, serão submetidos, por intermédio da Secretaria de Planejamento, a excepcional autorização do Presidente da República.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de outubro de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ernane Galvêas

Delfim Netto

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 15 DE AGOSTO DE 1984

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20 do Regulamento baixado pelo Decreto nº 85.234, de 06 de outubro de 1980, resolve

E X P E D I R o Regimento Interno da Comissão de Coordenação do Controle Interno-INTERCON.

I - DAS ATRIBUIÇÕES

2. A Comissão de Coordenação do Controle Interno-INTERCON, criada pelo Capítulo V do Decreto nº 85.234, de 06 de outubro de 1980, tem por objetivo, segundo o parágrafo 4º, artigo 30, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, coordenar os assuntos relativos ao Sistema de Controle Interno, que compreende as atividades de administração financeira, contabilidade e auditoria.
3. A coordenação implicará estudar e propor medidas assecuratórias da homogênea realização dos trabalhos atribuídos ao Sistema de Controle Interno e, também, contribuir, junto a outros Sistemas de atividades, no sentido da inter-relação dos órgãos e entidades da Administração Federal.
4. Ocorrerá a coordenação, ainda, no aspecto da uniforme interpretação de instruções normativas, portarias, ofícios-circulares e demais instrumentos expedidos pelo Órgão-Central e Órgãos-Setoriais do Sistema de Controle Interno e, ainda, quanto a quaisquer editos emanados de outras autoridades.

II - DA COMPOSIÇÃO

5. A INTERCON é constituída pelos seguintes membros-natos, todos com direito a voto:

I - Presidente:

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Plane

jamento da Presidência da República-SEPLAN/PR;

II - Membros-natos:

a) os Secretários de Controle Interno dos Ministérios Civis, do Departamento Administrativo do Serviço Público-DASP, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República-SEPLAN/PR e do Serviço Nacional de Informações-SNI;

b) os Secretários de Economia e Finanças dos Ministérios do Exército e da Aeronáutica;

c) o Diretor de Finanças da Marinha;

d) o Chefe do Núcleo de Secretaria de Controle Interno da Presidência da República;

e) o Chefe do Núcleo de Secretaria de Controle Interno do Conselho de Segurança Nacional;

f) o Assessor de Controle Interno do Estado-Maior das Forças Armadas-EMFA; e

g) o titular de órgão de controle interno que venha a ser criado ou instituído junto ao Poder Executivo.

6. O titular da Secretaria-Central de Controle Interno comparecerá às reuniões da INTERCON, na qualidade de seu vice-presidente, vedada sua participação nos debates e votação.

7. Facultar-se-á a presença no plenário, em todas as sessões, como convidados-permanentes, de titulares dos serviços equivalentes a Secretaria de Controle Interno, nos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que poderão intervir nos debates, sem direito a voto.

8. Facultar-se-á também o comparecimento ao plenário, em todas as sessões, como convidados-especiais, sem direito a debater e votar, dos titulares dos Órgãos-Centrais dos Sistemas de Atividades de Pessoal Civil, Orçamento, Programação Financeira

ra e Serviços-Gerais, que poderão, quando solicitados pela presidência, esclarecer ou expor matéria da respectiva área de competência.

9. É de exclusiva competência do presidente convidar especialistas ou autoridades para proferir palestra ou expor tema de interesse do plenário. As indicações, contudo, poderão ser oferecidas pelos membros-natos.

III - DAS SUBSTITUIÇÕES

10. O presidente far-se-á representar, em seus eventuais impedimentos, pelo vice-presidente, que assumirá a direção dos trabalhos.

11. No impedimento ou ausência do vice-presidente assumirá o titular da Secretaria de Controle Interno da SEPLAN/PR.

12. Se impedido ou ausente o titular da Secretaria de Controle Interno da SEPLAN/PR, assumirá a presidência o membro-nato mais antigo no cargo de Secretário de Controle Interno, excluída a contagem de tempo, se for o caso, como Inspetor - Geral de Finanças.

13. Na hipótese de coincidência de antiguidade de mais de um membro-nato, o desempate beneficiará o mais idoso.

14. Os membros-natos, convidados-permanentes, convidados-especiais e o vice-presidente far-se-ão representar, em seus eventuais impedimentos, por seus substitutos legais, os quais, contudo, não poderão assumir a presidência dos trabalhos.

IV - DO FUNCIONAMENTO

15. O funcionamento da INTERCON é limitado aos assuntos constantes da Ordem-do-Dia elaborada pela Secretaria-Executiva da INTERCON e aprovada pelo vice-presidente.

16. A pauta da ordem-do-dia compõe-se de:

a) leitura, discussão e aprovação da ata da ses
são anterior;

b) expediente da presidência;

c) matéria a apreciar; e

d) assuntos gerais.

17. O "expediente da presidência" tem em mira comunicar eventos de interesse do plenário ou transmitir informações rela
cionadas aos trabalhos.

18. A "matéria a apreciar" constitui os trabalhos pro
priamente ditos e será desenvolvida segundo a ordem de precedên
cia de assuntos inscritos, vedada a inversão da pauta ou o des
taque de qualquer assunto. A matéria não concluída ou não apre
ciada será obrigatoriamente reinscrita em primeiro lugar na or
dem-do-dia da sessão ordinária imediatamente posterior.

19. A fase de "assuntos gerais" é reservada aos membros
-natos, convidados-permanentes e convidados-especiais, os quais,
por ordem de inscrição verbal, divulgarão matéria de interesse
do plenário, com tempo limitado a 3 (três) minutos, que poderá
se estender, no máximo, a 5 (cinco) minutos, se autorizado pela
presidência.

V - DA APRESENTAÇÃO DE MATÉRIA

20. A iniciativa da apresentação de matéria caberá in
distintamente aos membros-natos, aos convidados-permanentes e
aos convidados-especiais, sempre por escrito, quer antecipada
mente, quer durante as sessões ordinárias.

21. A legislação, quando citada, será anexada à proposi
tura.

VI - DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

22. As sessões ordinárias, realizadas mensalmente e pre
viamente anunciadas, se iniciarão com a presença da maioria sim

ples de membros-natos, no período de 15:00 a 18:00 horas. Admitir-se-á a prorrogação máxima de 30 (trinta) minutos para seu encerramento, a critério do presidente ou a requerimento verbal de membro-nato.

23. Os trabalhos iniciar-se-ão com a leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior. Poderá a leitura ser dispensada se a ata tiver sido entregue aos membros-natos até o dia anterior ao da sessão, hipótese em que será apenas discutida e aprovada por maioria dos membros-natos presentes.

24. O presidente, a seguir, divulgará os assuntos objeto da pauta "expediente da presidência".

25. A "matéria a apreciar" obedecerá ao rito normal de apresentação, discussão e votação.

26. A presidência anunciará o assunto em pauta e concederá a palavra ao expositor previamente designado.

27. O expositor disporá de no máximo 10 (dez) minutos para apresentar e concluir o assunto, sem apartes nem interrupções. Se, no entanto, a seu exclusivo critério, conceder aparte, o tempo do aparteante será considerado como se do próprio expositor fosse.

28. Feita a exposição, será concedida a palavra a quem a solicitar, pela ordem de inscrição, durante o tempo máximo de 5 (cinco) minutos, sem apartes nem interrupções, podendo apresentar emendas por escrito.

29. Esgotada a manifestação dos debatedores, a palavra será de novo concedida ao expositor, o qual, dentro de 5 (cinco) minutos, expressará sua concordância ou discordância relativamente às opiniões ou emendas do plenário. Esse tempo poderá ser prorrogado, a seu pedido, no máximo, por 3 (três) minutos.

30. A matéria será a seguir colocada em votação, dentro das alternativas seguintes:

- a) aprovada, sem emendas;
- b) aprovada, com emendas; e
- c) rejeitada.

31. Colhido o resultado, sempre por maioria simples, o presidente:

- a) anunciará a decisão ao plenário;
- b) designará, na hipótese de aprovação com emendas, o relator final; e
- c) proferirá o voto de qualidade, em caso de empate.

32. A matéria alvo de rejeição poderá ser reapresentada em sessão ordinária ulterior, se indicada por 2/3 (dois terços) do total de membros-natos, por escrito.

VII - DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

33. As sessões extraordinárias serão convocadas pelo presidente, com antecedência não inferior a 5 (cinco) dias corridos, por sua própria iniciativa ou através de proposta escrita de membro-nato, que justificará a necessidade do evento.

34. O tema da reunião será explicitado no próprio expediente convocatório.

35. A sessão extraordinária não comportará leitura da ata da sessão anterior, divulgação do expediente da presidência ou assuntos gerais, e será limitada ao assunto objeto da reunião.

36. A rotina dos trabalhos obedecerá ao ritual do Título VI - Das Sessões Ordinárias.

VIII - DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS APROVADAS

37. A matéria consequente de decisão da INTERCON será transmitida pelo Secretário-Central de Controle Interno a todos os órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno, para uniforme adoção, através de instrução normativa, ofício-circular ou outro instrumento adequado.

38. A INTERCON não expedirá resolução sobre matéria por ela decidida, mas, a encaminhará ao Secretário-Central de Controle Interno, como indicação, para as providências de competência do órgão-central.

39. O Secretário-Central de Controle Interno, levando em conta a responsabilidade imposta pelo § 2º, artigo 30, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, poderá deixar de acolher parcial ou totalmente qualquer propositura que, a seu juízo, não se coadune ao fiel cumprimento das leis e regulamentos e ao funcionamento eficiente e coordenado do Sistema de Controle Interno.

40. O Secretário-Central de Controle Interno, na hipótese prevista no item anterior, dará conhecimento ao plenário, oportunamente, das razões que lhe tiverem inspirado a recusa.

IX - DA SECRETARIA EXECUTIVA

41. A Comissão de Coordenação do Controle Interno - INTERCON manterá uma Secretaria Executiva, com a função de:

a) receber e controlar a matéria que deva ser submetida ao plenário;

b) elaborar a ordem-do-dia e submetê-la à aprovação do vice-presidente;

c) reproduzir os originais e distribuir cópia aos membros-natos, convidados-permanentes e convidados-especiais;

d) expedir o material de convocação da INTERCON;

e) coordenar os assuntos em andamento no colegiado e zelar pelo cumprimento dos prazos assinalados;

f) controlar, para efeito de número, a presença de titulares e seus substitutos legais às reuniões;

g) secretariar as reuniões;

h) redigir e proceder à leitura da ata das reuniões, assiná-la e colher a assinatura do presidente; e

i) elaborar exposição anual das atividades desenvolvidas pela INTERCON, para inclusão em capítulo próprio do Relatório das Atividades Administrativas da Secretaria-Central de Controle Interno, anexo aos Balanços-Gerais da União.

42. O Secretário Executivo e seu corpo auxiliar, recrutados entre os servidores do órgão-central, não perceberão qualquer vantagem financeira pelos serviços prestados, que se consideram de relevante interesse público.

X - DAS COMISSÕES DE ASSESSORAMENTO

43. São criadas, sem ônus, comissões de assessoramento junto à Comissão de Coordenação do Controle Interno-INTERCON, para cuidar de assuntos de administração financeira, contabilidade e processamento de dados, formadas por titulares de áreas imediatamente subordinadas ao Secretário de Controle Interno ou autoridades de competência equivalente. Cada comissão de assessoramento será coordenada pelo titular da respectiva área no órgão-central.

44. A matéria que haja de ser submetida à INTERCON obedecerá aos trâmites exigidos quanto à apresentação de temas por integrantes do plenário.

45. A disciplina dos trabalhos das comissões será estabelecida pelo plenário da INTERCON.

46. A Comissão de Coordenação de Controle Interno-INTERCON, através de seu presidente, poderá solicitar às comissões de assessoramento a emissão de parecer técnico sobre qualquer assunto apresentado ao plenário.

XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

47. Serão dirimidas pelo presidente as dúvidas porventura resultantes da aplicação do presente Regimento Interno, que entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DE OLIVEIRA

Secretário-Central de Controle Interno

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 001, DE 17 DE JANEIRO
DE 1984

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, combinado com o artigo 1º, item III, do Regimento Interno da Secretaria-Central de Controle Interno, expedido pela Portaria nº 008, de 20 de janeiro de 1981, do Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, resolve

E X P E D I R a presente Instrução Normativa com a finalidade de:

Implementar o acompanhamento físico-financeiro de programas de trabalho, previsto na Portaria nº 008, de 20 de janeiro de 1981, do Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

2. Aprovar os modelos das Fichas de CADASTRAMENTO/PROGRAMAÇÃO (F.1) e de ACOMPANHAMENTO (F.2) a serem utilizados pelo Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro Integrado-AFFIN, bem como o respectivo Manual de Preenchimento.

3. Estabelecer, com vistas apenas ao primeiro trimestre de 1984, o fluxo de documentos que produzirão as informações necessárias à implementação do Sistema AFFIN, consoante Anexo I.

4. Determinar:

a) no primeiro semestre de 1984, sejam acompanhados apenas os projetos e atividades executados pelas entidades da administração direta, inclusive os contratos, convênios, acordos e outros instrumentos bilaterais; e

b) a partir do segundo semestre de 1984, sejam acom

panhados, também, os projetos e atividades executados pelas entidades da administração indireta, exclusive as sociedades de economia mista.

5. Recomendar aos Ministérios Militares e órgãos da Presidência da República que o Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro Integrado-AFFIN seja desenvolvido através de unidades de sua própria estrutura e submetido diretamente ao Titular da respectiva Pasta, sem interferência dos órgãos diretamente subordinados à Secretaria-Central de Controle Interno.

FERNANDO DE OLIVEIRA

Secretário-Central de Controle Interno

FLUXO DAS INFORMAÇÕES

(Válido somente para o 1º trimestre de 1984)

ÓRGÃO	ATIVIDADES	PRAZOS
SECRETARIA GERAL	-Preenche 4 vias F1 -Arquiva via amarela -Remete vias branca, azul e rosa p/ CISSET	15 Fev.
C I S E T	-Recebe 3 vias da F1 -Preenche 4 vias da F2 -Arquiva via branca da F1 -Arquiva via amarela da F2 -Remete vias rosa da F1 e F2 para a SECIN -Remete vias azul da F1 e branca e azul da F2 para DECOF	29 Fev.
D E C O F	-Recebe e arquiva via azul da F1 -Recebe vias branca e azul da F2 -Remete via branca da F2 para Executor	05 Mar.
EXECUTOR	-Recebe via branca da F2 -Preenche campos específicos referentes ao 1º Trimestre de execução do projeto/atividade -Remete F2 preenchida para DECOF	10 Abr.
D E C O F	-Recebe F2 preenchida pelo Executor -Verifica exatidão das informações e providencia correções necessárias -Preenche via azul da F2 com dados corrigidos -Remete via branca da F2 para CISSET -Remete via azul da F2 para SECIN	15 Abr. 30 Abr. 30 Abr.

OBSERVAÇÃO: A partir do 2º Trimestre de 1984 seguir as instruções contidas no Manual de Preenchimento.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002, DE 02 DE FEVEREIRO
DE 1984

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, combinado com o artigo 19, V, do Regimento Interno da Secretaria-Central de Controle Interno baixado com a Portaria nº 008, de 20 de janeiro de 1981, do Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e tendo em vista, ainda, a Resolução nº 213, de 07 de dezembro de 1983, do Tribunal de Contas da União, resolve:

D I S C I P L I N A R a composição dos processos de tomada-de-contas e prestação-de-contas da Administração Federal, relativamente aos exercícios financeiros de 1983 e seguintes.

I - DA TOMADA-DE-CONTAS

2. A tomada-de-contas dos órgãos da administração direta será constituída dos seguintes elementos básicos:

a) rol de responsáveis indicando:

I - ordenador de despesa;

II - encarregado do setor financeiro;

III - encarregado do almoxarifado ou de material em estoque; e

IV - todos quantos arrecadarem, gerirem ou tiverem sob sua guarda dinheiros, valores e demais bens públicos;

b) demonstrativo dos créditos autorizados;

c) demonstrativo da execução da despesa;

d) balancete financeiro;

e) balancete patrimonial;

f) demonstrativo sintético da movimentação do material no almoxarifado;

- g) no caso de descentralização de recursos, demonstrativos dos convênios ou ajustes firmados indicando:
- I - a espécie;
 - II - o resumo do objeto;
 - III - o nome dos beneficiários;
 - IV - o valor;
 - V - as datas de celebração e publicação;
 - VI - o prazo para comprovar a aplicação; e
 - VII - os valores entregues, comprovados, impugnados e saldos a comprovar, no exercício;
- h) quadro demonstrativo da entrega de auxílios, subvenções ou contribuições indicando:
- I - a espécie;
 - II - o nome dos beneficiários;
 - III - o prazo para a prestação de contas, se ocorrer; e
 - IV - os valores entregues e, se for o caso, comprovados, impugnados e não comprovados, no exercício;
- i) demonstrativo dos pagamentos de inativos e pensionistas constando:
- I - concessões consideradas legais pelo Tribunal de Contas;
 - II - concessões não remetidas; e
 - III - concessões consideradas ilegais com menção da data da decisão do Tribunal e as razões da permanência em folha;
- j) relatório do gestor, quando previsto em normas regulamentares; e
- l) relatório do tomador de contas, visado pelo chefe da seção de tomada-de-contas.

II - DA PRESTAÇÃO-DE-CONTAS DE AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

3. As autarquias e as fundações subvencionadas pelo Orçamento da União prestarão contas através dos seguintes elementos básicos:

a) rol de responsáveis indicando:

I - o dirigente máximo; e

II - os membros dos órgãos colegiados responsáveis por atos de gestão definidos em lei ou regulamento;

b) relatório anual do Administrador, com relevo para os programas de trabalho planejados e efetivamente executados;

c) cópia das alterações ocorridas no exercício, quanto a normas específicas que regem a entidade;

d) balanço orçamentário;

e) balanço financeiro;

f) balanço patrimonial;

g) demonstração das variações patrimoniais;

h) comparativo do balanço patrimonial do exercício com o do exercício anterior identificando o aumento ou a diminuição das origens de recursos e das aplicações patrimoniais;

i) relação dos dirigentes e servidores em débito com a entidade informando sua origem e natureza, ano da ocorrência, saldo no último dia do exercício e as providências adotadas para o ressarcimento;

j) no caso de descentralização de recursos, demonstrativos dos convênios ou ajustes firmados indicando:

- I - a espécie;
- II - o resumo do objeto
- III - o nome dos beneficiários;
- IV - o valor;
- V - as datas de celebração e publicação;
- VI - os valores entregues, comprovados, impugna
dos e dos saldos a comprovar, no exercí
cio; e

- 1) parecer dos órgãos internos que devam se mani-
festar sobre as contas.

III - DA PRESTAÇÃO-DE-CONTAS DE EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIE DADES DE ECONOMIA MISTA E EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS OU CONTROLADAS

4. A prestação-de-contas de empresas públicas, socieda
des de economia mista e empresas subsidiárias ou controladas di-
reta ou indiretamente pela União será constituída dos elemen-
tos básicos a seguir:

a) rol de responsáveis informando:

- I - o dirigente máximo;
- II - os membros da diretoria;
- III - os membros do conselho de administração ,
se houver;
- IV - os membros do conselho fiscal; e
- V - os responsáveis e co-responsáveis pela
gestão, excluídas as exigências dos itens
III e IV quando se tratar de entidades
não constituídas sob a forma de socieda -
des por ações;

- b) relatório anual do administrador, com ênfase pa-
ra os programas de trabalho planejados e executa
dos apresentando-se justificativas sempre que ,
na execução, não hajam sido alcançados os obje-

tivos da programação prevista;

- c) cópia das alterações ocorridas no exercício , quanto a normas específicas que regem a entidade;
- d) balanço patrimonial, demonstrações do lucro (ou prejuízo) acumulado, do resultado do exercício e da origem e aplicação dos recursos, segundo o plano de contas da entidade;
- e) cópias das folhas do Livro de Apuração do Lucro Real contendo os lançamentos correspondentes ao exercício;
- f) demonstrativo sintético dos dispêndios globais autorizados e realizados no exercício;
- g) demonstrativo da composição acionária do capital social indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação;
- h) balanços das entidades de previdência fechada bem como de outras associações de empregados , acompanhados do relatório do administrador;
- i) parecer dos órgãos internos que devam se manifestar sobre as contas; e
- j) relação dos dirigentes e servidores em débito com a empresa informando sua origem e natureza, ano da ocorrência, saldo no último dia do exercício e as providências adotadas para o ressarcimento.

IV - DA PRESTAÇÃO-DE-CONTAS DE FUNDOS ESPECIAIS AUTÔNOMOS

5. A prestação-de-contas dos fundos especiais administrados ou geridos por órgão autônomo da administração direta ou entidade da administração indireta será apresentada separadamente da tomada ou prestação-de-contas do órgão ou entidade,

através dos seguintes elementos básicos:

- a) relatório das atividades planejadas e executadas;
- b) rol de responsáveis incluindo:
 - I - o dirigente máximo; e
 - II - os membros dos órgãos colegiados responsáveis por atos de gestão definidos em lei, regulamento ou estatuto;
- c) demonstrativo da receita discriminando origem e categorias econômicas;
- d) demonstrativo da despesa segundo as categorias econômicas;
- e) balancete financeiro; e
- f) balancete patrimonial.

V - DA PRESTAÇÃO-DE-CONTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

6. A prestação-de-contas dos fundos de investimentos de que trata o Decreto-lei nº 1376/74 será apresentada por seus responsáveis em processos distintos e constituídos dos seguintes elementos básicos:

- a) relatório das atividades do fundo, destacando os resultados da fiscalização e da avaliação do estado dos projetos e atividades;
- b) cópia das alterações ocorridas no exercício, quanto a normas que regulam a gestão do fundo;
- c) balanços e demais demonstrações financeiras e contábeis;
- d) demonstrativo da execução dos orçamentos de comprometimento;
- e) demonstrativo, por exercício, dos projetos e atividades aprovados evidenciando o valor, o be

ALLMILK INC.

neficiário e as parcelas liberadas de cada um deles; e

- f) parecer dos órgãos internos que devam se manifestar sobre as contas.

VI - DA PRESTAÇÃO-DE-CONTAS DE SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS

7. A prestação-de-contas de serviços sociais autônomos far-se-á através dos seguintes elementos básicos:

- a) relatório das atividades;
- b) cópia das alterações ocorridas no exercício , quanto a normas que regulam sua gestão; e
- c) balanços e demais demonstrações financeiras e contábeis.

VII - DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

8. Os órgãos responsáveis pela contabilização de operações sujeitas a tomada e prestação-de-contas devem manter devidamente arquivados os respectivos documentos comprobatórios e, bem assim, os registros e controles relativos aos seguintes elementos:

- I - Quanto à tomada-de-contas (administração direta):
 - a) limites para importação direta e compra ou locação de produto estrangeiro no mercado interno;
 - b) concessão de residências funcionais;
 - c) locação de imóveis residenciais;
 - d) utilização de veículos de representação e de serviço;
 - e) utilização indireta de pessoal mediante con

vênios e contratos;

- f) tetos fixados para consumo de combustíveis;
- g) contratos firmados;
- h) licitações;
- i) bens móveis e imóveis;
- j) almoxarifado;
- l) extratos bancários;
- m) mercadorias apreendidas; e
- n) orçamento e suas alterações.

II - Quanto à prestação-de-contas (administração indireta):

- a) limites para realização de investimentos;
- b) limites para importação direta e compra ou locação de produto estrangeiro no mercado interno;
- c) admissão e remuneração de pessoal;
- d) concessão de residências funcionais;
- e) locação de imóveis residenciais;
- f) utilização de veículos de representação e de serviço;
- g) remuneração de dirigentes;
- h) composição do capital social, especificada a participação acionária da União;
- i) participação no capital de outras sociedades controladas ou coligadas;
- j) convênios para aquisição ou financiamento de casa própria e bens de consumo durável a dirigentes e servidores;
- l) convênios de fornecimento de mão-de-obra a outras entidades;

- m) utilização indireta de pessoal mediante convênios e contratos;
- n) tetos fixados para consumo de combustíveis;
- o) contratos firmados;
- p) licitações;
- q) bens móveis e imóveis;
- r) almoxarifado;
- s) extratos bancários;
- t) operações de financiamentos internos e externos de bens e serviços;
- u) orçamento e suas alterações; e
- v) parecer e relatório dos auditores independentes, se houver.

VIII - DOS CONVÊNIOS, AJUSTES E CONTRATOS

9. Convênio, segundo o artigo 10, § 1º, b e § 5º, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, é o instrumento através do qual a Administração Federal descentraliza a execução de atividades e programas de caráter nitidamente local em favor de unidades federadas. O convênio é utilizado somente quando forem partes, de um lado, a União, e, de outro, os Estados, os Municípios ou o Distrito Federal.

10. Ajuste é o instrumento através do qual um Ministério ou Órgão adjudica a outro Ministério ou Órgão a execução de projetos e atividades constantes de seus programas de trabalho. O ajuste é utilizado somente quando forem partes, entre si, os próprios Ministérios ou Órgãos dos Poderes da União, por intermédio de suas unidades orçamentárias ou gestoras intervenientes.

11. Contrato é o instrumento de que se utiliza a União para firmar, perante terceiros, o compromisso de adquirir ou

oferecer serviços, bens, materiais e outras obrigações reciprocamente estabelecidas, dentro das seguintes hipóteses:

- a) entre um órgão da administração direta da União e uma entidade da administração indireta da própria União, assim entendidas as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações subvencionadas;
- b) entre um órgão da administração direta da União e uma entidade da administração indireta de governos dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal;
- c) entre um órgão da administração direta da União e qualquer pessoa física ou jurídica do setor privado;
- d) entre entidades da administração indireta da União;
- e) entre entidade da administração indireta da União e órgão da administração direta ou entidades da administração indireta de governos dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal;
- f) entre entidade da administração indireta da União e qualquer pessoa física ou jurídica do setor privado.

12. O convênio, quando sua vigência abranger mais de 1 (um) exercício financeiro, discriminará o valor a expenhar em cada exercício, vedado o comprometimento do Orçamento em curso visando a amparar despesas de períodos vindouros, ainda que previstas no respectivo instrumento.

13. Os termos aditivos a convênios e ajustes somente serão admitidos para inclusão, exclusão ou alteração de cláusulas

la do instrumento inicial que não implique:

- a) acréscimo de valor;
- b) ampliação ou diminuição do projeto ou atividade de conveniada;
- c) modificação do objeto aprovado; e
- d) aproveitamento do saldo remanescente do convênio ou ajuste.

IX - DOS PRAZOS

a) Administração Direta

14. A tomada-de-contas de órgão da administração direta, levantada até 30 de março, permanecerá em poder das Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças, à disposição da Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN, para os procedimentos de auditoria e entrega, através dos Ministérios Cíveis, SEPLAN/PR e DASP, ao Tribunal de Contas da União, até 30 de junho.

b) Autarquias, Órgãos Autônomos, Fundos Especiais e Fundos de Investimentos

15. A prestação-de-contas de autarquia, órgão autônomo, fundo especial e fundo de investimentos é encaminhada pelo gestor ou administrador à Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN até 30 de março, para os procedimentos de auditoria e entrega, através dos Ministérios Cíveis, SEPLAN/PR e DASP, ao Tribunal de Contas da União, até 30 de junho.

c) Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista (Controladoras), Fundações e Serviços Sociais Autônomos

16. A prestação-de-contas de empresa pública, socieda

de de economia mista (controladora), fundação e serviço social autônomo é encaminhada pelo gestor ou administrador à Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN até 30 de abril , para os procedimentos de auditoria e entrega, através dos Ministérios Civis, SEPLAN/PR e DASP, ao Tribunal de Contas da União, até 31 de julho.

d) Sociedades de Economia Mista (Controladas)

17. A prestação-de-contas de sociedade de economia mista (controlada) é encaminhada pelo administrador à Secretaria -Central de Controle Interno-SECIN até 30 de junho, para os procedimentos de auditoria e entrega, através dos Ministérios Civis, SEPLAN/PR e DASP, ao Tribunal de Contas da União, até 30 de setembro.

18. Autarquias, órgãos autônomos, fundos especiais , fundos de investimentos, empresas públicas, sociedades de economia mista (controladoras e controladas), fundações e serviços sociais autônomos comunicarão à Secretaria de Controle Interno do Ministério ou Órgão a que estiverem vinculados a data de encaminhamento de sua prestação-de-contas à Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN.

X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

19. A tomada-de-contas e a prestação-de-contas arrola-
rão:

- a) os substitutos do ordenador de despesa, do co-responsável e do responsável subordinado, ou do administrador, com a indicação dos períodos em que tiverem exercido os respectivos cargos ou funções;
- b) os substitutos ou sucessores dos membros dos conselhos de administração, fiscal ou equivalentes, identificados os períodos da gestão; e

- c) os administradores que concorreram, por ação ou omissão, para o atraso de pagamento de débitos decorrentes de compromissos em moeda estrangeira, inclusive sob o aspecto do Aviso GB-588/67, do Ministro da Fazenda, consoante a legislação em vigor.

20. Nos casos de ausência de prestação de contas, ou de prática de desfalque, alcance, desvio de bens e outras irregularidades de que resulte prejuízo à Fazenda Nacional será organizada tomada-de-contas-especial, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da comunicação do evento pela autoridade competente ou de sua observação pelo próprio órgão de contabilidade. O processo assim constituído será encaminhado à Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN, para os procedimentos auditoriais de sua alçada.

21. Os balancetes e demonstrativos refletirão fielmente os lançamentos registrados, inclusive os eventuais estornos permitidos pela Ciência Contábil.

22. Os Ministérios Militares e Órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, assim como os Órgãos integrantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, cumprirão as normas desta Instrução Normativa através de unidades de sua própria estrutura.

23. Este instrumento revoga as Instruções Normativas nºs 001, de 02 de fevereiro de 1981 e 001, de 08 de janeiro de 1982, desta SECIN.

FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário-Central de Controle Interno

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 003, DE 27 DE FEVEREIRO
DE 1984

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, combinado com o artigo 1º, V, do Regimento interno expedido pela Portaria Ministerial nº 008, de 20 de janeiro de 1981, do Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, resolve

ALTERAR o item 63 da Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR nº 004, de 30 de agosto de 1982, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"63. Os Cheques bancários terão sua emissão comunicada, no mesmo dia, à Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças respectiva, através de cópia carbonada que fará parte integrante da Guia Financeira a ser preenchida pelo gestor."

2. Aprovar o modelo "Guia Financeira", ora divulgado, e que terá a referência SECIN/IN-4/82-Anexo 3.

3. Fixar a data-termo de 01 de abril de 1984 a partir da qual esse documento passará a ser uniformemente exigido pelas Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças.

4. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário-Central de Controle Interno

SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 006, DE 10/12/82
(publicada no DOU de 17/12/82)

I - A C R É S C I M O S

a) MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

1300.17.03 - Laboratório Nacional de Referência Animal

b) MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

1600.27.10 - Centro Tecnológico do Exército

1600.27.11 - Indústria de Material Bélico do Brasil

c) MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

2300.27.01 - Gabinete do Ministro

2300.27.02 - Secretaria Geral

2300.27.04 - Secretaria de Controle Interno

2300.27.05 - Divisão de Segurança e Informações

2300.27.06 - Secretaria de Assistência Social

2300.27.07 - Secretaria de Previdência Social

2300.27.08 - Secretaria de Serviços Médicos

2300.27.09 - Departamento do Pessoal

2300.27.10 - Departamento de Administração

2300.27.11 - Central de Medicamentos

2300.27.12 - Conselho de Recursos da Previdência Social

2300.27.13 - Secretaria de Previdência Complementar

d) MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

2700.03.01 - 1ª Delegacia-Regional - SUNAMAM

2700.05.02 - 2ª Delegacia-Regional - SUNAMAM

2700.09.01 - 3ª Delegacia-Regional - SUNAMAM

2700.12.01 - 4ª Delegacia-Regional - SUNAMAM

2700.16.01 - 5ª Delegacia-Regional - SUNAMAM

2700.19.01 - 9ª Delegacia-Regional - SUNAMAM
2700.20.01 - SUNAMAM - Sede
2700.20.02 - Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante
2700.20.03 - 6ª Delegacia-Regional - SUNAMAM
2700.21.01 - 7ª Delegacia-Regional - SUNAMAM
2700.24.01 - 8ª Delegacia-Regional - SUNAMAM
2700.27.10 - Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante
2700.27.11 - Escritório da SUNAMAM

II-EXCLUSÕES

a) MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

1600.27.11 - Indústria Brasileira de Material Bélico
1600.27.13 - Diretoria de Administração Financeira
1600.27.14 - Diretoria de Contabilidade
1600.27.15 - Centro de Informações do Exército

b) MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

2300.27.01 - Secretaria-Geral
2300.27.02 - Divisão de Segurança e Informações
2300.27.03 - Departamento de Administração
2300.27.04 - Central de Medicamentos

c) MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

2700.25.02 - Comissão de Estradas de Rodagem nº 3

Brasília-DF, 29 de novembro de 1984.

FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário-Central de Controle Interno

PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

A AUTORIZAÇÃO E A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

INTRODUÇÃO

O Orçamento para o Exercício Financeiro de 1984 resultou da Lei nº 7.155, de 05 de dezembro de 1983.

A Receita foi estimada em Cr\$21.586.600.000.000 (quanto aos ingressos do Tesouro Nacional) e a Despesa fixada em igual valor. A peça orçamental de 1984 revelou, assim, perfeito equilíbrio.

As receitas e despesas estranhas ao Tesouro, de responsabilidade de entidades da administração indireta e fundações subvencionadas, expressaram-se, seja na previsão, seja na autorização, em Cr\$2.085.400.000.000. Esses recursos, sabe-se, originam-se da atividade econômica exercida por tais entidades, não consideradas as Transferências da União.

Em decorrência de junção desses números, a capacidade orçamentária colocou-se ao nível de Cr\$23.672.000.000.000.

A conhecida lei-de-meios subdividiu-se, tradicionalmente, em dois Anexos. A estimativa da Receita está contida no anexo I e a autorização da Despesa figura no anexo II. Completam-na, ainda, as entidades supervisionadas (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações subvencionadas e outros destinatários de créditos orçamentários), cuja programação é objeto do Anexo III.

Consideradas unicamente as receitas e despesas originárias da própria gestão do Tesouro Nacional, assim se identifica o conjunto das previsões e realizações:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 1984
RECEITAS E DESPESAS DO TESOUREIRO
CONFRONTO ENTRE PREVISÃO E REALIZAÇÃO

Cr\$1.000

ESPECIFICAÇÃO	PREVISTO (A)	REALIZADO (B)	% A/B
I - RECEITA.....	21.586.600.000	36.414.053.058	+68,68
Receitas Correntes...	20.753.354.000	35.965.330.794	+73,30
Receitas de Capital..	833.246.000	448.722.264	-46,15
II - DESPESA.....	21.586.600.000	33.817.215.546	+56,64
Despesas Correntes...	14.432.245.620	27.008.994.019	+87,15
Despesas de Capital..	4.242.354.380	6.808.221.527	+60,48
Reserva de Contingên- cia (*).....	2.912.000.000	-	-
III - SUPERAVIT.....	-	2.596.837.512	

(*) A realização está distribuída em Despesas Correntes e de Capital

As receitas e despesas de entidades da administração indireta e fundações dependentes de recursos do Tesouro foram discriminadas no anexo III da Lei Orçamentária. O comportamento da respectiva execução está retratado nos Balanços-Gerais da União, Parte II. Tais entidades estão sendo alvo de apreciação, neste relatório.

CRÉDITOS SUPLEMENTARES AUTORIZADOS

A Lei do Orçamento para 1984 (nº 7.155/03.12.81) delegou competência ao Poder Executivo, segundo o artigo 59, inciso III, para

"Além das análises complementares, nelas se te utilização dos recursos adiante indicados, até o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada nesta lei, com as seguintes finalidades:

.....

Esse volume de 25%, calculado sobre o total da despesa autorizada no artigo 1º, de Cr\$23.672.000.000.000, concederia ao Executivo o poder de suplementar o Orçamento em Cr\$5.918.000.000.000, lançando mão, como contrapartida de recursos compensatórios, da Reserva de Contingência e, também, da anulação parcial ou integral de créditos iniciais ou aditivos permitidos em lei, segundo o artigo 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Além dessa permissão expressa, foi o Executivo autorizado, através da Leis nºs 7.188, de 16 de maio de 1984 e 7.258, de 03 de dezembro de 1984, a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$5.902.940.600.000 e Cr\$1.855.900.000.000, respectivamente, envolvendo a soma de Cr\$7.758.840.600.000, que se compensariam com os recursos advindos do excesso de arrecadação de receitas ordinárias do Tesouro, ao arrimo do artigo 43, § 1º, II, daquela Lei nº 4.320/64.

Mercê dessas permissões legislativas criou-se a oportunidade de se obterem créditos suplementares até o teto, assim, de Cr\$13.676.840.600.000, no transcorrer de 1984:

Lei nº 7.155/83 (lei-de-meios)	
art. 5º, III.....	5.918.000.000.000
Lei nº 7.188/84.....	5.902.940.600.000
Lei nº 7.258/84.....	1.855.900.000.000
S o m a.....	<u>13.676.840.600.000</u>

CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS

Ao amparo de instrumentos legislativos pôde o Executivo abrir créditos suplementares no valor líquido de Cr\$15.080.556.254.542, durante o ano de 1984, com o seguinte desdobramento explicativo:

Por via de compensação de créditos orçamentários.....	4.877.111.885.000
Com aplicação do excesso de arrecadação.....	<u>11.686.086.669.542</u>
	16.563.198.554.542
Menos:	
Suplementações feitas à Reserva de Contingência.....	<u>1.482.642.300.000</u>
Valor total das suplementações....	<u>15.080.556.254.542</u>

No tocante à posição líquida da despesa, este é o resumo do Orçamento de 1984:

Inicial.....	21.586.600.000.000
Suplementação com real repercussão no aumento da despesa autorizada.	<u>11.686.086.669.542</u>
Total do Orçamento inicial mais créditos suplementares.....	<u>33.272.686.669.542</u>

Levada em conta a concessão do limite de Cr\$13.676.840.600.000 (vide créditos suplementares autorizados), resta evidenciada (13.676.840.600.000 menos 11.686.086.669.542) a não utilização de crédito na importância de Cr\$1.990.753.930.458.

Sob diferente ângulo, podemos perceber que o limite concedido "a priori" pela Lei de Menos, de Cr\$5.918.000.000.000,



foi utilizado somente até o montante de Cr\$4.877.111.885.000 ,
deixando assim sem aproveitamento a parcela de Cr\$1.040.888.115.000 .

CRÉDITOS ESPECIAIS

Eis a individualização dos créditos especiais abertos durante o exercício financeiro de 1984, para reforço de projetos ou atividades dos seguintes organismos e no valor global de Cr\$1.539.531.904.000:

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA ELEITORAL

Lei nº 7.245/13.11.84

Decreto nº 90.520/20.11.84

Edifício-sede do Tribunal

em Florianópolis/SC.....

161.490.000

PODER EXECUTIVO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Hospital das Forças Armadas

Lei nº 7.228/15.10.84

Decreto nº 90.359/23.10.84

Contribuição ao Fundo de

Administração do HFA.....

112.000.000

Secretaria de Planejamento

Lei nº 7.188/16.05.84

Decreto nº 89.732/04.06.84

Participação da União no

Capital do BNDES.....

76.973.000.000

Decreto-Lei nº 2.158/27.08.84

Decreto nº 90.292/10.10.84

Decreto nº 90.604/03.12.84

Idem.....

25.000.000.000

102.085.000.000



MINISTRO EDUCAÇÃO E CULTURA

Lei nº 7.201/26.06.84

Decreto nº 89.947/10.07.84

Reforço orçamentário a entidades supervisionadas.....

543.500.000

Lei nº 7.198/10.06.84

Decreto nº 89.948/10.07.84

Idem.....

3.816.400.000

Lei nº 7.227/15.10.84

Decreto nº 90.436/08.11.84

Idem.....

8.215.800.000

Lei nº 7.269/05.12.84

Decreto nº 90.706/18.12.84

Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Filmes S.A.....

1.000.000.000

Lei nº 7.283/11.12.84

Decreto nº 90.722/18.12.84

Reforço à Fundação Nac. Pro-Memória e equipamentos para o Ensino-Pesquisa do Centro de Des. e Apoio Técn. à Educação.....

3.312.030.000

Lei nº 7.281/11.12.84

Decreto nº 90.723/18.12.84

Reforço orçamentário a entidades supervisionadas.....

2.520.700.000

Lei nº 7.280/11.12.84

Decreto nº 90.726/19.12.84

Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.....

4.431.400.000 23.839.830.000



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Lei nº 7.253/23.11.84

Decreto nº 90.579/28.11.84

Programa de Reequipº do Exér-
cito Brasileiro.....

245.395.992.000

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Lei nº 7.188/16.05.84

Decreto nº 87.732/06.06.84

Encargos com Inativos e Pen-
sionistas do Estado de Mato
Grosso do Sul.....

86.400.000

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Lei nº 7.213/15.08.84

Decreto nº 90.085/20.08.84

Contribuição ao Fundo Espe-
cial para Calamidades Públi-
cas.....

11.500.000.000

MINISTº DAS MINAS E ENERGIA

Lei nº 7.188/16.05.84

Decreto nº 89.732/04.06.84

Contribuição ao Fundo Espe-
cial de Reajuste da Estrutu-
ra de Preços dos Combustí-
veis e Lubrificantes.....

1.150.000.000.000

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Lei nº 7.199/19.06.84

Decreto nº 89.851/26.06.84

Reforma do Instituto Nacio-
nal do Câncer.....

1.358.687.000

Lei nº 7.252/23.11.84

Decreto nº 90.615/05.12.84

Implementação da Rede de Su-
primimento e Distribuição de
Sangue e Hemoderivados..... 1.700.000.000

Lei nº 7.282/11.12.84

Decreto nº 90.718/18.12.84

Recuperação Física de Unida-
de do Centro Psiquiátrico -
Pedro II.....

3.404.505.000

6.463.192.000

1.539.370.414.000

Resumo:

PODER JUDICIÁRIO.....

161.490.000

PODER EXECUTIVO.....

1.539.370.414.000

Soma dos créditos especiais
abertos em 1984,.....

1.539.531.904.000

Inobstante os créditos especiais
tenham sido autorizados e abertos no valor de
a despesa realizada correspondente se cingiu a
remanescendo, assim, o saldo de.....

1.539.531.904.000

1.560.251.428.718

179.280.475.282

Desse saldo de.....
devem ser deduzidos os créditos disponí-
veis dos instrumentos autorizados no úl-
timo quadrimestre de 1984, somando, em
31.12.84.....
restando o saldo (créditos perdidos) de.

179.280.475.282

179.210.132.981

70.142.301

CRÉDITOS ESPECIAIS AUTORIZADOSNO ÚLTIMO QUADRIMESTRE DE 1984

São passíveis de reabertura em 1985, pelos saldos disponíveis em 31.12.84, os seguintes créditos especiais autorizados e abertos nos quatro últimos meses do exercício de 1984:

1) Lei nº 7.227/15.10.84 (autorização)

Decreto nº 90.436, de 08.11.84 (abertura)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Crédito autorizado.....	8.215.800.000	
Despesa realizada.....	<u>4.187.199.000</u>	4.028.601.000

2) Lei nº 7.252/23.11.84 (autorização)

Decreto nº 90.615/05.12.84 (abertura)

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Crédito autorizado.....	1.700.000.000	
Despesa realizada.....	<u>1.629.673.000</u>	70.327.000

3) Lei nº 7.253/23.11.84 (autorização)

Decreto nº 90.579/28.11.84 (abertura)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Crédito autorizado.....	245.395.992.000	
Despesa realizada.....	<u>78.107.318.000</u>	167.288.674.000

4) Lei nº 7.280/11.12.84 (autorização)

Decreto nº 90.726/19.12.84 (abertura)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Crédito autorizado.....	4.431.400.000	
Despesa realizada.....	<u>13.300.000</u>	4.418.100.000

- 5) Lei nº 7.282/11.12.84 (autorização)
Decreto nº 90.718/18.12.84 (abertura)

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Crédito autorizado.....	3.404.505.000	
Despesa realizada.....	<u>—</u>	3.404.505.000

- 6) Lei nº 7.283/11.12.84 (autorização)
Decreto nº 90.722/18.12.84 (abertura)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Crédito autorizado.....	3.312.030.000	
Despesa realizada.....	<u>3.311.904.019</u>	125.981
CRÉDITOS ESPECIAIS DISPONÍVEIS EM 31.12.84		<u>179.210.332.981</u>

CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

Não se verificou a abertura de créditos extraordinários durante o transcorrer de 1984.

DESPESA AUTORIZADA

(F I N A L)

Em decorrência de todos os procedimentos ligados ao campo da Despesa Autorizada, já demonstrados, a despesa total autorizada foi contida no limite não ultrapassável de Cr\$34.812.218.573.542, assim:

ORÇAMENTO INICIAL.....	21.586.600.000.000
Mais:	
CRÉDITOS SUPLEMENTARES LÍQUIDOS.....	<u>11.686.026.669.542</u>
Subtotal.....	33.272.686.669.542
Mais:	
CRÉDITOS ESPECIAIS.....	<u>1.819.311.904.000</u>
DESPESA AUTORIZADA-TOTAL.....	<u>34.812.218.573.542</u>

A EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O desempenho da Receita Orçamentária está assim amplamente identificado, no campo da arrecadação:

COMPOSIÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS CORRENTES.....	35.965.330.793.478
RECEITAS DE CAPITAL.....	<u>448.722.264.471</u>
SOMA DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA.....	<u>36.414.053.057.949</u>

Em confronto com a previsão, de Cr\$21.536.600.000.000, a arrecadação total ultrapassou em 68%. Quanto à arrecadação, a do ano passado (Cr\$11.779.847.503.772) foi superada em 209%.

Os grandes títulos da Receita podem ser deste modo decompostos:

RECEITAS CORRENTES

TRIBUTÁRIA.....	27.304.442.622.856
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES.....	7.940.250.155.202
RECEITA PATRIMONIAL.....	169.163.101.678
RECEITA AGROPECUÁRIA.....	2.454.908.472
RECEITA INDUSTRIAL.....	5.862.132.215
RECEITA DE SERVIÇOS.....	170.974.688.403
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	7.224.940.388
OUTRAS RECEITAS CORRENTES.....	<u>364.938.244.164</u>
SOMA DE RECEITAS CORRENTES.....	<u>35.965.330.793.478</u>

Comparada a 1983, cuja arrecadação atingiu Cr\$11.577.596.571.581, o acréscimo nominal de 1984 significou 210%.

RECEITAS DE CAPITAL

OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	442.304.507.389
ALIENAÇÃO DE BENS.....	4.247.971.093
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS.....	<u>2.169.785.989</u>
SOMA DE RECEITAS DE CAPITAL.....	<u>448.722.264.471</u>

O desempenho das Receitas de Capital, comparado a 1983, que registrou Cr\$202.250.932.191, foi superior em 121%.

Cada um dos títulos componentes das Receitas Correntes e Receitas de Capital pode ser assim especificado:

TRIBUTÁRIA

Impostos.....	26.430.926.398,839
Taxas.....	873.516.219.017
Contribuições de Melhoria.....	<u>5.000</u>
Soma.....	<u>27.304.442.622.856</u>

Em relação a 1983, cuja arrecadação de 1984 foi 208% maior.

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

Contribuições Sociais.....	3.710.861.891.722
Contribuições Econômicas.....	<u>4.229.186.263.480</u>
Soma.....	<u>7.940.250.155.202</u>

O ano de 1984 superou o comportamento de 1983 (Cr\$2.400.486.179.039) em 230%.

RECEITA PATRIMONIAL

Receitas Imobiliárias.....	23.323.836.600
Receitas de Valores Mobiliários.....	140.734.557.847
Outras Receitas Patrimoniais.....	5.104.707.231
Soma.....	<u>169.163.101.678</u>

Comparada a 1983 (Cr\$90.480.072.785), a maior arrecadação de 1984 representou 87%.

RECEITA AGROPECUÁRIA

Receita de Produção Vegetal.....	2.449.292.638
Receita da Produção Animal e Derivados.	5.363.924
Outras Receitas Agropecuárias.....	251.910
Soma.....	<u>2.454.908.472</u>

Posta em contraste com a do ano de 1983, com o desempenho de Cr\$1.044.350.974, revelou o acréscimo de 135%. De qualquer maneira, é irrisória a arrecadação da Receita Agropecuária, que se explica ante o fato de ser carregado para o Fundo Federal Agropecuário (Ministério da Agricultura) o esforço dessa coleta.

RECEITA INDUSTRIAL

Receita da Indústria Extrativa Mineral.	4.800
Receita da Indústria de Transformação..	5.861.893.822
Receita da Indústria de Construção.....	200.571
Receita de Serviços Industriais de Utilidade Pública.....	33.022
Soma.....	<u>5.862.132.215</u>

Posto em cotejo com 1983 (Cr\$1.941.570.065), o desempenho de 1984 foi superior em 202%.

RECEITA DE SERVIÇOS

Serviços Comerciais.....	118.289.196.851
Serviços Financeiros.....	1.905.420.173
Serviços de Saúde.....	1.357.852.842
Serviços de Processamento de Dados.....	302.100.346
Serviços Tecnológicos.....	2.301.910.135
Serviços de Metrologia.....	23.203.499.912
Serviços Administrativos.....	3.720.645.214
Serviços de Meteorologia.....	93.549.199
Serviços Agropecuários.....	170.291.647
Serviços Educacionais.....	2.335.215.549
Serviços Consult.Assist.Téc. Anál. Proj.	1.977.647.579
Serviços Reg. Marcas, Patentes, Transf. Tecnol.	7.663.589.338
Serviços de Hospedagem e Alimentação...	173.093.081
Tarifa de Utilização de Faróis.....	2.445.053.444
Serviços de Registro do Comércio.....	3.799.064.850
Tarifas Aeroportuárias.....	456.554.754
Demais Receitas de Serviços.....	780.003.489
Soma.....	<u>170.974.688.403</u>

A marca obtida em 1983, de Cr\$51.654.235.178, foi superada em 231%.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Transferências Intragovernamentais.....	7.220.844.291
Transferências Intergovernamentais.....	3.885.660
Transferências de Instituições Privadas	56.442
Transferências do Exterior.....	130.749
Transferências de Pessoas.....	23.246
Soma.....	<u>7.224.740.388</u>

A ínfima coleta, comparada aos números de 1983 (Cr\$85.684.292.314) foi de apenas 8,43%.



OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Multas e Juros de Mora.....	166.883.884.174
Indenizações e Restituições.....	23.059.735.715
Receita da Dívida Ativa.....	79.919.137.830
Receitas Diversas.....	95.095.486.545
Soma.....	<u>364.958.244.264</u>

Comparado a 1983 (Cr\$109.614.684.498), o aumento deste título foi de 233%.

A ARRECAÇÃO REGIONAL

A conduta das regiões brasileiras nos oferece o seguinte quadro arrecadador das receitas públicas:

<u>R E G I Õ E S</u>	<u>V A L O R</u>	<u>%</u>
<u>NORTE</u> (AC, AM, AP, PA, RO e RR).....	551.640.065.812	1,51
<u>NORDESTE</u> (AL, BA, CE, FN, MA, PB, PE, PI, RN e SE).....	1.994.036.496.181	5,48
<u>SUL</u> (PR, RS e SC).....	2.989.752.306.408	8,22
<u>CENTRO-OESTE</u> (DF, GO, MT e MS).....	5.087.428.209.069	13,97
<u>SUDESTE</u> (ES, MG, RJ e SP).....	25.791.195.980.479	70,82
S o m a s.....	36.414.053.057.949	100,00



Vale cotejar como se comportou a arrecadação regional dos anos de 1983 e 1984, em termos percentuais:

R E G I Õ E S	PONTOS PERCENTUAIS		DIFERENÇA DE 1984 SOBRE 1983
	1 9 8 3	1 9 8 4	
NORTE.....	1,48	1,51	+ 0,03
NORDESTE.....	5,90	5,48	- 0,42
SUL.....	8,55	8,22	- 0,33
CENTRO-OESTE.....	25,22	13,97	- 11,25
SUDESTE.....	58,85	70,82	+ 11,97
S o m a s....	100,00	100,00	-0-

O Norte acusa leve acréscimo sobre o ano anterior, enquanto o Nordeste e o Sul mostram ligeiro declínio. O Centro-Oeste viu diminuída de 11,25% sua presença no quadro arrecadador de 1984, ao passo que o Sudeste, ao crescer 58,85% para 70,82, viu sua participação aumentada de 11,97%. A explicação reside fundamentalmente no fato de o Distrito Federal (região centro-oeste) haver sido desalojado do 2º lugar, readquirido pelo Estado do Rio de Janeiro (sudeste). Veremos o porquê disso no tópico "Principais Unidades Federativas - Confronto 1984/1983", a seguir.

UNIDADES FEDERATIVAS
(POR ORDEM ALFABÉTICA)

ARRECADAÇÃO

As Unidades Federativas, em ordem alfabética, assim se apresentam no quadro geral da arrecadação:

UNIDADE FEDERATIVA	R E C E I T A	% SOBRE O TOTAL
ACRE.....	7.163.929.308	0,02
ALAGOAS.....	77.390.423.831	0,21
AMAPÁ.....	18.776.482.744	0,05
AMAZONAS.....	236.852.920.044	0,65
BAHIA.....	830.700.674.544	2,28
CEARÁ.....	181.740.756.576	0,50
DISTRITO FEDERAL.....	4.768.511.996.121	13,18
ESPÍRITO SANTO.....	126.847.937.030	0,35
FERNANDO DE NORONHA....	-	-
GOIÁS.....	179.902.244.661	0,49
MARANHÃO.....	50.191.331.013	0,14
MATO GROSSO.....	73.041.139.017	0,20
MATO GROSSO DO SUL.....	65.972.829.270	0,18
MINAS GERAIS.....	2.089.894.263.552	5,74
PARÁ.....	243.105.245.876	0,67
PARAÍBA.....	62.206.271.095	0,17
PARANÁ.....	1.007.155.019.438	2,77
PERNAMBUCO.....	638.563.992.702	1,75
PIAUI.....	42.003.151.891	0,12
RIO DE JANEIRO.....	10.784.352.107.192	29,62
RIO GRANDE DO NORTE....	57.946.670.560	0,16
RIO GRANDE DO SUL.....	1.590.875.669.074	4,37
RONDÔNIA.....	36.906.252.459	0,10
RORAIMA.....	8.835.235.381	0,02
SANTA CATARINA.....	391.721.617.896	1,08
SÃO PAULO.....	12.790.101.672.705	35,11
SERGIPE.....	53.293.223.969	0,15
S o m a s.....	36.414.053.057.949	100,00

AS UNIDADES FEDERATIVAS MAIS EXPRESSIVASNO DESEMPENHO ARRECADADOR

As Unidades da Federação mais significativas, sob o ponto de vista arrecadador, são estas:

Nº DE ORDEM	UNIDADE FEDERATIVA	V A L O R	% SOBRE O TOTAL
1	São Paulo.....	12.790.101.672.705	35,11
2	Rio de Janeiro.....	10.784.352.107.192	29,62
3	Distrito Federal...	4.768.511.996.121	13,10
4	Minas Gerais.....	2.089.894.263.552	5,74
5	Rio Grande do Sul..	1.590.875.669.074	4,37
6	Paraná.....	1.007.155.019.438	2,77
7	Bahia.....	830.700.674.544	2,28
8	Pernambuco.....	638.563.992.702	1,75
9	Santa Catarina.....	391.721.617.896	1,08
10 a 27	Demais UF's (18) com arrecadação inferior cada, a 1%.....	1.522.176.044.725	4,18
S o m a s.....		36.414.053.057.949	100,00

PRINCIPAIS UNIDADES FEDERATIVASCONFRONTO 1984/1983ARRECAÇÃO

As principais Unidades Federativas arrecadadoras exibem o seguinte comportamento em 1984:

Cr\$1 milhão

UNIDADES FEDERATIVAS	V A L O R	% SOBRE O TOTAL
SÃO PAULO.....	12.790.101.672,7	35,1
RIO DE JANEIRO.....	10.784.352.107,2	29,6
DISTRITO FEDERAL.....	4.768.511.996,1	13,1
MINAS GERAIS.....	2.089.894.263,5	5,7
RIO GRANDE DO SUL.....	1.590.875.669,1	4,4
PARANÁ.....	1.007.155.019,4	2,8

O exercício de 1983 demonstrou o seguinte resultado em relação a esses Estados:

UNIDADES FEDERATIVAS	V A L O R	% SOBRE O TOTAL
SÃO PAULO.....	3.849.061,9	32,7
DISTRITO FEDERAL.....	2.869.873,0	24,4
RIO DE JANEIRO.....	2.291.306,7	19,4
MINAS GERAIS.....	737.681,1	6,3
RIO GRANDE DO SUL.....	510.165,7	4,3
PARANÁ.....	361.931,0	3,1

São Paulo participou ainda mais ativamente da arrecadação ao superar o próprio índice (32,7%) do ano passado e situando-se sempre em primeiro lugar, com a marca de 35,1% em 1984.

Houve ligeiro declínio no aspecto dos Estados de Minas Gerais e do Paraná. O Rio Grande do Sul manteve praticamente a mesma posição.

Observa-se troca de posição entre o Rio de Janeiro e o Distrito Federal: o Rio de Janeiro assumiu a segunda colocação no quadro arrecadador, com o índice de 19,6% contra apenas 19,4% do ano anterior. E o Distrito Federal, que ostentava no exercício passado o segundo posto, com a marca de 24,4%, desceu para 13,1% no painel tributário de 1984, caindo para o terceiro lugar.

A Secretaria-Central de Controle Interno registra, com justificada euforia, ter sido coroado de êxito o esforço por ela empreendido no sentido de poder ser agora identificada a coleta do Imposto sobre a Exportação e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e Relativas a Títulos e Valores Mobiliários (antigo IOF) segundo os Estados Arrecadado-



res e não mais, concentradamente, em Brasília, como se fazia até então. Havia, na realidade, um defeito no mecanismo identificador da origem desses tributos, os quais, recolhidos embora nas várias Unidades da Federação, se transferiam para a Capital Federal e figuravam como se aqui tivessem sido realmente produzidos. Decorrentemente, o Distrito Federal deixou de figurar como a Unidade Federativa escamoteadora, embora sem culpa, do esforço arrecadador nacional, sob o prisma desses títulos.

Nossas preocupações nesse sentido, reveladas ao longo dos Relatórios precedentes, estão agora dissipadas. Cada Unidade Federativa figurará, doravante, em função de sua própria capacidade geradora de tributos, no aspecto, também, do antigo IOF e das alíquotas sobre a exportação. As equipes da SECIN, da Secretaria da Receita Federal, do Banco do Brasil, do Banco Central do Brasil e da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda deve ser creditado, em conjunto, o mérito desse aperfeiçoamento, porquanto resultou de seu trabalho irmanado a superação da anomalia.

Afigura-se-nos da maior importância e significado mostrar, na página seguinte, a comparação das receitas arrecadadas no próprio exercício e no imediatamente anterior.

Essas posições, contrasteadas, bem demonstram o comportamento de toda a estrutura componente do aparelho arrecadador da União.

Permitem ao analista, ademais, apreciar, até sob o ponto de vista dos números percentuais, o estímulo que alguns tributos representam em relação ao demais.

RECEITAS COMPARADAS - 1983/1984

O quadro a seguir mostra, comparativamente, as Receitas obtidas nos exercícios financeiros de 1983 e 1984, em valores nominais, não considerada, pois, a taxa inflacionária do ano recém-findo.

Cr\$1 milhão

T Í T U L O S	ARRECADAÇÃO		% DO IN- CREMENTO (+)
	1 9 8 3	1 9 8 4	
Receita Orçamentária..	11.779.847,5	36.414.053,0	209,12
Receitas Correntes....	11.577.596,6	35.965.330,8	210,64
Receitas de Capital...	202.250,9	448.722,2	121,86
Receita Tributária....	8.836.691,2	27.304.442,6	208,99
Receita de Contribuições..	2.400.486,2	7.940.250,1	230,77
Receita Patrimonial...	90.480,0	169.163,1	86,96
Receita Agropecuária..	1.044,3	2.454,9	135,14
Receita Industrial....	1.941,5	5.862,1	201,93
Receita de Serviços...	51.654,2	170.974,7	231,00
Transfer\$ Correntes...	85.684,3	7.224,9	(91,57)
Outras Rec. Correntes..	109.614,7	364.958,2	232,94
Operações de Crédito..	200.171,6	442.304,5	120,96
Alienação de Bens.....	1.697,0	4.247,9	150,32
Amortiz. de Empréstimos.	382,4	2.169,8	467,42
Impostos.....	8.469.402,5	26.430.926,4	212,07
Taxas.....	367.288,4	873.516,2	137,83
Contrib. de Melhoria...	0,3	0,0	-

RECEITA TRIBUTÁRIA

ELENCO DE IMPOSTOS
(POR ORDEM DE REPRESENTATIVIDADE)

Os impostos identificadores da Receita Tributária, segundo a maior significação, assim se apresentam:

I M P O S T O S	V A L O R
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA.....	14.733.248.338.379
Pessoa Física..... 735.657.047.764	
Pessoa Jurídica..... 4.750.551.835.160	
Retido na Fonte..... 9.247.039.455.455	
IMPOSTO S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS.....	4.831.112.423.943
IMPOSTO S/OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGUROS E RELATIVAS A TÍTULOS E VALORES.....	2.999.834.450.050
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO.....	1.423.116.053.241
IMPOSTO ÚNICO S/ENERGIA ELÉTRICA.....	814.809.330.285
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO.....	527.969.836.112
IMPOSTO ÚNICO S/LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS E ADICIONAL...	484.531.165.886
IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS.....	364.738.691.915
IMPOSTO S/OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODoviário INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL...	240.778.673.191
IMPOSTO S/OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS.....	10.700.282.594
IMPOSTO S/A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS....	86.242.733
S O M A	25.430.925.488.329



Esse conjunto responde, como se observa, pelo apreciável índice de quase 97% sobre a Receita Tributária, cuja soma foi de Cr\$27.304.442.622.856.

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS TRIBUTOS

R E N D A

O primeiro maior tributo é o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, assim decomposto:

Pessoa Física.....	735.657.047.764
Pessoa Jurídica.....	4.750.551.835.160
Retido na Fonte.....	<u>9.247.039.455.455</u>
S o m a.....	<u><u>14.733.248.338.379</u></u>

A previsão, de Cr\$6.720.000.000.000, foi sobrepujada em 119%. Comparada ao ano de 1983 (Cr\$4.044.178.406.213), cresceu 264% a arrecadação.

PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

Segundo maior tributo, registrou o Imposto sobre Produtos Industrializados a arrecadação de Cr\$4.831.112.423.941, que ultrapassou a estimativa (Cr\$3.940.000.000.000) em 23%. Comparado a 1983 (Cr\$2.299.752.960.839), foi 110% maior.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO ETC...

Este imposto (ex-IOF) respondeu pela ingressão de



Cr\$2.999.834.450.050, 194% acima da previsão de Cr\$1.020.000.000.000. Confrontado com 1983, cujo ingresso acusou Cr\$785.416.483.914, foi superior em 282%. Continua sendo o 3º tributo.

IMPORTAÇÃO

O quarto tributo, pela ordem de importância, é o Imposto de Importação. Sua arrecadação refletiu o valor de Cr\$1.423.116.053.241, 37% superior à estimativa calculada em (Cr\$1.040.000.000.000). Em termos de comparação com o ano de 1983 (Cr\$490.038.165.481), superou-o em 190%.

ENERGIA ELÉTRICA

O Imposto Único sobre Energia Elétrica, 5º colocado, responsabilizou-se pela soma de Cr\$814.809.330.285, 27% acima da previsão de Cr\$640.000.000.000. Contrastado com 1983, que produziu Cr\$271.172.755.799, revela um avanço de 200%.

EXPORTAÇÃO

Sexto lugar na arrecadação, o Imposto sobre a Exportação mostrou ingressos no total de Cr\$527.969.836.112, isto é, superior em 1220% à previsão estimada em Cr\$40.000.000.000. A marca de Cr\$212.625.219.877, obtida em 1983, foi superada em 148%.

LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS

Situado no 7º degrau, o Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis respondeu pela adição de Cr\$484.531.165.880.



Posta ao lado da previsão (Cr\$450.000.000.000), correspondeu a 8% maior. A arrecadação de 1983, de Cr\$192.355.490.898, ficou 152% aquém.

MINERAIS

O Imposto Único sobre Minerais (89 lugar) contribuiu com Cr\$364.738.691.915, superando a previsão de Cr\$175.000.000.000 em 108%. Esse ingresso, comparado ao de 1983, retratado em Cr\$88.811.950.719, mostra-se 311% maior.

TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

A arrecadação proporcionada pelo 99 colocado , Imposto sobre Transportes Rodoviários, expressa-se em Cr\$240.778.673.191, que, em face da respectiva previsão, de Cr\$170.000.000.000, foi 42% maior. O esforço de 1983, de Cr\$82.277.364.052, foi sobrepujado em 193%.

CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

A estimativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (109 lugar), de Cr\$5.570.000.000, foi ultrapassada pelo ingresso efetivo em 92%, representando Cr\$10.700.282.594. Relativamente a 1983 (Cr\$2.493.021.908), a arrecadação foi do mesmo modo superior em 123%.

OUTROS IMPOSTOS

Os demais impostos, ocupando lugares acima de 119 patamar, não são dignos de referência, em face de seu insignificante comportamento arrecadador.



ELENCO DE TAXAS

As taxas constituem igualmente a Receita Tributária e se subdividem em dois grandes títulos: Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços. Vejamo-las.

EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

A arrecadação de 1984, de Cr\$29.216.049.325, contraposta à previsão, de Cr\$21.934.100.000, foi superior em 33%. Comparada aos ingressos de 1983 (Cr\$10.059.084.416), superou-os em 190%.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A previsão de 1984, de Cr\$738.091.000.000, foi facilmente superada pela arrecadação, que somou 14% a mais ou Cr\$844.300.169.692. Confrontada com o produto de 1983 (Cr\$357.229.341.057), foi 107% superior.

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

A Receita de Contribuições, segunda grande título da Receita Orçamentária (em primeiro lugar vem a Receita Tributária), é constituída pelas seguintes subcontas:

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	1.710.861.891.722
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS....	4.229.388.263.430
	<u>7.940.250.155.202</u>



Comparada a 1983 (Cr\$2.400.486.179.039), essa arrecadação foi 231% superior.

As parcelas integrantes de Contribuições Sociais, por ordem de importância, são estas:

CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL.....	2.000.024.127.362
COTA DE PREVIDÊNCIA.....	944.750.600.084
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO..	702.029.326.420
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL.....	45.483.332.602
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO.....	9.861.970.757
CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AEROMARÍTIMO.....	8.707.594.723
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	4.939.774
	<u>3.710.861.891.722</u>

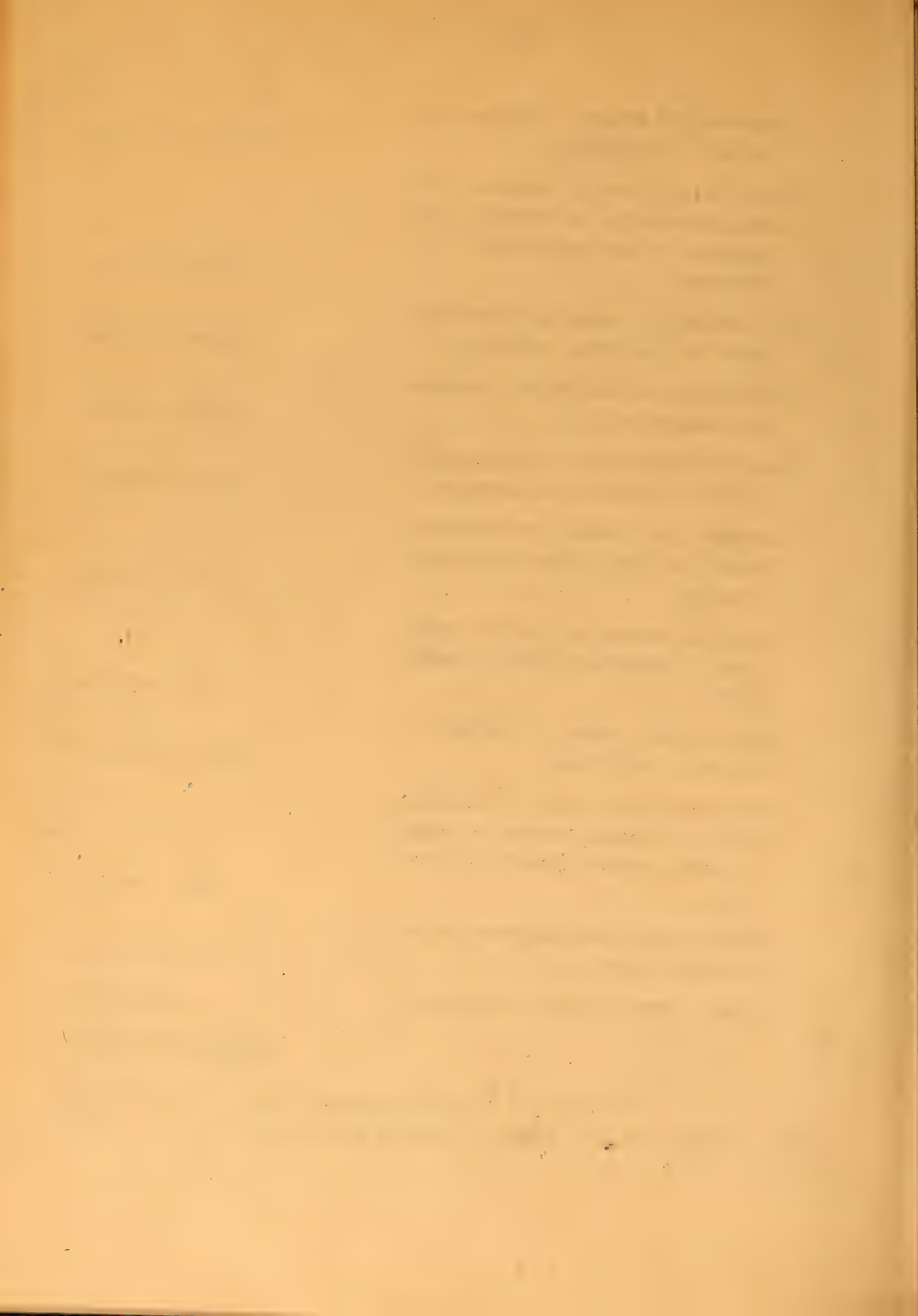
Em relação a 1983, cuja arrecadação acusou Cr\$1.051.644.370.710, as Contribuições Sociais representam o crescimento nominal de 153%.

As Contribuições Econômicas, igualmente por ordem de significação no campo arrecadador, assim se demonstram:

COTAS DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE A EXPORTAÇÃO.....	1.862.507.593.699
SOBRETARIFAS DE TELECOMUNICAÇÕES..	688.716.787.791
CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL-PIN.....	487.584.412.627

CONTRIBUIÇÃO SOBRE O CONSUMO DE AÇUCAR E ADICIONAL.....	470.629.255.197
CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E DE ESTÍMULO À AGROINDÚSTRIA - PROTERRA.....	324.963.216.405
COTA-PARTE DO VALOR DO PETRÓLEO BRUTO DE PRODUÇÃO NACIONAL....	120.641.952.594
COTA-PARTE DA MARGEM DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS.....	87.973.236.620
TAXA DE ORGANIZAÇÃO E REGULAMEN- TAÇÃO DO MERCADO DA BORRACHA..	64.560.223.872
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVI- MENTO DAS ATIVIDADES DE FISCA- LIZAÇÃO.....	51.619.071.569
ADICIONAL SOBRE TARIFAS DE PASSA- GENS E TRANSPORTE AÉREO DOMÊS- TICO.....	33.136.562.296
CONTRIBUIÇÃO SOBRE O CONSUMO DO ÁLCOOL E ADICIONAL.....	29.072.857.199
COTA-PARTE DOS PREÇOS DE REALIZA- ÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS E LUBRI- FICANTES AUTOMOTIVOS E DE AVIA- ÇÃO.....	5.821.199.681
CONTRIBUIÇÕES SOBRE APOSTAS-COM- PETIÇÕES HÍPICAS.....	2.114.500.096
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS.	7.191.814
	<u>4.229.388.263.480</u>

O confronto dessa arrecadação com a constatada em 1983, de Cr\$1.348.841.808.329, indica que em 1984 foi maior. 2114



RECEITA PATRIMONIAL

A Receita Patrimonial desdobra-se nestes títulos e subtítulos:

RECEITAS IMOBILIÁRIAS

Aluguéis.....	444.021.293	
Arrendamentos.....	93.361.419	
Foros.....	194.205.008	
Laudêmos.....	10.358.584.729	
Taxa de Ocupação de		
Imóveis.....	12.165.026.385	
Outras Receitas Imo		
biliárias.....	68.637.766	23.323.834.600

RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS

Juros de Títulos de		
Renda.....	410.898	
Dividendos.....	140.734.146.949	
Participações.....	-	140.734.557.847

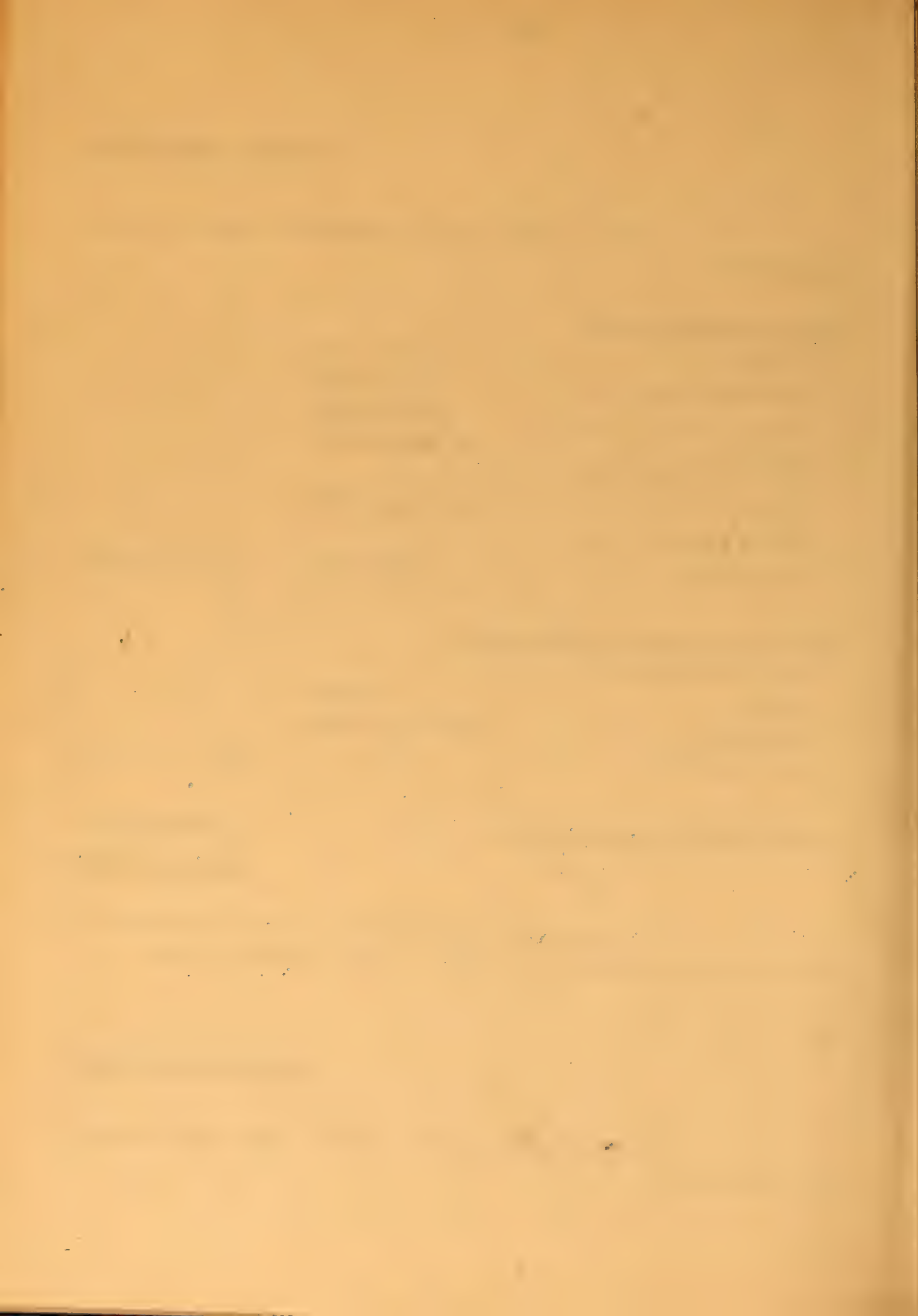
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS

5.104.707.711
169.163.101.678

O cotejo dessa arrecadação com o produto obtido em 1983, de Cr\$86.774.022.912, exhibe o índice de 94% a maior.

RECEITA AGROPECUÁRIA

Três desdobramentos, apenas, constituem a Receita Agropecuária:



RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL.....	2.449.292.638
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS.....	5.363.924
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS.....	<u>251.710</u>
	<u>2.454.908.472</u>

Comparado a 1983 (Cr\$1.044.350.974), o crescimento experimentado em 1984 representou 135%.

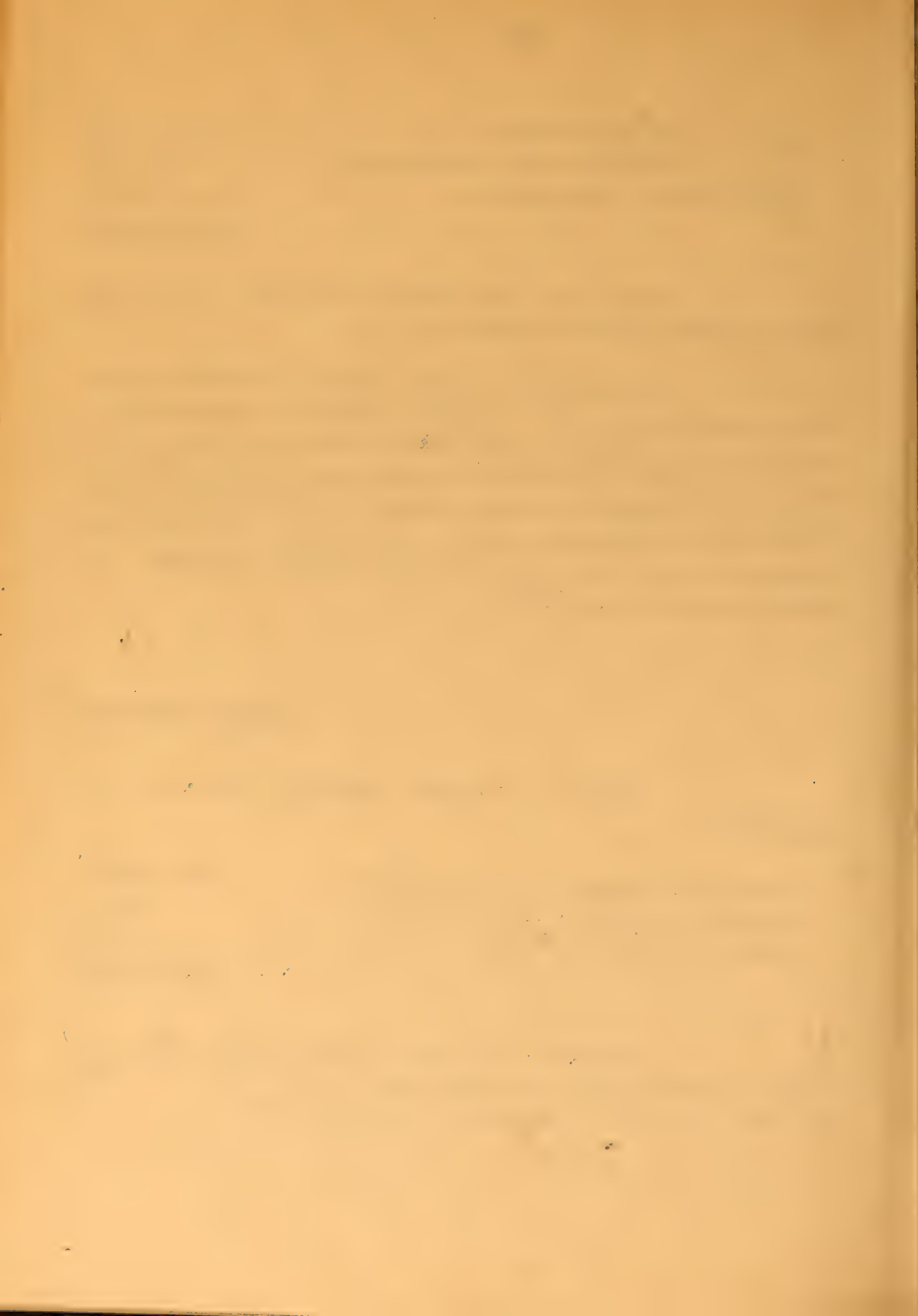
Afigura-se-nos válido renovar o comentário inserido no Relatório de 1983, a respeito da Receita Agropecuária. Seu baixíssimo desempenho origina-se do fato de os ingressos a esse título serem diretamente carregados para o Fundo Federal Agropecuário, entidade autônoma vinculada ao Ministério da Agricultura e a cujo orçamento próprio se destinam. As receitas do Orçamento Fiscal, nesse particular, são, portanto, obtidas de fontes estranhas àquela Pasta.

RECEITA INDUSTRIAL

Compõe-se a Receita Industrial destes três ingredientes:

RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	5.861.893.422
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO.....	<u>100.171</u>
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS.....	<u>37.822</u>
	<u>5.862.132.215</u>

Comparada à previsão, de Cr\$3.023.000.000, a realidade significou mais 94%. Em função do ano de 1983, (Cr\$1.941.520.065), o crescimento representou 202%.



RECEITA DE SERVIÇOS

O comportamento da Receita de Serviços mostra o índice de 25% maior do que a correspondente estimativa, de Cr\$136.575.570.000. Contrasteado com 1983, em que a arrecadação foi de Cr\$51.654.235.178, o maior esforço arrecadador de 1984 representou 231%.

Vejamos como se comportaram os elementos formadores da Receita de Serviços:

SERVIÇOS COMERCIAIS

Serviços de Comercialização de Medicamentos.....	117.622.742.532	
Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Material Escolar e Outros...	94.444.459	
Outros Serviços Comerciais.	<u>572.009.860</u>	118.289.196.851

SERVIÇOS FINANCEIROS

Juros de Empréstimos.....	743.440.816	
Taxa pela Concessão de Aval pelo Tesouro Nacional.....	1.147.238.422	
Outros Serviços Financeiros	<u>14.740.935</u>	1.905.420.173

SERVIÇOS DE TRANSPORTES

Transporte Rodoviário.....	10.251.304	
Transporte Aéreo.....	292.231	
Outros Transportes.....	<u>56.566</u>	10.600.101

SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES....

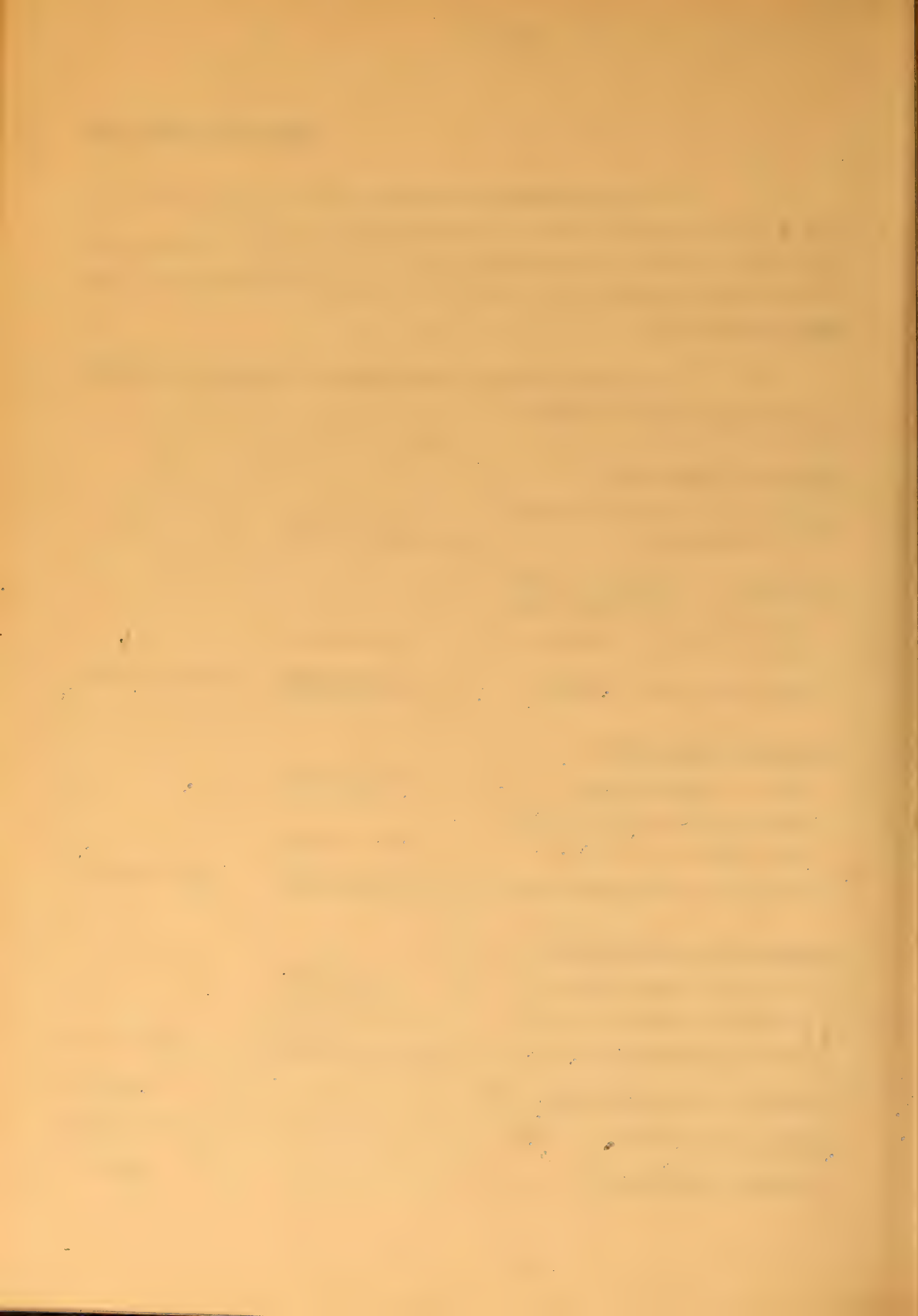
657.832

SERVIÇOS DE SAÚDE.....

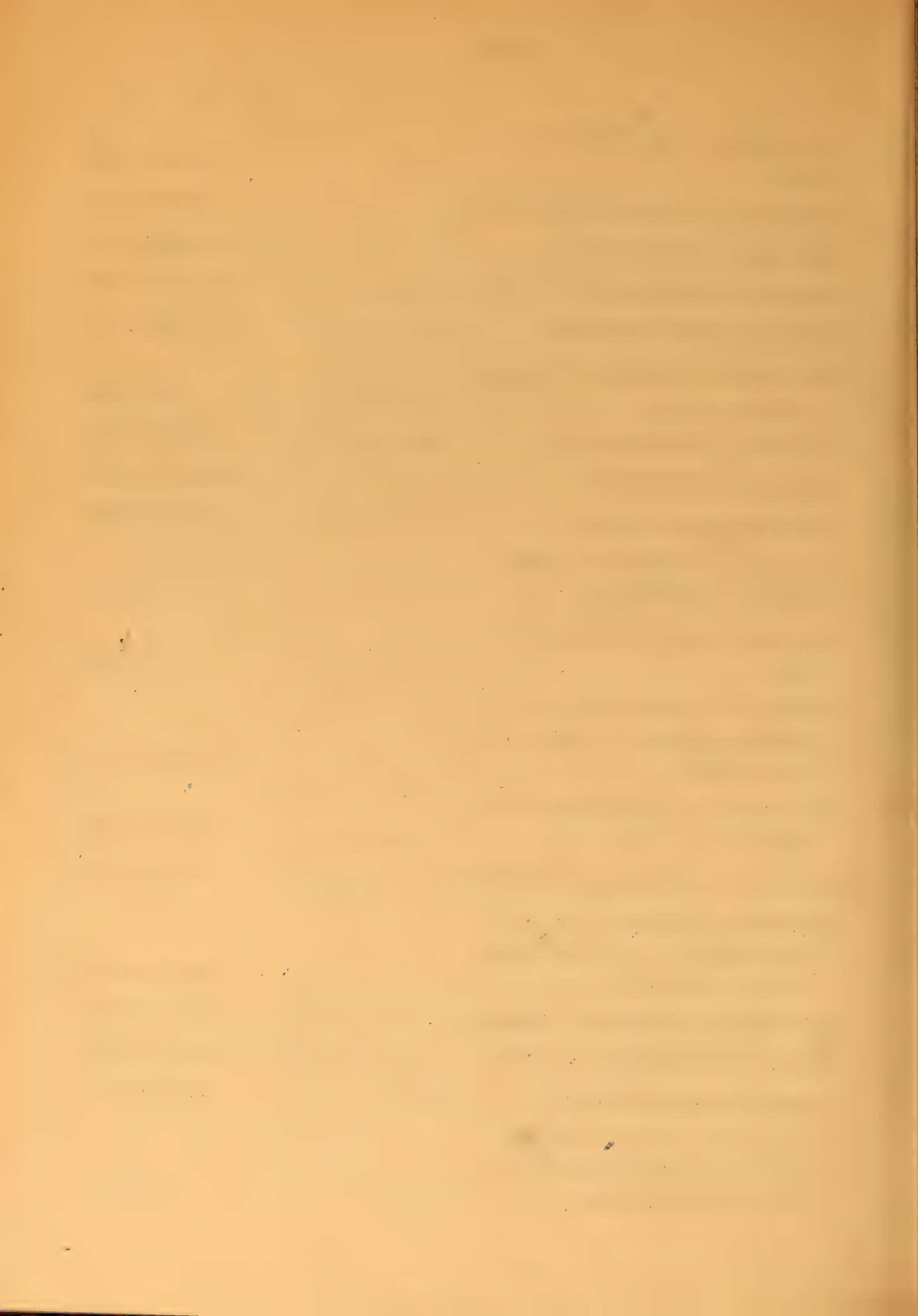
1.357.852.842

SERVIÇOS PORTUÁRIOS.....

284.917



SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS.....	302.100.346
SERVIÇOS DE SOCORRO MARÍTIMO.....	81.475.252
SERVIÇOS DE METROLOGIA.....	23.203.499.912
SERVIÇOS TECNOLÓGICOS.....	2.301.910.395
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.....	3.720.645.214
SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO.....	364.641
SERVIÇOS DE METEOROLOGIA.....	93.549.199
SERVIÇOS EDUCACIONAIS.....	2.335.215.549
SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS.....	170.291.647
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO.....	65.232
SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS.....	7.500
SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS.....	1.977.647.579
SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO.....	173.093.081
SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS.....	16.921.569
SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS, PATENTES E DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA.....	7.601.589.118
SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO.....	3.199.064.850
TARIFA DE UTILIZAÇÃO DE FARÓIS.....	2.445.053.444
TARIFAS AEROPORTUÁRIAS.....	456.534.734
TARIFAS DE USO DAS COMUNICAÇÕES E DOS AUXÍLIOS A NAVEGAÇÃO AÉREA EM ROTA.....	147.160



TARIFAS DE PEDÁGIO.....	140
OUTROS SERVIÇOS.....	669.478.855
	<u>170.974.688.403</u>

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Integram este conglomerado as rubricas a seguir qualificadas e responsáveis pela arrecadação total de Cr\$7.224.940.388, bastante inferior à de 1983, que recolheu Cr\$85.684.292.314. Comparada à previsão, de Cr\$4.949.100.000, a maior receita realizada corresponde a 46%.

TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

(Transferências da União)

Outras Transferências.....	7.220.844.291
----------------------------	---------------

TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

(Transferências dos Municípios).....

3.885.660

TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS.....

58.442

TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR.....

130.748

TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS.....

23.244

7.224.940.388

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

São as seguintes as rubricas que compõem este

título:

MULTAS E JUROS DE MORA.....	166.883.884.174
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.....	23.059.733.715
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA.....	79.919.137.830
RECEITAS DIVERSAS.....	<u>95.095.486.545</u>
	<u>364.958.244.254</u>

Houve maior arrecadação sobre o desempenho de 1983 (Cr\$109.614.684.498) em 133%. Confrontada com a previsão, de Cr\$294.676.630.000, superou-a em 24%.

RECEITAS DE CAPITAL

Por último, as Receitas de Capital se discrimi-
nam assim:

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Operações de Crédito Inter- nas.....	58.613.677.771
Operações de Crédito Exter- nas.....	<u>383.690.829.618</u> 442.304.507.389

ALIENAÇÃO DE BENS

Alienação de Bens Móveis...	698.517.724
Alienação de Bens Imóveis..	<u>3.549.453.369</u> 4.247.971.093
	<u>2.169.789.989</u>
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS..	<u>448.722.264.471</u>

A previsão de Cr\$833.246.000.000 longe ficou de ser alcançada. A arrecadação de 1983 (Cr\$202.250.912.191), entanto, foi sobrepujada em 122%.

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

O Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, vinculado ao Ministério Extraordinário para os Assuntos Fundiários, assim demonstra a arrecadação e o recolhimento, em favor das Prefeituras Municipais, do Imposto Territorial Rural (ITR):

DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO ITR EM 1984

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	P R E F E I T O R A S		
	EXERCÍCIOS ANTERIORES	EXERCÍCIO 1984	TOTAL
ACRE.....	24.820.263	220.010.830	244.831.093
ALAGOAS.....	33.029.354	106.283.318	139.312.672
AMAZONAS.....	88.680.308	199.211.156	287.891.464
AMAPÁ.....	25.192.728	49.750.230	74.942.958
BAHIA.....	185.272.230	1.142.456.481	1.327.728.711
CEARÁ.....	12.486.856	147.526.876	160.013.732
D.FEDERAL.....	15.367.640	60.773.529	76.141.169
E.SANTO.....	46.814.232	632.049.036	678.863.268
GOLÁS.....	384.489.362	2.926.319.999	3.310.809.361
MARANHÃO.....	22.183.545	132.663.338	154.846.883
M.GERAIS.....	494.964.879	4.626.212.725	5.121.177.604
M.G. DO SUL.....	252.718.265	1.942.738.094	2.195.456.359
MATO GROSSO.....	902.496.072	3.409.760.839	4.312.256.911
PARÁ.....	377.420.932	1.112.607.242	1.490.028.174
PARAÍBA.....	25.211.980	109.728.807	134.940.187
PERNAMBUCO.....	48.384.425	224.127.366	272.511.791
PIAUÍ.....	19.171.908	136.158.157	155.330.065
PARANÁ.....	343.593.340	3.958.765.143	4.302.358.481
R.DE JANEIRO.....	87.946.671	702.769.982	790.716.653
R.G.DO NORTE.....	6.755.586	76.264.510	83.021.096
RONDÔNIA.....	61.265.051	358.280.907	419.545.958
RORAIMA.....	10.690.521	36.957.967	47.648.488
R.G.DO SUL.....	605.385.014	3.962.806.895	4.568.191.909
S.CATARINA.....	103.960.151	1.614.936.026	1.718.896.177
SERGIPE.....	18.118.636	62.853.736	80.972.372
SÃO PAULO.....	1.056.808.737	8.689.690.826	9.746.499.563
TOTAL.....	5.253.228.686	36.641.704.415	41.894.933.101

A arrecadação desse tributo, em 1983, registrou a marca de Cr\$12.659.959.626, superada, portanto, em 231% pelo volume espelhado em 1984. A previsão de 1984, a seu turno, no valor de Cr\$27.000.000.000, foi superada em 55%.



FINSOCIAL

Eis a posição do Fundo de Investimento Social:

Cr\$ milhões

O P E R A Ç Õ E S	PARCIAS	RECEITA	DESPESA
SALDO DISPONÍVEL EM 31.12.83:			
Tesouro Nacional.....	388.121,4		
BNDES.....	95.426,4	483.547,8	
ARRECAÇÃO EM 1984.....		2.001.906,2	
APLICAÇÕES NO ÂMBITO DA UNIÃO/84:			
BNB.....	13.000,0		
BNH.....	4.000,0		
CEME.....	21.660,0		
DNOCs.....	1.102,0		
DNOS.....	1.800,0		
EMBRAPA.....	2.100,0		
FAE.....	130.200,0		
FSESP.....	3.893,0		
FUNAI.....	7.280,0		
GETAT.....	14.822,0		
IAPAS.....	3.700,0		
INAN.....	79.178,0		
INCRA.....	51.326,0		
LBA.....	26.982,0		
MEC.....	46.723,0		
MINAGRI.....	4.000,0		
MINTER.....	300,0		
MOBRAL.....	3.000,0		
MINISTO DA SAÚDE.....	26.172,0		
SUCAM.....	39.847,0		
SUDENE.....	342.860,0		
SUDEPE.....	656,0		
SUDESUL.....	20.844,0		
SUDHEVEA.....	4.000,0		849.445,0
DISTRIB.AOS ESTADOS E TERRITÓRIOS/84:			
AMAPÁ.....	1.398,0		
PIAUÍ.....	4.448,0		
CEARÁ.....	1.800,0		
RIO GRANDE DO NORTE.....	12.984,0		
PARAÍBA.....	23.334,0		
PERNAMBUCO.....	6.923,0		
ALAGOAS.....	4.700,0		
SERGIPE.....	9.124,0		
BAHIA.....	9.932,0		
MINAS GERAIS.....	3.226,0		
PARANÁ.....	9.704,0		
SANTA CATARINA.....	17.134,0		
RIO GRANDE DO SUL.....	8.334,0		113.041,0
SALDO PARA 1985:			
TESOURO NACIONAL.....	1.513.194,4		1.522.968,0
BNDES.....	9.171,1		
T O T A L		2.485.434,0	2.487.434,0



Em menor perspectiva, assim se compõe o quadro demonstrativo do FINSOCIAL:

	<u>Cr\$ milhões</u>
Saldo anterior (1983).....	483.547,8
Arrecadação em 1984.....	<u>2.001.906,2</u>
	2.485.454,0
Aplicações em 1984:	
Âmbito da União.....	849.445,0
Estados e Territórios.....	<u>113.041,0</u>
	962.486,0
Saldo para 1985.....	<u>1.522.968,0</u>

Esse demonstrativo se apoia em dados fornecidos via telexográfica, através da Superintendência AP-IV/FINSOCIAL -BNDES.

É oportuno lembrar que o Fundo de Investimento Social-FINSOCIAL, criado pelo Decreto-Lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, continua a ser financeiramente alocado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES.

A previsão de receita, em 1984, estimada em Cr\$1.100.000.000.000, foi superada, como se observa, em 82%.

Devemos assinalar, por outro lado, que os registros contábeis da SECIN (vide "Execução da Receita por Natureza"), baseados na listagem fornecida pelo SIAPRO, acusam a receita de Cr\$2.000.024.127.362 (código 1210.01.00), contra o montante indicado pelo BNDES, de Cr\$2.001.906,2. A diferença é atribuída a recursos arrecadados nas dependências de processamento de dados, isto é, receitas em trânsito.

INCENTIVOS FISCAIS

São estes os incentivos fiscais deduzidos do im
posto de renda de pessoas jurídicas, à conformidade do Decreto-
-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974:

	<u>Cr\$1 milhão</u>
FINOR.....	396.317
FINAM.....	137.317
FISSET:	
Pesca.....	6.314
Turismo.....	11.396
Reflorestamento...	<u>230.538</u>
	248.248
FUNRES.....	10.598
EMBRAER.....	30.970
MOBRAL.....	<u>56.249</u>
	<u>879.699</u>

Por sua vez, o PIN e o PROTERRA também contribui
ram com recursos em favor dos seguintes fundos:

RECURSOS DO PIN:

FINOR/BNB.....	237.790	
FINAM/BASA.....	82.390	
OUTROS/BNB.....	<u>168.428</u>	488.608

RECURSOS DO PROTERRA:

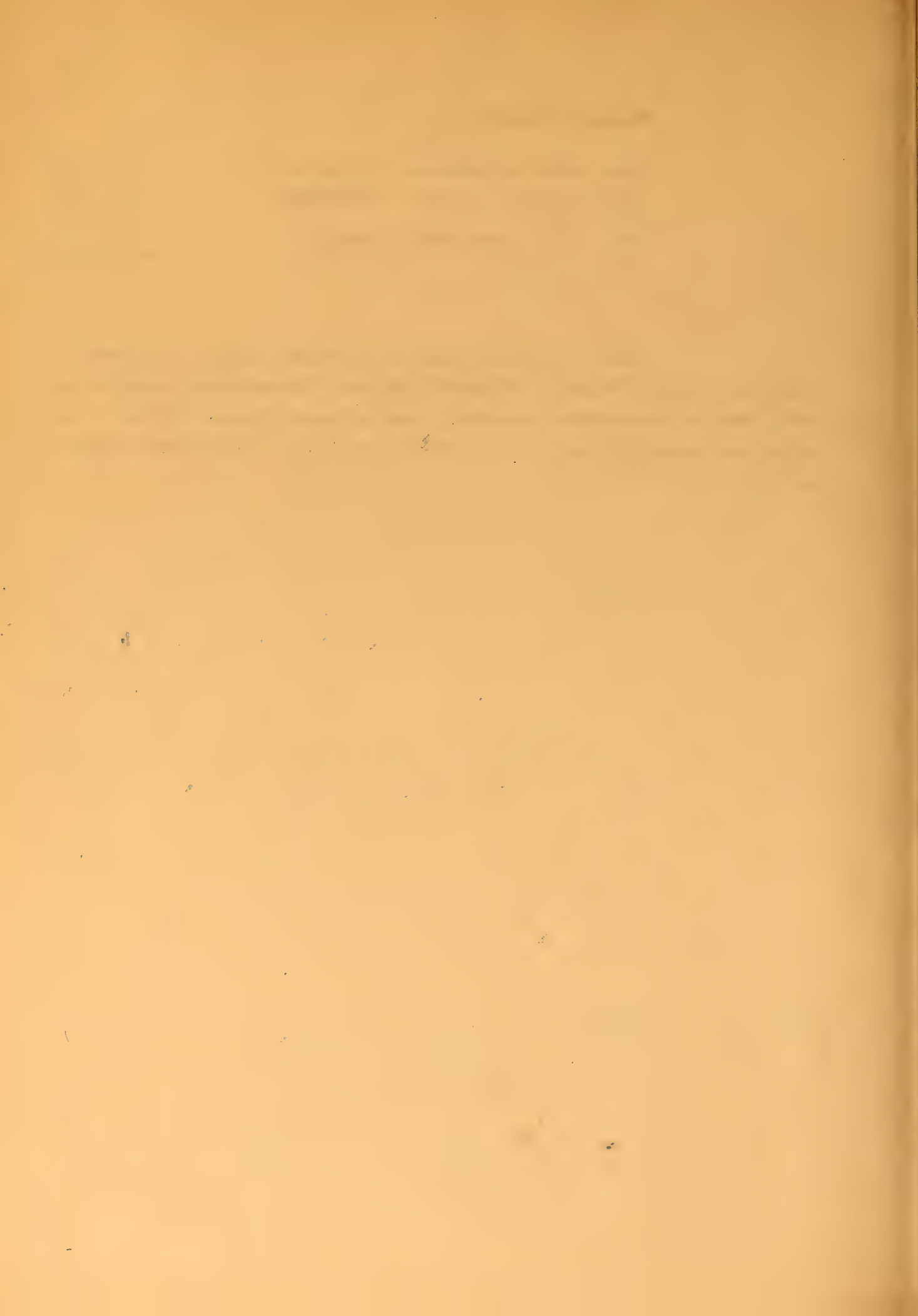
FINOR/BNB.....	158.526	
FINAM/BASA.....	54.927	
OUTROS/BNB.....	56.143	
OUTROS/BASA.....	<u>56.144</u>	<u>125.719</u>
		<u>214.347</u>



Recapitulação:

Por opção de pessoas jurídicas	879.699
Por alocação do PIN e PROTERRA	<u>814.347</u>
Total de incentivos fiscais	<u>1.694.046</u>

Não houve arrecadação em decorrência de incentivos fiscais concedidos a pessoas físicas. Recorde-se, como já as sinalamos no Relatório anterior, que o Fundo Fiscal 157 foi ex-tinto em consequência do Decreto-Lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983.



BALANÇO ORÇAMENTARIO

O confronto da Despesa Autorizada/Despesa Realizada, em seus diferentes aspectos, passa a constituir o presente Título.

EXECUÇÃO DA DESPESA

A Despesa Realizada acusou o montante de Cr\$33.817.215.546.069, muito embora pudesse ter alcançado a soma de Cr\$34.812.218.573.542, relativa à Despesa Autorizada. Os créditos não utilizados, assim, significaram Cr\$995.003.027.473 — quase 1 trilhão de cruzeiros — ou 2,858% abaixo da permissão.

Os grandes números da Despesa se refletem assim:

C R É D I T O S	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO
Orçamentários e Suplementares	33.272.686.669.542	32.456.964.117.351
Especiais.....	1.539.531.904.000	1.360.251.428.718
Soma.....	34.812.218.573.542	33.817.215.546.069

Na realização da despesa estão incluídos os recursos produzidos por vinculação de receitas a programas especiais.

Em termos de classificação econômica a despesa assim se comportou:

CATEGORIA ECONÔMICA	CR\$ 1.000	% SOBRE O TOTAL
Despesas Correntes.....	27.008.994.019,1	79,87
Despesas de Capital.....	6.808.221.526,9	20,13
Soma.....	33.817.215.546,0	100,00

A despesa realizada inclui os valores empenhados e não pagos no exercício, somando Cr\$2.500.717.814.279, cuja inscrição se lançou em conta de Restos a Pagar de 1984.

DESPESA POR PODER

Os Poderes da República consumiram recursos nesta proporção:

PODERES	CR\$1.000	% SOBRE O TOTAL
Legislativo.....	341.322.165,0	1,01
Judiciário.....	307.138.190,4	0,91
Executivo.....	33.168.755.190,6	98,08
Soma.....	33.817.215.546,0	100,00

Observe-se, entretanto, que a participação total do Poder Executivo no volume da despesa orçamentária não ocorre em seu proveito próprio. Mercê de sua atividade de gestão de programas especiais, e que dizem respeito à União como um todo, assim podemos identificar os recursos aplicados pelo Poder Executivo:

PODERES	CR\$1.000	% SOBRE O TOTAL
Legislativo.....	341.322.165,0	1,01
Judiciário.....	307.138.190,4	0,91
Executivo:	33.168.755.190,6	98,08
Executivo propriamente dito	17.260.145.890,1	51,04
Encargos Gerais da União	3.374.124.001,0	9,98
Transf.a Estados, DF e Municípios.....	6.849.702.952,0	20,25
Encargos Financ.s da União.	2.994.429.810,9	8,85
Encargos Previdenciários da União.....	2.690.352.536,4	7,96
Somas.....	33.817.215.546,0	100,00

A fatia orçamentária utilizada pelo Executivo propriamente dito ficou adstrita, assim, ao limite de 51,04% sobre a despesa orçamentária da União. No ano de 1983 esse patamar visualizava 45,8%, praticamente 5% a menor.

DESDOBRAMENTO
DA DESPESA

As Despesas Correntes e as Despesas de Capital, recorde-se, estão assim retratadas:

TÍTULOS	CR\$1 MILHÃO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
Despesas Correntes.....	27.008.994,0	79,87
Despesas de Capital.....	6.808.221,5	20,13
Soma.....	33.817.215,5	100,00

Comparado a 1983, esse quadro mostra que as Despesas Correntes subiram de 77% para quase 80% e as Despesas de Capital descenderam de 23% para pouco mais de 20%.

As Despesas Correntes estão desdobradas nos seguintes títulos:

Despesas de Custeio.....	5.065.807.926.800
Transferências Correntes	21.943.186.092.356
Soma.....	27.008.994.019.156

Por sua vez, apresentam-se as Despesas de Capital com este desdobramento:

Investimentos.....	1.883.172.847.402
Inversões Financeiras.....	1.197.487.491.878
Transferências de Capital.....	<u>3.727.561.187.633</u>
	<u>6.808.221.526.913</u>

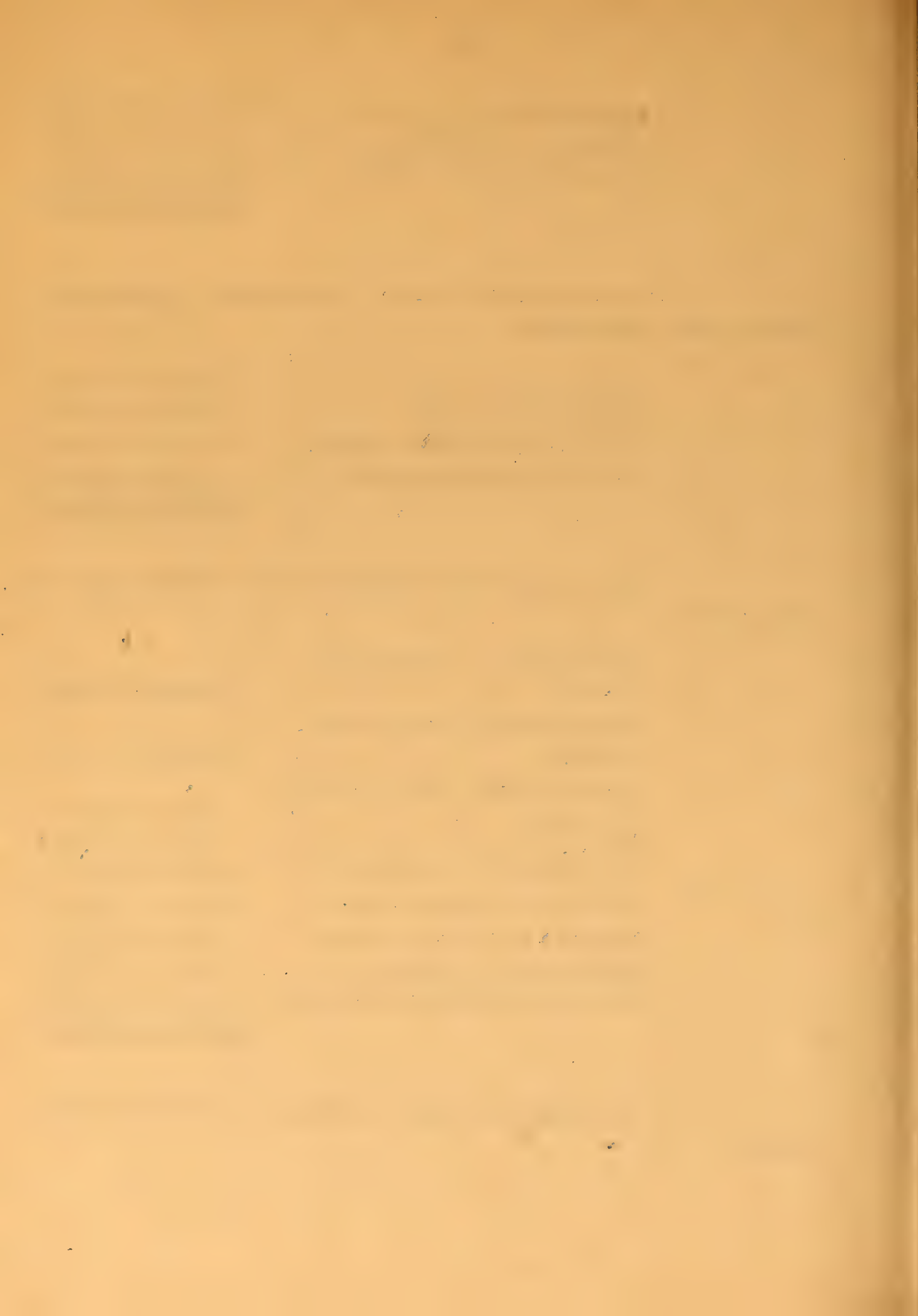
As Despesas de Custeio, a seu passo, se constituem dos seguintes indicadores:

Pessoal.....	3.062.917.355.267
Material de Consumo.....	901.384.378.722
Serviços de Terceiros e Encargos..	1.093.279.489.697
Diversas Despesas de Custeio.....	<u>8.226.703.114</u>
	<u>5.065.807.926.800</u>

E as Transferências Correntes são formadas por estas parcelas:

Transferências Intragovernamentais.....	8.463.849.107.636
Transferências Intergovernamentais.....	6.832.941.207.218
Transferências a Instituições Privadas.....	565.039.538.613
Transferências ao Exterior....	39.726.407.064
Transferências a Pessoal.....	2.634.434.248.372
Encargos da Dívida Interna....	2.100.113.966.837
Encargos da Dívida Externa....	1.014.647.683.487
Contribuição ao PASEP.....	278.441.919.359
Diversas Transferências Correntes.	<u>13.992.013.770</u>
	<u>21.943.186.092.356</u>

As Despesas de Capital abrigam as seguintes razões:



INVESTIMENTOS

Obras e Instalações.....	177.393.558.256	
Equipamentos e Material Permanente.....	237.069.173.451	
Investimentos em regime de Execução Especial.....	926.686.086.149	
Constituição ou Aumento de Capital.....	542.020.373.981	
Diversos Investimentos	<u>3.655.565</u>	1.883.172.847.402

INVERSÕES FINANCEIRAS

Aquisição de Imóveis.....	7.159.620.569	
Aquis. Títulos Capital já Inte- gralizado	305.935.103	
Constit. ou Aumento Capital de Comércio e Financiamento.....	1.145.137.086.000	
Concessão de Empréstimos	33.366.422.098	
Depósitos Compulsórios.....	2.188.000.000	
Diversas Inversões Finan- ceiras.....	<u>9.330.428.108</u>	1.197.487.491.878

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Transferências Intrago- vernamentais.....	2.389.904.156.209	
Transferências Intergo- vernamentais.....	449.869.164.260	
Transfs. a Instituições Privadas.....	17.228.018.713	
Transfs. ao Exterior.....	103.841.000	
Amortização da Dívida Interna.....	254.346.889.105	
Amortização da Dívida Externa.....	<u>616.109.118.346</u>	3.727.561.187.633
		<u>6.808.221.526.913</u>

DESPESA POR FUNÇÃO

A Despesa por Função, segundo a ordem decrescente de representatividade, apresentou em 1984 este mosaico de valores:



POSIÇÃO		FUNÇÃO	CR\$1 MILHÃO	% SOBRE O TOTAL
1983	1984			
1	1	Administração e Planejamento.....	5.799.127,3	17,15
4	2	Transporte.....	5.128.863,4	15,17
2	3	Desenvolvimento Regional..	4.965.831,1	14,68
3	4	Assistência e Previdência..	4.239.849,0	12,54
6	5	Defesa Nacional e Segurança Pública.....	3.524.358,8	10,42
5	6	Educação e Cultura.....	3.482.286,1	10,30
8	7	Energia e Recursos Minerais.....	2.600.215,3	7,69
7	8	Agricultura.....	1.489.762,0	4,40
9	9	Saúde e Saneamento.....	851.611,6	2,52
10	10	Indústria, Comércio e Serviços.....	408.055,8	1,21
11	11	Relações Exteriores.....	320.148,6	0,95
13	12	Legislativa.....	312.697,9	0,92
14	13	Judiciária.....	272.432,3	0,81
16	14	Habitação e Urbanismo....	168.635,9	0,50
15	15	Trabalho.....	139.508,0	0,41
12	16	Comunicações.....	113.832,3	0,33
T O T A L.....			33.817.215,4	100,00

O confronto das colunas 1983 e 1984 nos mostra que as funções Administração e Planejamento; Saúde e Saneamento; Indústria, Comércio e Serviços; Relações Exteriores; e Trabalho, conservaram inalteradas as posições do ano de 1983. Declinaram as funções Desenvolvimento Regional (de 2º em 1983 passou a 3º em 1984), Assistência e Previdência (de 3º em 1983 caiu para 4º em 1984), Educação e Cultura (de 5º em 1983 ocupou o 6º lugar em 1984), Agricultura (era o 7º lugar e agora está em 8º) e Comunicações (estava em 12º lugar e agora ocupa o último (16º)). Beneficiaram-se as funções Transporte, que deixou o 4º lugar em 1983 para ficar no 2º lugar em 1984; Defesa Nacional e Segurança Pública, que ocupava o 6º lugar e esta agora em 5º; Energia e Recursos Minerais, que assumiu o

7º lugar em troca do 8º de que era titular em 1983; Legislativa, que detinha o 13º posto em 1983 e conquistou a 12ª posição em 1984; Judiciária, que agora segura o 13º posto e abandona o 14º em que se colocava em 1983; e, finalmente, Habitação e Urbanismo, agora no 14º patamar, em vez da 16ª faixa em que se situava em 1983.

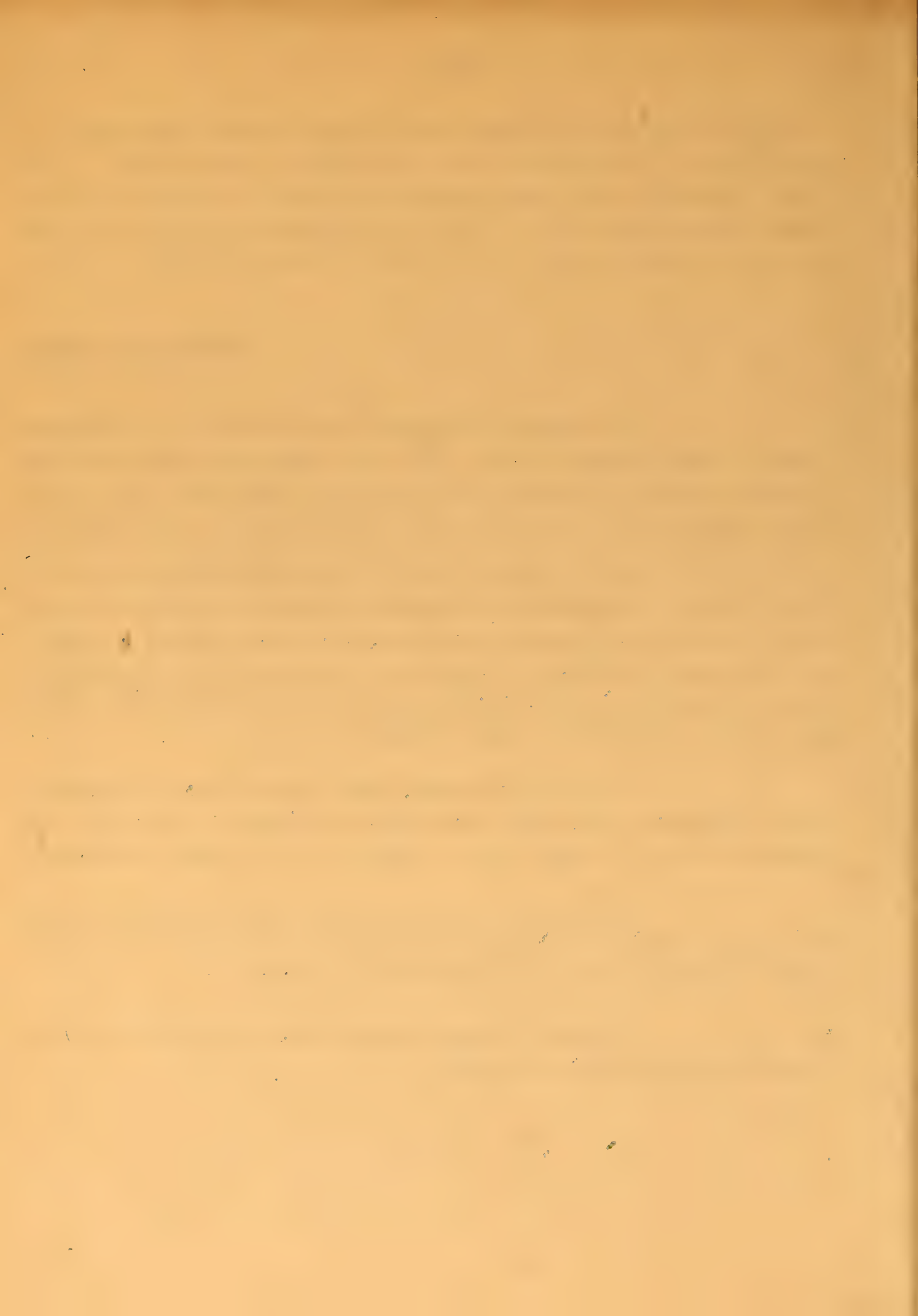
DESPESAS DE PESSOAL

As Despesas de Pessoal da União não se restringem apenas à Administração Direta, isto é aos servidores públicos cujos salários oneram as Unidades Orçamentárias e Administrativas. Estendem-se, também, envoltas no manto das Transferências, a entidades da administração indireta federal, a organismos estaduais e do Distrito Federal e, ainda, a Pessoas. No caso da Administração Direta, a contrapartida do pagamento corresponde a prestação direta de serviços, inclusive por pessoas, aleatoriamente, sem o caráter de emprego. Nas demais hipóteses, o pagamento não decorre de contraprestação de serviços. As repercussões patronais e previdenciárias estão por igual compreendidas nesses pagamentos.

Feitas essas observações, vejamos como se comportaram os dispêndios rotulados sob Despesas de Pessoal, em 1984, que somaram Cr\$9.391.041.696 mil, ou sejam 27,8% da Despesa Realizada.

No ano de 1983, recorde-se, a percepção dos gastos de pessoal, dentro de idêntica abordagem, significou 29,9%. Houve menor dispêndio percentual, observa-se, em 1984.

O quadro a seguir espelha como e em que setores se localizam as despesas de pessoal.



DESPESAS DE PESSOAL

Cr\$1.000

S/total

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Pessoal Civil.....	1.446.384.562		
Pessoal Militar.....	1.508.233.168		
Obrigações Patronais.....	108.299.625		
Remuneração de Serviços Pes soais.....	<u>3.623.250</u>	3.066.540.605	32,65

TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

Transferências Operacionais:

Pessoal e Encargos Sociais.. 2.340.324.230

Subvenções Econômicas:

Pessoal e Encargos Sociais.. 642.310.868

Contribuições Correntes:

Pessoal e Encargos Sociais.. 1.595.828

Contribuições a Fundos:

Pessoal e Encargos Sociais.. 56.424.638

Transferências Operacionais a
Territórios:Pessoal e Encargos Sociais.. 87.059.600 3.127.715.164 33,30TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAISTransferências a Estados e ao
Distrito Federal:

Pessoal e Encargos Sociais.. 562.351.679 6,00

TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS

Inativos.....	1.795.103.447		
Pensionistas.....	735.126.908		
Salário-Família.....	65.013.979		
Apoio Financeiro a Estudantes	36.372.769		
Assistência Médico-Hospitalar	470.860		
Outras Transfs.a Pessoas.....	<u>2.346.285</u>	2.634.434.248	28,05
		<u>9.391.041.696</u>	100,00

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Do confronto entre Receita e Despesa emerge o superávit orçamentário de Cr\$2.596.837.511.880, assim estruturado:

Receita Arrecadada:

Receitas Correntes.....	35.965.330.793.478	
Receitas de Capital.....	<u>448.722.264.471</u>	36.414.053.057.949

Despesa Realizada :

Despesas Correntes.....	27.008.994.019.156	
Despesas de Capital.....	<u>6.808.221.526.913</u>	33.817.215.546.069

Superávit Orçamentário		<u>2.596.837.511.880</u>
------------------------	--	--------------------------

POUPANÇA DO SETOR PÚBLICO

A poupança do setor público caracteriza-se deste modo:

RECEITAS CORRENTES.....	35.965.330.793.478
(-) DESPESAS CORRENTES.....	<u>27.008.994.019.156</u>
SALDO EM CONTA CORRENTE.....	8.956.336.774.322
(+) RECEITAS DE CAPITAL.....	<u>448.722.264.471</u>
RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE CAPITAL.....	9.405.059.038.793
(-) DESPESAS DE CAPITAL.....	<u>6.808.221.526.913</u>
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO.....	<u>2.596.837.511.880</u>



ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
FLUXO DOS BALANÇOS

FUNDOS ESPECIAIS AUTÔNOMOS

Tivemos ensejo de registrar no Relatório de 1983, a páginas 152 (último tópico) e 153, que alguns Fundos Especiais Autônomos, não obstante houvessem incorporado suas operações ao Balanço-Geral da repartição a que se ligam, deixaram de anexar, para divulgação no 2º Volume, Parte II, os balancetes específicos e identificadores desses ingressos e dispêndios, isto é, apartados do movimento total.

Anotamos agora, com justificado contentamento, que esses organismos enviaram seus Balanços próprios, correspondentes ao exercício de 1984, os quais figurarão, ao lado de tantas outras entidades, na Parte II do 2º Volume.

São eles:

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Fundo para as Atividades de Informática

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Fundo Aeronáutico

MINISTÉRIO DA MARINHA

Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Fundo Especial de Bolsas de Estudo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados

THE HISTORY OF THE CITY OF BOSTON

CHAPTER I

THE CITY OF BOSTON, situated on the eastern point of the island of Nantuxet, in the county of Suffolk, was first settled by a company of Englishmen, who, in the year 1630, were sent out by the Massachusetts Bay Company, to establish a colony in New England. The first settlement was made on the site of the present city, and the name of Boston was given to the place in honor of the Earl of Boston, who was then the proprietor of the colony.

The first settlement was made on the site of the present city, and the name of Boston was given to the place in honor of the Earl of Boston, who was then the proprietor of the colony. The first settlement was made on the site of the present city, and the name of Boston was given to the place in honor of the Earl of Boston, who was then the proprietor of the colony.

The first settlement was made on the site of the present city, and the name of Boston was given to the place in honor of the Earl of Boston, who was then the proprietor of the colony. The first settlement was made on the site of the present city, and the name of Boston was given to the place in honor of the Earl of Boston, who was then the proprietor of the colony.

The first settlement was made on the site of the present city, and the name of Boston was given to the place in honor of the Earl of Boston, who was then the proprietor of the colony. The first settlement was made on the site of the present city, and the name of Boston was given to the place in honor of the Earl of Boston, who was then the proprietor of the colony.

The first settlement was made on the site of the present city, and the name of Boston was given to the place in honor of the Earl of Boston, who was then the proprietor of the colony. The first settlement was made on the site of the present city, and the name of Boston was given to the place in honor of the Earl of Boston, who was then the proprietor of the colony.

The first settlement was made on the site of the present city, and the name of Boston was given to the place in honor of the Earl of Boston, who was then the proprietor of the colony. The first settlement was made on the site of the present city, and the name of Boston was given to the place in honor of the Earl of Boston, who was then the proprietor of the colony.

ENTIDADES (ALTERAÇÕES)

Poucas modificações se verificaram no setor das entidades da administração indireta:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Exclusão: Fundação Nacional de Material Escolar.

Motivo : Passou a denominar-se Fundação de Assistência ao Estudante, em virtude da Lei nº 7.091, de 18/04/83

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Inclusão:

- a) Campanha Nacional contra a Tuberculose
- b) Campanha Nacional de Combate ao Câncer
- c) Campanha Nacional de Saúde Mental

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Inclusão:

- a) Conselho de Biomedicina
- b) Conselho Federal de Biologia

Essas e as demais entidades da administração indireta enviaram seus balanços para a composição do Volume 29, Parte II, dos Balanços-Gerais da União.

DISPÊNDIOS PÚBLICOS - SETORIZAÇÃO

Eis o quadro panorâmico revelador dos dispêndios públicos segundo os organismos realmente beneficiados com a aplicação de recursos orçamentários da União:

ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Unidades Orçamentárias e Gestoras (ou Administrativas).....	15.092.378.086.511	
Fundos Especiais Autônomos (Contabilidade própria).....	<u>13.545.468.134</u>	15.105.923.554.645

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Autarquias.....	4.878.723.899.287	
Empresas Públicas.....	3.058.641.301.664	
Sociedades de Economia Mista.....	1.987.969.969.395	
Fundações Subvencionadas.....	<u>1.361.034.911.931</u>	<u>11.286.370.082.277</u>
SOMA DA UNIÃO.....		26.392.293.636.922
ESTADOS.....		4.568.090.683.298
MUNICÍPIOS.....		2.420.338.792.550
DISTRITO FEDERAL.....		393.649.350.505
INSTITUIÇÕES PRIVADAS-PAÍS.....		42.819.352.500
INSTITUIÇÕES PRIVADAS-EXTERIOR.....		<u>23.730.294</u>
SOMA DA DESPESA REALIZADA.....		<u>33.817.215.546.069</u>

RECEITA ORÇAMENTÁRIA
1981/1984

Cr\$ milhões

E S P E C I F I C A Ç Ã O	ARRECADADAÇÃO				INCREMENTOS NOMINAIS %		
	1981 (1)	1982 (2)	1983 (3)	1984 (4)	2/1	3/2	4/3
RECEITA ORÇAMENTÁRIA.....	2.351.966	4.774.815	11.779.847	36.414.053	103	146	209
RECEITAS CORRENTES.....	2.334.156	4.726.843	11.577.596	35.965.331	102	144	210
RECEITA TRIBUTÁRIA.....	1.929.554	3.900.940	8.836.691	27.304.443	102	126	209
IMPOSTOS.....	1.790.023	3.634.203	8.469.403	26.430.927	103	133	212
Importação.....	139.918	233.804	490.038	1.423.116	67	110	190
Exportação.....	11.780	7.052	212.625	527.970	- 40	203	148
Atribuídos à União nos Territórios.....	1.745	20	-	-	- 99	-100	---
Transmissão de Bens Imóveis.....	-	-	18	86	--	100	330
Renda.....	674.019	1.456.862	4.044.178	14.733.248	116	177	264
Física.....	40.290	62.132	286.633	735.657	54	362	156
Jurídica.....	195.251	499.050	1.763.981	4.750.552	155	253	169
Fonte.....	438.478	895.680	1.993.564	9.247.039	104	122	364
Produtos Industrializados.....	524.609	1.063.688	2.299.753	4.831.113	103	116	110
Circulação de Mercadorias.....	-	1.296	2.493	10.700	--	93	435
Operações de Créditos, Câmbio, etc.....	279.351	555.879	785.417	2.999.835	99	41	282
Transporte Rodoviário.....	19.751	39.458	82.277	240.779	100	110	193
Lubrificantes e Combustíveis.....	60.140	111.546	192.356	484.531	85	73	152
Energia Elétrica.....	60.575	127.375	271.173	814.809	110	113	200
Minerais.....	18.135	37.223	88.812	364.739	105	139	309
Impostos Extraordinários.....	-	-	262	-	--	100	-100
Territorial Rural.....	-	-	1	1	--	100	0
TAXAS.....	127.709	234.543	367.288	873.516	84	56	138
CORREÇÃO MONETÁRIA.....	11.822	32.194	-	-	172	-100	---
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES.....	-	-	2.400.486	7.940.250	--	100	230
RECEITA PATRIMONIAL.....	40.792	69.366	90.480	169.163	70	31	88
RECEITA AGROPECUÁRIA.....	-	-	1.045	2.455	--	100	145
RECEITA INDUSTRIAL.....	377	1.016	1.941	5.862	170	91	193
RECEITA DE SERVIÇOS.....	-	-	51.654	170.975	--	100	228
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	160.476	348.239	85.684	7.225	117	-307	-22
RECEITAS DIVERSAS.....	202.957	407.282	-	-	101	-100	---
OUTRAS RECEITAS CORRENTES.....	-	-	-	-	--	100	234
RECEITAS DE CAPITAL.....	17.810	47.972	109.615	364.958	169	122	122

RECEITA ORÇAMENTÁRIA-POR UNIDADE FEDERATIVA
1984

185

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	%
SÃO PAULO.....	12.790.101.672.705	35,11
RIO DE JANEIRO.....	10.784.352.107.192	29,62
DISTRITO FEDERAL.....	4.768.511.996.121	13,10
MINAS GERAIS.....	2.089.894.263.552	5,74
RIO GRANDE DO SUL.....	1.590.875.669.074	4,37
PARANÁ.....	1.007.155.019.438	2,77
BAHIA.....	830.700.674.544	2,28
PERNAMBUCO.....	638.563.992.702	1,75
SANTA CATARINA.....	391.721.617.896	1,08
PARÁ.....	243.105.245.876	0,67
AMAZONAS.....	236.852.920.044	0,65
CEARÁ.....	181.740.756.576	0,50
GOIÁS.....	179.902.244.661	0,49
ESPÍRITO SANTO.....	126.847.937.030	0,35
ALAGOAS.....	77.390.423.831	0,21
MATO GROSSO.....	73.041.139.017	0,20
MATO GROSSO DO SUL.....	65.972.829.270	0,18
PARAÍBA.....	62.206.271.095	0,17
RIO GRANDE DO NORTE.....	57.946.670.560	0,16
SERGIPE.....	53.293.223.969	0,15
MARANHÃO.....	50.191.331.013	0,14
PIAUÍ.....	42.003.151.891	0,12
RONDÔNIA.....	36.906.252.459	0,10
AMAPÁ.....	18.726.482.744	0,05
RORAIMA.....	6.835.235.381	0,02
ACEP.....	7.163.929.308	0,02
TOTAL.....	36.414.053.057.949	100,00

DESPEZA POR ORGÃOS, SEGUNDO A SUA NATUREZA

1984

Cr\$ milhões

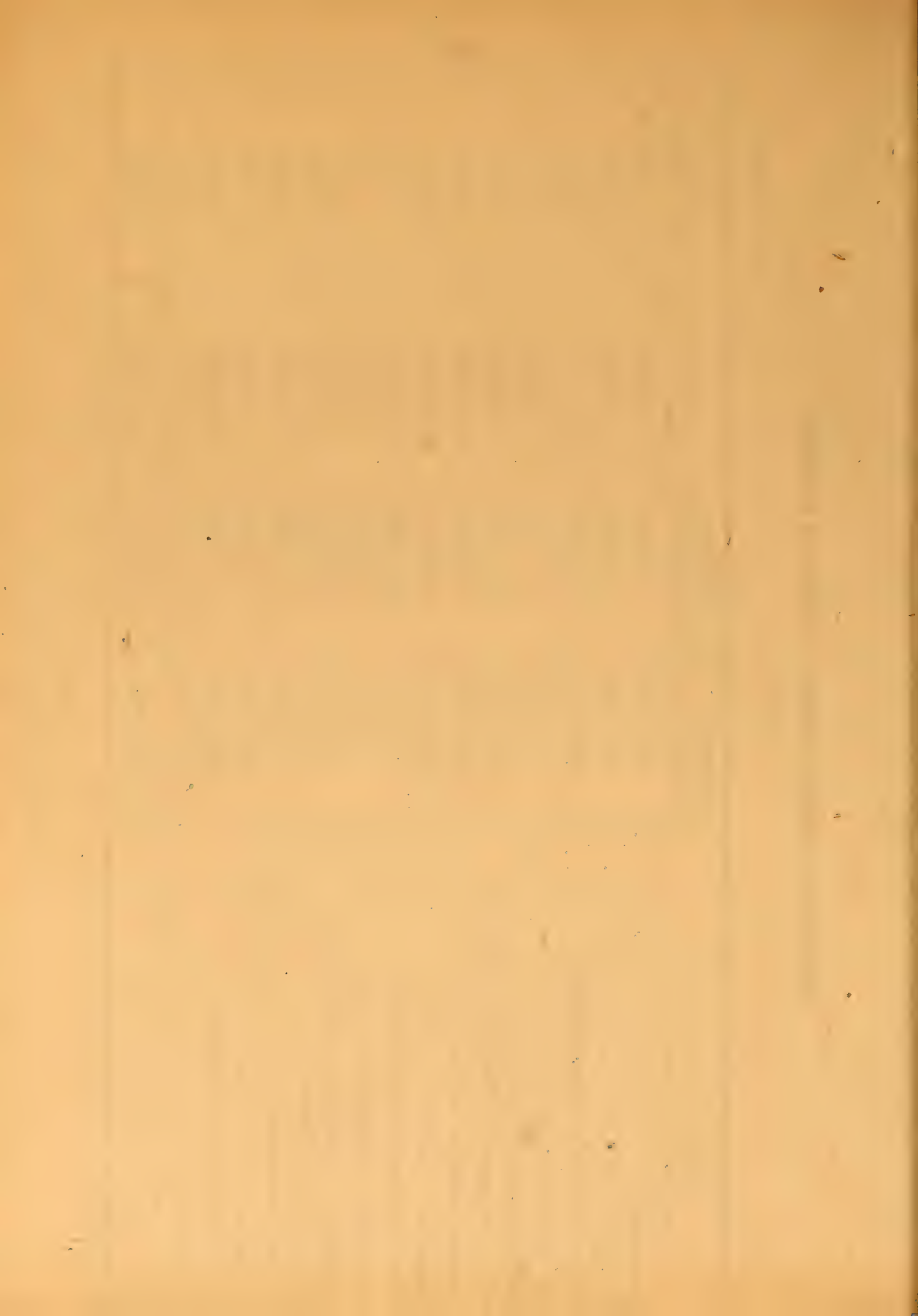
ORGÃOS E MINISTÉRIOS	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	% S/ TOTAL
Câmara dos Deputados.....	166.510	4.987	171.497	0,50
Senado Federal.....	133.766	2.955	136.721	0,40
Tribunal de Contas da União.....	32.790	315	33.105	0,10
Supremo Tribunal Federal.....	8.574	101	8.675	0,03
Tribunal Federal de Recursos.....	18.964	9.749	28.713	0,08
Justiça Militar.....	12.289	186	12.475	0,04
Justiça Eleitoral.....	40.590	466	41.056	0,12
Justiça do Trabalho.....	154.023	9.361	163.384	0,48
Justiça Federal de 1ª Instância.....	27.865	1.700	29.565	0,09
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.....	21.504	1.767	23.271	0,07
Presidência da República.....	2.331.442	1.409.125	3.740.567	11,06
Ministério da Aeronáutica.....	1.513.977	511.970	2.025.947	5,99
Ministério da Agricultura.....	712.723	342.474	1.055.197	3,12
Ministério das Comunicações.....	129.730	74.576	204.306	0,61
Ministério da Educação e Cultura.....	2.553.439	276.948	2.830.387	8,37
Ministério do Exército.....	2.013.762	151.460	2.165.222	6,40
Ministério da Fazenda.....	8.626.950	374.182	9.001.132	26,62
Ministério da Indústria e do Comércio.....	215.889	250.759	466.648	1,38
Ministério do Interior.....	393.424	573.353	966.777	2,86
Ministério da Justiça.....	153.973	7.327	161.300	0,48
Ministério da Marinha.....	1.250.866	239.048	1.489.914	4,41
Ministério das Minas e Energia.....	1.748.359	652.850	2.401.209	7,10
Ministério da Previdência e Assistência Social.....	1.492.011	402	1.492.413	4,41
Ministério das Relações Exteriores.....	292.839	31.852	324.691	0,96
Ministério da Saúde.....	480.244	43.930	524.174	1,55
Ministério do Trabalho.....	125.957	32.231	158.188	0,47
Ministério dos Transportes.....	2.356.534	1.804.147	4.160.681	12,30
T O T A L.....	27.008.994	6.808.221	33.817.215	100,00

DESPESA POR FUNÇÕES SEGUNDO A CATEGORIA ECONÔMICA

1 9 8 4

Cr\$ milhões

F U N Ç Õ E S	DESPEAS CORRENTES	DESPEAS DE CAPITAL	T O T A L	% S/ TOTAL
Legislativa.....	305.714	6.984	312.698	92
Judiciária.....	245.798	26.634	272.432	81
Administração e Planejamento.....	4.665.891	1.133.236	5.799.127	17,15
Agricultura.....	1.103.508	386.254	1.489.762	4,40
Comunicações.....	39.256	74.576	113.832	33
Defesa Nacional e Segurança Pública...	2.889.176	635.183	3.524.359	10,42
Desenvolvimento Regional.....	4.230.071	735.760	4.965.831	14,69
Educação e Cultura.....	3.206.534	275.752	3.482.286	10,30
Energia e Recursos Minerais.....	1.748.291	851.924	2.600.215	7,69
Habitação e Urbanismo.....	52.742	115.894	168.636	50
Indústria, Comércio e Serviços.....	161.631	246.425	408.056	1,20
Relações Exteriores.....	288.297	31.852	320.149	95
Saúde e Saneamento.....	714.433	137.179	851.612	2,52
Trabalho.....	107.786	31.722	139.508	41
Assistência e Previdência.....	4.238.759	1.090	4.239.849	12,54
Transporte.....	3.011.107	2.117.756	5.128.863	15,17
T O T A L	27.008.994	6.808.221	33.817.215	100,00



DESPESA DA UNIÃO
1981/1984

Cr\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	1981 (1)	1982 (2)	1983 (3)	1984 (4)	INCREMENTOS NOMINAIS %		
					2/1	3/2	4/3
DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	2.254.895	4.619.772	11.104.585	33.817.215	104,9	140,4	204,5
DESPESAS CORRENTES.....	1.399.089	3.521.784	8.537.106	27.008.994	151,7	142,4	216,4
DESPESAS DE CUSTEIO.....	416.769	880.202	1.835.593	5.065.808	111,6	108,5	176,1
Pessoal Civil.....	111.017	227.587	487.883	1.446.384	105,0	114,4	196,4
Pessoal Militar.....	137.508	280.574	601.363	1.508.233	104,0	114,4	151,0
Obrigações Patronais.....	7.426	15.700	36.867	108.300	111,4	134,8	192,7
Outros Custeios.....	160.818	356.341	709.480	2.002.891	121,6	99,3	182,1
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	982.320	2.641.582	6.701.513	21.943.186	168,9	153,7	227,5
Inativos.....	130.425	291.561	606.662	1.795.103	123,6	108,5	194,2
Pensionistas.....	55.308	124.707	274.945	735.127	125,5	121,7	162,5
Salário-Família.....	5.604	10.765	21.954	65.014	92,1	104,0	195,5
Pessoal Adm.Descentralizada....	272.676	555.412	1.294.005	3.127.716	103,7	133,1	140,6
Outras Transferências.....	518.307	1.659.137	4.503.947	16.220.226	220,1	171,5	260,4
DESPESAS DE CAPITAL.....	855.806	1.097.988	2.567.479	6.808.221	28,3	134,0	164,9
INVESTIMENTOS.....	361.219	472.501	820.078	1.883.173	30,8	73,7	129,6
INVERSOES FINANCEIRAS.....	37.994	192.781	359.390	1.197.487	407,5	87,2	232,6
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	456.573	432.706	1.388.011	3.727.561	- 5,2	221,3	166,2



DESPESA DA UNIÃO
1981/1984

Cr\$ milhões

MINISTÉRIOS OU ÓRGÃOS	1981 (1)	1982 (2)	1983 (3)	1984 (4)	INCREMENTOS NOMINAIS %		
					2/1	3/2	4/3
DESPESA TOTAL.....	2.254.895	4.619.772	11.104.585	33.817.215	104	140	204
PODER LEGISLATIVO.....	18.240	40.389	100.518	341.322	121	151	238
Câmara dos Deputados.....	9.385	19.906	52.727	171.496	112	177	223
Senado Federal.....	6.799	16.192	38.826	136.721	138	143	250
Tribunal de Contas da União.....	2.056	4.291	8.965	33.105	108	124	267
PODER JUDICIÁRIO.....	19.341	46.351	95.974	284.697	139	108	196
Supremo Tribunal Federal.....	615	1.580	3.896	8.675	157	160	116
Tribunal Federal de Recursos.....	923	1.981	4.585	13.823	114	141	245
Justiça Militar.....	924	1.911	4.493	12.475	106	136	211
Justiça Eleitoral.....	3.459	8.024	14.421	40.871	131	80	191
Justiça do Trabalho.....	10.153	25.024	52.214	156.028	146	109	200
Justiça Federal de 1ª Instância.....	2.094	5.241	9.729	29.554	150	94	195
Justiça do DF e dos Territórios.....	1.173	2.590	6.636	23.271	120	232	232
PODER EXECUTIVO.....	1.031.026	2.328.678	5.090.402	17.282.587	125	118	239
Presidência da República.....	48.863	102.735	219.174	627.934	110	114	186
Ministério da Aeronáutica.....	62.138	162.431	460.199	1.724.387	161	184	274
Ministério da Agricultura.....	60.009	141.089	300.215	952.595	135	113	217
Ministério das Comunicações.....	3.790	59.449	95.121	113.832	1468	61	19
Ministério da Educação e Cultura.....	172.519	391.561	766.629	2.333.707	126	96	204
Ministério do Exército.....	92.183	221.772	453.703	1.386.862	140	52	205
Ministério da Fazenda.....	40.767	79.510	149.369	466.458	95	89	213
Ministério da Indústria e do Comércio.....	23.796	130.622	193.704	434.101	448	49	123
Ministério do Interior.....	88.299	159.036	375.489	607.714	80	136	62
Ministério da Justiça.....	9.417	21.369	43.416	123.390	126	107	187
Ministério da Marinha.....	60.750	149.149	347.489	1.099.333	145	133	216
Ministério das Minas e Energia.....	45.643	103.020	145.577	1.505.924	128	41	938
Ministério da Previdência e Assistência Social.....	97.515	77.434	271.322	1.075.767	128	252	384
Ministério das Relações Exteriores.....	14.386	33.380	103.968	310.149	132	215	208
Ministério da Saúde.....	31.319	71.927	147.054	487.466	129	107	231
Ministério do Trabalho.....	9.313	20.623	48.178	139.508	116	140	190
Ministério dos Transportes.....	170.202	403.571	969.785	3.883.460	137	140	300
ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO.....	623.918	382.057	1.300.492	3.374.124	130	240	159
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO(*).....	-	441.583	1.485.931	2.994.430	100	237	101
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS.....	-	460.661	967.092	2.690.352	100	110	178
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DF E TERRITÓRIOS.....	431.665	920.053	2.064.176	6.849.703	113	124	232
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO.....	112.604	-	-	-	-100	-	-
FUNDO NACIONAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO(**).....	18.101	-	-	-	-100	-	-

(*) Até 1981, incluídos os encargos financeiros e encargos previdenciários da União

(**) Extintos a partir de 1982

DESPESA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO
1984

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DESPESA REALIZADA	% S/O TOTAL
Distrito Federal.....	19.144.514.350.882	56,63
Rio de Janeiro.....	8.551.409.671.028	25,29
Exterior.....	1.471.729.890.948	4,35
São Paulo.....	706.317.299.540	2,09
Minas Gerais.....	512.738.978.140	1,52
Rio Grande do Sul.....	425.050.620.498	1,26
Pernambuco.....	309.427.097.592	0,91
Bahia.....	251.824.543.819	0,74
Ceará.....	237.420.415.263	0,70
Acre.....	203.033.570.643	0,60
Amazonas.....	188.821.263.157	0,56
Paraíba.....	177.559.377.343	0,53
Paraná.....	173.801.775.544	0,51
Pará.....	170.006.829.022	0,50
Maranhão.....	144.366.861.165	0,43
Mato Grosso.....	138.343.056.755	0,41
Santa Catarina.....	138.282.133.162	0,41
Rio Grande do Norte.....	116.246.034.994	0,34
Goiás.....	112.624.437.677	0,33
Piauí.....	106.115.504.339	0,31
Mato Grosso do Sul.....	105.449.206.742	0,31
Rondonia.....	87.980.938.553	0,26
Espírito Santo.....	87.971.741.596	0,26
Alagoas.....	71.106.983.650	0,21
Sergipe.....	65.160.969.391	0,19
Amapá.....	65.013.109.734	0,19
Roraima.....	54.835.046.885	0,16
Fernando de Noronha.....	63.838.007	-
T O T A L.....	33.817.215.546.069	100,00

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

1 9 8 4

191

UNIDADES OU ESTADOS	SALDO 1983	INSCRIÇÃO	COBRANÇA	CANCELAMENTO	SALDO PARA 1985
ACRE.....		58.802	52.162		6.640
ALAGOAS.....	346.885	327.637	555.707	18.886	99.929
AMAZONAS.....	1.004.545	3.144.208	85.418	61.463	4.001.872
BAHIA.....	1.720.987	962.793	307.958	293.945	2.081.877
CEARÁ.....	1.012.970	657.911	126.757	91.385	1.452.739
DISTRITO FEDERAL.....	1.185.289	397.690	146.267	41.226	1.395.486
ESPÍRITO SANTO.....	797.644	577.555	187.042	69.342	1.118.815
GOIÁS.....	1.126.055	339.387	103.689	34.319	1.327.434
MARANHÃO.....	697.201	892.597	136.290	229.325	1.224.183
MATO GROSSO.....	119.444	165.544	49.627	19.366	215.995
MATO GROSSO DO SUL.....	2.217.787	89.533	542.720		1.764.600
MINAS GERAIS.....	8.200.399	5.827.359	1.322.523	270.382	12.434.853
PARÁ.....	1.538.456	753.032	657.414	60.612	1.573.462
PARAÍBA.....	1.509.018	932.741	283.039	1.930	2.156.790
PARANÁ.....	4.576.297	2.825.145	621.467	104.058	6.675.917
PERNAMBUCO.....	2.471.476	3.341.902	3.062.090	2.515.709	235.579
PIAUI.....	125.962	381.025	326.772		180.215
RIO DE JANEIRO.....	24.528.401	28.545.903	2.852.642	5.446.815	44.774.847
RIO GRANDE DO NORTE.....	895.761	333.999	91.862	8.772	1.129.126
RIO GRANDE DO SUL.....	8.466.717	6.915.349	13.317.927	949.805	1.114.334
SANTA CATARINA.....	2.271.215	3.330.896	350.962	558.081	4.693.068
SÃO PAULO.....	75.167.564	85.335.316	51.442.133	1.968.144	107.092.603
SERGIPE.....	404.695	70.419	51.988		423.126
T O T A L	140.384.768	146.206.743	76.674.456	12.743.565	197.173.490

BALANÇO FINANCEIRO**OPERAÇÕES DE RECEITA E DESPESA**

O movimento das contas do Tesouro Nacional está assim identificado:

Cr\$1.000

C O N T A S	RECEITA	DESPESA
ORÇAMENTÁRIA.....	252.759.952.589	241.249.846.827
EXTRAORÇAMENTÁRIA.....	45.301.694.285	110.001.045.296
INTERLIGAÇÃO-SISTEMAS		
CONTÁBEIS.....	70.236.231.773	6.490.965.996
	368.297.878.647	357.741.858.119
SALDO DE 1983.....	6.373.451.878	
SALDO PARA 1984.....	-	16.929.472.406
T O T A L	374.671.330.525	374.671.330.525

Os valores representativos desses grandes agrupamentos são destacados a seguir.

OPERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Este importante agrupamento, mostrando a Receita com a soma de Cr\$252.759.952.589 mil e a Despesa com a soma de Cr\$241.249.846.827 mil, consubstancia-se nestes títulos:

Cr\$1.000

C O N T A S	RECEITA	DESPESA
RECEITA ORÇAMENTÁRIA.....	36.414.053.858	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA EM PROL:		
DA UNIÃO.....		15.105.923.555
DE ENTIDADES FEDERAIS....		11.286.370.082
DE ESTADOS.....		4.568.090.683
DE MUNICÍPIOS.....		2.420.338.793
DO DISTRITO FEDERAL.....		393.649.351
DE INSTITUIÇÕES NACIONAIS		42.819.352
DE INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS..		23.730
OPERAÇÕES DE ENTIDADES FE-		
DERAIS.....	212.292.824.704	204.245.891.301
FUNDOS ESPECIAIS AUTÔNOMOS.	4.053.074.827	4.186.739.980
T O T A L	252.759.952.589	241.249.946.827

Destacaremos, apenas, o fato de que as despesas assim pormenorizadas começaram a ser produzidas a partir dos Balanços-Gerais da União de 1987, consoante assinalamos no relatório anterior.

OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS

Compõem este expressivo conjunto as Receitas e Despesas extraorçamentárias, com as importâncias, na ordem respectiva, de Cr\$45.301.694.283 mil e Cr\$110.003.043.396 mil.

Cr\$1.000

T Í T U L O S	RECEITA	DESPESA
INGRESSO/DISPÊNDIO EXTRAOR- ÇAMENTÁRIO.....	508.467.092	452.507.262
AGENTES FINANCEIROS.....	25.895.171.684	90.122.193.369
ENTIDADES FEDERAIS.....	144.696.958	127.316.421
ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS.....	105.957	319.428
OUTRAS ENTIDADES.....	3.159.456.078	5.847.757.992
OUTRAS CONTAS.....	15.593.796.516	13.450.950.824
T O T A L.....	45.301.694.285	110.001.045.296

Diante do vulto razoável de OUTRAS CONTAS, afigu-
ra-se-nos válido demonstrar sua composição:

Cr\$1.000

OUTRAS CONTAS	RECEITA	DESPESA
DIVERSOS RESPONSÁVEIS.....	14.144.977	16.577.689
DESPESAS A REGULARIZAR.....	165.104.030	165.103.801
DEPÓSITO JUDICIAL.....	26.385	70.206
RESTOS A PAGAR.....	2.590.770.706	1.009.553.009
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR....	6.341.433	98.873
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.376.302.278	2.332.145.317
CONSIGNAÇÕES.....	457.502.974	450.409.013
ENCARGOS SOCIAIS.....	90.161.166	89.622.169
VALORES EM TRÂNSITO.....	5.821.982.281	5.112.644.067
RESTITUIÇÃO DE RECEITA.....	4.053.873.568	4.058.638.937
CONVÊNIOS A CUMPRIR.....	17.586.718	16.087.690
BENS DE AUSENTES.....	-	38
T O T A L.....	15.593.796.516	13.450.950.824

INTERLIGAÇÃO - SISTEMAS CONTÁBEIS

Este título, entrelaçador das operações financeiras que tenham repercutido no Sistema Patrimonial, apresenta na Receita a importância de Cr\$70.236.231.773 mil e na Despesa o valor de Cr\$6.490.965.996 mil.

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR
(1 9 8 3)

O saldo do exercício anterior, refletindo a soma de Cr\$6.373.451.878 mil, consubstanciava as disponibilidades do Tesouro Nacional em poder dos seguintes agentes consignatários:

Cr\$1.000

DISPONÍVEL

Bancos-c/Movimento.....	168.873.561	
Rede Bancária-Arrecadação.....	604.890.739	
Banco do Brasil-Recolhimen to/Interior.....	2.301	
Banco do Brasil-Recolhimen to/Capital.....	477.866.575	
Banco do Brasil-Agência Centralizadora.....	343.493.198	
Entidades Federais.....	4.300.813.726	
Fundos Especiais Autônomos	<u>137.372.907</u>	<u>6.093.113.007</u>

VINCULADO

Bancos-Convênios.....	2.861.703
Bancos-Programas Especiais...	311.915.229

Bancos-Serviço da Dívida Externa	3.086.917	
Bancos-Depósitos e Cauções.....	2.165.587	
Bancos-Depósito Judicial.....	70.206	
Suprimento de Fundos.....	39.229	320.138.871
		<u>6.373.451.878</u>

SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
(1 9 8 5)

Os valores representativos de créditos do Tesouro Nacional assim se expressavam, em 31 de dezembro de 1984:

Cr\$1.000

DISPONÍVEL

Bancos-c/Movimento.....	474.764.200	
Rede Bancária-Arrecadação.....	2.158.622.555	
Entidades Federais.....	12.348.118.233	
Fundos Especiais Autônomos.....	<u>1.021.707.677</u>	16.005.212.665

VINCULADO

Bancos-Convênios.....	4.802.608	
Bancos-Programas Especiais.....	909.045.181	
Bancos-Serviço da Dívida Externa.....	9.329.477	
Bancos-Depósitos e Cauções.....	763.850	
Bancos-Depósito Judicial.....	2.517	
Suprimento de Fundos.....	<u>116.106</u>	924.259.741
		<u>16.929.472.406</u>

DÍVIDA FLUTUANTE
(LETRAS DO TESOURO NACIONAL)

As Letras do Tesouro Nacional-LTN's, emitidas com o fito de captar recursos antecipatórios de receita, mostraram o seguinte desempenho:

	<u>Cr\$1.000</u>
SALDO DO EXERCÍCIO DE 1983.....	1.200.000.150
EMISSIONES DE 1984.....	<u>10.250.000.000</u>
	11.450.000.150
RESGATES EM 1984.....	<u>9.700.000.010</u>
SALDO PARA 1984.....	<u>1.750.000.140</u>

AGENTES FINANCEIROS

A movimentação das contas de Receita e Despesa do Tesouro Nacional junto a seu agente financeiro, o Banco do Brasil S.A., está explicitada no demonstrativo da página seguinte. Ali se descortina o saldo negativo, ou "a descoberto", em 31 de dezembro de 1984, no montante de Cr\$688.914.758.365, que, entretanto, estará compensado pela arrecadação em trânsito no próprio dia 31 de dezembro.

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS "RECEITA E DESPESA"
DA UNIÃO NO BANCO DO BRASIL S.A.

MÊS	RECEITA	DESPESA	DEVEDOR	CREDOR
SALDO ANTERIOR.....		212.101.808.606	212.101.808.606	
JANEIRO.....	1.331.327.361.412	1.251.574.996.733		79.752.364.679
FEVEREIRO.....	1.238.329.845.061	2.610.133.876.944	1.371.804.031.883	
MARÇO.....	2.274.975.529.433	2.242.838.752.019		32.136.777.414
ABRIL.....	2.873.685.327.905	2.041.642.429.357		832.042.898.548
MAIO.....	2.283.196.374.978	1.941.987.186.893		341.209.188.085
JUNHO.....	2.660.088.469.107	2.151.786.575.723	251.270.922.994	508.301.893.384
JULHO.....	2.595.153.993.241	2.846.424.916.235		
AGOSTO.....	2.994.093.351.404	2.950.147.199.966		43.946.151.438
SETEMBRO.....	2.586.682.167.449	2.203.133.375.407		383.548.792.042
OUTUBRO.....	2.606.818.810.161	2.510.806.491.821		96.012.318.340
NOVEMBRO.....	3.453.147.153.089	3.223.781.236.250		229.365.916.839
DEZEMBRO.....	4.987.400.863.918	6.387.455.159.569	1.400.054.295.651	
SOMA.....	31.884.899.247.158	32.573.814.005.523	3.235.231.059.134	2.546.316.300.769
SALDO.....	686.914.758.365			686.914.758.365
TOTAL GERAL.....	32.573.814.005.523	32.573.814.005.523	3.235.231.059.134	3.235.231.059.134

198

FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA - Secretaria de Controle Interno/DIBAN

BALANÇO PATRIMONIALATIVO E PASSIVO

O Balanço Patrimonial, peça mestra dos resultados obtidos no desempenho da gestão orçamentário-financeiro-econômica do exercício, com a exposição final dos valores que informam o Erário, é estruturado neste grande conjunto:

Cr\$1.000		
T Í T U L O S	ATIVO	PASSIVO
FINANCEIRO.....	120.839.934.059	16.039.095.499
PERMANENTE.....	1.342.700.741	97.974.043.000
CRÉDITOS.....	254.524.595	-
VALORES.....	15.710.603.259	-
DIVERSOS.....	<u>339.425.541.217</u>	<u>284.824.197.927</u>
	447.573.303.871	398.837.536.426
SALDO PATRIMONIAL (resultado positivo).....	-	78.735.767.445
T O T A L	447.573.303.871	447.573.303.871



FINANCEIRO

Os componentes que instruem o elenco Financeiro são:

Cr\$1.000

T Í T U L O S	ATIVO	PASSIVO
DISPONÍVEL.....	16.005.212.665	
VINCULADO.....	924.259.741	
REALIZÁVEL.....	103.910.461.653	
EXIGIBILIDADE.....		16.039.065.959
PENDENTE-CREDORES.....		29.540
T O T A L.....	120.839.934.059	16.039.095.499

DISPONÍVEL

O conjunto Disponível significa os recursos monetários imediatamente à disposição do Tesouro Nacional, no dia 31 de dezembro de 1984 e somando a apreciável cifra de pouco mais de 16 trilhões de cruzeiros:

Cr\$1.000

T Í T U L O S	V A L O R
BANCOS-MOVIMENTO.....	474.764.199
REDE BANCÁRIA-ARRECAÇÃO.....	2.158.622.556
ENTIDADES FEDERAIS.....	12.348.118.233
FUNDOS ESPECIAIS AUTÔNOMOS.....	1.023.707.677
T O T A L.....	16.005.212.665

VINCULADO

Este conjunto deriva de valores igualmente monetários depositados em bancos ou entregues a titulares de suprimentos de fundos. A vinculação é mais significativa junto aos estabelecimentos financeiros e corresponde a recursos ligados à satisfação de compromissos assumidos:

Cr\$1.000

T Í T U L O S	V A L O R
BANCOS-CONVÊNIOS.....	4.802.608
BANCOS-PROGRAMAS ESPECIAIS.....	909.045.181
BANCOS-SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA.....	9.329.477
BANCOS-DEPÓSITOS E CAUÇÕES.....	763.850
BANCOS-DEPÓSITO JUDICIAL.....	2.517
SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	316.108
T O T A L	924.259.741

REALIZÁVEL

Neste módulo, encerrando o Ativo Financeiro, vamos localizar as seguintes contas:

Cr\$1.000

T Í T U L O S	V A L O R
AGENTES FINANCEIROS-DEVEDORES.....	101.113.734.872
ENTIDADES FEDERAIS-DEVEDORAS.....	22.552.203
ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS DEVEDORES.....	414.924
OUTRAS ENTIDADES-DEVEDORAS.....	2.770.008.727
DIVERSOS RESPONSÁVEIS.....	3.750.927
T O T A L	103.910.461.653

As quatro primeiras contas representam valores passíveis de obtenção ou recuperação pela caixa do Tesouro, porque constituem haveres em poder daqueles titulares. A última conta, Diversos Responsáveis, corresponde a recursos aplicados por gestores cujos atos não mereceram acolhida, passíveis, também, de retorno aos cofres públicos.

EXIGIBILIDADE

No campo do Passivo Financeiro vamos buscar os componentes que representam o crédito de terceiros perante a União:

Cr\$1.000

<u>T Í T U L O S</u>	<u>V A L O R</u>
RESTOS A PAGAR.....	2.486.733.598
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR.....	9.321.888
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS.....	80.487.436
CONSIGNAÇÕES.....	7.538.959
ENCARGOS SOCIAIS.....	561.470
VALORES EM TRÂNSITO.....	755.832.052
RESTITUIÇÃO DE RECEITA.....	40.120.523
AGENTES FINANCEIROS-CREDORES.....	12.623.893.095
ENTIDADES FEDERAIS-CREDORAS.....	17.885
OUTRAS ENTIDADES-CREDORAS.....	18.792.297
CONVÊNIOS A CUMPRIR.....	15.766.796
T O T A L	16.039.065.959

RESTOS A PAGAR
(ANÁLISE)

Como se observou no quadro antecedente, a conta de Restos a Pagar, localizada sob o título Exigibilidade, apresenta o saldo credor, em 31/12/84, de Cr\$2.486.733.598 mil.

A interpretação desse saldo pode ser feita assim:

	<u>Cr\$1.000</u>
SALDO EM 31.12.1983.....	905.515.900.620
(+) INSCRIÇÃO EM 1984.....	<u>2.590.770.706.103</u>
	3.496.286.606.723
(-) PAGAMENTOS E BAIXAS EM 1984.....	<u>1.009.553.008.589</u>
SALDO EM 31.12.1984.....	<u>2.486.733.598.134</u>

PENDENTES-CREDORES

O último ingrediente do Passivo Financeiro está representado pelas seguintes contas:

	<u>Cr\$1.000</u>
<u>C O N T A S</u>	<u>V A L O R</u>
OPERAÇÕES-LEI Nº 2.426/55.....	2.038
FINANCIAMENTO DO ALGODÃO.....	1.117
DEPÓSITO JUDICIAL.....	26.385
T O T A L.....	<u>29.540</u>

PERMANENTE

O grande título PERMANENTE mostra, no Ativo e Passivo Financeiros, esta fisionomia:

Cr\$1.000

NO ATIVO PERMANENTE

BENS DA UNIÃO

Bens Imóveis.....	1.021.886.909
Bens Móveis.....	320.813.832
	<u>1.342.700.741</u>

NO PASSIVO PERMANENTE

DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Em Títulos.....	88.526.541.849	
Em Contratos.....	<u>1.662.149.211</u>	90.188.691.060

DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

Em Contratos.....	<u>7.785.351.940</u>
	<u>97.974.043.000</u>

CRÉDITOS

Este grande título do ATIVO engloba as contas assim individualizadas:

Cr\$1.000

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.....	197.173.489
DEVEDORES-PARCELAMENTO DE DÍVIDAS.....	57.350.286
RESPONSÁVEIS POR DANOS.....	720
	<u>254.524.595</u>



DIVÍDA ATIVA DA UNIÃO

Vemo-nos na contingência de reiterar, a exemplo de observações feitas em 1983 (pág.184 do Relatório), nossa preocupação ante o ainda moroso processo de cobrança da Dívida Ativa da União, embora tenha havido um maior e benéfico estímulo no decorrer de 1984:

	<u>Cr\$1.000</u>
SALDO DE 1983.....	140.384.768
INSCRIÇÃO EM 1984.....	<u>146.206.743</u>
	286.591.511
<u>1 9 8 4:</u>	
COBRANÇA.....	76.674.456
CANCELAMENTOS.....	<u>12.743.565</u> : <u>89.418.021</u>
SALDO PARA 1985.....	<u>197.173.490</u>

A cobrança realizada em 1984 até que se compor-
tou razoavelmente em função do saldo acumulado de 1983: 54,8%.

Se juntarmos, todavia, o saldo de Cr\$140.384.768 mil, 1983, à inscrição feita em 1984, no valor de Cr\$146.206.743 mil, a cobrança feita em 1984 terá correspondido a apenas 26,7% sobre o volume de Cr\$286.591.511 mil.

Por sua vez, o saldo em 31/12/1984, comparado a 1983, ficou acrescido de 40,4%.

VALORES

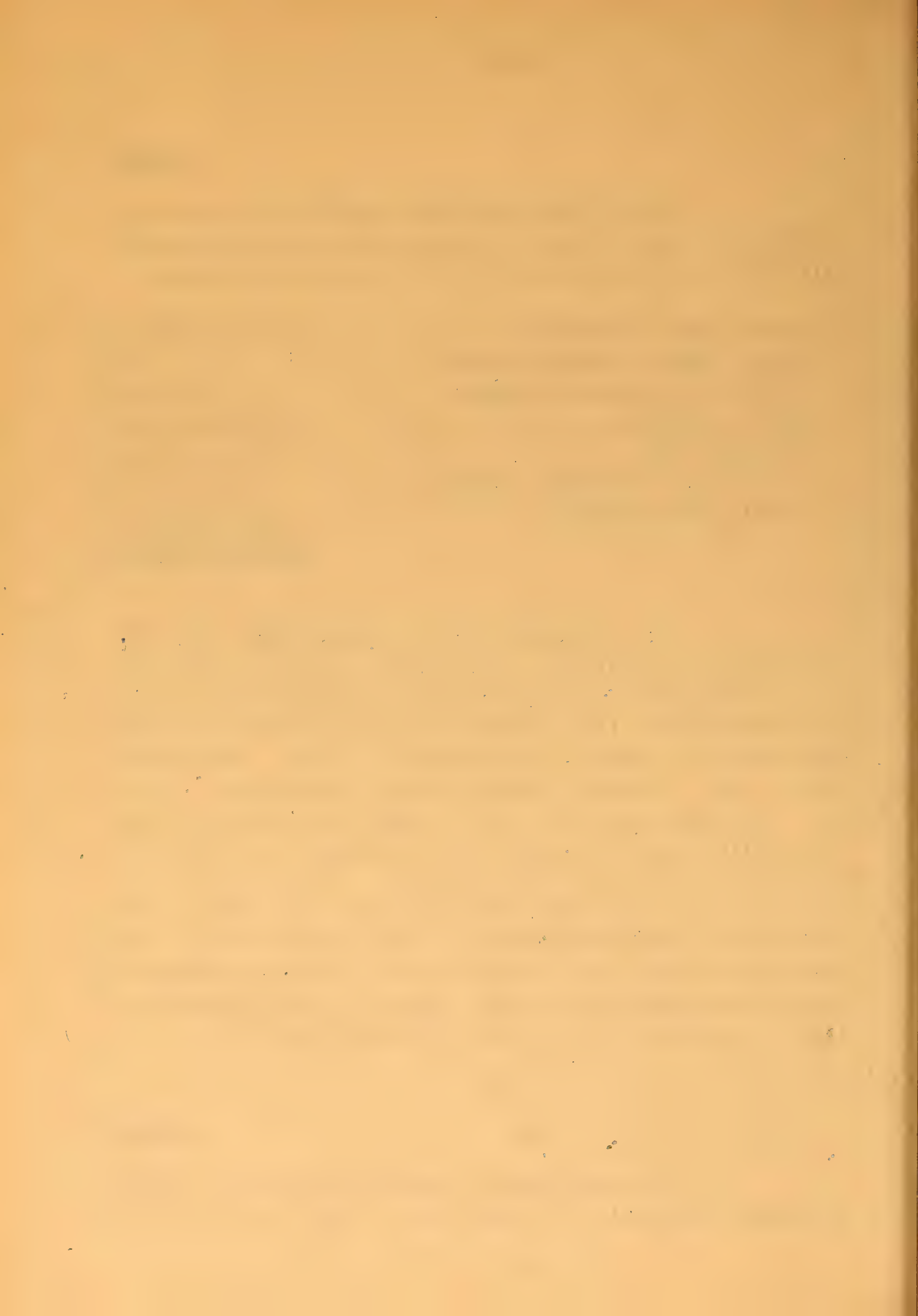
Outro importante título do Ativo do Balanço Patrimonial é o ATIVO-VALORES. Responde ele pelos investimentos, existências e participações da União, assim especificados:

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA.....	13.501.187.058.302
JÓIAS, MOEDAS E OUTROS OBJETOS.....	254
TÍTULOS E DOCUMENTOS DIVERSOS.....	19.482.500
OURO EM DEPÓSITO.....	1.554.694.245.162
ALMOXARIFADOS.....	430.848.502.013
PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS ROTATIVOS....	173.524.774.613
OUTRAS PARTICIPAÇÕES.....	50.299.195.784
	<u>15.710.603.258.628</u>

No ano passado, 1983, a Participação Societária significava pouco mais de 4 trilhões de cruzeiros. Neste exercício, observe-se, esse número subiu vertiginosamente e mostra que nada menos de 13,5 trilhões de cruzeiros estão aplicados pela União no capital de empresas. O ouro depositado, a seu turno, também teve seu valor sensivelmente elevado, de pouco mais de 203 bilhões em 1983 para quase 1,555 trilhão em 31/12/84. Igual fenômeno se registra na conta Participação em Fundos Rotativos (Fundo Rotativo Habitacional do Departamento Administrativo do Serviço Público-DASP, preponderantemente), que passou de 55,7 bilhões em 1983 para 173,5 bilhões em 1984. Os bens guardados em almoxarifados expressam o valor, agora, de aproximadamente 431 bilhões, contra os 97,4 bilhões evidenciados em 1983.

DIVERSOS

Derradeiramente, o grande agrupamento DIVERSOS do Balanço Patrimonial é formado pelos seguintes títulos em



que se subdividem as Entidades Federais:

Cr\$1.000

ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA	ATIVO	PASSIVO
AUTARQUIAS.....	190.254.493.551	162.769.511.403
FUNDAÇÕES.....	1.289.519.241	442.256.701
FUNDOS AUTÔNOMOS.....	6.950.998.851	1.948.714.624
EMPRESAS PÚBLICAS.....	140.930.529.574	119.663.915.199
	<u>339.425.541.217</u>	<u>284.824.397.927</u>

O confronto entre os valores ativos e valores passivos revela, em favor do Ativo, a apreciável diferença de praticamente Cr\$54,6 trilhões e representativa do patrimônio líquido das entidades compreendidas na Administração Descentralizada.

SALDO PATRIMONIAL

Em sua última demonstração, o Balanço Patrimonial nos exhibe o apreciável Saldo Patrimonial, ao encerrar-se o exercício financeiro de 1984, de Cr\$78.735.767.444.530, assim compilado:

PATRIMÔNIO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	10.762.798.245.361
PATRIMÔNIO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA....	<u>67.972.969.199.169</u>
SALDO PATRIMONIAL EM 31/12/84.....	<u>78.735.767.444.530</u>

Comentaremos esses 78,7 trilhões nas páginas seguintes.

RESULTADO FINANCEIRO

A análise do Balanço Patrimonial nos conduz a **superávit financeiro**, assim demonstrado:

Cr\$1.000

ATIVO FINANCEIRO**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Disponível, Vinculado e Realizável.....	120.839.934.059	
(-) Entidades Federais.	12.348.118.233	
(-) Fundos Especiais...	<u>1.023.707.677</u>	<u>13.371.825.910</u>
		107.468.108.149

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(pág. 221, Vol. 29)

Entidades Federais

Ativo Financeiro.....	225.083.997.716	
Ativo Realizável a Longo Prazo.....	<u>73.885.091.586</u>	<u>298.969.089.302</u>
		406.437.197.451

PASSIVO FINANCEIRO**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Exigibilidade e Pendente-Credores.....	16.039.095.499	
--	----------------	--

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(pag. 221, Vol. 29)

Entidades Federais.....	<u>259.736.074.635</u>	<u>275.775.170.134</u>
-------------------------	------------------------	------------------------

<u>SUPERÁVIT FINANCEIRO DA UNIÃO.....</u>		<u>110.662.027.317</u>
--	--	------------------------



Se, entretanto, quisermos conhecer separadamente o **superávit** do Tesouro Nacional, teremos:

Cr\$1.000

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ATIVO FINANCEIRO.....	107.468.108.149
PASSIVO FINANCEIRO.....	<u>16.039.095.499</u>
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO TESOIRO.....	<u>91.429.012.650</u>

SUPERÁVIT FINANCEIRO
(VISÃO ESQUEMÁTICA)

Cr\$1 milhão

F O N T E S	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT
<u>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</u>			
Disponível.....	16.005.213		
Vinculado.....	924.259		
Realizável.....	103.910.462		
	<u>120.839.934</u>		
Entidades Federais....	(12.348.118)		
Fundos Especiais Autô- nomos.....	(1.023.708)		
Exigibilidade.....		16.039.066	
Pendente-Credores.....		<u>29</u>	
TESOURO NACIONAL.....	107.468.108	16.039.095	91.429.013
<u>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</u>			
Financeiro:			
Disponível.....	13.371.826		
Realizável.....	162.523.530		
Valores.....	44.739.032		
Outras Contas.....	4.449.609		
	<u>225.083.997</u>		
Realizável Longo Prazo	73.885.092		
Passivo Financeiro....		<u>259.736.075</u>	
UNIÃO FEDERAL.....	<u>406.437.197</u>	<u>275.775.170</u>	130.662.027

RESULTADO PATRIMONIAL

Os elementos orçamentários e extraorçamentários nos transportam ao Resultado Patrimonial, após o contraste entre as variações ativas (positivas) e as variações passivas (negativas).

	<u>Cr\$1.000</u>
VARIAÇÕES ATIVAS.....	651.438.261.704,6
VARIAÇÕES PASSIVAS.....	<u>592.866.102.154,7</u>
SUPERÁVIT PATRIMONIAL.....	<u>58.572.159.549,9</u>

A composição desse resultado é deste modo demonstrada:

RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

VARIAÇÕES ATIVAS

Receita Arrecadada.....	36.414.053.057,9	
Receita de Entidades Federais.....	212.932.505.500,1	
Receita de Fundos Especiais Autônomos.....	<u>4.055.211.901,4</u>	253.401.770.459,4

MAIS:

MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS

Aquisição de Bens Imóveis..	624.267.258,4	
Aquisição de Bens Móveis...	162.910.728,8	
Aquisição de Material de Consumo.....	<u>413.983.406,8</u>	<u>1.201.161.394,0</u>

TOTAL		<u>254.602.931.853,4</u>
-------------	--	--------------------------

VARIAÇÕES PASSIVAS

Despesa Realizada.....	33.817.215.546,0
Despesa de Entidades Federais.....	204.392.280.629,4
Despesa de Fundos Especiais Autônomos.....	<u>3.187.235.102,1</u>
	<u>241.396.731.277,5</u>

Esses valores, acareados, descortinam o Resulta
do Patrimonial da Execução Orçamentária:

	<u>Cr\$1.000</u>
Receita efetiva.....	254.602.931.853,4
Despesa efetiva.....	<u>241.396.731.277,5</u>
Superávit Patrimonial da Gestão Orçamentária.....	<u>13.206.200.575,9</u>

INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

VARIAÇÕES ATIVAS

	<u>Cr\$1.000</u>
Incorporação de Bens Imóveis.....	239.196.405,9
Incorporação de Bens Móveis.....	755.494.423,7
Aquisição de Títulos e Valores.....	2.875.631.028,9
Resgate de Empréstimos Tomados.....	2.331.992,5
Inscrição da Dívida Ativa.....	146.206.743,1
Inscrição de Outros Créditos.....	70.822.314,0
Correção Monetária.....	6.530.280,0
Cancelamento de Dívidas Passivas.....	41.157.429,1
Variação Cambial.....	82.672.307,1
Superveniências Diversas.....	1.254.934,3
Ingresso Orçamentário.....	508.467.091,5

Variações Diversas:

Administração Direta.....	142.779.825.965,7	
Administração Indireta...	<u>249.323.738.935,4</u>	<u>392.103.564.901,1</u>
		<u>396.835.329.851,2</u>

VARIAÇÕES PASSIVAS

Alienação de Bens Imóveis.....	152.588.675,7	
Alienação de Bens Móveis.....	740.280.204,3	
Alienação de Títulos e Valores.....	4.821,9	
Empréstimos Tomados.....	3.334.771.546,1	
Cobrança da Dívida Ativa.....	76.674.456,4	
Cancelamento da Dívida Ativa.....	12.743.365,4	
Correção Monetária.....	7.123.641,3	
Baixa de Outros Créditos.....	33.857.749,1	
Restabelecimento de Dívidas Passivas.....	2.740,9	
Variação Cambial.....	3.841.261.446,2	
Insubsistências Diversas.....	1.553.050,3	
Dispêndio Extraorçamentário.....	452.507.261,9	
Variações Diversas:		
Administração Direta	134.045.623.513,7	
Administração Indireta	<u>208.770.378.204,0</u>	<u>342.816.001.717,7</u>
		<u>351.469.370.877,2</u>

O Resultado Patrimonial Extraorçamentário deriva deste cotejo:

Cr\$1.000

Variações Ativas Independentes da Execução

Orçamentária..... 396.835.329.851,2

Variações Passivas Independentes da Execução

Orçamentária..... 351.469.370.877,2

SUPERÁVIT PATRIMONIAL DA EXECUÇÃO EXTRAORÇAMENTÁRIA.. 45.365.958.974,0

A conjugação dos resultados até aqui vistos reflete a posição final da gestão do patrimônio — ou resultado econômico — ao encerrar-se o exercício financeiro de 1984:

Cr\$1.000

SUPERÁVIT PATRIMONIAL DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	13.206.200.575,9
SUPERÁVIT PATRIMONIAL DA EXECUÇÃO EXTRAORÇAMENTÁRIA	<u>45.365.958.974,0</u>
SUPERÁVIT PATRIMONIAL EM 1984	<u>58.572.159.549,9</u>

Esse resultado final, comparado ao obtido em 1983, pode ser também confirmado através desta exposição:

Cr\$1.000

Ativo Real Líquido em 31/12/1984.....	78.735.767.444,6
Ativo Real Líquido em 31/12/1983.....	<u>20.163.607.594,7</u>
SUPERÁVIT PATRIMONIAL OBTIDO EM 1984.....	<u>58.572.159.549,9</u>

BALANÇO DE COMPENSAÇÃO

O Balanço de Compensação, a partir dos Balanços-Gerais da União/1983, está sendo oferecido separadamente do Balanço Patrimonial, de cujo contexto sempre participará.

As razões desse processo inovador estão contidas no tópico "Explicação Necessária" do Relatório de 1983, páginas 193 e 194, às quais remetemos o leitor.

ATIVO COMPENSADO

O Ativo Compensado envolve o conjunto de responsabilidades assumidas pela União em seu próprio nome ou em prol de terceiros, dentro destes grandes componentes principais:

<u>VALORES COM TERCEIROS</u>		<u>Cr\$1.000</u>
Devedores-Títulos.....	628.989.561	
Responsáveis por Bens da		
União.....	792.806	
Depositários FGTS		
Não Optantes.....	<u>22.922</u>	629.805.289
 <u>VALORES DE TERCEIROS</u>		
Responsáveis-Caixas.....	4.544.700	
Mercadorias Apreendidas....	<u>58.485.381</u>	63.030.081



VALORES E OBRIGAÇÕESCr\$1.000

Avaes Concedidos.....	9.154.060.143	
Ações a Integralizar.....	1.754	
Garantias Diversas.....	656.417.734	
Empréstimos Externos		
Estados e Municípios.....	4.902.190	
Responsáveis Diversos.....	<u>8.389.210.168</u>	18.204.591.989

EMOLUMENTOS CONSULARES

Selos.....		<u>8.868</u>
		<u>18.897.436.227</u>

PASSIVO COMPENSADO

O Passivo Compensado do Balanço de Compensação traduz a contrapartida do conjunto de compromissos reciprocamente avençados entre a União e terceiros, dentro das correspondentes subdivisões já expostas no Ativo:

	<u>Cr\$1.000</u>
CONTRAPARTIDA-VALORES COM TERCEIROS.....	629.805.289
CONTRAPARTIDA-VALORES DE TERCEIROS.....	63.030.081
CONTRAPARTIDA-VALORES E OBRIGAÇÕES.....	18.204.591.989
CONTRAPARTIDA-EMOLUMENTOS CONSULARES.....	<u>8.868</u>
	<u>18.897.436.227</u>

RESUMO DOS SUPERÁVITS

SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO:

Consequente da preponderância da realização da receita orçamentária sobre a despesa orçamentária, apresenta-se em Cr\$2.129.227,1 milhões, superior em 1991 comparativamente a 1983, que acusou Cr\$675.262,2 milhões.

SUPERÁVIT FINANCEIRO DO TESOIRO:

Destacando a maior parte do Ativo Financeiro sobre o Passivo Financeiro da Administração Direta, exibe o valor de Cr\$21.418.011,8 milhões, que é 199% além do de 1983, quando ostentou Cr\$25.188.766,5 milhões.

SUPERÁVIT FINANCEIRO DA UNIÃO:

Calculada juntamente a Superávit Financeira do Tesouro, mas, incluindo as entidades da administração descentralizada, mostra a soma de Cr\$130.662.027,3 milhões, 267% acima do montante revelado em 1983, de Cr\$35.568.731,0 milhões.

SUPERÁVIT PATRIMONIAL:

O maior expressão da questão podem ser mostradas, aliando em 1991 o montante de Cr\$88.171.122,3 milhões, ultrapassando de em 1983 a apurada em 1983, de Cr\$11.112.111,7 milhões.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(EVOLUÇÃO)**

O Patrimônio Líquido da União experimentou sensíveis acréscimos nestes cinco últimos exercícios, como o dizem estes números:

EXERCÍCIOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ÍNDICE
1980	772.207.378.375	100
1981	1.415.652.993.272	183
1982	5.579.746.248.000	722
1983	20.163.607.894.671	2.611
1984	78.735.767.444.530	10.194



O Sistema de Controle Interno, como um todo, sente-se jubiloso em divulgar estes expressivos resultados, que se devem, inequivocamente, ao esforço despendido pelas Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Cíveis, do DASF e da SEPLAN/PR, das Secretarias de Economia e Finanças dos Ministérios do Exército e da Aeronáutica, da Diretoria de Finanças da Marinha, dos Órgãos de igual competência da Presidência da República e dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Todos, sem exceção, estão imbuídos da vontade de que não remanesçam sem registro contábil os valores patrimoniais de

bens, créditos, subscrição de capital em empresas governamentais e participação em fundos rotativos.

Não ocorreu por acaso, portanto, o crescimento do Saldo Patrimonial da União, que se constitui agora em mais de 10.000% (dez mil por cento) sobre o registro de 1980.

Mais recentemente, em fins de 1984, houve uma nova integração de todos — e até o Serviço do Patrimônio da União colaborou decididamente, através do fornecimento de seus registros atualizados — no sentido de que os bens imóveis da União fossem contrastados com a posição contábil e disso resultasse, como resultou, sensível atualização dos valores patrimoniais, físicos e escriturais.

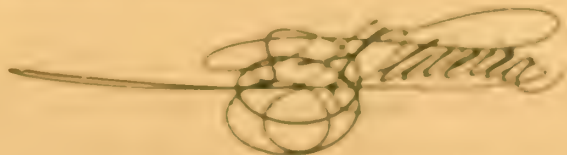
Contudo, muito há a fazer, ainda.

O Patrimônio da União, hoje representado já por cerca de 79 trilhões de cruzeiros — conquanto expressivo, em função de seu vertiginoso crescimento, ano a ano — longe está de representar, em nossa opinião, o potencial deste Brasil-gigante.

É preciso não esmorecer na busca deste cada vez mais ingente desafio e vencê-lo: quando teremos um Balanço-Geral verdadeiramente atualizado?

É tudo.

Ou quase tudo, porque isso exige muita dedicação pessoal, se possível anônima, e nenhuma prosopopéia.



Fernando de Oliveira
Secretário-Central de Controle Interno

GRÁFICOS

(EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA)

O Departamento de Imprensa Nacional, responsável pela tiragem dos Balanços-Gerais da União, não dispõe, por enquanto, de máquina impressora capaz de obter, de uma só vez, mais de uma cor. Se um desenho tiver, por exemplo, quatro cores, cada uma delas deverá ser individualmente impressa, uma a uma. Seria preciso, também, aguardar que a primeira impressão estivesse enxuta (ou seca), a fim de imprimir a segunda cor, depois a terceira, a quarta e assim sucessivamente, num processo gráfico trabalhoso e compreensivelmente mais lento.

Essa é a razão pela qual estamos oferecendo, neste ano, os gráficos em preto e branco, em vez dos multicoloridos tradicionalmente apresentados.

Não nos parece aceitável confiar esse trabalho, como vem sendo feito, a gráficas do setor privado, cujos custos são comprovadamente bastante mais altos que os cobrados pelo DIN.

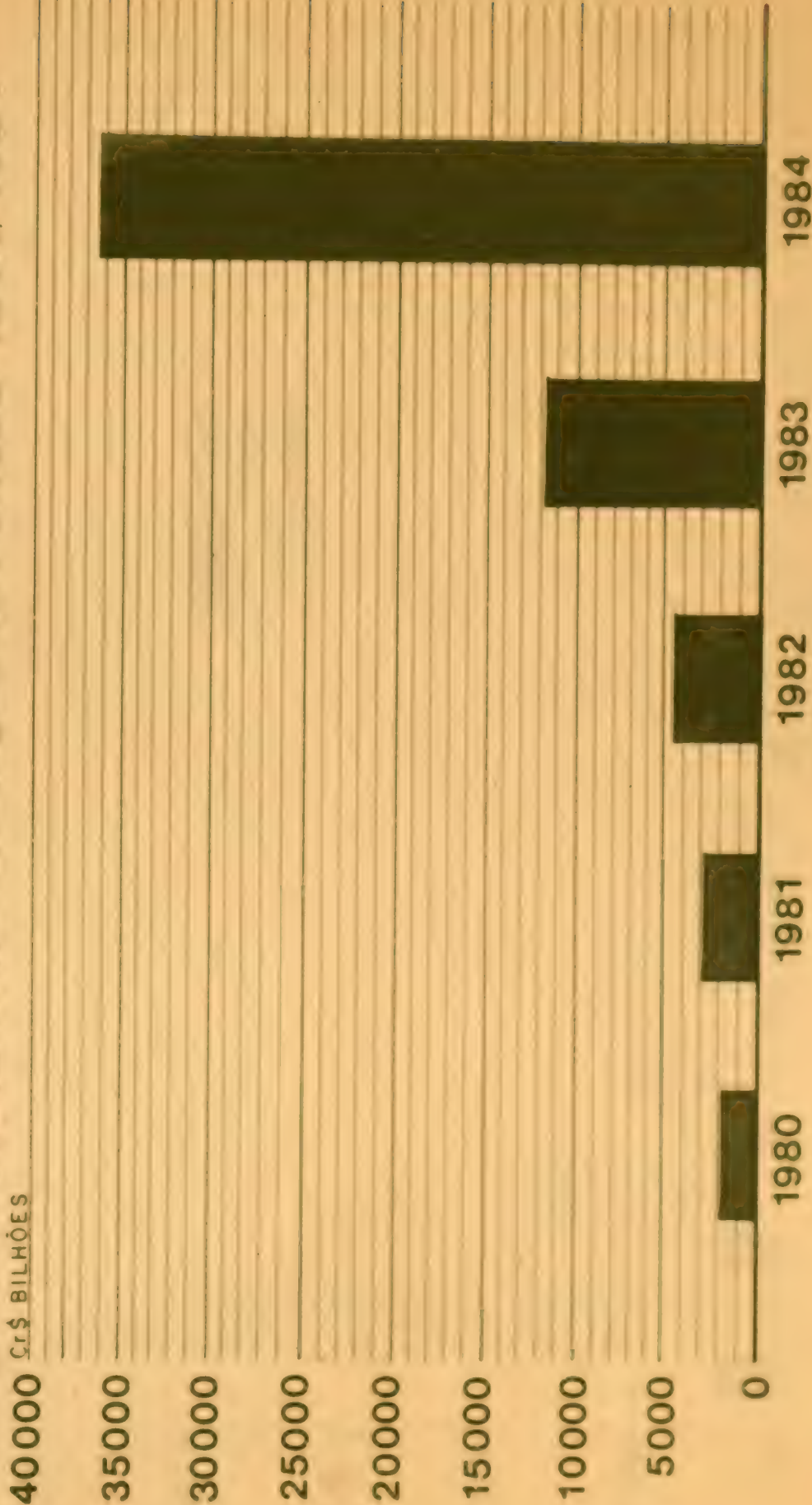
O Brasil, integrante do Terceiro Mundo — em fase, pois, de desenvolvimento —, não pode se dar ao luxo de pagar, desnecessariamente, elevados preços para justificar os quadros coloridos da receita e da despesa, embora, reconhecamos, estes constituam uma aparência visual melhor.

Nosso propósito é, também, o de que, por via da grande economia feita, possamos dotar a Imprensa Nacional de recursos orçamentários de Capital mais significativos e que lhe permitam adquirir máquinas mais modernas e atualizadas, capazes de competir tecnicamente com as gráficas particulares. Fazê-las, em suma, um pouco menos gananciosas.



RECEITAS CORRENTES - Evolução no Período - 1980/1984

Cr\$ BILHÕES



RECEITA TRIBUTÁRIA

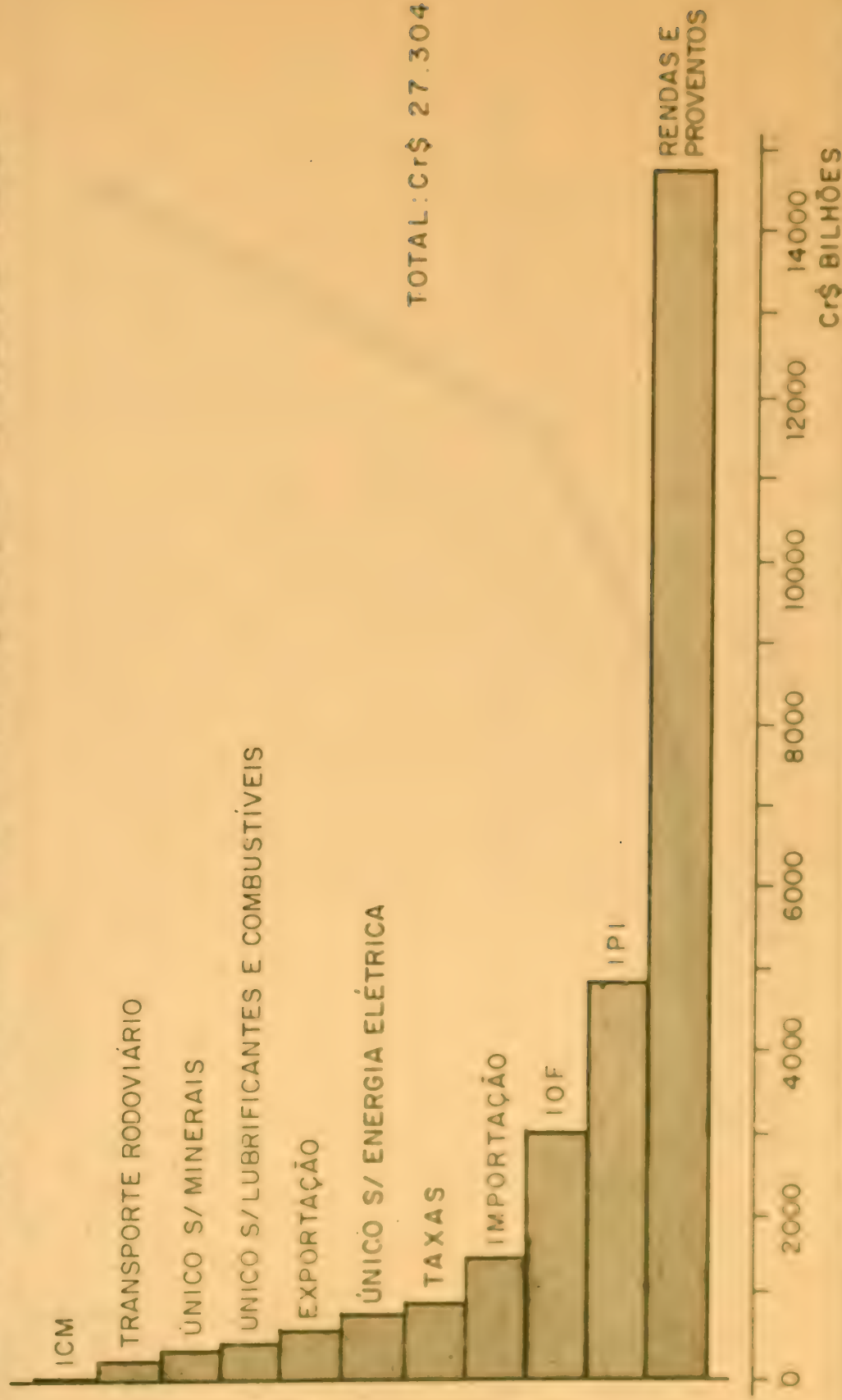


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

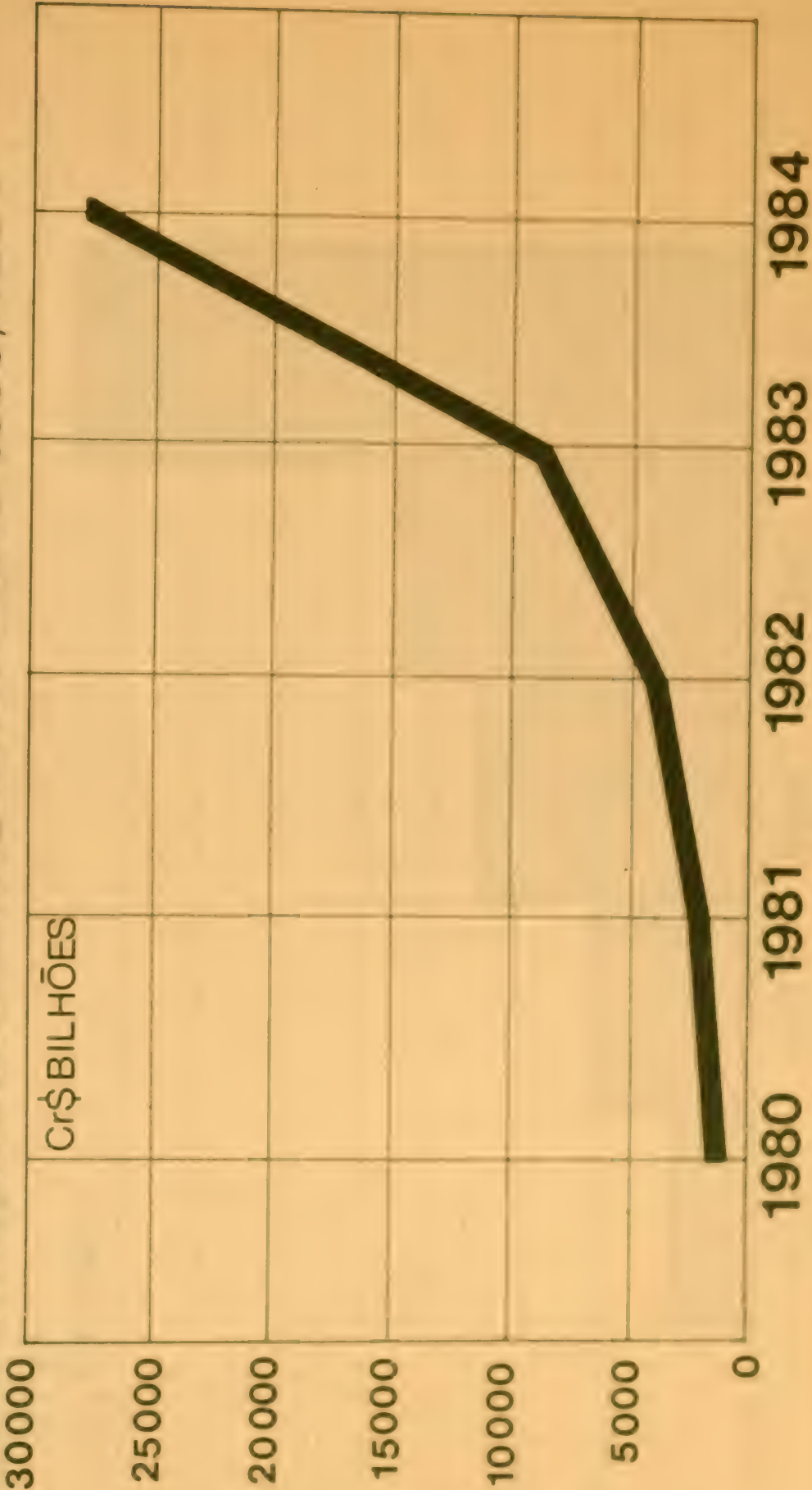
Secretaria de Planejamento

Secretaria-Central de Controle Interno

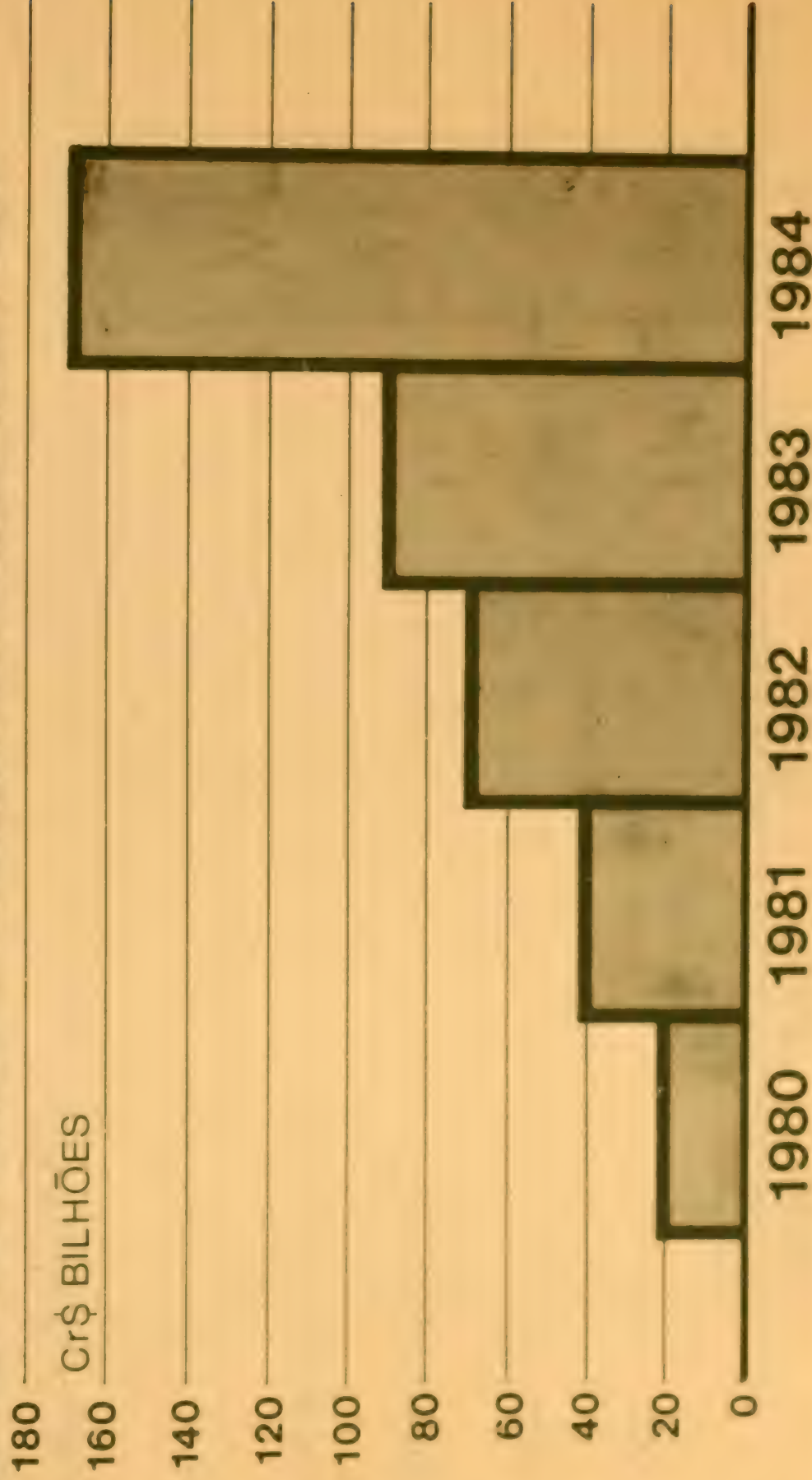
RECEITA TRIBUTÁRIA - Discriminação por Tributos - 1984



RECEITA TRIBUTÁRIA - Evolução no Período - 1980 / 1984



RECEITA PATRIMONIAL - Evolução no Período-1980-1984



RECEITA INDUSTRIAL - Evolução no Período - 1980/1984

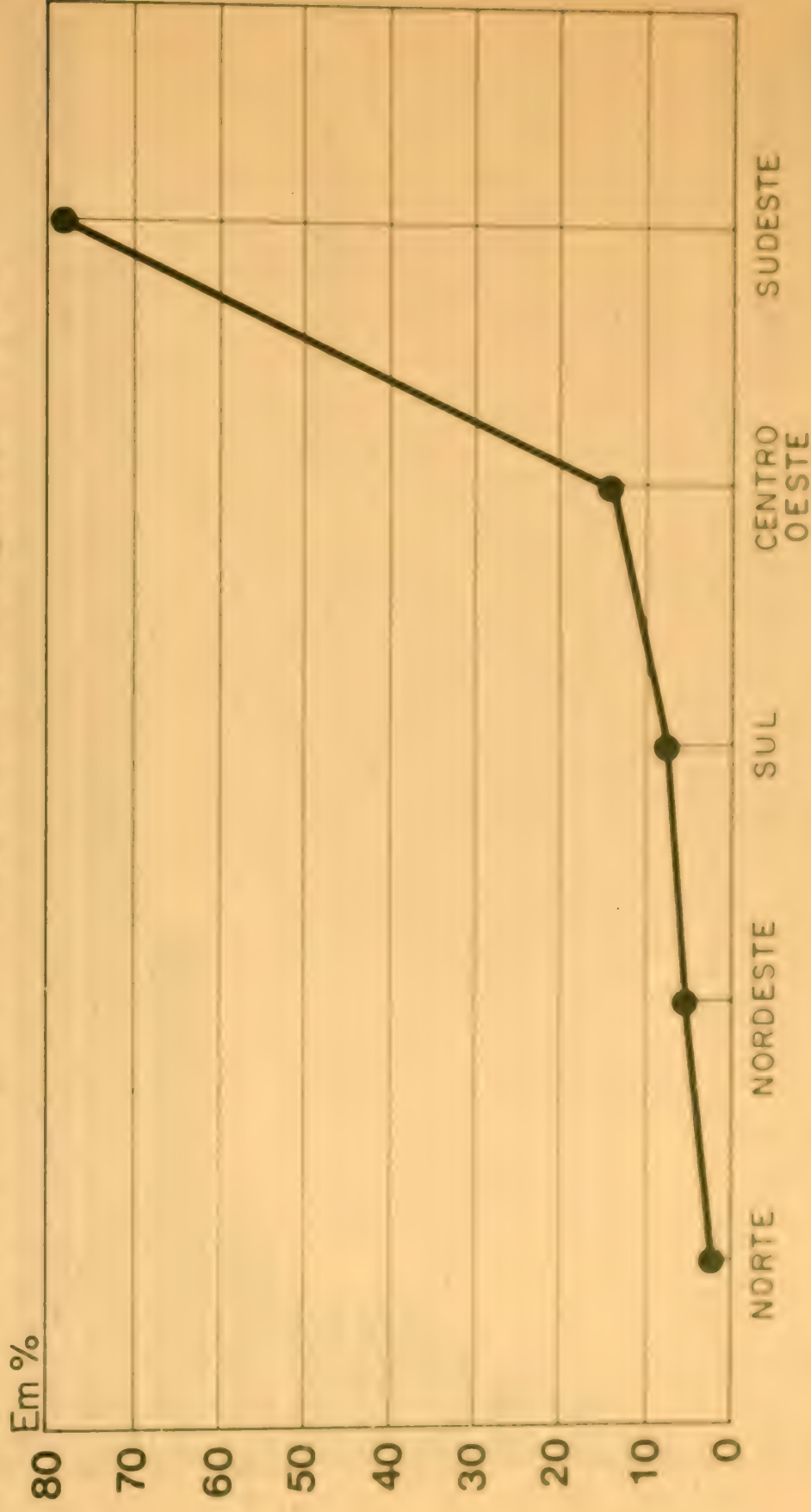


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

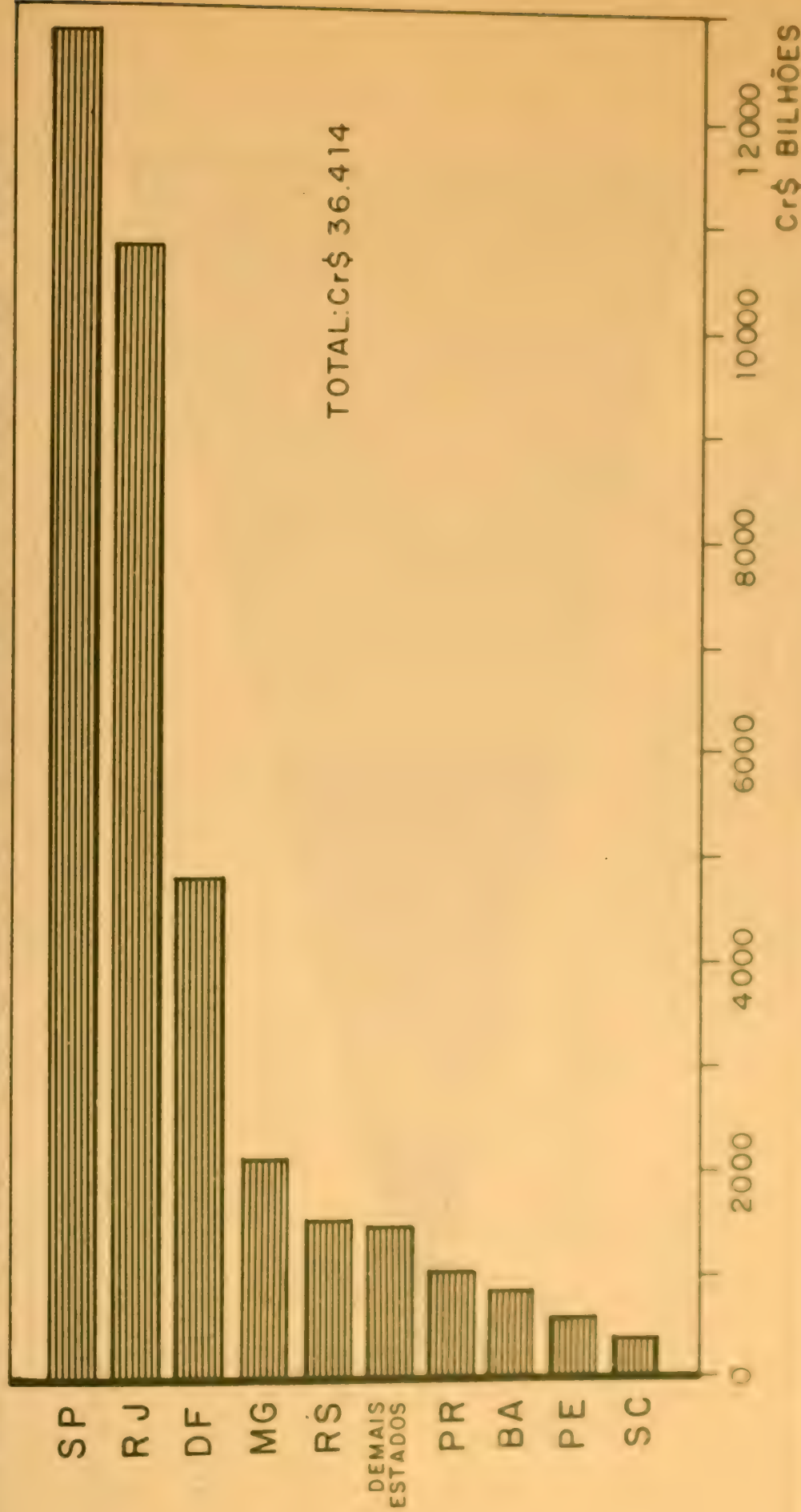
Secretaria de Planejamento

Secretaria-Central de Controle Interno

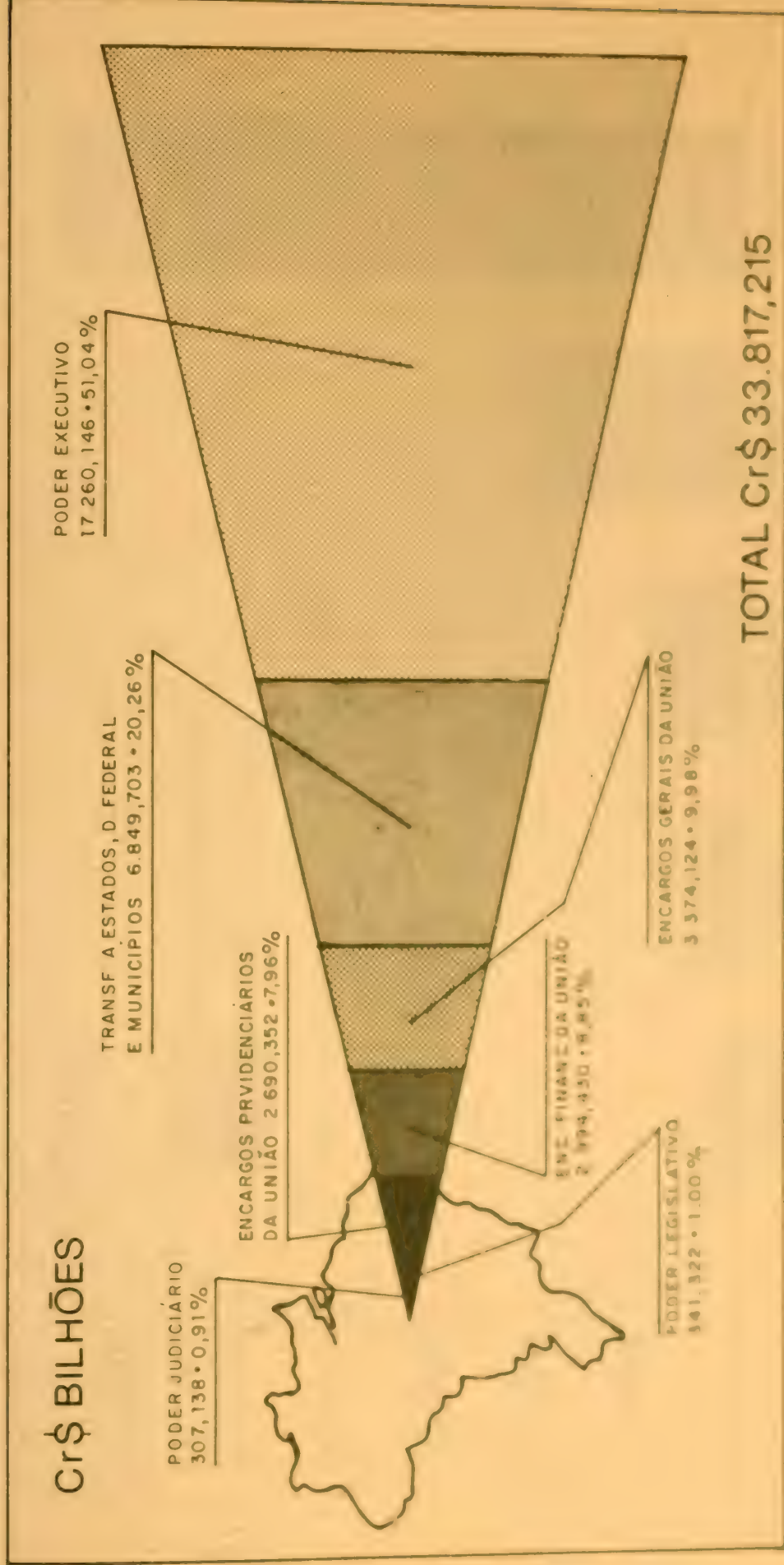
RECEITA ARRECADADA·Segundo as Regiões· 1984



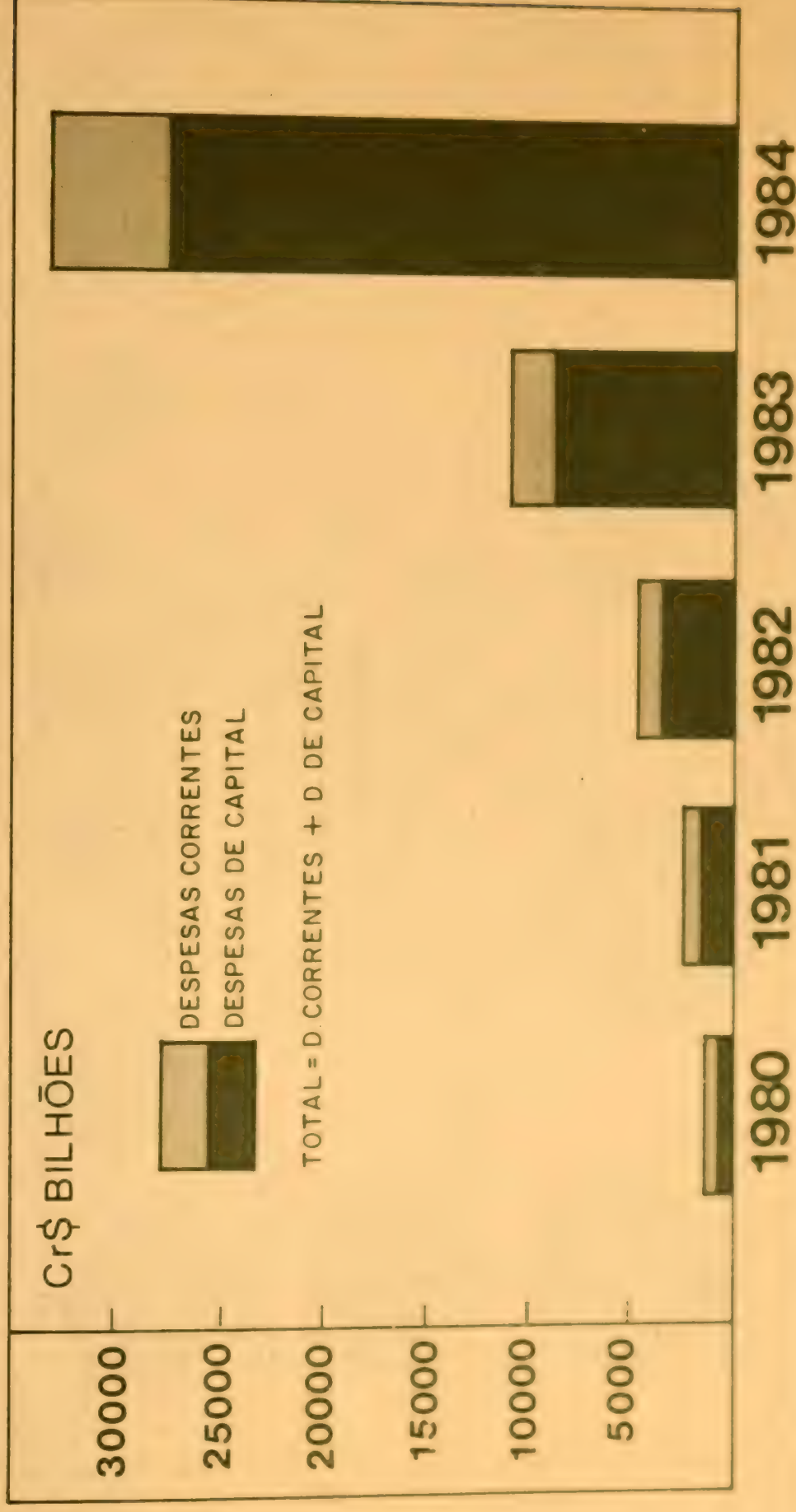
RECEITA ARRECADADA · por Unidade da Federação · 1984



DESPESA REALIZADA-Orçamento e Créditos Adicionais- 1984



DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA - Evolução 1980/1984

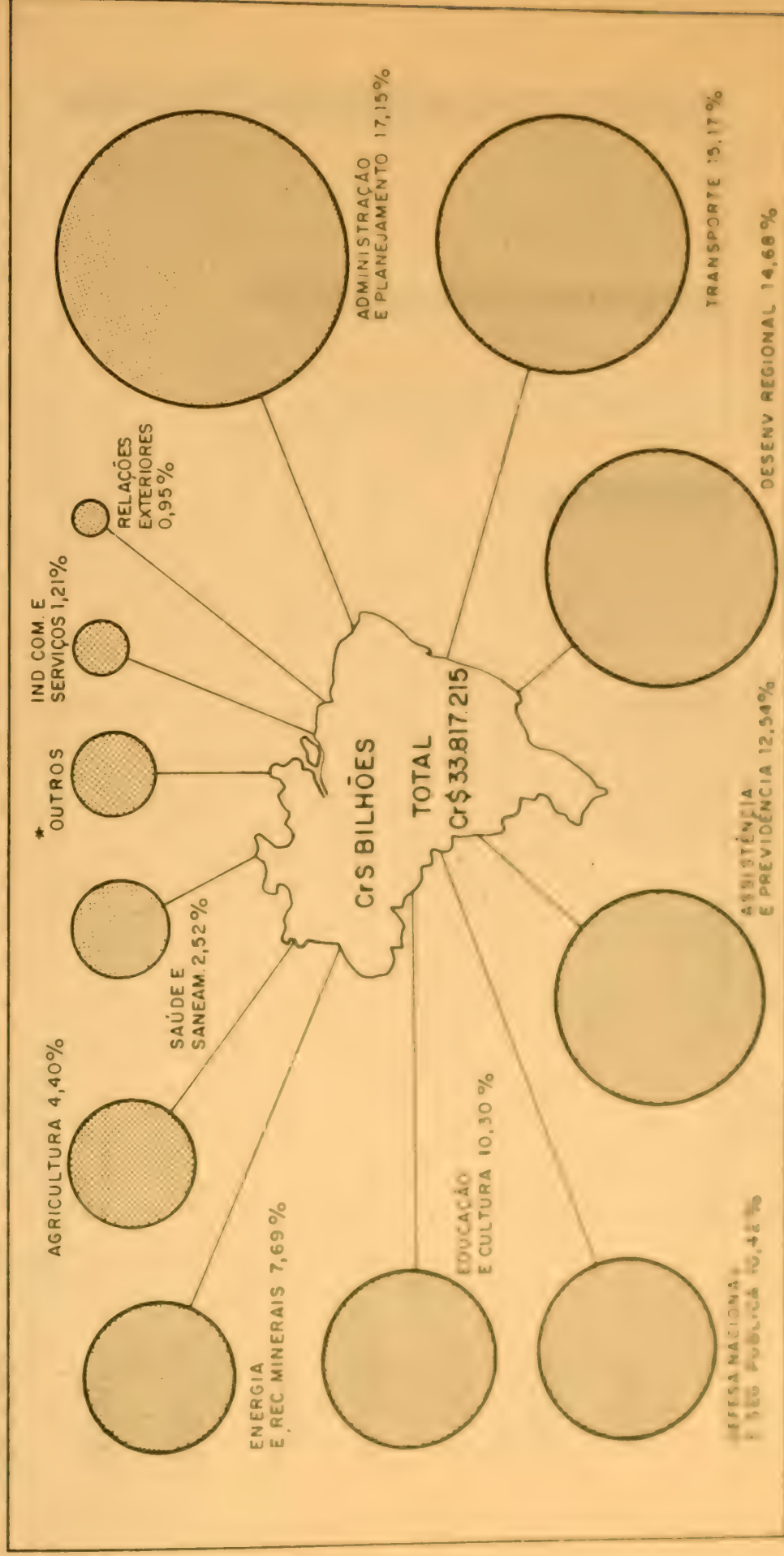


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Planejamento

Secretaria-Central de Controle Interno

DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA - Por Funções - 1984



* Despesas: 0,31% - Relações Exteriores 0,95% - Ind. Com. e Serviços 1,21% - Saúde e Saneam. 2,52% - Trabalho 3,41% - Comunicações 0,31%

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Planejamento

Secretaria-Central de Controle Interno

DESPESA REALIZADA · Por Beneficiário · 1984

16000

Cr\$ BILHÕES

14000

12000

10000

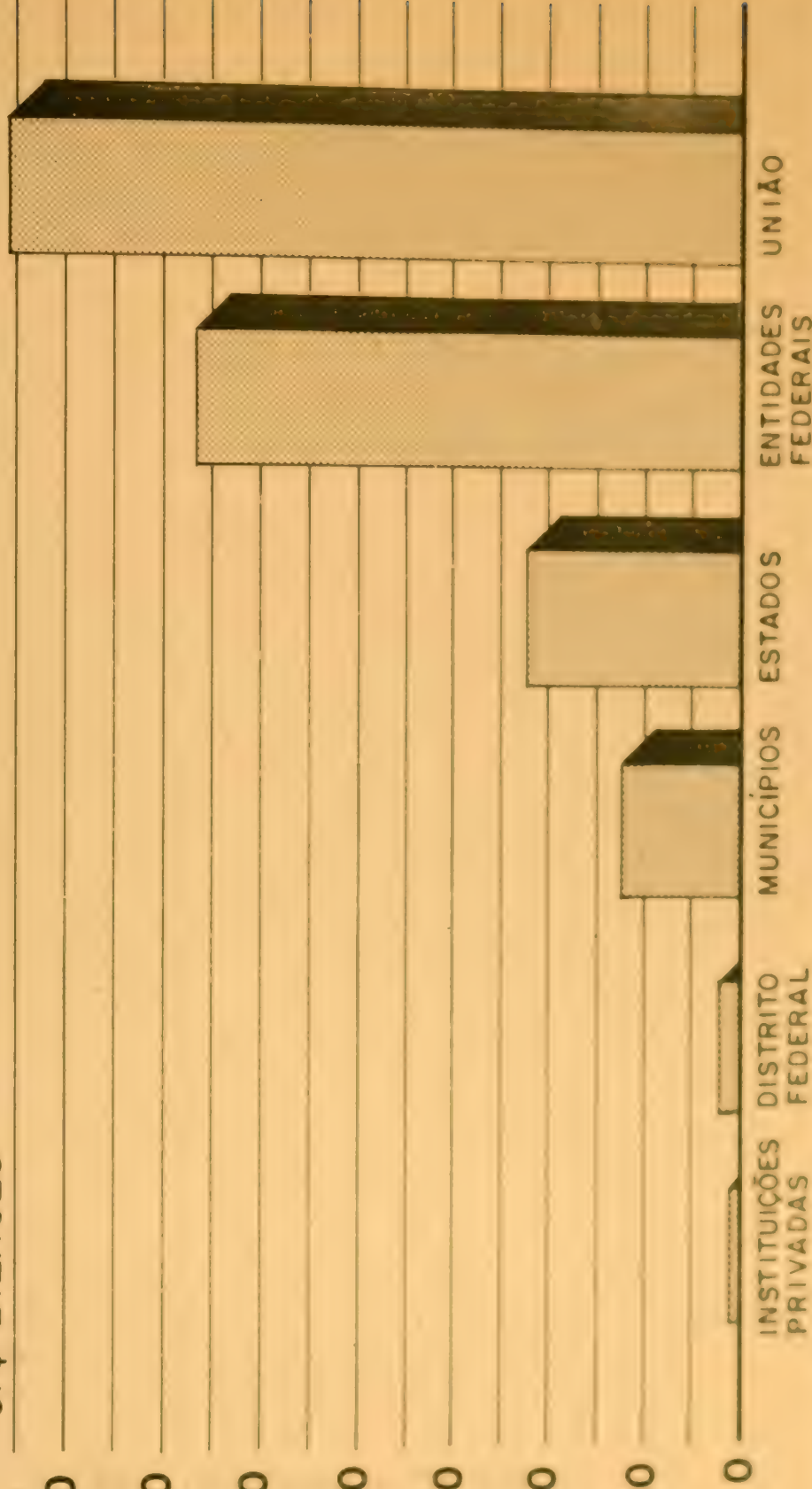
9000

6000

4000

2000

0



APÊNDICE

MATÉRIA PRODUZIDA POR FONTES
DA ÁREA ECONÓMICO-FINANCEIRA



DESEMPENHO DAS AUTORIDADES MONETARIAS (*)

DÍVIDA PÚBLICA INTERNA FEDERAL

A responsabilidade do Tesouro Nacional por títulos em circulação até dezembro de 1984 situava-se em Cr\$ 30.777 bilhões, representando um incremento nominal de 234,96 sobre o saldo de 31.12.83, ficando a variação real, deflacionada pela IGP-DI do período, em 9,6%. Deste montante, Cr\$84.773 bilhões referem-se a ORTN.

A colocação líquida de títulos federais, incluindo do Carteira do BACEN, situou-se em Cr\$189 bilhões, sendo Cr\$128 bilhões decorrentes de emissões líquidas de ORTN. Verificou-se um resgate líquido desses títulos de Cr\$2.779 bilhões.

Foram alocados à conta Operações de Crédito da União recursos líquidos de Cr\$2.104 bilhões. O resultado líquido observado com ORTN foi de Cr\$5.081 bilhões enquanto o LTN ficou em Cr\$2.979 bilhões negativos.

A colocação de papéis de curto prazo (LTN 91 dias e ORTN - 2 anos/6% a.a.) mostrou substancial redução de prazo de 26 meses e 25 dias em 31.12.83 para 19 meses e 01 dia em dezembro de 1984.

(*) Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL

OBRIGAÇÕES DO TESOURO NACIONAL

TIPO REAJUSTÁVEL

A subscrição de ORTN, excetuados os ágios e deságios, totalizou Cr\$15.306 bilhões subdivididos em subscrições de natureza voluntária (Cr\$12.125 bilhões), compulsórias (Cr\$4 bilhões) e especiais (Cr\$2.177 bilhões). As subscrições voluntárias registraram um aumento percentual de 279,4 em relação a 1983 (3.196 bilhões).

O volume emitido de ORTN com 2 anos de prazo registrou uma participação de 80,6% no total emitido, contra os 32,7% alcançados em 1983. Os títulos de 5 anos de prazo tiveram seu percentual reduzido para 19,4%, e seu volume de emissão mostrou crescimento de 9,1%.

SUBSCRIÇÕES VOLUNTÁRIAS DE ORTN
DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO OS PRAZOS

Cr\$ milhões					
ANOS	T O T A L (A)	2 ANOS (B)	5 ANOS (C)	B/A %	C/A %
1980	226.665	51.923	174.742	22,9	77,1
1981	595.814	157.365	438.449	26,4	73,6
1982	1.423.826	262.698	1.161.128	18,5	81,5
1983	3.195.784	1.044.906	2.150.878	32,7	67,3
1984	12.125.062	9.778.009	2.347.053	80,6	19,4

OBS: Não inclui ágios e deságios

LETRAS DO TESOURO NACIONAL

Até 31.12.84 foi de Cr\$5.500 bilhões o total de Letras do Tesouro Nacional em circulação, com aumento nominal de 16,8% sobre a posição de 31.12.83. Esta variação deflacionada pelo IGP-DI reflete um decréscimo real de 11,9%. O volume emitido foi de Cr\$14.000 bilhões e o de resgates Cr\$13.210 bilhões resultando emissão líquida de Cr\$790 bilhões.

LETRAS DO TESOURO NACIONAL EMISSIONES, RESGATES E SALDO EM CIRCULAÇÃO

Cr\$ milhões					
PRAZO	1 9 8 3	1 9 8 4			5-4-8
	SALDO EM CIRCULAÇÃO (A)	EMISSION	RESGATE	SALDO EM CIRCULAÇÃO (B)	A
91 dias	2.350.000	11.400.000	9.550.000	4.200.000	78,7
182 dias	2.120.000	2.600.000	3.420.000	1.300.000	-15,7
365 dias	240.000	-	240.000	-	-
TOTAL	4.710.000	14.000.000	13.210.000	5.500.000	18,8

IMPACTO MONETARIO DAS OPERAÇÕES COM TÍTULOS FEDERAIS

O saldo acumulado das operações com títulos públicos federais, em 31.12.84, que provocou uma injeção de Cr\$9.830 bilhões na base monetária resultou da injeção de

Cr\$7.876 bilhões por operações da Dívida Pública e de retirada de Cr\$17.706 bilhões decorrentes de operações de mercado aberto. A média diária dos saldos acumulados foi contracionista de Cr\$2.409 bilhões, com retirada de Cr\$337 bilhões no segmento extramercado e de Cr\$2.052 bilhões no segmento mercado.

O setor privado concorreu com Cr\$9.831 bilhões, sendo injetados Cr\$7.550 bilhões através do mercado primário e retirados Cr\$17.382 bilhões no mercado secundário. O setor público teve participação quase nula (injeção de Cr\$1 bilhão, resultante das injeções de Cr\$325 bilhões, via mercado primário, de Cr\$324 bilhões pelas operações do mercado aberto).

Com respeito às operações de Dívida Pública, o volume de resgates superou o de colocações, para LTN e ORTN. Este último foi responsável por uma injeção de Cr\$6.784 bilhões e com LTN o saldo expansionista foi de Cr\$1.111 bilhões. O efeito contracionista de Cr\$17.706 bilhões nas operações de mercado aberto, resultou da retirada de Cr\$15.832 bilhões por operações com ORTN e de 1.874 bilhões com LTN.

A movimentação de recursos via operações de mercado aberto alcançou giro da ordem de Cr\$10.181 bilhões representando um decréscimo real de 18,7% sobre o volume de 1983.

OPERAÇÕES COM TÍTULOS DA CARTEIRA DO BANCO CENTRAL

ORTN E LTN

Cr\$ milhões

ANO	Compras Injeção (A)	Vendas Retiradas (B)	Saldo (A-B)	Giro (A+B)	Giro-Preços Constantes (*)
1972	18.164	25.427	- 7.263	43.591	23.766.145
1973	55.977	63.810	- 7.833	119.787	56.842.029
1974	103.715	115.465	- 11.750	219.180	80.825.519
1975	189.156	205.009	- 15.853	394.165	113.664.542
1976	196.396	266.707	- 70.311	463.103	94.547.663
1977	389.794	456.591	- 66.797	846.385	121.132.082
1978	585.163	679.349	- 94.186	1.264.512	130.478.128
1979	719.054	784.860	- 65.806	1.503.914	100.812.955
1980	2.971.632	3.126.891	-155.259	6.098.523	204.164.284
1981	9.129.004	9.613.798	-484.794	18.742.802	298.942.783
1982	27.619.272	27.698.844	- 79.572	55.318.116	451.443.394
1983	159.436.244	159.112.095	+324.149	318.548.339	1.021.320.010
1984	306.337.413	324.043.400	-17.705.987	630.380.813	630.380.813

(*) IGP-DI: 1984 = 100 (Conjuntura Econômica - FGV)

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA INTERNA FEDERAL

1972/1984

Cr\$ milhões

ANO	RESPONSABILIDADE DO TESOURO POR TÍTULOS EM CIRCULAÇÃO				COLOCAÇÃO LÍQUIDA (2)			PRODUTO INTERNO BRUTO (C)	A/C %
	ORTN	LTN (1)	OTN	TOTAL (A)	ORTN	LTN	TOTAL (B)		
1972	15.975	10.204	-	26.179	1.792	5.094	6.886	345.001	7,6
1973	20.944	17.400	-	38.344	1.156	4.601	5.757	483.340	7,9
1974	32.969	14.800	32	47.801	2.539	- 5.166	- 2.627	707.977	6,8
1975	60.112	37.400	36	97.548	15.312	16.338	31.650	1.009.674	9,7
1976	84.397	69.404	88	153.889	-2.467	13.236	10.769	1.625.134	9,5
1977	119.390	121.001	101	240.492	3.994	18.142	22.136	2.486.770	9,7
1978	163.046	194.508	296	357.850	-6.178	15.537	9.359	3.763.867	9,5
1979	251.159	270.029	340	521.528	-1.304	- 2.733	- 4.037	6.311.762	8,3
1980	349.240	258.761	384	848.385	119.836	-80.000	39.836	13.163.818	6,4
1981	1.985.354	1.101.944	432	3.087.930	420.848	381.968	802.816	25.631.772	12,0
1982	8.199.399	1.462.578	1.414	7.863.351	1.057.866	-562.108	495.758	50.815.295	15,5
1983	20.121.815	4.712.161	1.651	25.436.747	948.958	704.383	1.653.341	121.025.448	21,0
1984	84.773.285	5.501.696	1.561	90.276.542	3.267.995	-2.978.737	289.258	329.180.000(1)	22,6

(1) Inclusive LTN Especiais (Lei 6588/78)

(2) Não inclui dotação orçamentária

(3) PIB de 84 - Estimativa DEPC

OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS E LETRAS DO TESOURO NACIONAL

DEMONSTRATIVO DA RESPONSABILIDADE DO TESOURO POR TÍTULOS EM CIRCULAÇÃO

Cr\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO EM DEZEMBRO/83	MOVIMENTO DE 1984	POSIÇÃO EM DEZEMBRO/84
<u>T O T A L (I+II+III)</u>	<u>25.432.935</u>		<u>90.273.285</u>
<u>I - O.R.T.N.</u>	<u>20.120.069</u>		<u>83.032.040</u>
1. Principal	5.906.396		22.832.888
- Emissões		18.194.436	
- Resgates		1.267.944	
2. Correção Monetária	13.956.364	45.338.447	59.294.811
3. Juros	257.309	647.032	904.341
<u>II - O.R.T.N. (DEC-LEI 1911/81)</u>	<u>602.866</u>		<u>1.741.245</u>
1. Principal	180.000	-	180.000
2. Correção Monetária	412.924	1.121.433	1.534.357
3. Juros	9.942	16.946	26.888
<u>III - L.F.N.</u>	<u>4.710.000</u>		<u>5.500.000</u>
1. Emissões			
- Valor Líquido		10.231.261	
- Descontos Concedidos		3.768.737	
2. Resgates			
- Valor Líquido		9.605.239	
- Descontos Liquidados		3.004.761	

PAPEL-MOEDA

As emissões e resgates de papel-moeda,

	<u>Cr\$</u>
MEIO CIRCULANTE TRANSFERIDO EM 04.01.65..	1.504.777.846
EMIÇÃO LÍQUIDA DE 01.01.65 A 31.12.84...	7.151.635.000.000

M E N O S:

MOEDA NÃO RESGATADA.....	140.743.959
RESERVA MONETÁRIA EM 31.12.84.....	1.968.113.950
MEIO CIRCULANTE EM 31.12.84.....	<u>7.151.030.919.937</u>

MEIO CIRCULANTE EM 31.12.83.....	2.045.934.667.093
EMIÇÃO BRUTA EM 1984:	

BANCO CENTRAL.....	190.690.000.000	
BANCO DO BRASIL.....	<u>8.330.000.000.000</u>	8.520.690.000.000

EXCESSO DOS PAGAMENTOS		
SOBRE RECEBIMENTOS.....		7.406.252.844

M E N O S:

RECOLHIMENTO EM 1984.....	3.415.000.000.000
RECOLHIMENTO RECEBIDO-REFORÇO	
RESERVA MONETÁRIA.....	8.000.000.000
MEIO CIRCULANTE EM 31.12.84.....	<u>7.151.030.919.937</u>

ORTN'S E LTN'S

Posição de Obrigações Negociáveis e das Letras
do Tesouro Nacional

Em 31.12.83:	<u>Cr\$ milhão</u>
O.R.T.N.....	20.722.935
L.T.N.....	<u>4.710.000</u>
	25.432.935

M A I S:Cr\$ milhãoEMISSIONES EM 1984ORTN

principal.....	18.194.436		
correção monetária.....	46.459.881		
juros.....	<u>663.978</u>	65.318.295	

LTN

valor líquido.....	10.231.263		
descontos concedidos....	<u>3.768.737</u>	<u>14.000.000</u>	<u>79.118.295</u>
			104.751.230

M E N O S:RESGATES EM 1984

<u>ORTN</u>	1.267.945		
-------------------	-----------	--	--

LTN

valor líquido.....	9.605.239		
descontos concedidos....	<u>3.604.761</u>	13.210.000	<u>14.477.945</u>

CIRCULAÇÃO

SALDO EM 31.12.84

ORTN

principal.....	23.012.888		
correção monetária....	60.829.168		
juros.....	<u>931.229</u>	84.773.285	

<u>LTN</u>	<u>5.500.000</u>	<u>90.273.285</u>	
------------------	------------------	-------------------	--

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS

Saldo devedor das operações contratadas pelos
 órgãos da Administração Federal, em US\$1.000 (Posição em
 30.06.84): (*)

(*) Para conversão em Cr\$ e US\$, foram utilizadas as taxas de câmbio vigentes em 30.06.84 (Cr\$/US\$ = 1.721,17).

US\$1,000

a) COM REGISTRO NO FIRCE:

GOVERNO FEDERAL.....	9.607.654
AUTARQUIAS FEDERAIS.....	15.046.778
EMPRESAS PÚBLICAS FEDERAIS.....	6.393.774
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA FEDERAIS....	17.901.420
EMPRESAS COM PARTICIPAÇÃO MAJORITÁRIA PÚBLICA.....	5.495.476

b) SEM REGISTRO NO FIRCE:

GOVERNO FEDERAL.....	2.032.417
----------------------	-----------

AVALES E GARANTIASDO TESOURO NACIONAL

Montante dos Avals do Tesouro Nacional ou de
seus Agentes Financeiros concedidos em seu nome, em Cr\$1.000:

DE 01.01.84 A 30.06.84.....	14.364.127.505
RESPONSABILIDADES EXISTENTES EM 30.06.84.....	88.901.112.083

RESERVAS CAMBIAIS

Posição das reservas cambiais em 31.12.83 •
31.12.84 em US\$ milhões:

R E S E R V A S	1983	1984
DISPONIBILIDADES DIVERSAS.....	4.355,4	11.350,1
OURO.....	207,4	487,9
POSIÇÃO NO F.M.I.....	-	-
DIREITOS ESPECIAIS DE SAQUE...	0,1	0,9
TOTAL DAS RESERVAS.....	4.562,9	11.839,1

Vale observar que o conceito utilizado foi "Liquidez Internacional - Fundo Monetário Internacional-F.M.I.".

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO TESOIRO NACIONAL (*)

INTRODUÇÃO

A Lei Orçamentária nº 7.155, de 05.12.83, estabeleceu a receita do Tesouro Nacional para o exercício de 1984 em Cr\$21.586,6 bilhões e fixou a despesa em igual montante.

O Decreto-lei nº 2099, de 28.12.83, estabeleceu contenção de 12,0% sobre "Outros Custeios e Capital", com vistas à redução do déficit do Setor Público, para suavizar os efeitos da Emenda Constitucional nº 23, de 1983, que elevou as alíquotas dos fundos de participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, e permitir o reajuste salarial aos servidores públicos federais.

Em março, contudo, o Orçamento da União já alterava a receita agregando Cr\$10.163,4 bilhões provenientes de excesso de arrecadação, representado por Cr\$7.130,0 bilhões de recursos ordinários e Cr\$3.033,4 bilhões de recursos vinculados.

O Decreto-lei nº 2.099, de 1983, que determinara a contenção, em decorrência, foi revogado, pelo Decreto-lei nº 2.109, de 20.03.84.

Em outubro verificou-se novo excesso de arrecadação de Cr\$3.140,0 bilhões sendo Cr\$1.855,9 bilhões de recursos ordinários e Cr\$1.284,1 bilhões de recursos vinculados.

(*) Fonte: COMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA-CPF

O Decreto nº 89.265, de 29.12.83, disciplinou a execução orçamentária e a programação financeira do Tesouro Nacional, para o exercício financeiro de 1984.

RECEITA

A Receita efetiva de caixa alcançou Cr\$33.787,7 bilhões, superando 1983 em 198,1% cujo montante foi de Cr\$11.335,5 bilhões.

Não fosse a substancial soma de redutores da receita, esse número seria da ordem de Cr\$41.263,5 bilhões.

REDUTORES DA RECEITA

	Cr\$bilhão
<u>RECEITA BRUTA</u>	<u>41.263,5</u>
<u>REDUTORES</u>	<u>7.475,8</u>
Incentivos Fiscais.....	879,7
Restituição do Imposto de Renda.....	3.411,9
Restituição do I.P.I.....	2.366,7
Outras Restituições.....	817,5
<u>RECEITA EFETIVA</u>	<u>33.787,7</u>

Fontes: Comissão de Programação Financeira e Banco Central

A diferença entre a receita de caixa do Tesouro e a receita total alcançou Cr\$2.143,8 bilhões arrecadados pela rede bancária e não recolhidos ao Tesouro Nacional, por força dos prazos fixados pela Portaria nº 26/84, do Ministro da Fazenda, conforme se observa:

PERÍODO DE AR RECADAÇÃO DIAS	PERCENTUAL PARA RECOLHIMENTO	GRUPO	DATA-LIMITE PARA RECOLHIMENTO
1 a 20	100%	1	28 do mesmo mês
		2	29 do mesmo mês
		3	30 do mesmo mês
21 ao último dia do mês	30%	1	03 do mês subsequente
		2	05 do mês subsequente
		3	04 do mês subsequente
	40%	1	15 do mês subsequente
		2	13 do mês subsequente
		3	14 do mês subsequente
	30%	1	26 do mês subsequente
		2	25 do mês subsequente
		3	24 do mês subsequente

A legislação determina retenção dos valores arrecadados no último decêndio de dezembro e sua entrada no mês seguinte em três parcelas.

Já a arrecadação promovida pelo Banco do Brasil S.A. tem tratamento diverso da rede comercial e seu ingresso nos cofres do Tesouro, faz-se no mesmo mês em que ocorreu o pagamento do contribuinte.

DESPESA

O exercício de 1984 foi pautado no sentido de aprimorar os gastos públicos de forma consentânea com o objetivo de redução da taxa de inflação.

O Governo voltou-se para uma execução financeira do Tesouro Nacional que permitisse transferências às Autoridades Monetárias de recursos compatíveis com as metas do Orçamento Monetário, visando à redução do déficit público.

A Despesa do Tesouro Nacional alcançou Cr\$33.766,3 bilhões contra Cr\$11.328,9 bilhões de 1983, com um crescimento relativo de 198,1%.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

I T E N S	Cr\$1 bilhão				
	1 9 8 3	1 9 8 4	VARIAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %	
				1983	1984
A. DESPESA DE CAIXA (C-B)	11.328,9	33.766,3	198,1	96,5	96,2
B. RECURSOS NÃO UTILIZADOS	417,9	1.395,4	233,9	3,5	4,2
C. DESPESA AUTORIZADA	11.746,8	35.161,7	199,3	100,0	100,0

Fontes: Banco do Brasil S/A e Comissão de Programação Financeira

A "Despesa Autorizada" totalizou Cr\$35.161,7 bilhões, permanecendo em conta de depósito dos órgãos no Banco do Brasil S/A a soma de Cr\$1.395,4 bilhões, efetivando uma despesa de Cr\$33.766,3 bilhões.

A Comissão de Programação Financeira liberou Cr\$23.890,3 bilhões através de "Cotas de Despesa" e Cr\$ 636,8 bilhões referentes a "Restos a Pagar", totalizando Cr\$24.527,1 bilhões, ou seja, 69,8% da despesa autorizada.

LIBERAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS

C: 61 61155							
I T E N S	COTAS DE DESPESA			RESTOS A PAGAR (2)	TOTAL 3= (1) + (2)	PARTICIPAÇÃO %	
	PAÍS	EXTERIOR	SOMA (1)			1/3	2/3
1983	7.493,1	549,8	8.042,9	93,7	8.136,6	98,8	1,2
1984	20.607,1	3.283,2	23.890,3	636,8	24.527,1	97,4	2,6
VAR. % 84/83	175,0	497,2	197,0	579,6	201,4	-	-

A diferença entre a despesa autorizada e o montante liberado retrata valores de recursos vinculados cuja entrega aos beneficiários finais é feita automaticamente pelo Banco do Brasil S/A.

O maior peso para recursos ordinários foi "Outros Custeios e Capital", que alcançou Cr\$13.599,5 bilhões, contra Cr\$4.536,5 bilhões em 1983, variando 199,8%.

Destaca-se, dentre "Outros Custeios e Capital", a transferência às Autoridades Monetárias, de Cr\$2.001,0 bilhões, com vistas à regularização do déficit público, junto ao Banco do Brasil S/A e ao Banco Central.

O orçamento monetário previu transferências do orçamento fiscal, da ordem de Cr\$9.000,0 bilhões.

A transferência foi realizada do próprio orçamento fiscal e pela apropriação parcial do superávit de caixa, apurado no balanço do Banco do Brasil S/A, cuja soma foi de Cr\$2.821,4 bilhões.

Para efeito de cálculo das metas, foi incluído o valor arrecadado pela rede bancária no último decêndio de dezembro de 1984 não recolhido à Caixa do Tesouro Nacional, somando Cr\$2.143,3 bilhões.

TRANSFERÊNCIAS - 1984

	Cr\$1 bilhão
ORÇAMENTO MONETÁRIO.....	9.000,0
ORÇAMENTO FISCAL.....	3.001,0
SUPERÁVIT DE CAIXA.....	2.821,0
ARRECAÇÃO NÃO RECOLHIDA AO TESOURO NACIONAL.....	<u>2.143,3</u> 7.965,3
SALDO NÃO APURADO.....	<u>1.034,7</u>

Fonte: Comissão de Programação Financeira

Nos meses de novembro e dezembro foram liberados recursos além da programação de caixa estabelecida, no montante de Cr\$810 bilhões para liquidação dos débitos das empresas vinculadas ao Ministério dos Transportes, junto ao INHES, Caixa Econômica Federal, FINAME e dívidas da SUNAMAM, sob a figura do Aviso GB-588, do Ministério da Fazenda.

A despesa com "Pessoal e Encargos Sociais" expressou menor participação em relação à despesa total do exercício, quando marcou 28,8% contra 30,0% na participação do ano anterior. Esse componente, com Cr\$9.743,9 bilhões, apresentou uma variação de 187,5%, em relação ao período anterior, que foi de Cr\$3.390,3 bilhões.

"Restos a Pagar", com uma participação de 1,9% sobre a despesa total, somaram Cr\$636,8 bilhões e foi o item de maior crescimento (579,6%) sobre Cr\$93,7 bilhões em 1983.

A conta de "Recursos Vinculados" representou 20,6% das despesas efetuadas pelo Tesouro Nacional, tendo alcançado Cr\$6.954,7 bilhões contra Cr\$2.012,6 bilhões, em 1983.

A maior variação ocorreu para "Fundo de Participação", que engloba transferências a Estados e Municípios, em face do estabelecido na Emenda Constitucional nº 23, de 01 de dezembro de 1983, que elevou de 23% para 26% em 1984 a distribuição dos recursos da União a esses Fundos.

Este sub-item representou o total de Cr\$3.972,6 bilhões, com crescimento de 256,2%, em relação ao exercício anterior.

Em "Outras Vinculações", num total de Cr\$2.983,1 bilhões, encontram-se os recursos à conta de "Programas Especiais" (PIN e PROTERRA) e "FINSOCIAL", cujo tratamento de liberações é diferenciado.

As liberações destinadas a "Programas Especiais" em Cr\$564,0 bilhões, cresceram 125,6% sobre o exercício anterior em que apresentaram Cr\$250,0 bilhões.

O total orçamentário para os referidos programas alcançou Cr\$880,0 bilhões contra Cr\$340,0 bilhões em 1981, com uma evolução de 158%.

O Programa de Irrigação do Nordeste (DNOCS e CODEVASF) obteve atendimento expressivo perfazendo Cr\$103,0 bilhões, seguido pelo POLONOROESTE que atingiu Cr\$61,0 bilhões.

O "FINSOCIAL" no montante de Cr\$2.000,0 bilhões, foi recolhido à caixa do Tesouro Nacional do qual Cr\$661,0 bilhões foram liberados para cumprimento do programa.

O resultado da Caixa do Tesouro Nacional assim se apresentou

MESES	1 9 8 3			1 9 8 4			Cr\$1 bilhão
	RECEITA	DESPESA	RESULTADO DE CX. (A)	RECEITA	DESPESA	RESULTADO DE CX. (B)	VARIAÇÃO B - A
JAN	562,0	556,5	5,5	1.625,9	1.221,4	404,5	399,0
FEV	638,9	638,3	0,6	2.465,9	2.697,4	- 231,5	- 232,1
MAR	765,9	766,3	- 0,4	2.051,5	1.931,3	120,3	120,7
ABR	751,9	575,8	176,1	2.226,8	1.766,9	459,9	281,8
MAI	903,0	653,3	249,7	2.567,1	1.974,0	593,1	343,4
JUN	815,1	813,9	1,2	2.712,6	1.946,0	766,6	765,4
JUL	919,8	746,1	173,7	3.104,2	2.744,3	359,9	186,2
AGO	952,2	801,8	150,4	2.830,5	2.760,1	70,4	- 80,0
SET	997,7	739,9	257,8	2.560,8	2.400,8	160,0	- 97,8
OUT	988,6	1.137,5	- 148,9	3.501,8	2.521,1	980,7	1.129,6
NOV	1.278,9	934,5	344,4	3.521,4	2.853,6	667,8	323,4
DEZ	1.761,5	2.965,0	- 1.203,5	4.619,2	8.949,3	- 4.330,1	- 3.126,8
TOTAL	11.335,5	11.328,9	6,6	33.767,7	33.768,3	21,4	14,8

Fonte: Banco Central, Comissão de Programação Financeira
e Banco do Brasil S.A..

Durante todo o exercício de 1984, as posições ao final de cada mês foram positivas, à exceção de fevereiro e dezembro.

A posição negativa em fevereiro foi motivada por transferência para Autoridades Monetárias, no montante de Cr\$1.239,2 bilhões e não provocou impacto na base monetária, dada a sua natureza.

O fato se repetiu em dezembro, mas, com excedente de caixa de Cr\$2.821,4 bilhões, em valores acumulados.

Esses valores foram transferidos para as Autoridades Monetárias, para cobertura do déficit, deixando um residual de caixa de Cr\$21,4 bilhões.

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (*)

INTRODUÇÃO

No exercício de 1984 a atuação da Secretaria da Receita Federal foi orientada em duas direções: de um lado, objetivou acompanhar e avaliar, do ângulo da receita, os efeitos decorrentes das medidas tributárias implantadas ao final do exercício precedente, através do DL nº 2.065/83. De outro, procurou dinamizar a execução de suas tarefas regimentais, ao mesmo tempo em que buscou cumprir o seu papel de assessorar o Ministro da Fazenda na formulação da política tributária.

O desempenho da arrecadação dos tributos federais, a despeito da forte recessão por que passou a atividade econômica, foi positivamente influenciado pelas medidas adotadas via DL nº 2.065/83, com a arrecadação global superando as necessidades orçamentárias e triplicando a arrecadação do exercício anterior.

No que diz respeito ao assessoramento na formulação da política tributária, foram efetivados alguns ajustes em as normas regentes da aplicação dos impostos, sabendo destacar o Decreto-lei nº 2.124, de 13/06/84, que, entre outras providências, aperfeiçoou a sistemática de atualização monetária do imposto de renda retido na fonte e o Decreto-lei nº 2.114, de 26/06/84, cujas medidas mais expressivas foram a prorrogação da vigência dos incentivos fiscais no âmbito do imposto de renda da pessoa jurídica e dos adicionais do tributo sobre a parcela de lucro real ou arbitrado excedente a 40.000 CRTrs.

(*) Fonte: SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL-SRF

Finalmente, com referência às atividades de fiscalização, cumpre assinalar, no período em análise, o lançamento de um crédito tributário no montante de Cr\$1,2 trilhão, superior em 116% ao valor reajustado no exercício anterior.

Essas e outras modificações legais de maior relevância na área tributária são comentadas a seguir.

MEDIDAS LIGADAS

À DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DE RENDAS

Comentam-se neste tópico as medidas destinadas a afetar diretamente a distribuição pessoal de rendas.

Correção Antecipada das Tabelas de Imposto de Renda na Fonte

Pela Portaria MF nº 91, de 29/05/84, foram reajustados em 50%, a partir de 01/07/84, os valores das tabelas de desconto do imposto de renda na fonte, aplicáveis aos rendimentos do trabalho assalariado e daqueles sem vínculo empregatício.

A medida, que inaugurou a semestralidade no reajustamento das referidas tabelas, de um lado suavizará a antecipação anual desses rendimentos e, de outro, possibilitará diminuir o volume de restituições do tributo.

Adicionalmente, para vigorar a partir de 01/01/85, o DL nº 2.182, de 11.12.84, reajustou em 70% a tabela aprovada pela Portaria em análise perfazendo um reajuste anual acumulado da ordem de 155%.

Nova Sistemática de Correção do Imposto de Renda Retido na Fonte

Com o advento do Decreto-lei nº 7.394, de 13/08/84,

foi modificada a sistemática de correção do imposto de renda retido na fonte que, pelo regime anterior, era realizada através de um coeficiente único, independentemente do mês da retenção.

O citado ato legal tornou a correção mais justa, na medida em que estabeleceu seja a atualização monetária das importâncias retidas feita com base no valor médio da OPTN em cada trimestre relacionada com o valor da OPTN do mês de janeiro do exercício seguinte. A cada trimestre de retenção será, assim, aplicado um coeficiente de atualização diferente.

Este mecanismo, além de desestimular atitudes fraudulentas, torna mais equitativo o propósito de correção que no sistema antigo privilegiava os contribuintes cujas retenções estivessem concentradas no último trimestre de cada exercício.

Maior correção para os abatimentos de natureza social

O já citado DL nº 2.182, de 11.12.84, ao mesmo tempo em que atualizou as tabelas do IR-fonte, estabeleceu sejam os demais valores do imposto de renda, para o exercício de 1984, reajustados em 160%.

Entretanto, visando a assegurar um tratamento preferencial para as classes de rendas médias e baixas, o percentual de reajuste dos limites de abatimentos por dependente, de juros pagos ao SFH e de aluguel foi fixado em 200%, elevando tais limites para Cr\$738 mil, Cr\$2.250 mil e Cr\$1.032 mil, respectivamente.

Benefício aos pequenos mutuários do SFH

Através do DL nº 2.155, de 30.07.84, foram atualizados para Cr\$39.588 e Cr\$47.664 os limites mínimo e máximo do benefício instituído pelo DL nº 1.358/74, para ressarcimento

via IRPF, de parte das prestações relativas à aquisição de casa própria.

A fixação de limites, como se recorda, foi necessária para que o percentual de 12%, então estabelecido, não viesse a beneficiar relativamente mais os contribuintes de elevada classe de rendas.

Ressalte-se o forte conteúdo distributivista da medida, dado que o benefício possui características de imposto de renda negativo, uma vez que, mesmo que o mutuário não seja contribuinte do imposto, lhe é possível a percepção do estímulo.

ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Neste item são consideradas as medidas tributárias tomadas com vistas a diminuir as disparidades de rendas entre as regiões do País. Destacam-se com esse objetivo as medidas adotadas através do Decreto-lei nº 2.134, de 26 de junho de 1984, a saber:

Prorrogação de incentivos na área da SUDENE e SUDAM

Prorrogação, até o exercício financeiro de 1986, do benefício de redução de 50% do imposto de renda incidente sobre os resultados obtidos pelas pessoas jurídicas que mantenham empreendimentos industriais ou agrícolas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM.

Prorrogação do incentivo ao Estado do Espírito Santo

Prorrogação, até o exercício financeiro de 1986, da possibilidade de aplicação de até 33% do imposto devido no Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (FUNRECE).

Prorrogação de PIN e PROTERRA

Também com reflexos na área regional, foi prorrogada até o exercício financeiro de 1986 a destinação dos recursos de que tratam o art. 5º do DL nº 1.160/70 - Programa de Integração Nacional e o artigo 6º do DL nº 1.179/71 - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.

Dispensa de juros de mora e multas de ICM nos Territórios de Roraima e Amapá

Pelo Decreto nº 89.325, de 24/01/84, foi autorizada a concessão de dispensa de juros de mora e multas relativas ao ICM devido nos Territórios Federais do Amapá e Roraima, bem como o parcelamento de créditos tributários da mesma origem.

Estímulo aos Estados vítimas de inundações

Através do DL nº 2.168, de 29/10/84, foi concedida isenção de impostos de importação e sobre produtos industrializados às máquinas, equipamentos, acessórios etc. destinados a substituir ou reparar bens danificados pelas inundações ocorridas nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Prorrogação do prazo de isenção do IR na área de Programa Grande Carajás

Pelo DL nº 2.152, de 18/07/84, foi estendido o prazo fixado através do DL nº 1.825/80, através do qual se isentaram do IRPJ os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás.

ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO
DE SETORES PRIORITÁRIOS

Compõem este item as providências tomadas objetivando desenvolver setores prioritários na estratégia de crescimento da economia brasileira.

Estímulo ao setor agropecuário

Através do Decreto-lei nº 2.145, de 28/06/84, foram cancelados os créditos relativos ao não pagamento do ITR, das contribuições previstas nos DL nº 1.146/70 e nº 1.989/82, das taxas de serviços cadastrais (DL nº 57/66, Lei nº 6.746/79 e DL nº 1.989/82) e da Contribuição Sindical Rural (DL nº 1.146/71).

A medida aplica-se somente aos municípios em reconhecida situação de emergência, resultante de prolongada estiagem.

Estímulo ao setor cinematográfico

Através do Decreto-lei nº 2.151, de 05/07/84 foi concedida, até 30/06/85, isenção dos impostos de importação (II) e sobre produtos industrializados (IPI) incidentes na importação de equipamentos e materiais, sem similar nacional, para utilização em estúdios, salas exibidoras e laboratórios cinematográficos, bem como em instalações destinadas à transcrição de obras cinematográficas em matrizes de "vídeo tape" e à duplicação de obras cinematográficas em videocassetes.

Para utilização do benefício o projeto deverá ser submetido à aprovação do CONCINE.

Estímulo à produção de carvão

Pelo Decreto-lei nº 2.110, de 03/04/84, foi concedida a isenção do Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados sobre os equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos e demais materiais, inclusive suas partes, peças, acessórios e sobressalentes, sem similar nacional, destinados à utilização exclusiva na produção de carvão.

Atribue-se, assim, a esse setor, de papel importante na reorientação da matriz energética, estímulo semelhante aos já concedidos ao PROÁLCOOL e à produção de petróleo.

Estímulo do Desenvolvimento do Mercado de Capitais

De modo a aumentar a atratividade dos depósitos em cadernetas de poupanças e, conseqüentemente, gerar recursos para o financiamento dos programas habitacionais, foram isentados integralmente os juros e dividendos decorrentes desses depósitos, até o exercício financeiro de 1986.

Anteriormente esse benefício estava limitado aos saldos médios não superiores a 3.500 UPC's.

Registre-se, também, nessa área a prorrogação, até o exercício financeiro de 1985, da isenção do imposto de renda sobre ganhos auferidos nas liquidações de contrato a termo celebrado em bolsas de mercadorias (DL nº 2.134/84).

Estímulo ao Setor Pesqueiro

O já citado Decreto-lei nº 2.134/84, prorrogou até o exercício financeiro de 1985 a isenção do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração de empreendimentos pesqueiros, cujos planos tenham sido aprovados pela SUDEPE, e a permissão

são para aplicação pela pessoa jurídica de até 25% do imposto devido no Fundo de Investimento Setorial-FISET-Pesca.

Estímulo à Educação

Foi prorrogada, também, através do DL nº 2.134/84, até 1985, a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas das quantias destinadas à aplicação nos programas de alfabetização aprovados pela Fundação MOBRAL.

Estímulo ao Setor Aeronáutico

Prorrogado até 1985 a permissão de aplicação pela pessoa jurídica de até 1% do imposto devido em ações novas da EMBRAER (DL nº 2.134/84).

Estímulo aos Concessionários de Serviços Públicos

Ainda através do DL nº 2.134/84 foi prorrogado até o exercício financeiro de 1986 o prazo de vigência da alíquota especial de 6% para a tributação, pelo imposto de renda, dos lucros obtidos pelas pessoas jurídicas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica e telecomunicações, pela ELETROBRÁS TELEBRÁS e empresas que explorem serviços de saneamento básico.

Estímulo às concessionárias dos serviços de transporte ferroviário e metroviário

Através do DL nº 2.180, de 04/12/80, foi isentada de II e IPI a importação de equipamentos, máquinas, veículos acessórios etc. por empresas concessionárias dos serviços de transporte ferroviário e metroviário, sem similar nacional.

MEDIDAS DE CONTROLE
DA BALANÇA COMERCIAL

Com vistas a assegurar a boa evolução das exportações e, conseqüentemente, permitir a geração de superávits comerciais, foram prorrogados através do Decreto-lei nº 2.134, de 26/08/84, até o exercício financeiro de 1988, os incentivos fiscais dirigidos à exportação de produtos manufaturados, inclusive quando exportados por empresas comerciais exportadoras, que trata o DL nº 1.248/72.

Do outro lado, visando a tornar mais operacional a administração aduaneira, foi editado o DL nº 2.152, de 19/09/84, que alterou para 60% "ad valorem" o limite máximo para elevação da alíquota da TAB estabelecido pelo § 1º do artigo 3º da Lei nº 3.244, de 14/08/57.

Por último, destaca-se nessa área a criação do CONEX - Comissão de Coordenação de Atividades Normativas do Comércio Exterior, através da Portaria MF-nº 127, de 04/07/84, cujo objetivo será harmonizar os trabalhos exercidos no âmbito do Ministério da Fazenda e relativos à normatização de atividades relacionadas ao comércio exterior.

MEDIDAS DE DESBUROCRATIZAÇÃO
E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

No aspecto do Programa de Desburocratização (Decreto nº 83.740/79), as medidas mais significativas balizadas nesta área foram as seguintes:

Dispensa de formação de processos fiscais

Pelo DL nº 2.134/84 o Ministro da Fazenda foi autorizado a dispensar a formação de processo fiscal que resulte em arrecadação inferior ao custo de tramitação desses processos.

Simplificação da tributação de debêntures

A simplificação da tributação de debêntures, emitidos sob a forma escritural ou nominativa não endossável, foi baixada pelo Decreto-lei nº 2.133, de 26/06/84.

A medida, ao mesmo tempo que procura desobstruir as operações com título dessa natureza, promoveu um tratamento mais benéfico a essas obrigações, em razão da identificação de seus titulares. O resultado dessa identificação é facilitar o controle mais eficiente das operações realizadas no mercado.

Tratamento tributário de bagagem de passageiro

Com o propósito de atualizar as normas que regulam a tributação da bagagem de passageiro procedente do exterior ou que ao exterior se destine, e conferir maior flexibilidade ao sistema, foi editado o Decreto-lei nº 2.110, de 14/05/84.

As normas anteriores, consubstanciadas numa série de diplomas legais, estavam por demais distanciadas da realidade, causando grandes e injustificáveis dificuldades operacionais.

Dentre as inovações introduzidas destaca-se a tributação especial da bagagem, com dispensa de consulta à Tarifa Aduaneira do Brasil e relativamente aos bens que não satisfizessem as condições para isenção, até o valor global a ser fixado pelo Ministro da Fazenda. Nesse caso, haverá isenção do IPI, incidindo, porém, o Imposto de Importação às alíquotas que forem fixadas por aquela autoridade, até um máximo de 400%.

Dispensa de obrigações acessórias

Pela Portaria MF nº 12, de 13/01/84, foi dispensado o cumprimento das seguintes obrigações acessórias previstas no regulamento do IPI:

- a) *comunicação do exercício de opção pela equiparação a industrial e comunicação de desistência dessa equiparação;*
- b) *apresentação à Secretaria da Receita Federal de relação, em três vias, do estoque existente no dia imediatamente anterior ao em que iniciar o regime de tributação;*
- c) *comunicação de desistência, bem como da apresentação do último documento de arrecadação e do demonstrativo do movimento relativo aos períodos de apuração do imposto vincendo;*
- d) *remessa de cópia dos documentos de arrecadação, quitados;*
- e) *prévia comunicação à Secretaria da Receita Federal, no caso de saída de produto por mudança de estabelecimento;*
- f) *pasta especial para arquivamento de vias de notas fiscais ou notas fiscais de entrada; e*
- g) *pasta especial para arquivamento de vias do documento cancelado.*

Extinção do Cadastro para Comerciantes de Produtos Estrangeiros

Pela Instrução Normativa SRF nº 004, de 11/01/84, foi extinta a "Ficha de Cadastro para Comerciantes de Produtos Estrangeiros", instituída pela IN-SRF nº 013/76.

Dispensa de registro de Livro Diário

A dispensa de registro e autenticação, em âmbito da Secretaria da Receita Federal, do Livro Diário utilizado pelas sociedades civis, foi autorizada pela edição da IN-SRF nº 005, de 11 de janeiro de 1984.

Autorização ao Ministro da Fazenda para dispensar obrigações acessórias

Inspirado no propósito de evitar autorização legislativa específica para cada obrigação acessória, e tendo em vista que sua instituição é feita exclusivamente no interesse da arrecadação e fiscalização dos tributos, foi baixada, através do Decreto-Lei nº 2.124, de 13/06/84, autorização genérica para o Ministro da Fazenda criar ou eliminar obrigações acessórias relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

OUTRAS MEDIDAS

DE APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

As alterações legais que exercem uma atuação genérica sobre todos setores e regiões do sistema econômico são comentadas a seguir.

Estímulo às atividades culturais e desportivas

Através do Decreto-lei nº 2.108, de 27/02/84, foi isentada dos impostos de importação e sobre produtos industrializados a importação de prêmios concedidos a pessoas residentes no País.

Trata-se de importação sem disponibilidade de divisas, além de que não seria justa a exigência de guia de importação nem a aplicação de norma impeditiva da entrada de tais bens no País.

Objetiva-se, com isso, solucionar definitivamente problemas que ocorrem com muita freqüência, quando da premiação, no exterior, de cientistas, artistas e desportistas, por seu desempenho em competições internacionais.

A par de sua conveniência, a medida viria pôr fim a discrepância atualmente existente entre o estímulo que se dá à participação em tais certames e os entraves que vinham se opondo ao ingresso dos prêmios conquistados.

Prorrogação da vigência de adicionais do imposto de Renda

O Decreto-lei nº 2.134, de 26/06/84, prorrogou a vigência dos adicionais que incidem sobre a parcela do lucro real ou arbitrado que exceder a quantia de 40.000 ONTS'a, sendo de 15% para as instituições financeiras e de 10% para as demais pessoas jurídicas.

Aumento da penalidade para quem prestar informação falsa no imposto de Renda

O DL nº 2.134/84, em seu artigo 6º, aumentou para 150% a multa a ser aplicada sobre o valor indevidamente pleiteado como restituição ou como redução de imposto devido na declaração.

Inclusão de Relações Públicas na Lista de Serviços

Pela Lei nº 7.192, de 05/06/84, foi incluído na Lista de Serviços a que se refere o art. 4º do DL nº 406, de 11/12/68, os prestados pelos profissionais autônomos de Relações Públicas.

Imposto de Renda de instituições financeiras

Pelo Decreto-Lei nº 2.124, de 13/06/84, as instituições financeiras e empresas de arrendamento mercantil foram autorizadas, em caráter excepcional, a pagar o Imposto de Renda com base nos lucros ou prejuízos havidos no segundo semestre de 1983 e primeiro semestre de 1984, ao invés de com base no imposto aplicável aos lucros do ano anterior.

Anistia Fiscal

Através do Decreto-Lei nº 2.163, de 19/09/84, foi permitido que os débitos com a Fazenda Nacional, de natureza tributária, vencidos até 31/12/82, fossem pagos com dispensa de multas e juros de mora, desde que efetuados de uma só vez e até 30 de novembro de 1984.

O referido ato legal cancelou, também, os débitos tributários para com a Fazenda Nacional, de valor originário igual ou inferior a Cr\$400.000.

Estímulo às Microempresas

Através da Lei Complementar nº 048, de 10/12/84, foram estabelecidas normas integrantes do Estatuto da Microempresa (Lei nº 7.256, de 27/11/84) relativas à isenção de ICM e IRR.

Referida Lei estabeleceu que as Microempresas serão definidas em cada unidade da Federação, em função de características econômicas regionais e locais. Além disso, tal definição deverá levar em conta que a perda de receita não ultrapasse 5% da arrecadação do imposto objeto do benefício.

Adicionalmente, foi editado o Decreto nº 90.373, de 28/11/84, que reduziu a zero as alíquotas de IPI de mercadorias

predominantemente fabricadas por empresas de pequeno porte. A medida, que integra uma série de providências semelhantes já adotadas neste tributo, a partir do Decreto-Lei nº 1.686/73 abrangeu produtos como: letreiros luminosos e cúpulas para abajures, artigos de seleiro e coureiro, de plástico; objetos de madeira como cabides, caixas, cofres, agulhas para crochê, arcos para peneira, escadas, baús, pranchetas escolares, colmeias, leques e estrados para empilhamento, obras de pedra como bustos, colunas e estatuetas, alçapões, raloeiras, gaimelas, viveiros, colunas, cavaletes, porta-cinzeiros, coroas para túmulos, comedouro para animais, de cobre e ferro, candealabros, lampadários, lustres e móveis de vime e bambu.

MERCADO SEGUADOR (*)

O desempenho do mercado segurador brasileiro está retratado neste trabalho, que focaliza as operações no período de 1979/1984.

DESEMPENHO OPERACIONAL

As operações de seguros do mercado interno tiveram declínio real de faturamento. Em valores corrigidos, o volume global de prêmios registrou as seguintes variações:

ANOS	VOLUME DE PRÊMIOS (1)	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1979	4.151,6	-
1980	3.820,7	- 8,0
1981	3.499,2	- 8,4
1982	3.636,3	+ 3,9
1983	3.341,9	- 8,1
1984(2)	3.046,7	- 8,8

(1) Em Cr\$milhões

(2) Estimativa

Esse comportamento pode ser atribuído à influência primordial de três variáveis macro-econômicas: produto interno,

renda nacional e inflação. As duas primeiras variáveis experimentaram fortes oscilações no período, com a ocorrência inclusive de taxas negativas. A última delas, a inflação, foi, no entanto, a que exerceu influência de maior peso, por dificultar o processo de atualização dos valores segurados. O componente básico de tal processo é a previsão inflacionária, que o usuário do seguro, para fins deste, tem incoercível tendência a subestimar. Com isso é introduzida inevitável defasagem entre os valores segurados, que geram o volume de prêmios, e o índice afinal atingido pelas variações de preços.

Cumprе assinalar, todavia, que apesar de tudo o declínio do volume de prêmios foi de reduzidas proporções, dadas as restrições a que estiveram submetidas as operações de seguros. No período 1979/1983, o decréscimo de faturamento foi em média de 5,3% ao ano, ao passo que a inflação, a princípio no patamar de 100% ao ano, iria depois ultrapassar 200% em 1983 e 1984. Do cotejo entre esses dados o que resulta evidente é a elevada capacidade de resistência do público segurado aos efeitos corrosivos da instabilidade monetária. Em outras palavras: é a prova eloquente da valorização do seguro em nossa cultura econômica, como expressão e instrumento do espírito de previdência.

O decréscimo de prêmios, todavia, não foi generalizado. Incidiu em 18 das 29 carteiras em que se distribuem as diferentes modalidades de seguros, atingindo entre elas as de maior posição relativa no "ranking" nacional. Essas 18 carteiras, no período 1979/1983, foram as seguintes, pela ordem de grandeza da queda percentual ocorrida no volume de prêmios: Pe-
nhor Rural (72,4); Fidelidade (69,1); DPVAT - seguro obrigatório de danos pessoais em acidentes de trânsito (46,7); Garanti-
tia de Obrigações Contratuais (43,1); Animais (40); Responsabi-
lidade Civil Geral (34); Responsabilidade Civil de Veículos -
seguro facultativo (32,4); Crédito à Exportação (31,1); Trans-
portes (29,2); Acidentes Pessoais (28,9); Vida (22,4); Incen-

dio (22); Lucros Cessantes (21,4); Riscos de Engenharia (18) ; Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário (17,6); Automóveis (13,9); Habitacional (2,5); Riscos Diversos (0,9).

As outras 11 carteiras, ao contrário, no mesmo período conseguiram faturamento acima da inflação. Pela ordem de grandeza do crescimento percentual, tais carteiras foram as seguintes: Seguro-saúde (879); Hospitalar-operatório (488,4) ; Global de Bancos (437,4); Crédito Interno (140,4); Aeronáuticos (78); Seguro Rural (52,1); Cascos de Navios (42,9); Tumultos (23,7); Vidros (22,3); Roubo (17,2); Responsabilidade Civil do Armador (11,8).

Em 1984, ano para o qual ainda não se dispõe de dados definitivos, mas apenas de estimativas preliminares, o comportamento da procura de seguros não terá experimentado alterações capazes de afetar as características que modelaram o quadro do período 1979/1983, aqui exposto. Nesse contexto, o que mais chama a atenção é o crescimento excepcional do seguro-saúde, porque assinala e revela importante fenômeno sócio-econômico. Em período de cortes e reajustamentos orçamentários induzidos por tensões econômico-financeiras, sem dúvida ganha relevo o fato de expandir-se a procura daquele seguro. Aí está implícita, claramente, nítida e inegável tendência social para atribuir prioridades à garantia de uma assistência médico-hospitalar em padrões satisfatórios, ainda que à custa de oneroso esforço individual.

Outra linha de análise do desempenho das operações de seguros é a do seu cotejo com o produto interno da economia-PIB. No período 1974/1978, por exemplo, foi observada forte relação positiva entre o volume de prêmios e o PIB, o primeiro quase sempre correspondendo a 1% do segundo. No período 1979/1983, a correlação passou a negativa: em valores corrigidos, o volume de prêmios tornou-se descendente, salvo em 1981, enquanto que o PIB cresceu em 1980 (7,2%) e em 1981 (0,9%), caindo em

1981 (1,6%) e em 1983 (3,2%). Para melhor ilustrar o ocorrido, assinala-se que o PIB (a preços de 1970) elevou-se de Cr\$ 413,6 bilhões em 1979 para Cr\$428,7 bilhões em 1983, enquanto o volume de prêmios, que era de 1% do PIB em 1979, caiu para 0,86% em 1983. Tudo isso confirma que, no comportamento das operações de seguros, o fator de maior influência consistiu nas mudanças de patamar do processo inflacionário.

Outra consequência da instabilidade monetária foi a corrosão dos resultados operacionais. É certo que em vários países, notadamente os industrializados, esses resultados não raro são deficitários, originando-se de duas causas básicas, combinadas em doses variáveis: o aviltamento tarifário decorrente de forte competição comercial e o perfil técnico das carteiras operadas. No caso brasileiro, todavia, o grande foco dos resultados operacionais negativos tem sido a inflação, com seu amplo cortejo de efeitos. Os déficits iniciaram-se em 1978 e até o ano de 1980 ficaram situados abaixo de 2% do volume de prêmios. Na medida em que o processo inflacionário ganhou aceleração, também foi impulsionada a relação percentual do déficit com o volume de prêmios: no biênio de 1982/1983, 12% em 1983 e, possivelmente, 14% em 1984. O diagnóstico aqui feito sobre a deterioração dos resultados é confirmado pela correlação histórica, no mercado segurador nacional, entre a ocorrência de déficits e as mudanças acentuadas de ritmo inflacionário.

Nas condições econômicas e sociais do período aqui relatado, não se produziram meios nem oportunidades para alterações importantes nas posições relativas das maiores carteiras de seguros, em termos de prêmios. Entretanto, cabe assinalar os seguintes fatos, em relação às sete principais modalidades de seguro:

- a) no conjunto, essas carteiras respondiam por 83% do faturamento do mercado em 1979, ao passo que no final do período passaram a responder por 79,5%;

- b) o seguro de vida, 2º lugar no ranking nacional, e o seguro de automóveis, 3º lugar, trocaram entre si essas posições;
- c) o seguro obrigatório de danos pessoais resultantes de acidentes de trânsito (DPVAT) caiu do 4º para o 7º lugar; e
- d) o seguro habitacional (Sistema Financeiro da Habitação), que era a 7ª Carteira, com pouco menos de 5,7% do faturamento do mercado, tornou-se a 5ª, subindo quase 6,9% sua participação percentual.

Entre essas mudanças merece comentário a ocorrida com o DPVAT. Tal seguro possui mecanismo tarifário que o protege contra a inflação. Além disso é obrigatório e tem por objeto a frota nacional de veículos, que não se reduziu no período. Portanto, seu forte declínio tem explicação evidente: a abstenção de crescente número de proprietários de veículos. Mais do que uma fuga à obrigação legal, essa abstenção implica um comportamento anti-social. O seguro DPVAT destina-se a proteger a população de mais baixa renda. Os acidentes de trânsito continuam a acusar altos níveis de incidência e, assim, o definhamento operacional do DPVAT redundará em prejuízo das classes economicamente mais fracas, desprotegidas por menor presença do seguro como instrumento de reparação de perdas.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Ao equilíbrio das operações de seguros é indispensável o lastro de adequadas reservas especiais. Tais provisões, cumprindo essa função técnica primordial, assumem por outro la-

do importante papel de ordem financeira. Juntamente com o patrimônio líquido das sociedades seguradoras alimentam investimentos que obrigam essas empresas a também operarem como investidoras institucionais. A índole das provisões, que é a de lastro técnico, e o caráter da presença das sociedades seguradoras no mercado financeiro, que é o de investidoras institucionais, justificam e impõem a intervenção normativa do Estado: através do Conselho Nacional de Seguros Privados, regulamento e o cálculo e a constituição das provisões; e por via do Conselho Monetário Nacional, disciplinando as aplicações de recursos e orientando-os para alocações de interesse da economia do País.

No quinquênio aqui relatado, a gestão financeira das sociedades seguradoras adquiriu nova e maior importância. Por causa dos crescentes resultados operacionais negativos, as aplicações financeiras tornaram-se a única fonte de rentabilidade e, portanto, o suporte único da solvência das empresas do próprio sistema segurador.

O desempenho alcançado pelas sociedades seguradoras na gestão financeira dos recursos disponíveis foi, sem dúvida, amplamente satisfatório. Em valores corrigidos, o patrimônio líquido do conjunto das seguradoras evoluiu de Cr\$2.716,3 bilhões em 1979 para Cr\$3.773,4 bilhões em 1983, estimando-se que tenha atingido Cr\$3.355,5 bilhões em 1984. As provisões técnicas, que em boa parte guardam correlação direta com o volume de prêmios, acompanharam as variações deste último, caindo de Cr\$1.190,3 bilhões em 1979 para Cr\$1.167,1 bilhões em 1983 e, provavelmente, para Cr\$1.120 bilhões em 1984.

O patrimônio líquido, que em 1979 correspondia a 65% do volume de prêmios, manteve quase sempre ascendente essa relação percentual, chegando a 108% em 1983 e, possivelmente, a 107% em 1984. As provisões técnicas, oscilando de 121 a 138 dos prêmios ao longo do período, provavelmente terão mantido esse nível de relação percentual em 1984. Importa frisar, em favor

desses dados, o expressivo índice de solvência do mercado, traduzido pelo fato de que a soma do patrimônio líquido com as provisões técnicas, da ordem de 92% do volume de prêmios em 1979, elevou-se a quase 142% em 1983, devendo repetir essa marca em 1984.

Esse comportamento patrimonial tem evidente e direta correlação com o desempenho das aplicações financeiras, que apresentaram crescimento real do período, da ordem de 22% ao ano. Os resultados dessas aplicações, absorvendo o impacto negativo dos déficits técnicos das operações de seguros, responderam pela rentabilidade final das sociedades seguradoras, contribuindo para a reinversão de lucros e para a preservação do vigor econômico-financeiro do setor do seguro como um todo. A rentabilidade final, no período, cresceu em valores corrigidos, variando entre 13% e 20% dos recursos (patrimônio líquido, mais provisões técnicas) e, num intervalo um pouco mais extenso (13 a 29 por cento), em relação ao volume de prêmios.

O desempenho financeiro e patrimonial do sistema segurador foi, em suma, de natureza a resguardar o setor na recente fase de adversidades da economia nacional. As sociedades seguradoras puderam, assim, atender em termos satisfatórios, tanto seus compromissos e responsabilidades com o público segurado, quanto a suas funções de investidoras institucionais. Em síntese: nesse balanço final das atividades do mercado segurador, o interesse público certamente contabilizou um saldo positivo.

Como investidoras institucionais, as sociedades seguradoras sempre mantiveram alto nível de aplicações. Nestas, em 1984 (como em anos anteriores), predominaram: ações e debêntures (34%); títulos do Tesouro Nacional (30%) e imóveis (cerca de 27%).

POLÍTICA SETORIAL

No início do período, a atividade seguradora nacional havia atingido apreciável grau de evolução econômico-financeira, e, também, operacional e técnica. A oferta abrangia todo o diversificado leque da demanda de seguros da economia interna do País, que se ampliara e em alguns segmentos até mesmo adquirira certa sofisticação, por efeito do nível então atingido pelo avanço do processo de industrialização.

Os percalços advindos do quinquênio 1979/1984 não se originaram no interior ou na estrutura do mercado. A crise foi exógena, localizando-se na mudança de comportamento de fatores macro-econômicos. Assim, em vez de alterações ou de inovações de índole estrutural, o mercado segurador passou a carecer de adaptações ao novo comportamento da economia. Por essa diretriz orientou-se a política de seguros.

A falta de espaço e de motivos para inovações, as funções normativas das autoridades do setor foram exercidas com os seguintes objetivos predominantes:

- a) ajustar a oferta à procura de seguros, modificando condições da primeira na medida em que os fatores econômicos ou sociais alterassem exigências e necessidades da segunda; e*
- b) preservar o nível de capacidade retentiva do mercado segurador, de modo a ser contida, tanto quanto possível, a transferência de negócios para o mercado internacional.*

Os reajustes de oferta consistiram quase sempre em reformas de condições de apólices e de tarifas, para acomodação às tendências do mercado. Entre muitos casos da espécie pode

ser citada, como exemplo, a revisão do seguro-saúde. Houve também outra forma de adaptação da oferta: a criação da cláusula de atualização dos valores segurados, como mecanismo de proteção contra os efeitos do processo inflacionário sobre os contratos de seguros. Cabe ainda mencionar, como exemplo de reajuste da oferta, a ampliação do mercado de seguros de vida, nele permitindo-se acesso a novas empresas capazes de atenderem aos requisitos para operar no ramo.

A preservação da capacidade retentiva do mercado — ponto vital na política de seguros por ser elemento gerador de economia de divisas — exigiu permanente esforço, tanto de adaptação dos correspondentes mecanismos operacionais (seguro, resseguro e retrocessão), quanto de compatibilização entre as responsabilidades absorvidas e o potencial econômico-financeiro do sistema. Nesse esforço teve relevante participação o Governo Federal, que através do Tesouro Nacional integra, como ressegurador, uma faixa especial de absorção de riscos de ponta. Ao longo do período, ocorreu acentuado e contínuo crescimento inflacionário de valores segurados nos segmentos de maior concentração de capitais segurados da economia nacional. Tais segmentos constituem o principal foco de superação da capacidade do sistema segurador e, portanto, de transferência de excedentes para o mercado internacional. Foi sobretudo nessa área que se exigiu trabalho permanente de atualização de capacidade retentiva. Cumpre assinalar que foram bem sucedidos os esforços realizados no sentido de preservar a capacidade retentiva do mercado. No período 1979/1984, as transferências feitas situaram-se de média não apenas satisfatória, em função dos índices históricos de repasses ao exterior, mas, também, situada entre as mais baixas do mundo.

Em relação à política do setor cumpre ainda registrar a implantação do sistema de previdência privada. Tomou impulso nos anos 70 uma tendência social: a da conquista de instrumentos de complementação de aposentadoria e de formação de pecúlio. Esses eram instrumentos então disponíveis numa área



específica: a dos montepios e organizações congêneres. Entera tradicional no País, o setor era, no entanto, operado por sociedades civis, sem regime legal que disciplinasse suas atividades. Era assim imperativo modernizá-lo, dando-lhe estrutura técnica e nova feição sócio-econômica, sobretudo para que ele se capacitasse a uma nova escala operacional, entrevistada na tendência social para a expansão da procura de seus serviços. A Lei viria posteriormente a ser regulamentada, aditando-se a seu contexto as necessárias normas complementares. Coube às autoridades do setor de seguro, a partir de 1979, realizar essa tarefa na área da chamada previdência privada aberta (aberta ao grande público), inclusive levando a efeito minudente e rigoroso trabalho de triagem, análise e auditoria das organizações pré-existentes, a fim de inaugurar-se realmente outra época com o regime legal que fora instituído.

ATUAÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL

Nenhum país, desenvolvido ou em desenvolvimento, tem mercado segurador auto-suficiente. Todos eles, por isso, compram resseguros no mercado internacional, assim transferindo excessos de responsabilidade nos "grandes riscos" de suas respectivas economias internas.

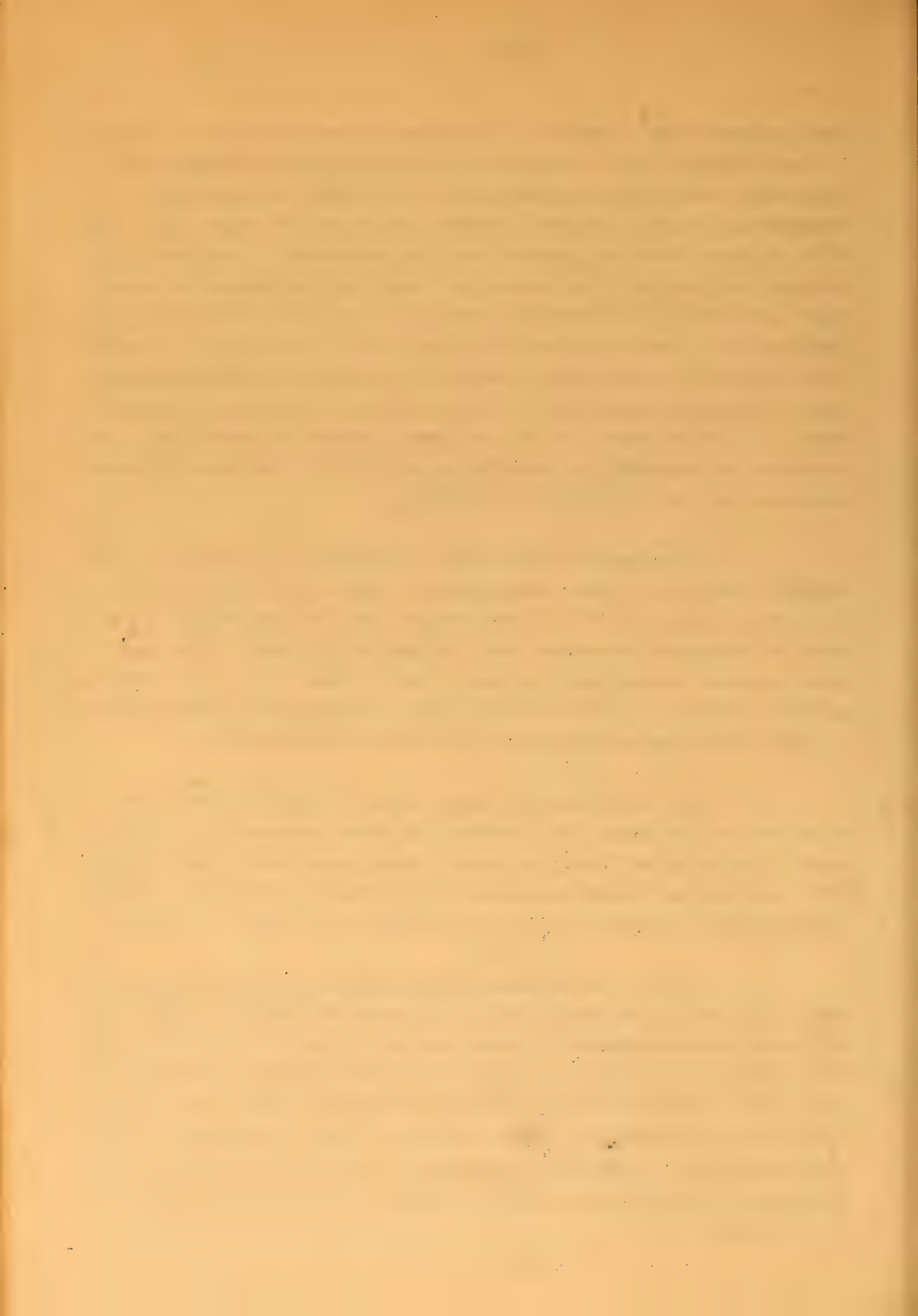
O Brasil é e sempre foi comprador de resseguros internacionais — mas era exclusivamente comprador, isto é, importador daquele serviço. Com o tempo, a evolução técnica e econômico-financeira do mercado segurador interno viria induzir, a certa altura, o projeto de fazer do Brasil não apenas um comprador, mas também um vendedor de resseguros internacionais. Um exportador nessa faixa de serviços. Assim, em 1972 o IBO instalou Escritório de Contactos em Londres, grande centro de resse-

guro internacional. Em 1975, criou em sua sede, no Rio de Janeiro, um Consórcio com a participação de sociedades seguradoras, para serem ampliadas as operações brasileiras de resseguro internacional ativo, até então sempre escassas. No mesmo ano de 1975, o Escritório de Londres iniciou operações. O esquema ali adotado foi também o de Consórcio, com a participação de sociedades seguradoras do mercado brasileiro: um outro Consórcio, independente do que antes se criara na sede. Entretanto, a essas duas iniciativas não ficou limitado o projeto de internacionalização do seguro brasileiro. As sociedades seguradoras, isoladamente e a requerimento delas próprias, também se engajaram no processo de captação de negócios no exterior. Com essas adesões alargaram-se os horizontes do projeto.

Os primeiros resultados negativos do Consórcio de Londres começariam a ser conhecidos a partir de 1978; mais amplamente, depois de 1979. Isso porque, em face da própria natureza do resseguro internacional, a apuração contábil dos resultados de suas operações é trienal. Assim, ano a ano e a contar de 1978, surgiram os déficits de cada exercício de competência — todos eles tempestivamente liquidados pelo Consórcio.

Os exercícios de competência do período 1978/1981, relativos ao Consórcio de Londres, já foram encerrados, totalizando o déficit de £288,1 milhões. Falta encerrar o exercício de 1982, ano em que foram suspensas as operações, bem como alguns contratos realizados em 1982 para início de vigência em 1983.

O IRB e as sociedades seguradoras fizeram, portanto, uma tentativa de internacionalizar o mercado segurador brasileiro. Nesse empreendimento tiveram prejuízo, que é a alternativa desfavorável do processo de exploração do resseguro internacional. Esse é um setor de atividade marcado por exacerbada competição, nele sucedendo-se fases de bons e maus resultados. O projeto brasileiro, como só a posteriori ficaria demonstrado, teve implantação coincidente com a de uma fase desfavorável para todo o mercado.



O Consórcio em operação na sede, que atravessou praticamente todo o período registrando resultados superavitários, somente acusaria déficit no exercício de competência relativo a 1981, encerrado em 1984. Essa mudança reflete os maus resultados do mercado norte-americano de resseguros, do qual em maior parte foram procedentes os negócios aceitos pelo Consórcio Brasileiro.

Cabe salientar que os resultados do projeto de internacionalização, afinal adversos tanto para os Consórcios quanto para as iniciativas isoladas das sociedades seguradoras, constituíam na verdade uma das hipóteses esperáveis, entre as duas existentes num empreendimento de alto risco como a conquista de espaço no mercado internacional. E o seguro brasileiro estava na realidade preparado para a hipótese desfavorável da alternativa. Tanto assim que absorveu os maus resultados advindos, sem comprometer seu potencial econômico-financeiro e sua solvabilidade, como também sem prejudicar a marcha ascendente dos seus índices de rentabilidade, como ficou tudo isso espelhado em trechos anteriores deste Relatório. O mesmo ocorreu em relação ao IRR, como se verá mais adiante nos itens em que será abordado o desempenho financeiro e patrimonial da entidade.

Por último deve ser assinalado que, não obstante os percalços do projeto de internacionalização, mesmo assim o setor do seguro pôde inverter a antiga tendência que marcava sua presença no Balanço de Pagamentos do País. Segundo dados do Banco Central do Brasil, o déficit sistemático e acumulado do período 1947/1977 foi da ordem de US\$234 milhões. Posteriormente, o item "Seguros" passou a superavitário, com saldos que totalizaram US\$238 milhões no triênio 1978/1981, voltando a ocorrer déficits no biênio seguinte, dessa feita somando US\$40 milhões. No período ulterior a 1977, o saldo positivo foi, portanto, da ordem de US\$178 milhões, faltando apenas computar o resultado, ainda não disponível, do ano de 1984.

ATUAÇÃO NO MERCADO INTERNO

O volume de prêmios de resseguros atingiu Cr\$787 bilhões em 1984, acusando em relação ao ano anterior o crescimento nominal de aproximadamente 228%, com expansão real pouco acima de 2%. Ao longo do período 1979/1984, essa receita teve o seguinte comportamento:

PRÊMIOS DE RESSEGUROS

ANOS	RISCOS DO PAÍS	RISCOS DO EXTERIOR (*)	T O T A I S		Em Cr\$ milhões
			VALORES CORRENTES	VALORES CONSTANTES	VARIAÇÃO ANUAL
					(%)
1979	13.236,4	809,0	14.045,4	925.379,3	-
1980	24.936,1	2.285,0	27.221,1	903.736,7	- 2,3
1981	52.368,3	4.686,3	57.054,6	915.872,0	+ 1,3
1982	104.924,0	9.014,9	113.938,9	941.675,0	+ 2,8
1983	224.151,2	16.051,9	240.203,1	774.544,5	-17,7
1984	731.670,9	55.362,3	787.033,2	787.033,2	+ 1,6

(*) Operações diretas da sede com o mercado internacional

Apesar da ocorrência de algumas variações positivas ao longo da série, na verdade decresceu o volume de prêmios, em termos reais. Em 1984, a receita apenas correspondeu a 85% do nível registrado no início do período, o que equivale a decréscimo da ordem de pouco mais de 3% ao ano, em média. Isso reflete o próprio comportamento declinante dos prêmios de seguros, já que destes últimos o resseguro é uma variável dependente. No período, os prêmios de resseguros e de seguros guardaram, entre si, uma relação de 23,4%, não ocorrendo afastamentos expressivos em torno dessa média, como se observa no seguinte quadro:

ANOS	Cr\$ milhões (Valores correntes)		
	P R Ê M I O S		R
	SEGUROS DIRETOS (1)	RESSEGUROS RISCOS DO PAÍS (2)	
1979	63.013,5	13.236,4	21,0
1980	115.083,2	24.936,1	21,7
1981	217.981,5	52.368,3	24,0
1982	439.981,9	104.924,0	23,8
1983	1.036.392,6	224.151,2	21,6
1984	3.046.674,5 (*)	731.670,9	24,0

(*) Estimativa

Em 1984, o volume de prêmios retrocedidos pelo IRR foi de Cr\$468,6 bilhões, equivalente a 64% da receita de prêmios de resseguros e aproximadamente a 15% dos prêmios de seguros. A maior parte das retrocessões foi ao mercado interno: Cr\$345,7 bilhões, ou 47,2% dos prêmios de resseguros. O restante foi retrocedido ao mercado internacional. As transferências ao exterior, ao longo do período, registraram média pouco inferior a 4% dos prêmios de seguros. A marcha dos prêmios de retrocessões foi a seguinte:

Cr\$ milhões			
ANOS	PRÊMIOS DE RETROCESSÕES		VARIACÃO ANUAL (%)
	EM VALORES CORRENTES	EM VALORES CONSTANTES	
1979	6.516,2	429.318,9	-
1980	13.543,9	449.655,6	+ 4,1
1981	30.482,2	489.317,1	+ 8,8
1982	63.795,1	527.249,7	+ 7,7
1983	136.727,6	440.883,6	- 16,4
1984	468.621,5	468.621,5	+ 5,1

Com exceção de 1983, nos demais anos da série houve crescimento real das retrocessões. Assim, em relação a 1979, o volume de retrocessões em 1984 acusou crescimento real de 94,0%, seja, uma expansão à base da taxa média (anual) de quase 1,8%. Tal expansão ocorreu, todavia, com participação predominante das retrocessões ao mercado interno. O fenômeno revela a existência de queda na retenção do IRB, em termos relativos, conforme o quadro seguinte:

A N O S	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL		
	PRÊMIOS DE RESSEGUROS	PRÊMIOS DE RETROCESSÕES	RETENÇÃO DO IRB
1979	100	46,4	53,6
1980	100	49,8	50,2
1981	100	53,4	46,6
1982	100	56,0	44,0
1983	100	56,9	43,1
1984	100	64,0	36,0

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

Efetuada os ajustes de correção monetária tanto do Patrimônio Líquido quanto do Ativo Permanente, para efeito de eliminação do teor inflacionário do Lucro, o resultado bruto, positivo e real das operações do IRB em 1984, foi de Ce\$391.538,5 milhões, acusando em relação ao ano anterior o crescimento nominal de 339%. No período 1979/1984 a evolução do lucro foi a seguinte:

A N O S	Em Cr\$ milhões		
	LUCRO BRUTO		ÍNDICES
	EM VALORES CORRENTES	EM VALORES CORRIGIDOS	
1979	3.507,2	231.071,4	100
1980	6.201,2	205.878,9	89
1981	12.098,9	194.218,2	84
1982	21.803,7	180.201,8	78
1983	89.156,8	287.489,7	124
1984	391.538,5	391.538,5	169

No período, e em valores corrigidos, o LUCRO BRUTO totalizou pouco mais de Cr\$1.490 bilhões, após a dedução dos prejuízos que teve o IRB, em decorrência do projeto de internacionalização do mercado brasileiro. O lucro bruto, embora em termos reais tenha oscilado de expressão no triênio de 1980/1982, cresceu no biênio seguinte (1983/1984), elevando-se a nível superior ao de 1979. Analisado de outros ângulos, o comportamento do lucro bruto foi sempre satisfatório. Assim, e não obstante os prejuízos das operações internacionais, os indicadores percentuais do lucro final apurado foram os seguintes:

ANOS	LUCRO/PRÊMIOS DE RESSEGUROS (PAÍS)	LUCRO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	LUCRO/PAT. LÍQUIDO PROVISÕES TÉCNICAS
1979	26,5	41,0	24,0
1980	24,9	46,5	24,7
1981	23,1	39,0	19,2
1982	20,8	31,2	19,9
1983	39,8	44,2	22,2
1984	49,7	45,5	30,2

O lucro bruto de 1984 teve a seguinte composição:

	<u>Cr\$ milhões</u>
Resultados de Operações	
Nacionais.....	(15.909,8)
Internacionais.....	(463.550,3)
	(479.460,1)
Resultado Administrativo..	(62.944,2)
Resultado Patrimonial.....	933.942,8
LUCRO BRUTO.....	391.538,5

As apropriações do lucro bruto totalizaram Cr\$217.273,6 milhões, a saber:

	<u>§</u>	<u>Cr\$ milhões</u>
Provisão para Imposto sobre a Renda	75,94	165.000,0
Provisão para participações Estatutárias (funcionalismo e Conselho Técnico).....	10,74	23.334,6
Provisão para encargos perante a PREVIRB.....	4,84	10.517,0
Provisão para FINSOCIAL.....	3,71	8.052,3
Provisão para férias.....	2,64	5.725,6
Provisão para desvalorização de inversões.....	1,94	4.224,0
Provisão para créditos de realização duvidosa.....	<u>0,19</u>	<u>420,1</u>
	<u>100,00</u>	<u>217.273,6</u>

Feitas essas apropriações, o lucro líquido apurado no Exercício foi de Cr\$174.264,9 milhões, correspondendo a 20,3% do patrimônio líquido atingido no final do ano.

O resultado operacional é proveniente das operações de resseguro. No mercado interno, seu comportamento tem sido o seguinte:

ANOS	RESULTADOS OPERACIONAIS		Cr\$ milhões
	VALORES CORRENTES	VALORES CONSTANTES	ÍNDICES
1979	908,2	59.836,6	100,0
1980	1.770,3	58.773,7	98,0
1981	3.745,9	60.131,3	100,5
1982	8.563,1	70.771,8	118,0
1983	(800,9)	(2.582,5)	(4,0)
1984	(15.909,8)	(15.909,8)	(26,6)

Na série 1979/1984, registraram-se prejuízos operacionais tão-somente no biênio 1983/1984. Com a aceleração do ritmo inflacionário, o IRB veio a experimentar queda real no volume de prêmios de resseguros e, em sentido inverso, a elevação real de despesas administrativas. Esses dois fatores obviamente influenciaram os resultados das operações.

A evolução das despesas administrativas vai constar da no seguinte quadro:

ANOS	DESPESAS ADMINISTRATIVAS		Cr\$ milhões
	VALORES CORRENTES	VALORES CONSTANTES	VARIACÃO
1979	1.218,6	80.287,3	-
1980	2.551,0	84.692,8	+ 5,5
1981	4.882,9	78.383,0	- 7,4
1982	10.839,7	89.587,3	+ 14,3
1983	22.734,4	73.308,0	- 18,2
1984	62.944,2	62.944,2	- 14,1

Em valores corrigidos, ocorreram oscilações tanto ascendentes quanto descendentes, no comportamento da despesa administrativa. O fato na verdade de realce é que a despesa, ao longo do período, foi da ordem de 8,9% da receita de prêmios de resseguros, com expressivos afastamentos anuais em torno dessa média.

Para a geração de lucros, o ressegurador institucional teve forte e importante suporte nos resultados de suas aplicações financeiras. No período, esse item teve o seguinte comportamento:

Cr\$ milhões			
ANOS	RESULTADO DE APLICAÇÕES		ÍNDICES
	EM VALORES CORRENTES	EM VALORES CONSTANTES	
1979	3.907,8	257.464,9	100
1980	6.981,9	231.798,0	90
1981	20.884,3	335.246,3	130
1982	56.245,7	464.855,9	180
1983	285.698,0	921.244,6	358
1984	933.942,8	933.942,8	363

A estrutura das aplicações do Instituto de Resseguros do Brasil-IRB, em 31 de dezembro de 1984, era a seguinte:

Cr\$ milhões

RUBRICA	APLICAÇÕES	POSIÇÃO RELATIVA (%)
Títulos do Governo Federal...	1.462.294,5	72,4
Depósitos em moeda estrangeira:		
- no País.....	236.003,8	11,7
- no Exterior.....	207.015,2	10,3
Ações e Debêntures.....	100.632,2	5,0
Ações e Bônus no Exterior....	12.593,5	0,6
T O T A I S.....	2.018.539,3	100,0

LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Esse é um dos setores de realce no conjunto das atividades do IRB. Sua lida é com o produto final que o público usuário adquire na compra do seguro: a correta indenização dos prejuízos causados pelos riscos cobertos. Da qualidade de tal produto resulta, em última análise, a imagem pública da própria instituição do seguro.

A intervenção do IRB nessa área, contudo, fica necessariamente circunscrita aos eventos de maior porte. Às sociedades seguradoras é assim reservada ampla faixa de ação, dentro de cujos limites lhes cabe processar a regulação dos sinistros de interesse de seus segurados. Esse regime de divisão de trabalho, com adequada repartição de áreas de atuação, dá maior agilidade e eficiência ao sistema.

O IRB, com a imparcialidade e os padrões técnicos de sua atuação na faixa de liquidação dos sinistros de maior

porte, não só introduz importante fator de equilíbrio de interesses nas relações entre segurados e seguradoras, mas também nas relações do mercado interno e os ressegurados internacionais, quando estes têm parte na cobertura dos prejuízos havidos.

O Departamento do IRB a que estão afetas as liquidações de sinistros acumula, com essa função especializada, outra também importante: a da inspeção de grandes riscos. Nesta última, além do objetivo da justa classificação tarifária, há também o da melhoria da qualidade dos riscos, com o efeito preventivo de reduzir a incidência e extensão de danos.

No ano de 1984, o IRB processou regulações de sinistros que geraram a expedição de 1.646 autorizações para pagamento de indenizações. Nesse total de casos, tiveram maior participação o seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (413), o seguro de navios (277), o de transportes (325), o de riscos rurais (134), o de incêndio (116) e o de aviões (97). No período 1979/1984, as autorizações expedidas totalizaram 7.743 liquidações de sinistros, somando em indenizações Cr\$1,1 trilhão, em valores constantes. No quinquênio, as modalidades de seguro com maior número de liquidações de sinistros processadas pelo IRB foram: habitacional (3.469), transportes (2.009), riscos rurais (1.238), cascos de navios (1.052), incêndio (664) e aeronaves (450).

CONCLUSÕES

Não obstante a ocorrência de fatores adversos, afetando o seguro e o resseguro tanto na economia interna

do País quanto ao mercado internacional, o Instituto de Resseguros do Brasil-IRB teve desempenho satisfatório no quinquênio 1979/1984.

Em síntese, cabe dizer que o IRB pôde conservar sua tradição de entidade rentável, econômica e financeiramente autônoma, dando assim seqüência à evolução patrimonial que lhe é exigida por sua missão de promover a absorção, dentro do País, da renda gerada pela demanda de seguros da economia nacional.

SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS (*)

Do Sistema Nacional de Seguros Privados, além do Conselho Nacional de Seguros Privados, da Superintendência de Seguros Privados e do Instituto de Resseguros do Brasil, fazem parte também as Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Corretores Habilitados e as Entidades de Previdência Privada Aberta.

PARTE I - PERÍODO 1979 - 1984

MERCADO SEGURADOR

Não obstante as conhecidas vicissitudes do período, envolvendo sem discriminação todo o conjunto de atividades no País, o setor do seguro teve desempenho que lhe preservou a vitalidade econômico-financeira. Por isso, teve ele condições de continuar atendendo, em termos satisfatórios, a suas responsabilidades e funções institucionais.

A atividade seguradora tem comprovada e forte dependência do comportamento de três variáveis macro-econômicas: o volume da produção de bens e serviços, a distribuição da renda e a taxa de inflação. No período em análise nenhuma dessas variáveis teve ação estimulante sobre as operações de seguros. Das três, porém, a taxa de inflação foi a que teve maior influência sobre o declínio ocorrido no volume real de faturamento do mercado. Estimativa preliminar autoriza a previsão de que, em 1984, a receita das operações de seguros tenha sido da ordem de Cr\$1.158,1 bilhões, registrando decréscimo de 23,9% em relação a de 1979 (Cr\$4.152,1 bilhões, a preços de 1984). Essa taxa acumulada rep-

(*) Fonte: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS-SUSEP

responde a uma perda de receita tão-somente de 5,3% ao ano, na verdade de reduzida expressão em confronto com os índices inflacionários do período. Esse é um dado que testemunha de forma eloquente a valorização do seguro em nossa cultura econômica, pois traduz e revela significativo esforço pela manutenção de um alto nível de previdência, em circunstâncias sobremodo adversas.

As três variáveis já mencionadas, e sobretudo a taxa de inflação, explicam o regime de sistemático e crescente déficit operacional em que a atividade seguradora foi exercida ao longo do período. Esse regime, no entanto, foi com boa margem corrigido em seus efeitos negativos pelos resultados da gestão financeira, esta desenvolvida pelas empresas de seguros como investidoras institucionais.

As operações de seguros e a solvabilidade das empresas do ramo têm lastro em recursos (patrimônio social e reservas técnicas) cujas aplicações são disciplinadas pelo Conselho Monetário Nacional. Trata-se de disciplina que visa, a um só tempo, a fortalecer a estrutura patrimonial da atividade seguradora e alocar suas aplicações em áreas e objetivos de interesse da economia nacional. A gestão de tais recursos, cumprindo os dois mencionados objetivos, permitiu que o mercado segurador nacional atravessasse todo o período em análise ostentando bons índices de vitalidade econômico-financeira. No conjunto, o patrimônio e as reservas técnicas das seguradoras, somados, acusaram crescimento real de 20%, índice que possivelmente também terá ocorrido em 1984. No início do período, aqueles dois itens somavam recursos equivalentes a quase 99% da própria receita das operações de seguros; no final (1983), a relação aumentou para 147,8%, indicando acentuada melhora do índice de solvência do setor.

Predominam nas aplicações das empresas seguradoras os títulos do Tesouro Nacional e as ações de sociedades anônimas de capital aberto. Em 1979, esses dois itens representavam

53% do total de aplicações; em 1984, passaram a representar 58%.

PARTE II - PERÍODO 1984

É com grande satisfação que registramos o crescimento eficiente do mercado brasileiro de seguros que produziu resultados positivos em 1984, com medidas de grande alcance tomadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela SUSEP, o que levou o mercado a superar as dificuldades correntes da economia.

Ao iniciarmos o exercício de 1984, contávamos com 95 seguradoras em atividade, sendo 93 (noventa e três) nacionais e 2 (duas) estrangeiras. No decorrer do referido exercício foram concedidas, com a devida autorização governamental, mais 2 (duas) Cartas-Patentes a saber: Seguradora Brasileiro-Iraqulana S/A-SBI e Gente Seguradora S/A, elevando-se, assim, para 97 (noventa e sete) o total das seguradoras no mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 1984 o capital dessas sociedades somou Cr\$782 bilhões, havendo um acréscimo em relação ao ano anterior de 200,7%.

PRÊMIOS

A receita de prêmios diretos no País foi de Cr\$1,918 trilhões, de janeiro a setembro (uma vez que o 4º trimestre de 1984 corresponderá ao Balanço cuja apresentação à SUSEP, segundo a legislação em vigor, será feita até 05 de abril vindouro), correspondendo a um crescimento nominal de 190,4% em relação ao resultado obtido, em igual período, do exercício de 1983 (Cr\$667,3 bilhões). Admitida a hipótese conservadora de que o mercado tenha se comportado no último trimestre de 1984 tal como ocorreu no período outubro/dezembro de 1983, podemos estimar uma receita para 1984 em torno de Cr\$3,158 trilhões.

PATRIMÔNIO

O patrimônio líquido contábil das sociedades seguradoras alcançou, no mesmo período (primeiros nove meses de 1984), cifra de Cr\$1,366 trilhões.

Já o Ativo Líquido Operacional das sociedades seguradoras em igual período era de Cr\$3,155 trilhões.

Para maior ilustração, oferecemos o seguinte demonstrativo:

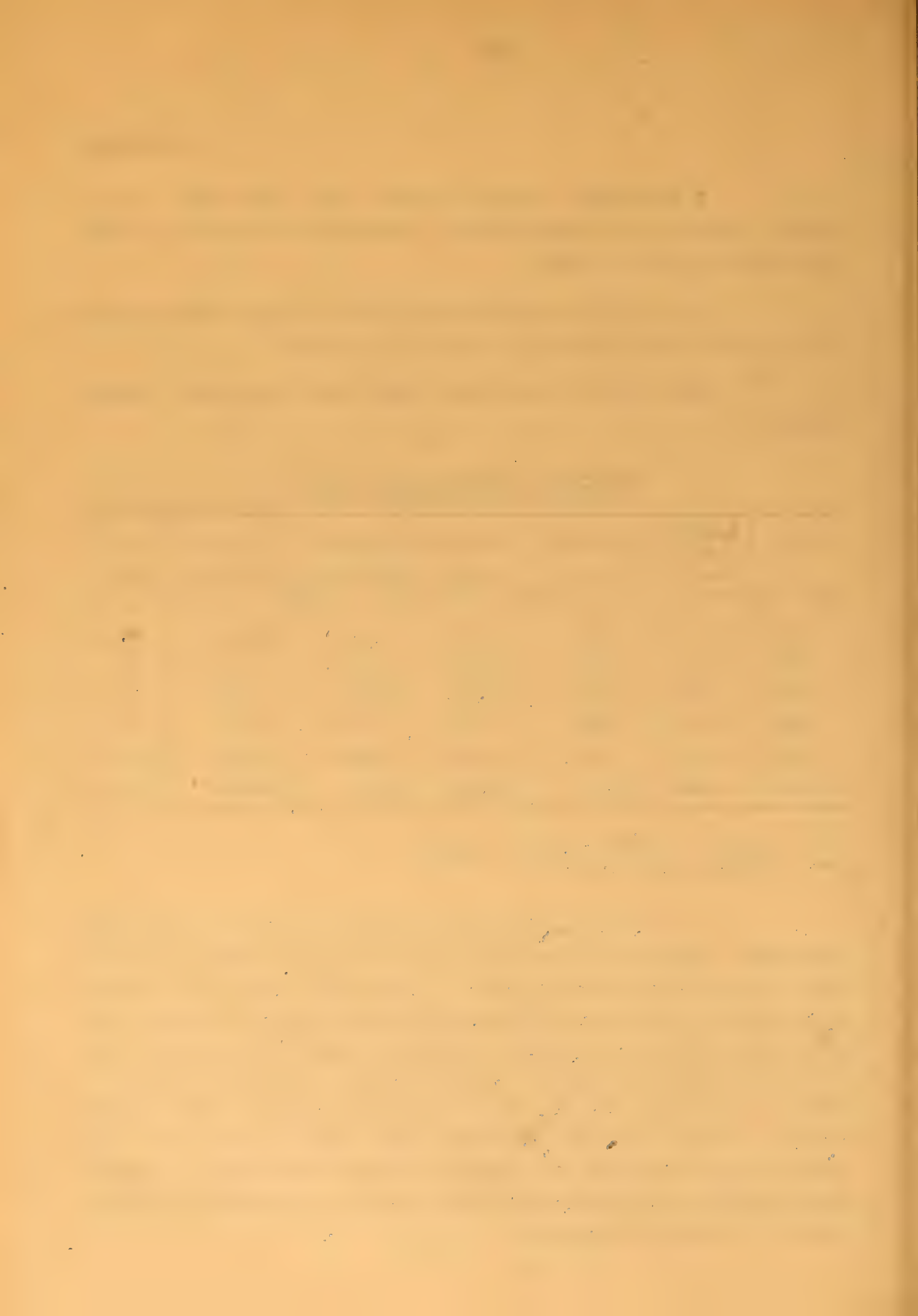
MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO

A N O	Receita de Prêmios	Patrimônio Líquido	Provisões Técnicas	Resultado Operacional	Em Cr\$ bilhões (*)	
					Receita Financeira	Lucro Bruto
1979	4.152,1	2.716,6	1.390,4	(66,7)	635,6	568,9
1980	3.821,2	2.192,4	1.289,1	(71,0)	621,3	550,3
1981	3.499,6	2.524,9	1.204,9	(242,7)	906,4	663,7
1982	3.636,8	2.920,4	1.242,6	(218,7)	998,7	780,8
1983	3.342,3	3.773,8	1.167,2	(404,1)	1.414,6	1.010,5
(**)1984	3.158,1	3.355,5	1.120,0	(452)	1.478,8	1.006,6

(*) - A preços de 1984 (IGP-Oferta Global)

(**) - Estimativa preliminar

O total de bens em garantia das reservas técnicas das Sociedades Seguradoras, admitidos pela Resolução BACEN nº 318/79, somou, em 30 de setembro de 1984, a quantia de Cr\$1,142 trilhões. Os principais itens das aplicações das Sociedades de Seguros como investidores institucionais foram, em 1984: Títulos do Governo Federal (ORTN's e LTN's) 29,78%; Ações e Debêntures 25,40%; Imóveis 27,60% e 6,61% em CDB's e Letras de Câmbio. Pode-se estimar que o valor total dos referidos bens alcancem Cr\$1,565 trilhões ao final de 1984. Os números citados demonstram o acerto das diretrizes governamentais para o setor e comprovam a vitalidade e a solidez do mercado.



As 97 seguradoras possuem 3.030 dependências no território nacional e 15 sucursais no exterior, assim distribuídas:

a) sucursais no país.....	1.303
b) sucursais no exterior.....	15
c) agências.....	53
d) filiais.....	163
e) representações.....	126
f) inspetorias de produção.....	1.185

Ao término de 1984 tínhamos registrado um total de 16.767 corretores de Ramos Elementares nesta SUSEP, sendo 13.638 Pessoas Físicas e 3.129 Pessoas Jurídicas, sem levar em consideração o número de Prepostos registrados, que alcança 36.455.

Com relação às Entidades de Previdência Privada Abertas, os processos apresentados à SUSEP até 31 de dezembro de 1984 permitiram expedir 116 Cartas-Patentes, assim distribuídas:

a) entidades sem fins lucrativos.....	63
b) entidades com fins lucrativos.....	34
c) seguradoras com fins lucrativos.....	19

Objetivando maior solidez para o mercado de Previdência, foram apresentados ao CNSP, através desta Superintendência, 02 (dois) pedidos de incorporação, os quais mereceram aprovação daquele colegiado.

Com relação aos bens dados em garantia das Reservas Técnicas das Entidades de Previdência Privada, somaram Cr\$50.754 bilhões, sendo de notar maior destaque ainda em imóveis, ou sejam 49,39%. Cabe ressaltar que as Entidades vem gradativamente se adequando à Resolução BACEN no 460, que concede um determinado prazo a sua completa adequação.

Na execução da política do setor de seguros merece ram particular atenção dos órgãos específicos do governo, em

1984, os problemas relativos aos seguros de pessoas, os quais configuram maior e mais direto interesse social. Daí a vigilante ação exercida no propósito de preservar os padrões de eficiência do seguro obrigatório de automóveis. Tal seguro, que tem como objeto a reparação dos danos pessoais resultantes de acidentes de trânsito, se destina ao amparo, sobretudo das classes de menor renda, cujo controle, além de feito por vários departamentos da SUSEP, o foi também pelos Bancos, por determinação do Banco Central.

No aspecto da previdência Privada houve a mesma preocupação e foi intensificado o esforço de realização dos metódicos e complexos exames e acompanhamento de todas as organizações que já obtiveram autorização para operar no Sistema de Previdência Privada, bem como aquelas que postulam ainda tal autorização. Tal sistema põe à disposição do público um largo espectro de planos garantindo "pecúlios e pensões" através de esquemas com suporte de adequadas bases atuariais e econômico-financeiras, sob fiscalização permanente do Governo. O Sistema é, em essência, mais um mecanismo de captação de poupança, de grande valia também como reforço substancial das aplicações atualmente feitas pelo setor de seguros no processo econômico do País.

A política dos órgãos oficiais do setor constituiu-se na ação dos mecanismos disponíveis de controle — no Conselho Nacional de Seguros, como órgão normativo — e na SUSEP, através das funções tanto normativas como fiscalizadoras, permitindo que as Sociedades do Sistema tivessem condições apropriadas ao desempenho de suas atividades.

Entre as medidas de cunho normativo adotadas em 1984, cabe ressaltar que o CNSP baixou 15 Resoluções destacando os seguintes assuntos:

- a) fórmula do cálculo do Ativo Líquido para o Limite de Produção do DPVAT;

- b) estabeleceu novos Limites Técnicos mínimos para o cálculo do Limite Operacional;
- c) normas disciplinadoras para a operação e transformação de Sociedades Cíveis de Previdência Privada Abertas, sem fins lucrativos, em Sociedades Comerciais, sob a forma de Sociedades Anônimas, com fins lucrativos;
- d) normalizou a concessão de registro de corretores pessoas jurídicas; e
- e) liberou a produção do seguro DPVAT.

O DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA (*)

PROBLEMAS BÁSICOS

O período 1979-83 testemunhou a combinação favorável dos principais componentes do cenário externo que condiciona a economia brasileira. A 2ª Crise do Petróleo não atingiu quando nem havíamos completado o ajuste à 1ª. Começávamos o período com a retaguarda ainda desquarneckida para enfrentar uma nova crise externa de grandes proporções.

Ao longo de 1979, examinou-se a conveniência de acelerar o processo de adaptação aos choques do petróleo, tendo em mente os custos elevados em que a sociedade brasileira incorreria. Verificou-se que o País poderia prosseguir numa estratégia de desaceleração progressiva dos gastos agregados e evitar os traumatismos sociais que acompanham uma recessão industrial. Os elementos básicos da estratégia seriam a ênfase na agricultura, exportação e substituição de petróleo importado.

Demonstrou-se a viabilidade do crescimento da economia a taxas praticamente iguais à média histórica. Significava gerar uma trajetória de déficits em conta-corrente declinantes a partir de 1980. O crescimento nominal da dívida externa total da se daria a taxas também decrescentes até 1981, quando estacionaria num nível inferior ao do final de 1984.

A estratégia, levado em conta o impacto do 2º Choque, representaria o desejo de que as demais condicionantes externas se comportassem dentro das previsões. Teve lugar, no entanto, o

(*) FONTE: INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-IPES

partir de 1980, a pior seqüência de acontecimentos externos desfavoráveis da história econômica do pós-querra. Começou pela subida das taxas de juros, prosseguiu com a recessão mundial e registrou-se uma queda contínua nos termos de troca brasileiros.

Tendo como objetivo o combate à inflação simultaneamente com gastos governamentais elevados, o governo americano passou a adotar uma política monetária contracionista, que resultou numa elevação da taxa de juros naquele país, seguida da taxa internacional relevante ao Brasil. Procedimento idêntico foi adotado nos demais países da OCDE, visando a reduzir o risco de o dólar valorizar-se sensivelmente e suceder uma fuga de capitais para os Estados Unidos. A combinação de taxa de juros elevada e recessão mundial resultou na depressão dos preços dos nossos principais produtos de exportação.

Esses acontecimentos nos surpreenderam logo em 1980, quando se iniciava a execução da estratégia do médio prazo. Seria impossível persistir numa estratégia de desaceleração progressiva do dispêndio. Teve início nova fase da política econômica brasileira e os instrumentos básicos foram redireccionados, para ajustamento mais rápido. Enquanto pôde, o País evitou adotar essa rota, pelas consequências desastrosas ao bem-estar da população.

Aumentou-se a dosagem dos instrumentos já em 1981, o que resultou na primeira recessão industrial após muitos anos. Era de tal ordem a dimensão do problema externo, que a contração industrial de 1981 foi insuficiente para mostrar resultados significativos no balanço de pagamentos. A quase repetição da dosagem em 1982 foi insuficiente para esse fim, tendo, ao contrário, levado a uma deterioração expressiva da situação de nossas contas externas.

Ocorreu uma sucessão de crises de pagamentos, iniciada pela do México, em setembro de 1982. Surgiu um novo pro-

blema para o nosso País: paravam de funcionar os mecanismos voluntários de aporte de recursos para financiar as transações com o exterior e acelerava-se a taxa de inflação.

A economia brasileira dependia crucialmente, naquela altura, da manutenção de linhas de comércio com os bancos estrangeiros, para financiar as suas importações essenciais, como petróleo e medicamentos, por exemplo.

O caminho adotado foi o de negociar com a comunidade financeira internacional a alocação de recursos externos para o exercício seguinte, incluindo a manutenção das linhas de comércio e a renegociação das amortizações vincendas, sem falar na obtenção de recursos novos para financiar parte do pagamento de juros sobre a dívida.

Em que pese os inconvenientes óbvios do sistema de negociação anual, única alternativa disponível à época, pode-se afirmar que foram bem sucedidas as negociações de 1983 (Fase I) e 1984 (Fase II). À vista dos resultados alcançados em 1984, espera-se bom termo para 1985 (Fase III), que também compete a este Governo conduzir.

Tanto em 1983 como, e principalmente, em 1984, a economia brasileira mostrou capacidade de gerar superávits comerciais elevados, suplantados de muito as metas acordadas com a comunidade externa. Essa é a variável-chave na avaliação do desempenho da economia durante o processo de ajustamento.

Quanto maior o superávit acumulado nestes dois anos de negociação, mais rapidamente se faria a recomposição das reservas, que praticamente se esgotaram ao final de 1981. Ao final de 1984, contudo, recuperamos os níveis expressivos que vigoravam em 1979.

O superávit comercial de US\$11 bilhões, em 1984, se

destaca por ter: 1) resultado do esforço sem trêguas do setor produtivo interno, com a ajuda de política econômica adequada; e 2) sido viabilizado através de crescimento de exportações, possibilitando elevar a renda per capita desde 1980.

Tais resultados permitiram conseguir, em 1984, uma primeira redução de "spreads", e o Brasil voltar à mesa de negociações com a comunidade internacional munido de poder de barganha.

O princípio central que orientará a negociação de 1985 será o reconhecimento do esforço interno em 1983 e 1984. Nessas condições, a proposta brasileira inclui: a) a renegociação plurianual da dívida em substituição ao sistema de relações anuais; b) a redução das taxas de risco ou "spreads", para reduzir nossas despesas em divisas; e c) a noção de que os requerimentos de dinheiro novo devem ser consistentes com um crescimento moderado da dívida externa e preencher, de fato, funções econômicas válidas.

Neste contexto de recursos externos limitados, o País deverá obter resultados expressivos em futuro próximo, pois é suficientemente elevado o grau de realização da mudança estrutural que o Governo Figueiredo estabeleceu como meta final. Esse é o teste de última instância acerca do uso que foi dado em nosso País aos recursos externos obtidos nesses anos. Esse ajuste avançou enormemente no tocante ao setor mais vulnerável, que é o energético. Em 1984, importou-se apenas 40% do consumo interno, quando esse número era cerca de 80% em 1977.

Existem razões importantes para continuar calibrando os instrumentos básicos do ajuste externo, tais como a taxa de câmbio e a velocidade dos repasses dos aumentos de preços externos relevantes como o petróleo. É o conflito presente de forma dramática entre a política de ajuste externo e a política antiinflacionária.

A viabilidade de um programa de crescimento depende não apenas do esforço de ajustamento, maior crescimento das exportações e menor das importações em relação ao produto e do comportamento das variáveis externas relevantes, mas, e fundamentalmente, do grau de controle que se detém das pressões inflacionárias internas que ocorrem como passo natural do esforço de ajustamento interno.

POLÍTICA MONETÁRIA E CREDITÍCIA

A política monetária e creditícia desenvolvida no período 1979/1984 visou a atenuar os efeitos desfavoráveis à economia impostos pela crise de liquidez internacional adreposta ao 2º choque do petróleo.

No início do período 1979/1980, a manutenção do apoio aos setores prioritários, através de uma política creditícia seletiva, tornou-se imprescindível para evitar que da brutal elevação nos preços do petróleo e nas taxas externas de juros resultasse traumatizante retrocesso da atividade econômica.

POLÍTICA MONETÁRIA

A política monetária, nessa fase, foi redefinida para se adequar à nova realidade, visto que causas externas induziram a aceleração do processo inflacionário. Já em 1980, as autoridades monetárias adotaram atitude mais austera, evidenciada por uma expansão da base monetária (M4,74) substancialmente menor que a verificada no ano anterior (84,4%).

A política monetária mais restritiva, para evitar exacerbação do processo inflacionário, foi uma que a oferta de moeda, em 1982, fosse contida ao nível de 65,7% de expansão, con-

tra crescimento de 87,2% em 1983.

Com base em programa de ajustamento econômico, foram adotadas medidas para não expandir os gastos governamentais, através de corte nos investimentos das empresas estatais, redução dos subsídios diretos e indiretos, além de ações no âmbito fiscal com vistas à obtenção de superávit no Orçamento da União. Passou-se a incluir desde 1979, no Orçamento da União, recursos para cobertura de dispêndios do Orçamento Monetário.

Em 1983, a má desvalorização cambial, as consequências das chuvas intensas na Região Sul, a paralisação da seca no Nordeste, as pressões exercidas pela inflação corretiva e a recuperação de atrasos nos preços relativos reaceleraram os níveis de preços.

Durante 1984, foi mantida uma política monetária estrita para o cumprimento das metas estabelecidas, visando a manter sob controle a liquidez da economia, como forma de evitar pressões adicionais sobre os preços.

Os resultados da balança comercial contribuíram para a elevação das reservas externas, exigindo uma expansão monetária de cerca de Cr\$6 trilhões que constituiu fonte de expansão inflacionária.

Para evitar saques nos depósitos em moeda estrangeira, as retiradas passaram a ser admitidas apenas para resgate de parcelas de principal e encargos da operação de empréstimo externo que deu origem ao depósito.

Não obstante os esforços realizados, a taxa monetária cresceu 247,9% em 1984, contra uma inflação de 111,9%.

O desempenho da política antinflacionária não pode ser medida exclusivamente por esses indicadores, mas em função

de ter evitado que a inflação atingisse patamares mais elevados.

POLÍTICA CREDITÍCIA

A condução da política de crédito, no período 1979/1984, condicionou-se ao ajuste das contas externas. A política creditícia mais apertada, associada à aceleração da taxa inflacionária, resultou em declínio dos empréstimos (36,4%), entre 1979 e 1984, equivalente à média anual de -6,4%.

Procurou-se controlar a oferta global de crédito, mas, concedendo simultaneamente recursos para a agricultura, a exportação e o desenvolvimento de alternativas energéticas. O crédito geral praticado a taxas de mercado foi comprimido, inclusive com a adoção de contingenciamento entre 1980 e 1983. Tal medida, que contribuiu para elevação das taxas de juros internos, objetivou induzir a captação de recursos externos necessários ao financiamento do déficit em conta corrente.

Processou-se também a redução gradativa de subsídios implícito no crédito, inclusive em segmentos prioritários, como agricultura e exportação, visando à diminuição do déficit público.

Foram introduzidas na política de crédito rural a eliminação dos subsídios no Centro-Sul, a redução no Norte e Nordeste e a transferência para a rede bancária privada de maior responsabilidade na assistência ao setor.

AGRADECIMENTO FINAL

A Secretaria-Central de Controle Interno - SECIN consigna seu reconhecimento aos órgãos e entidades a seguir identificados, cuja colaboração enriqueceu nosso trabalho e possibilitou conhecer esclarecimentos ligados às Contas do Presidente da República.

Os relatórios produzidos, sob outro aspecto, exprimem o empenho com que esses organismos se aplicam na execução dos misteres a eles confiados:

. BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN,

pelo trabalho intitulado "Desempenho das Autoridades Monetárias"

. COMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - CPF,

pela peça denominada "Programação Financeira do Tesouro Nacional"

. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL,

pelo relatório sob o título "Administração Tributária"

• INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL - IRB,

pela produção sob o título "Mercado Segurador"

• SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP,

pelo oferecimento da obra intitulada "Sistema Nacional de Seguros Privados"

• INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPEA,

pelo produto rotulado sob "O Desempenho da Economia Brasileira"

• BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES,

pelo fornecimento dos dados referentes ao FINSOCIAL

• INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA,

pela produção dos valores que constituem o painel do Imposto Territorial Rural-ITR

Agradecemos, também, a colaboração que tem sido permanentemente recebidas destas fontes:

. SETOR DE DESENHO DA SEPLAN/PR,

*pela confecção dos gráficos que têm
tradado os Balanços-Gerais da União*

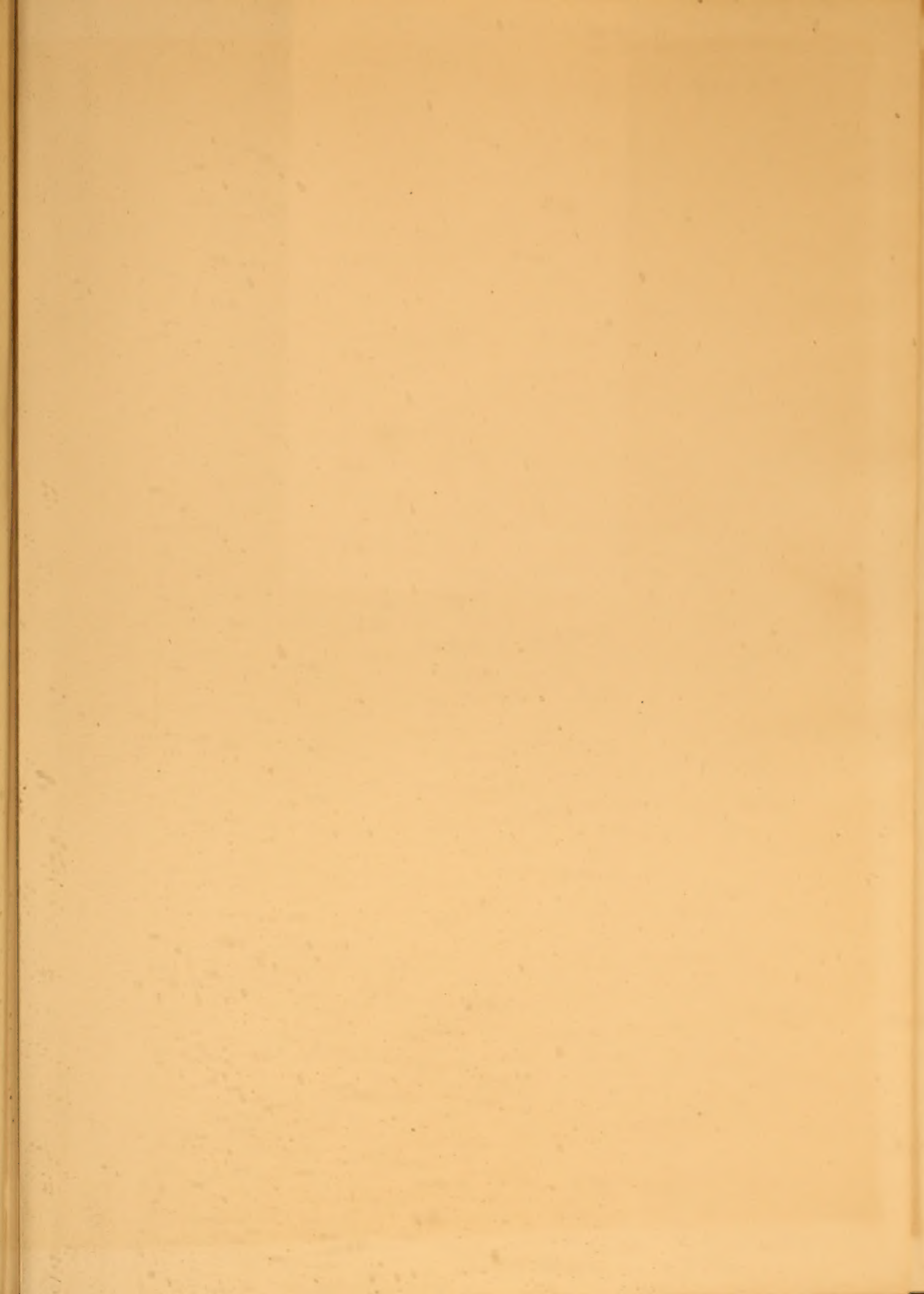
. DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL - DIN,

*pela produção gráfica dos Balanços-Gerais da
União*

. TODOS QUANTOS

têm oferecido, sempre prazerosa e anonimamente, seu esforço pessoal em prol das tarefas relativas às Contas do Presidente da República, testemunhando o perfil daqueles que integram o plantel do Sistema de Controle Interno. (Afiml, vencemos o desafio e estamos entregando as prestações pela regularidade das Contas de 1984 antes do dia 15 de março de 1985, como prescreve o artigo 41 do Decreto nº 90.313, de 16/10/84!).





FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

BIBLIOTECA

ESTE VOLUME DEVE SER DEVOLVIDO À BIBLIOTECA
NA ÚLTIMA DATA MARCADA

[illegible]

